



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA, INTERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE

DANIELY DA SILVA DIAS VILELA

ENVELHECIMENTO E CÁRCERE: OLHAR DO HOMEM IDOSO
ENCARCERADO NO CONTEXTO PRISIONAL

RECIFE

2025

DANIELY DA SILVA DIAS VILELA

**ENVELHECIMENTO E CÁRCERE: OLHAR DO HOMEM
IDOSO ENCARCERADO NO CONTEXTO PRISIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco, para defesa pública, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia clínica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito
Dias

RECIFE

2025

V699e Vilela, Daniely da Silva Dias.
Envelhecimento e cárcere: olhar do homem idoso
encarcerado no contexto prisional / Daniely da Silva Dias
Vilela, 2025.
225 f.: il.

Orientadora: Cristina Maria de Souza Brito Dias.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia.
Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2025.

1. Psicologia do desenvolvimento. 2. Criminalidade.
3. Envelhecimento - Aspectos psicológicos. 4. Idosos.
5. Prisão. I. Título.

CDU 159.922.6

Pollyanna Alves - CRB4/1002

DANIELY DA SILVA DIAS VILELA

ENVELHECIMENTO E CÁRCERE: OLHAR DO HOMEM IDOSO ENCARCERADO NO CONTEXTO PRISIONAL

Aprovada em: 21 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito Dias (UNICAP)



Prof.^a Dr.^a Elaine Pedreira Rabinovich (UCSal/FABEP)

Documento assinado digitalmente
 MARIA TERESA BARROS FALCAO COELHO
Data: 27/03/2025 12:27:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Barros Falcão Coelho (UFRPE)

Documento assinado digitalmente
 PRISCILLA MACHADO MORAES
Data: 28/03/2025 11:37:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Priscilla Machado Moraes (UniEvangélica)

Documento assinado digitalmente
 SILVANA MARIA DE MACEDO UCHOA
Data: 31/03/2025 07:16:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria de Macedo Uchôa (UNICAP)

RECIFE

2025

RESUMO

A presente Tese teve como objetivo geral analisar, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento do homem idoso encarcerado no contexto prisional. Especificamente pretendeu-se: 1) apresentar os dados biosociodemográficos e o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos participantes; 2) analisar as características da pessoa e o impacto do encarceramento nas relações proximais, considerando os níveis do microsistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema; 3) identificar os sentimentos experimentados por homens idosos em relação ao encarceramento, bem como as necessidades percebidas por eles; 4) compreender os fatores que facilitam ou dificultam o desenvolvimento do idoso no contexto prisional. Trata-se de uma pesquisa, de natureza qualitativa, transversal, exploratória e descritiva, foi realizada com vinte homens idosos em cumprimento de pena em instituições prisionais de Pernambuco. Os instrumentos de coleta de dados incluíram o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM), um questionário biosociodemográfico e entrevista semiestruturada. A avaliação dos dados foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo Temática, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. O referencial teórico adotado - a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano - permitiu a análise da interação entre os quatro elementos do modelo PPCT (pessoa, processo, contexto e tempo) para compreender o desenvolvimento humano do homem idoso encarcerado. Os resultados indicaram que os participantes, com idades entre 60 e 84 anos, são majoritariamente pardos, com escolaridade fundamental incompleta ou analfabetos, de religião evangélica ou católica, e solteiros ou casados. Apenas 35% são aposentados, com renda de um salário-mínimo, e têm, em média, 4,6 filhos, sendo visitados por esposas, filhas ou irmãs. A maioria apresentou doenças cardiovasculares, comprometimento da saúde mental, visual e auditiva. O MEEM revelou um alto índice de comprometimento cognitivo leve, indicando a necessidade de investigações mais aprofundadas. Entre os crimes cometidos, predominam delitos contra a dignidade sexual, seguidos de homicídio e tráfico de drogas, com penas que variam de oito a 174 anos. Sentimentos como tristeza, frustração, angústia, solidão, desmotivação, mal-estar, humilhação e impotência, foram relatados; associados à perda da liberdade e à desconexão com suas identidades, papéis e famílias. As necessidades fundamentais relatadas incluem saúde, privacidade, espaço próprio, recursos financeiros e contato social. A ruptura com a vida anterior e o não atendimento às necessidades essenciais tendem a interromper a continuidade das interações e comprometer o desenvolvimento humano. No entanto, enquanto muitos experimentam dificuldades significativas, outros demonstram resiliência, ajustando-se às novas situações e lidando de forma ativa com os desafios. Esses resultados ressaltam a necessidade de um ambiente prisional adaptado às especificidades dos idosos, além de uma assistência institucional adequada. Assim, atender a essas demandas é essencial para promover o bem-estar, a dignidade e a continuidade dos processos de desenvolvimento dessa população. Espera-se que os resultados contribuam para orientar profissionais na organização de projetos voltados para a promoção da qualidade de vida e desenvolvimento de idosos envolvidos com a criminalidade, como os encarcerados, ou sob risco de envolvimento. Ademais, busca-se contribuir para a mitigação dos impactos decorrentes do aumento da população idosa nas penitenciárias, por meio do incentivo a políticas de prevenção ao crime e de programas sociais e educativos voltados à ressocialização dos apenados, com atenção especial à região Nordeste do Brasil, em particular no Estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), Homem idoso, Criminalidade, Encarceramento.

ABSTRACT

The general objective of this thesis was to analyze, based on the Bioecological Theory of Human Development, the development of elderly men incarcerated in the prison context. Specifically, the aim was to: 1) present the biosociodemographic data and the Mini-Mental State Examination (MMSE) of the participants; 2) analyze the person's characteristics and the impact of incarceration on proximal relationships, considering the microsystem, mesosystem, exosystem, macrosystem and chronosystem levels; 3) identify the feelings experienced by elderly men in relation to incarceration, as well as the needs perceived by them; 4) understand the factors that facilitate or hinder the development of the elderly in the prison context. This is a qualitative, cross-sectional, exploratory and descriptive research study, conducted with twenty elderly men serving sentences in prison institutions in Pernambuco. The data collection instruments included the Mini-Mental State Examination (MMSE), a bio-sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview. Data evaluation was conducted through Thematic Content Analysis, following the stages of pre-analysis, exploration of the material, treatment of results and interpretation. The theoretical framework adopted - the Bioecological Theory of Human Development - allowed the analysis of the interaction between the four elements of the PPCT model (person, process, context and time) to understand the human development of the elderly incarcerated man. The results indicated that the participants, aged between 60 and 84 years, are mostly mixed race, with incomplete primary education or illiterate, of evangelical or catholic religion, and single or married. Only 35% are retired, with an income of one minimum wage, and have, on average, 4.6 children, who are visited by wives, daughters or sisters. The majority presented cardiovascular diseases, and impaired mental health, vision and hearing. The MMSE revealed a high rate of mild cognitive impairment, indicating the need for further investigation. Among the crimes committed, crimes against sexual dignity predominate, followed by homicide and drug trafficking, with sentences ranging from eight to 174 years. Feelings such as sadness, frustration, anguish, loneliness, lack of motivation, discomfort, humiliation and helplessness were reported; associated with the loss of freedom and disconnection from their identities, roles and families. The fundamental needs reported include health, privacy, own space, financial resources and social contact. The rupture with previous life and the failure to meet essential needs tend to interrupt the continuity of interactions and compromise human development. However, while many experience significant difficulties, others demonstrate resilience, adjusting to new situations and actively dealing with challenges. These results highlight the need for a prison environment adapted to the specificities of the elderly, in addition to adequate institutional assistance. Thus, meeting these demands is essential to promote the well-being, dignity and continuity of the development processes of this population. It is expected that the results will contribute to guiding professionals in the organization of projects aimed at promoting the quality of life and development of elderly people involved in crime, such as those incarcerated, or at risk of involvement. Furthermore, the aim is to contribute to mitigating the impacts resulting from the increase in the elderly population in prisons, by encouraging crime prevention policies and social and educational programs aimed at the reintegration of prisoners, with special attention to the Northeast region of Brazil, particularly in the state of Pernambuco.

Keywords: Bioecological Theory of Human Development (BTH), Elderly man, Crime, Incarceration.

RESUMEN

El objetivo general de esta Tesis fue analizar, con base en la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano, el desarrollo de hombres mayores encarcelados en el contexto penitenciario. Específicamente, se pretendió: 1) presentar los datos biosociodemográficos y el Mini-Examen del Estado Mental (MMSE) de los participantes; 2) analizar las características de la persona y el impacto del encarcelamiento en las relaciones próximas, considerando los niveles de microsistema, mesosistema, exosistema, macrosistema y cronosistema; 3) identificar los sentimientos experimentados por los hombres mayores en relación al encarcelamiento, así como las necesidades percibidas por ellos; 4) comprender los factores que facilitan o dificultan el desarrollo de las personas mayores en el contexto penitenciario. Se trata de una investigación cualitativa, transversal, exploratoria y descriptiva, realizada con veinte ancianos que cumplen condena en instituciones penitenciarias de Pernambuco. Los instrumentos de recolección de datos incluyeron el Mini Examen del Estado Mental (MMSE), un cuestionario biosociodemográfico y entrevistas semiestructuradas. La evaluación de los datos se realizó a través del Análisis de Contenido Temático, siguiendo las etapas de preanálisis, exploración del material, tratamiento de resultados e interpretación. El marco teórico adoptado - la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano - permitió analizar la interacción entre los cuatro elementos del modelo PPCT (persona, proceso, contexto y tiempo) para comprender el desarrollo humano de los ancianos encarcelados. Los resultados indicaron que los participantes, con edades entre 60 y 84 años, son en su mayoría mestizos, con educación primaria incompleta o analfabetos, de religión evangélica o católica, solteros o casados. Sólo el 35% son jubilados, perciben un ingreso de un salario mínimo y tienen, en promedio, 4,6 hijos, siendo visitados por sus esposas, hijas o hermanas. La mayoría padecía enfermedades cardiovasculares y tenía comprometida su salud mental, visual y auditiva. El MMSE reveló una alta tasa de deterioro cognitivo leve, lo que indica la necesidad de realizar más investigaciones. Entre los delitos cometidos predominan los delitos contra la dignidad sexual, seguidos del homicidio y el tráfico de drogas, con penas que van desde los ocho hasta los 174 años. Se reportaron sentimientos como tristeza, frustración, angustia, soledad, desmotivación, malestar, humillación e impotencia; asociados con la pérdida de libertad y la desconexión de sus identidades, roles y familias. Las necesidades fundamentales reportadas incluyen salud, privacidad, espacio personal, recursos financieros y contacto social. La ruptura con la vida anterior y la falta de satisfacción de las necesidades esenciales tienden a interrumpir la continuidad de las interacciones y comprometer el desarrollo humano. Sin embargo, si bien muchos experimentan dificultades importantes, otros demuestran resiliencia, se adaptan a nuevas situaciones y enfrentan activamente los desafíos. Estos resultados resaltan la necesidad de un ambiente penitenciario adaptado a las especificidades de las personas mayores, además de una asistencia institucional adecuada. Por lo tanto, satisfacer estas demandas es fundamental para promover el bienestar, la dignidad y la continuidad de los procesos de desarrollo de esta población. Se espera que los resultados contribuyan a orientar a los profesionales en la organización de proyectos destinados a promover la calidad de vida y el desarrollo de las personas mayores involucradas en delitos, como las encarceladas o en riesgo de involucrarse. Además, el objetivo es contribuir a mitigar los impactos resultantes del aumento de la población anciana en las cárceles, mediante el fomento de políticas de prevención del delito y programas sociales y educativos destinados a la resocialización de los reclusos, con especial atención a la región Nordeste de Brasil, particularmente en el Estado de Pernambuco.

Palabras-clave: Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano (TBDH), Anciano, Crimen, Encarcelamiento.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma do levantamento em bases de dados-----	31
Figura 2 – Contextos do desenvolvimento-----	73
Figura 3 – Contextos ecológicos-----	135

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos participantes-----	99
Gráfico 2 – Religião dos participantes-----	101
Gráfico 3 – Estado Civil dos Participantes-----	102
Gráfico 4 – Distribuição das Profissões entre os Idosos-----	104

TABELAS

Tabela 1 – Resultado detalhado da busca de artigos em periódicos indexados nas seis bases de dados-----	31
Tabela 2 - Características e resultados dos estudos incluídos na Revisão Sistemática -----	32
Tabela 3 - Características das publicações quanto ao Continente e País-----	36
Tabela 4 - Áreas primárias das publicações e localização geográfica-----	37
Tabela 5 - Distribuição por tipo de pesquisa -----	38
Tabela 6 - Instrumentos utilizados-----	38
Tabela 7 - Características da Pessoa-----	64
Tabela 8 - Descrição dos participantes-----	95
Tabela 9 - Descrição dos participantes (continuação)-----	96
Tabela 10 - Condições de saúde dos participantes-----	104
Tabela 11 - Crimes cometidos pelos participantes-----	110
Tabela 12 - Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos Participantes-----	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acidente Vascular Cerebral (AVC)
Atividade da Vida Diária (AVD)
Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
Centro de Saúde Penitenciário (CSP)
Código de Processo Penal (CPP)
Código Penal (CP)
Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
Comprometimento Cognitivo Leve (CCL)
Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Declínio Cognitivo Leve (DCL)
Declínio Cognitivo Subjetivo (DCS)
Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE)
Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)
Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)
Escola penitenciária de Pernambuco (EPPE)
Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO)
Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)
Gerência de Projetos e Convênios (GPC)
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Lei de Execução Penal (LEP)
Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)
Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)
Organização Mundial da Saúde (OMS)
Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)
Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Penitenciária Agro Industrial São João (PAISJ)
Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário (PNSSP)

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)

Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI)

Presídio Dr. ° Ênio Pessoa Guerra (PDEPG)

Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALB)

Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT)

Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEADRES)

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH)

Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)

Sistema Nacional de Armas (SINARM)

Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN)

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)

Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Traumatismo Crânio Encefálico (TCE)

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Alberto e Cirlene (*in Memoriam*)
Ao meu marido Adriano,
À minha irmã Cirlene,
Aos mestres que me acompanharam nessa trajetória,
Aos participantes desta pesquisa.

“Em um tempo de vida limitado, ninguém pode concretizar todas as capacidades, satisfazer a todos os desejos, explorar todos os interesses ou experimentar todas as possibilidades que a vida tem para oferecer. A tensão entre as possibilidades de crescimento e o tempo finito em que ocorre o crescimento define a vida humana. Escolhendo as possibilidades das quais vai se ocupar e dedicando-se a elas o máximo possível, até o derradeiro momento, cada pessoa contribui para a história inacabada do desenvolvimento humano”.

(Papalia & Martorell, 2022, p. 576).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as vitórias que obtive ao longo dessa jornada, por ter me amparado durante essa trajetória tão significativa para minha vida acadêmica e pessoal.

À minha família, em especial ao meu marido Adriano Vilela, pela paciência, incentivo, compreensão, amizade, parceria e amor, bem como pelos momentos de renúncia em prol da pesquisa. À minha enteada Brenda Vilela que acompanhou minha trajetória acadêmica e a quem espero ter influenciado positivamente o seu desenvolvimento. À minha irmã Cirlene Silva, pelo apoio e cuidado incondicional desde o meu nascimento.

À minha mãe (*in memoriam*) e ao meu pai (*in memoriam*), os maiores e melhores presentes que pude receber de Deus na terra. Ambos foram fontes inesgotáveis de inspiração, exemplos de força e resistência. Demonstraram, de formas diferentes, que o amor é capaz de superar todas as dificuldades, barreiras e obstáculos que a vida nos impõe. Minha mãe, em especial, deixou-nos o legado de que cuidar de si mesmo é o maior ato de amor para com aqueles que amamos. Meu pai, com sua sabedoria e coragem, permanece em minha memória como um pilar de sustentação.

Aos meus irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, sobrinhos-netos e sobrinhas-netas, e a todos os demais familiares que não foram citados individualmente. Também dedico esta obra à memória de meus avós maternos e paternos (*in memoriam*).

Aos gestores da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES), em especial ao Dr. Henrique Douglas, da Escola Penitenciária (EPPE), ao Dr. Walfrido Uchoa, da Gerência de Projetos e Convênios (GPC), ao Dr. Carlos Cordeiro, gestor da Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ), e ao Dr. Paulo Paes Barreto Tavares Uchôa, gestor da Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra (PDEPG), por acolherem minha pesquisa e abrirem espaço para a realização do campo de estudo. Todos foram essenciais para a concretização desta pesquisa.

A todos os participantes, pela sua disponibilidade e presença nesta pesquisa, sem os quais não seria possível realizá-la.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias, por sua paciência, dedicação, assistência, seriedade e competência, que foram imprescindíveis para a construção deste trabalho e para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), pelos ensinamentos valiosos.

Às professoras examinadoras, Dr.^a Elaine Pedreira Rabinovich, Dr.^a Maria Teresa Barros Falcão Coelho, Dr.^a Priscilla Machado Moraes e Dr.^a Silvana Maria de Macedo Uchôa, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições e sugestões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

Apresentação-----	17
Introdução-----	21
Capítulo I -----	26
1. O Cálice do Silêncio: Reflexões sobre a Exclusão e a Invisibilidade no Cárcere-----	27
2. Homens Idosos Encarcerados no Brasil e no Mundo: Uma Revisão Sistemática da Literatura-----	27
3. Método-----	29
4. Resultados-----	36
5. Análise e discussão dos resultados-----	38
5.1 Características da população-----	39
5.2 Necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional-----	41
5.3 Saúde física, mental e cognitiva-----	45
5.4 Relacionamentos interpessoais-----	48
6. Considerações-----	51
Capítulo II-----	54
1. Aquarela da Vida: Reflexões sobre o Desenvolvimento Humano no Cárcere-----	55
2. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano aplicada ao homem idoso encarcerado-----	55
3. O Modelo PPCT: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo-----	58
3.1 Processo-----	58
3.2 Pessoa-----	61
3.3 Contexto: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema-----	64
3.3.1 Microsistema-----	64
3.3.2 Mesossistema-----	67
3.3.3 Exossistema-----	68
3.3.4 Macrosistema-----	70
3.4 Tempo-----	71
4Considerações -----	74
Capítulo III-----	75
1. Caminhos Metodológicos: Estratégias e Procedimentos de Coleta de Dados-----	76
2. Objetivos e Método-----	76
2.1 Objetivo Geral-----	76
2.2 Objetivos Específicos-----	77

2.3 Método-----	77
2.4 Natureza da Pesquisa-----	77
2.5 Participantes-----	78
2.6 Instrumentos-----	78
2.7 Procedimentos de Coleta dos Dados-----	79
2.8 Análise do Dados-----	81
Capítulo IV-----	84
1. Análise Biossociodemográfica e Avaliação Cognitiva de Homens Idosos Encarcerados: Um Diálogo com a Literatura-----	85
2. Descrição dos Participantes-----	85
3. Característica dos Participantes e sua Relação com a Literatura-----	95
3.1 Faixa Etária dos Participantes-----	97
3.2 Etnia, Raça e Cor-----	98
3.3 Nível de Escolaridade-----	99
3.4 Religião-----	101
3.5 Estado civil, Constituição Familiar e sua Relação com as Visitas-----	102
3.6 Profissão e Situação Trabalhista-----	103
3.7 Condições de Saúde-----	104
3.8 Uso de Drogas-----	109
3.9 Tipos de Crimes-----	109
3.10 Penalidades-----	112
4. Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)-----	114
5. Considerações-----	119
Capítulo V-----	121
1. A música 'É' e o clamor pela dignidade humana: Reflexões sobre a vida, os direitos e a liberdade-----	122
2. A Análise das Dimensões Bioecológicas “Pessoa, Processo e Contexto” no Desenvolvimento de Homens Idosos Encarcerados-----	122
3. Pessoa e Processo-----	123
3.1 As características dos homens idosos encarcerados e seu engajamento em processos proximais-----	123
3.1.1 Disposição-----	124
3.1.2 Recursos-----	130
3.1.3 Demanda-----	134

4. Contexto-----	135
4.1 Microssistema e Mesossistema-----	136
4.1.1 Relacionamento do homem idoso com os pares, agentes, equipe psicossocial da instituição prisional-----	136
4.1.2 Relacionamento do homem idoso com seus familiares-----	145
4.2 Exossistema-----	151
4.2.1 Percepções do homem idoso com relação a estrutura física da instituição-----	151
4.3 Macrossistema-----	155
4.3.1 A manifestação de crenças, ideologias e valores culturais no contexto prisional-----	155
5. Considerações-----	157
Capítulo VI-----	159
1. O Tempo e o Envelhecimento na Prisão: Reflexões à Luz de “Oração ao Tempo” e do Cronossistema de Bronfenbrenner-----	160
2. A Análise da Dimensão Bioecológica “Tempo” no Desenvolvimento de Homens Idosos Encarcerados-----	160
3. Tempo: cronossistema-----	161
3.1 Microtempo-----	162
3.1.1 Sentimentos vivenciados pelos idosos em relação ao encarceramento-----	162
3.2 Mesotempo-----	168
3.2.1 As Necessidades dos Homens Idosos Encarcerados-----	168
3.3 Macrotempo-----	172
3.3.1 Concepções e reflexões sobre o crime cometido-----	172
3.3.2 Aspirações para o futuro-----	189
4. Considerações-----	192
Considerações finais-----	194
Referências-----	198
Anexos-----	215
Apêndice A: Questionário biossociodemográfico para a pessoa idosa-----	216
Apêndice B: Roteiro de entrevista para a pessoa idosa-----	217
Apêndice C: Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)-----	218
Apêndice D: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-----	220
Apêndice E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)-----	224

APRESENTAÇÃO

Minha avó e bisavó, ambas de origem indígena, migraram para a capital quando minha mãe ainda era criança, trazendo consigo um legado de resiliência e força que foi transmitido à minha genitora. Uma mulher de personalidade marcante, logo nos ensinou a não ceder diante dos desafios impostos pela vida, instigando-nos a cultivar a força interior que ela mesma possuía. Sua própria trajetória, foi marcada pela perda prematura de sua mãe, minha avó, durante a infância. Meu pai, um homem negro, não teve a oportunidade de estudar, assim como minha mãe, mas, juntos reconheciam que o conhecimento era o melhor caminho a ser seguido. Seus ensinamentos ajudaram-me na formação de uma identidade cultural e social fundamentada no respeito ao próximo. Assim, cresci em um lar onde a escassez material era compensada pela abundância de amor presente em cada gesto, em cada receita, em cada reunião à mesa e em cada comemoração.

Sou a filha mais nova de uma família numerosa, composta por oito irmãos, criada em um ambiente onde a figura materna exerceu o papel de liderança. Hoje como mulher casada, participei ativamente da educação de minha enteada, o que ampliou ainda mais meu entendimento sobre família, cuidado e responsabilidade. Sou ainda uma mulher com origens indígenas, influenciada por uma trajetória familiar marcada pela diversidade étnica e pelas lutas de meus antepassados. A soma dessas experiências moldou meu olhar para as questões de inclusão e exclusão social, e é esse olhar que me conduz ao tema central da minha pesquisa.

A ausência de pessoas idosas em minha família, especialmente de meus avós maternos e paternos, certamente motivou-me a buscar proximidade com os mais velhos. Essa experiência pareceu acelerar meu amadurecimento, tornando as conversas com as pessoas idosas uma fonte de prazer e uma oportunidade para dar sentido às minhas próprias perdas. Passei a vê-las não apenas como frágeis, mas como detentoras de sabedoria e experiência. Contudo, ao longo do tempo, também percebi que as vulnerabilidades, por vezes causadas pela idade avançada, não as isentam de serem perpetradoras de atos prejudiciais, como ilustrado em um desenho animado que me chamou a atenção durante a infância¹.

¹ Os Irmãos Metralha são uma gangue de personagens icônicos da Disney, conhecidos por suas tentativas frustradas de roubar a fortuna de Tio Patinhas. Criados por Carl Barks, eles apareceram pela primeira vez

Durante minha graduação em Psicologia (Faculdade de Ciências Humanas de Olinda - FACHO/2006), o currículo acadêmico enfatizava o desenvolvimento infantil e adolescente, abordando superficialmente os aspectos do envelhecimento em disciplinas eletivas. Em uma dessas disciplinas, Psicologia Jurídica, fui designada para visitar o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), hoje conhecido como Centro de Saúde Penitenciário (CSP), localizado na cidade de Abreu e Lima. Minha primeira interação foi com um homem idoso que portava as chaves das celas e um camaleão em seu ombro esquerdo. Embora tenha sentido curiosidade sobre sua história, fui instruída pelo policial penal a não interagir, pois o homem não inspirava confiança. Essa visita marcou o início de uma nova jornada em minha vida acadêmica.

Paralelamente, testemunhei minha irmã mais velha, também psicóloga e ativista dos direitos da pessoa idosa, lutar pela promoção da saúde e qualidade de vida dessa população. Anos mais tarde, busquei a Especialização em Neuropsicologia (Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS, 2012), motivada pelo interesse na avaliação neuropsicológica das pessoas idosas e no desejo de contribuir para sua reabilitação cognitiva. No mesmo período, a referida irmã investigava a violência praticada pelos agressores de pessoas idosas. Em sua pesquisa, alguns relatos destacaram que, em muitos casos, o comportamento da pessoa idosa poderia desencadear a violência, embora tal fato não justificasse os atos do suposto agressor. Essa vivência proporcionou-me uma nova perspectiva sobre esse fenômeno.

Em 2017, ao cursar a Especialização em Intervenção Multiprofissional Jurídica (FACHO, 2017), visitei o Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALB). Nessa visita técnica, encontrei muitas pessoas idosas em locais como a biblioteca, padaria e oficinas de artesanato. Foi nessa Especialização, nos debates juntos aos colegas que nasceu o interesse pelo tema: “Envelhecimento e cárcere”. Durante o curso se constatou a “inexistência” da figura da pessoa idosa como agente de delitos. Ela, quando citada, estava quase sempre em lugar de vítima da violência.

Nesse interim, desenvolvi uma pesquisa junto ao Patronato Penitenciário de Pernambuco - órgão responsável por acompanhar egressos, prestar assistência

em 1951 na revista *Uncle Scrooge*. Com suas vestes típicas de prisioneiros e máscaras pretas, os Irmãos Metralha são uma caricatura humorística do crime, sendo constantemente capturados ao final das histórias. A gangue inclui alguns membros com características específicas, como a “Vovó Metralha”, uma personagem idosa que participa ocasionalmente da trama. Esses personagens figuram de forma destacada na série *DuckTales*, na qual mantêm suas características icônicas e trapalhadas (Barks & Barrier, 2003).

psicossocial e jurídica, além de promover a ressocialização por meio de cursos e oferta de vagas de trabalho - onde realizei um levantamento de dados estatísticos sobre pessoas idosas que cumpriam pena em regime aberto. Esse material deu origem ao meu primeiro trabalho publicado sobre o tema, intitulado “O idoso como agente do crime”, despertando em mim a necessidade de aprofundar meus conhecimentos sobre o assunto.

O aprofundamento na temática deu-se entre os anos (2019-2021), durante o Mestrado realizado na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) na qual desenvolvi um estudo sobre mulheres idosas encarceradas (Vilela, 2021). No doutorado, pude dar continuidade à pesquisa do mestrado, agora contando com os homens idosos encarcerados.

O acesso ao campo de pesquisa foi permeado por grandes desafios, devido à natureza dos órgãos que são interligados ao sistema de Justiça. No início, desconhcia os caminhos que poderiam me levar até ele. No entanto, durante o Mestrado, após inúmeras tentativas frustradas, encontrei pessoas dispostas a me ajudar. Confesso que, em alguns momentos, cheguei a duvidar da minha capacidade de alcançar o objetivo, mas a persistência foi fundamental para não desistir. Já no doutorado, embora familiarizada com o processo, o grande desafio residia no fato de eu ser mulher e necessitar adentrar as penitenciárias masculinas para dar continuidade à pesquisa. Contudo, o cuidado e a ética empregados na condução da pesquisa anterior, inclusive na devolução dos resultados, garantiram que as portas se abrissem novamente para mim.

Os dias que antecederam o trabalho de campo foram marcados por um planejamento meticuloso, que incluía a organização do material necessário, a escolha do local das entrevistas, os horários e até a forma como eu me apresentaria à instituição, inclusive no que se refere à escolha da vestimenta. Esse período foi acompanhado por um misto de ansiedade, temor e coragem que ativou a todos os meus sentidos. Durante as visitas, observei, escutei e interagi com diversos atores daquele contexto, incluindo a equipe psicossocial, os agentes penitenciários, os presos que me ofereceram suporte, familiares nas áreas externas e os participantes da pesquisa. A minha presença certamente impactou a todos os envolvidos naquele ambiente e, reciprocamente, fui influenciada e transformada por aquelas vivências.

Minha trajetória acadêmica, desde a graduação em Psicologia até o doutorado, tem sido um caminho de descobertas e aprofundamentos sobre a condição da pessoa idosa, especialmente aquelas que, em algum momento de suas vidas, se veem privadas de liberdade. O caminho percorrido me inspira a olhar para essas pessoas com empatia e

compreensão, reconhecendo que elas carregam consigo histórias de luta, resistência e, muitas vezes, de solidão e abandono. Portanto, através do meu trabalho de Tese, espero dar voz a esses homens idosos e contribuir para uma compreensão mais humana e justa da velhice, especialmente daqueles que vivem à margem da sociedade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a população idosa no mundo ultrapassa o número de crianças menores de cinco anos. Estima-se que, em 2050, países de baixa e média renda, como o Brasil, tenham uma concentração ainda maior de pessoas idosas (Papalia & Martorell, 2022). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) indicam que o número de idosos brasileiros deve triplicar nas próximas quatro décadas. Em 2010, essa população representava 10% do total (cerca de 19,6 milhões de pessoas); em 2050, espera-se que esse percentual atinja 29,3%, correspondendo a aproximadamente 66,5 milhões. Projeta-se que, em 2065, mais de um terço da população brasileira será composta por pessoas com mais de 60 anos (Kalache, 2023). Embora essas estimativas tenham sido impactadas pela pandemia de Covid-19 (Camarano & Fernandes, 2022), espera-se que o envelhecimento continue crescendo, especialmente entre os maiores de 80 anos (Camarano & Fernandes, 2022; Papalia & Martorell, 2022).

O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo que envolve mudanças físicas, psicológicas e sociais, podendo começar já após a terceira década de vida. Em geral, a velhice traz consigo desafios como a redução da eficiência nas atividades diárias, no trabalho e na resistência física, além de perdas em papéis sociais, psicológicos, motores e afetivos, que podem contribuir para o surgimento da solidão. Essas mudanças são intensificadas pela falta de adaptação ao ambiente, o que aumenta a vulnerabilidade, favorecendo o risco de doenças e o possível envolvimento em ações criminosas (Papaléo Netto, 2022; Vilela, 2021).

A velhice, no entanto, é uma fase marcada por características individuais, influenciadas pela trajetória de vida, qualidade dos vínculos estabelecidos, oportunidades e conhecimentos adquiridos, bem como pelo contexto social e cultural em que se vive (Fruett, 2015; Vilela, 2021). Assim, as representações do envelhecimento variam conforme o momento histórico, a cultura e o ambiente.

Em alguns países, como o Japão, a velhice é símbolo de *status*. Em outras culturas, contudo, o envelhecimento é percebido de forma negativa. Os estereótipos comuns representam as pessoas idosas como afetuosas e carinhosas, mas também como frágeis e incompetentes. Atualmente, cresce o combate ao idadismo, impulsionado pela visibilidade de pessoas idosas saudáveis e ativas (Papalia & Martorell, 2022). Entretanto, a terceira idade ainda é vista sob uma ótica econômica, com foco nos custos de uma população envelhecida (*Help Age International*, 2015; Santos, Turra & Noronha, 2018).

Com o envelhecimento global, as nações precisam se adaptar às mudanças demográficas e às novas demandas sociais. O cuidado com as pessoas idosas é uma questão prioritária (Papalia & Martorell, 2022). No Brasil, segundo Kalache (2023), há uma evidente carência de profissionais capacitados para essa tarefa, o que evidencia uma lacuna na formação da mão de obra voltada ao cuidado dos mais velhos. Atualmente, cerca de 33 milhões de brasileiros já ingressaram na terceira idade. Logo, vivenciamos a chamada Revolução da Longevidade, o que representa um grande desafio, especialmente quando comparado aos países desenvolvidos que se prepararam anteriormente para enfrentar o envelhecimento populacional.

O Índice Global *Age Watch*, que avalia o bem-estar social e econômico das pessoas idosas em 96 países, posicionou o Brasil, em 2015, na 56ª colocação. Esse índice considera fatores como renda, saúde, educação, emprego e ambiente favorável a essa população. O estudo concluiu que a disparidade nas condições de saúde, educação e renda entre pessoas nessa faixa etária tem aumentado. Países economicamente mais ricos apresentam melhores condições de vida para seus idosos, enquanto outros, com menores recursos, como o Brasil, enfrentam dificuldades para proporcionar esses benefícios, o que amplia as desigualdades entre essas nações (*HelpAge International*, 2015; Papalia & Martorell, 2022).

Em países de terceiro mundo, como o Brasil, o impacto social do envelhecimento é mais relevante que o biológico. Papaléo Netto (2022) destacou as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por essas nações, que ainda favorecem certos grupos em detrimento de outros, perpetuando desigualdades sociais. Problemas como fome, violência, desemprego, analfabetismo, falta de moradia adequada e acesso insuficiente à saúde aumentam a vulnerabilidade da população idosa.

A má distribuição de recursos financeiros e a falta de estrutura para enfrentar as mudanças provocadas pelo aumento do número de pessoas idosas - refletidas nos maiores gastos com saúde e na redução de renda devido à diminuição da população economicamente ativa - evidenciam que o país ainda não está preparado para lidar com esse desafio (Zimerman, 2007; Santos, Turra & Noronha, 2018; Vilela, 2021).

Dentre as demandas específicas decorrentes do envelhecimento populacional, destaca-se o aumento expressivo da população idosa nas penitenciárias em diversos países, incluindo os Estados Unidos, as nações europeias e o Brasil (Haesen et al., 2019; Lawrence & Devine, 2022; Novisky, Narvey & Prost, 2022; Ridley, 2021; Vilela, Dias & Sampaio, 2021).

No Brasil, o Levantamento de Informações Penitenciárias do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) indicou que, em meados de 2024, a população prisional totalizava 888.272 indivíduos, com 668.051 em celas físicas e 220.221 em prisão domiciliar. Entre as pessoas idosas encarceradas, indivíduos com mais de 61 anos somavam 14.533, ou 2,18% da população carcerária. Os homens representavam a maioria, com 14.041, enquanto as mulheres totalizavam 492. A faixa etária de 46 a 60 anos incluía 69.571 pessoas, representando 10,49% do total. Embora essa proporção não seja alarmante em comparação com a população geral, destaca-se o aumento significativo do número de pessoas idosas encarceradas no Brasil, que cresceu cerca de 976,52% entre 2005 e 2024 (INFOPEN, 2019; SISDEPEN, 2025; Vilela, 2021; Vilela, Dias & Sampaio, 2021). Nesse contexto, é essencial considerar o fluxo contínuo de entrada e saída de indivíduos no sistema penitenciário, além da possível subnotificação, o que indica que os números reais podem ser ainda maiores, exigindo atenção da sociedade (Santos, 2020).

A literatura internacional aponta diversas causas para o aumento de pessoas idosas encarceradas, além da maior expectativa de vida. Destacam-se mudanças nas políticas penais, que resultam em sentenças mais longas, a disposição dos tribunais em julgar crimes antigos e as transformações nas atitudes sociais em relação ao abuso sexual (Combalbert et al., 2018; Lawrence & Devine, 2022; Sullivan et al., 2018; Ridley, 2021). No Brasil, segundo Brandão (2015) e Vilela (2021), o crescimento dos crimes cometidos por pessoas idosas está associado às desigualdades sociais, que deixa muitos em situação de vulnerabilidade, sem aposentadoria digna e excluídos do mercado de trabalho. Côrte (2010) e Melo et al. (2016) apontam que o envelhecimento no sistema prisional é impulsionado pela reincidência criminal, consequência das falhas no processo de ressocialização.

A sociedade tende a ver as pessoas idosas como pessoas que, devido à experiência de vida, teriam menos propensões a transgredir normas sociais. Portanto, a imagem do velho no papel de criminoso é pouco cogitada, visto que, em geral, são percebidos como frágeis e indefesos. Esse estereótipo pode levar ao esquecimento de que a pessoa idosa também tem um passado e que, embora sua aparência tenha mudado, sua personalidade permanece. Por mais que o envelhecimento aumente a dependência global, isso nem sempre implica incapacidade física e mental (Brandão, 2015; Monteiro, 2013; Vilela, 2021). Essa visão, inclusive, pode facilitar a prática de crimes por essa população (Vilela, 2021).

No Brasil, a literatura sobre a pessoa idosa encarcerada é escassa, contrastando com outros países onde o tema é mais amplamente discutido (Minayo & Constantino, 2024). Autores como Balbugio e Silva (2018), Carmo e Araújo (2011), Ghiggi (2012, 2018), Keinert (2009), Melo et al. (2016), Magalhães (2017), Monteiro (2013), Oliveira et al. (2013), Pompeu (2015), Santos (2018) e Vilela (2021) indicaram que a principal dificuldade na construção de suas pesquisas consistiu no número reduzido de estudos sobre o tema. Grande parte da literatura sobre pessoas idosas e crime trata da violência contra o idoso, e apenas alguns trabalhos o abordam como agente de ações criminosas. Desta forma, percebe-se que não se pode negligenciar o fato de que muitos idosos ocupam o lugar de agressores (Vilela, 2021).

Assim, compreender o papel da pessoa idosa na sociedade contemporânea e seu desenvolvimento no contexto prisional representa uma tarefa desafiadora devido à falta de debates sobre o tema. A escassez de informações sobre idosos como autores de crimes revela o despreparo da sociedade para lidar com a velhice, pois busca-se construir estereótipos sobre o que significa ser idoso e os comportamentos esperados nessa fase da vida. Essa falta de dados revela que a velhice ainda é permeada por mitos e preconceitos (Brandão & Neto, 2015; Vilela, 2021).

Uma pessoa idosa, quando envolvida em crimes, ao ser julgada e condenada, passa a compor a população idosa encarcerada (Vilela, 2021). Vários fatores contribuem para essa condição, incluindo características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais, atuantes em seu processo de desenvolvimento em um determinado contexto, os quais influenciam dinamicamente a maneira como o indivíduo estabelece suas relações interpessoais, sejam estas violentas ou não (Koller & De Antoni, 2011).

Nesse sentido, esta tese teve como objetivo geral analisar, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento do homem idoso encarcerado no contexto prisional. Especificamente, buscou-se: 1) apresentar os dados biosociodemográficos e o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos participantes; 2) analisar as características da pessoa e o impacto do encarceramento nas relações proximais, considerando os níveis do microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema; 3) identificar os sentimentos experimentados por homens idosos em relação ao encarceramento, bem como as necessidades percebidas por eles; 4) compreender os fatores que facilitam ou dificultam o desenvolvimento do idoso no contexto prisional.

Para compreender esse fenômeno, utilizou-se a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Essa teorização analisa o desenvolvimento humano ao longo do tempo, considerando tanto as experiências passadas quanto as atuais. Nesse contexto, o desenvolvimento constitui um processo de continuidade e transformação das características biopsicológicas dos seres humanos, tanto individualmente quanto em grupo. Esse processo ocorre ao longo do ciclo de vida e se perpetua através das gerações e do tempo histórico (Bronfenbrenner, 2012).

O autor referenciado acrescentou que o desenvolvimento humano é um processo constante, que gera transformações complexas no indivíduo e não se limita a mudanças passageiras ou a um contexto específico. Essas mudanças ocorreram simultaneamente em aspectos de percepção e ação, dependendo de como o indivíduo percebe e interage com ambientes próximos e distantes (Bronfenbrenner, 1996).

Portanto, esta tese está estruturada em seis capítulos, que abordam de forma articulada os aspectos teóricos, metodológicos e analíticos da pesquisa. No primeiro capítulo, realiza-se uma revisão sistemática da literatura sobre o homem idoso encarcerado, considerando os contextos mundial e brasileiro. O segundo capítulo apresenta os fundamentos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, que orientam a análise dos dados. O terceiro capítulo detalha a metodologia empregada, bem como os procedimentos utilizados para a coleta de dados.

Nos capítulos subsequentes, são apresentados e explicados os resultados da pesquisa. O quarto capítulo, em consonância com o primeiro objetivo específico desta tese, dedica-se à análise dos dados biossociodemográficos e dos resultados do Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos participantes, contextualizando suas implicações à luz da literatura científica. O quinto capítulo, alinhado ao segundo objetivo específico, explora as dimensões bioecológicas do desenvolvimento humano - Pessoa, Processo e Contexto - destacando as interações dos idosos encarcerados com seus ambientes mais próximos e mais distantes. Por fim, o sexto capítulo, fundamentado no terceiro e no quarto objetivos específicos, aborda a dimensão Tempo, examinando como as dinâmicas interacionais no contexto prisional impactam seu desenvolvimento.

Capítulo I

Cálice

Pai, afasta de mim esse cálice, pai
Afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta

De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado

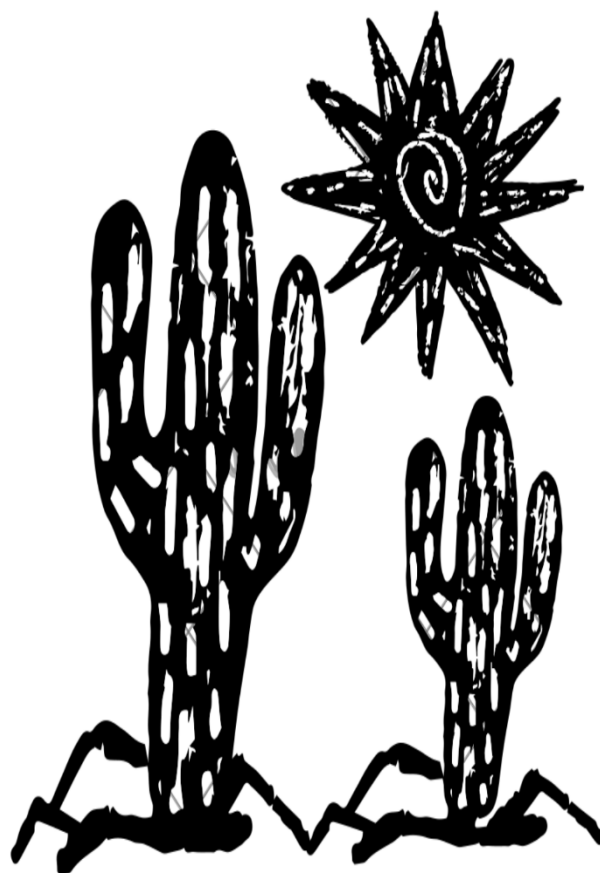
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoadado eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

De muito gorda a porca já não anda (cálice)
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai (pai), abrir a porta (cálice)
Essa palavra presa na garganta

Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade

Talvez o mundo não seja pequeno (cálice)
Nem seja a vida um fato consumado (cálice, cálice)
Quero inventar o meu próprio pecado
(Cálice, cálice, cálice)
Quero morrer do meu próprio veneno
(Pai, cálice, cálice, cálice)

Quero perder de vez tua cabeça (cálice)
Minha cabeça perder teu juízo (cálice)
Quero cheirar fumaça de óleo diesel (cálice)
Me embriagar até que alguém me esqueça (cálice)



Compositores: Francisco Buarque de Hollanda e Gilberto Passos Gil Moreira

1. O Cálice do Silêncio: Reflexões sobre a Exclusão e a Invisibilidade no Cárcere

A música "*Cálice*", escrita por Chico Buarque e Gilberto Gil em 1973, durante o período da ditadura militar no Brasil, simboliza a censura e o silenciamento forçado. O verso "Pai, afasta de mim esse cálice" evoca tanto o sofrimento espiritual quanto a dor da opressão física e psicológica, temas que ressoam no contexto das prisões. Para muitos homens idosos encarcerados, o sistema prisional representa um novo tipo de cálice: uma vida marcada pela exclusão, pelo abandono e pelo silenciamento de suas histórias e necessidades. Assim como na música, onde a voz é suprimida e os gritos abafados, esses indivíduos experimentam a invisibilidade social.

2. Homens Idosos Encarcerados no Brasil e no Mundo: Uma Revisão Sistemática da Literatura

A população prisional não tem sido imune ao fenômeno do envelhecimento demográfico, pois em praticamente todas as sociedades ao redor do globo existem idosos que estão privados de sua liberdade.

O número de pessoas idosas encarceradas aumentou consideravelmente em diversos países nas últimas décadas (Filinson & Ciambrone, 2019). Esse contingente está a crescer mais rapidamente dentro das penitenciárias em comparação aos grupos mais jovens (Ridley, 2021). No Canadá (Iftene, 2016), Estados Unidos e Reino Unido (Haesen et al. 2019; Lawrence & Devine, 2022; Nowotny et al. 2016; Novisky, Narvey & Prost, 2022), Inglaterra e País de Gales (Ridley, 2021), na Austrália (Jackson, Doyle & Bartels, 2020), na Suíça (Galli et al. 2019), em Israel (Avieli, 2021), no Brasil (Vilela, Dias & Sampaio, 2021), na Irlanda do Norte (Lawrence & Devine, 2022), esse acréscimo tem sido relatado. Nesse cenário, os Estados Unidos detêm a liderança, enquanto o Brasil já ocupa a quarta posição (Minayo & Constantino, 2023).

Esse fenômeno tem ocorrido, em parte, devido ao aumento da expectativa de vida, mudanças nas políticas penais - resultando em sentenças mais longas - disposição dos tribunais em processar crimes históricos, juntamente com as transformações nas atitudes sociais com relação ao abuso sexual, entre outros (Combalbert et al., 2018; Lawrence & Devine, 2022; Sullivan et al., 2016; Ridley, 2021). Nos Estados Unidos a repressão ao uso de drogas ilícitas, tem levado muitas pessoas a envelhecerem e morrer na prisão (Nowotny et al., 2016).

A esfera literária coleciona opiniões divergentes com relação à definição da idade em que um detento é considerado "idoso". Enquanto na comunidade em geral, indivíduos com 60 anos ou mais são rotineiramente caracterizados como idosos, no ambiente prisional, aqueles com 50 anos ou mais são geralmente percebidos como mais velhos. Essa percepção é influenciada pelo envelhecimento acelerado, muitas vezes resultante de fatores como má nutrição, falta de atenção médica e suporte psicossocial inadequado, status socioeconômico precário, estilo de vida anterior à prisão pouco saudável, consumo em excesso de álcool e outras drogas, infecções (tuberculose, hepatite, vírus da imunodeficiência humana-HIV), entre outros (Avieli, 2021; Combalbert et al., 2018; Iftene, 2016; Lawrence & Devine, 2022; Jackson, Doyle & Bartels, 2020; Avieli, 2021; Ridley, 2021).

Nesse entendimento, é provável que uma pessoa reincidente encarcerada aos 60 anos, privada de condições habitacionais estáveis, cuidados médicos adequados e uma alimentação saudável ao longo da maior parte de sua vida, experimente um envelhecimento mais rápido em comparação com um indivíduo condenado aos 70 anos, cuja vida pregressa tenha sido mais saudável. Como resultado, a idade física dos prisioneiros frequentemente reflete aproximadamente 10 a 15 anos a mais do que sua idade cronológica real (Avieli, 2021; Combalbert et al. 2018; Galli et al. 2019; Jackson, Doyle & Bartels, 2020).

Em alguns países, a idade do detento considerado idoso, acompanha os mesmos critérios adotados para pessoas da comunidade. No Brasil, por exemplo, a Lei 10.741 de 2003 considera pessoa idosa o cidadão com idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 2022); a referida lei não cita o idoso apenado, porém, subtende-se, que essa norma se estenda a pessoa em situação de cárcere. Em concordância, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conceitua a “pessoa idosa encarcerada” somente após os 60 anos (IBGE, 2020). Entretanto, na legislação penal, idosos réus, acusados ou condenados, só recebem benefício em função da idade aqueles com 70 anos ou mais (Brasil, 1940).

A determinação de uma idade limite pode trazer benefícios importantes para essa população, como o acesso a serviços de saúde (exames, diagnóstico), atendimento por especialistas, entre outros (Haesen et al. 2019). Nesse entendimento, visto que a maioria dos trabalhos que compõem essa revisão adotaram o critério de 50 anos ou mais para designar “presos mais velhos”, esse critério foi admitido a fim de corroborar com o debate que ocorre ao redor do mundo.

A produção de literatura no Brasil sobre a pessoa idosa encarcerada surgiu na última década, mas elas não tratam de modo específico do “homem idoso encarcerado”. Foram elas: sete dissertações de mestrado (Ghiggi, 2012; Monteiro, 2013; Pompeu, 2015; Magalhães,

2017; Santos, 2018; Vilela, 2021; Ferreira, 2022); uma revisão sistemática (Vilela, Dias & Sampaio, 2021); uma revisão de escopo (Minayo & Constantino, 2023); sumário executivo sobre as condições de vida e saúde dos idosos presos no Rio de Janeiro (Minayo & Constantino, 2021); artigos produzidos a partir de pesquisas regionais (Carmo & Araújo, 2011; Oliveira, Costa & Medeiros, 2013; Melo et al., 2016; Brandão, 2017; Balbuglio & Silva, 2018; Lopes, Higa, Gomes & Marin, 2020; Vilela, Dias & Silva, 2022; Wacheleski & Gershenson, 2018); reflexões sobre o idoso no direito penal (Ghiggi, 2018).

No Brasil, de acordo com dados publicados pelo Levantamento de Informações Penitenciárias do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) em junho de 2024 havia 14.533 idosos custodiados pelo Estado, destes, 14.041 são do sexo masculino e 492, são do sexo feminino. Logo, os homens representam pouco mais de (96%) do total de pessoas idosas que respondem por crimes no país (Brasil, 2025). Essa é uma realidade comum em todas as prisões ao redor do mundo, na qual os homens são responsáveis pela maioria dos crimes cometidos.

Diante disso, a parcela idosa da população frequentemente associada ao estereótipo de fragilidade, passa a ser reconhecida também como perpetradora de atos de violência e crimes, o que tem provocado uma mudança demográfica nas prisões ao redor do mundo. No entanto, não se trata de um grupo homogêneo que possui as mesmas necessidades de saúde, assistência social, reabilitação, entre outras. Por isso, ainda há muito a saber sobre essa nova realidade que afeta substancialmente a vida das pessoas que se encontram dentro e fora da prisão.

Portanto, este estudo se propôs a realizar uma revisão sistemática da literatura, tendo como pergunta norteadora “O que foi publicado sobre o homem idoso encarcerado nos últimos dez anos?”. Para tanto, realizou-se uma pesquisa em seis bases de dados obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão. A partir disso, constatou-se a não localização de trabalhos desenvolvidos no contexto brasileiro sobre “o homem idoso encarcerado”, bem como de revisões sistemáticas neste recorte, o que garante a relevância deste estudo.

3. Método

O presente capítulo foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura. Esse método de pesquisa consiste em uma forma de investigação que adere a procedimentos específicos, visando compreender e atribuir alguma lógica a um extenso conjunto documental. Sua ênfase reside na capacidade de ser reproduzida por outros pesquisadores, detalhando de maneira explícita as fontes consultadas, as estratégias de busca aplicadas, o processo de seleção

do material, os critérios utilizados para inclusão e exclusão, assim como a metodologia empregada na análise. Desse modo, concorre para que seja possível identificar as principais publicações, bem como as limitações do campo pesquisado. De modo geral, a revisão de literatura sistemática oferece um alto nível de evidência e se configura como um documento crucial para embasar decisões nos âmbitos público e privado (Galvão & Ricarte, 2019).

A pesquisa foi realizada mediante uma busca eletrônica de periódicos indexados em seis bases de dados no recorte temporal de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2023, a saber: Portal regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Scopus, Pubmed, Web of Science, Apa (PscyNet) e Dimensions. A procura ocorreu entre os dias 04/02/2023 e 07/02/2023.

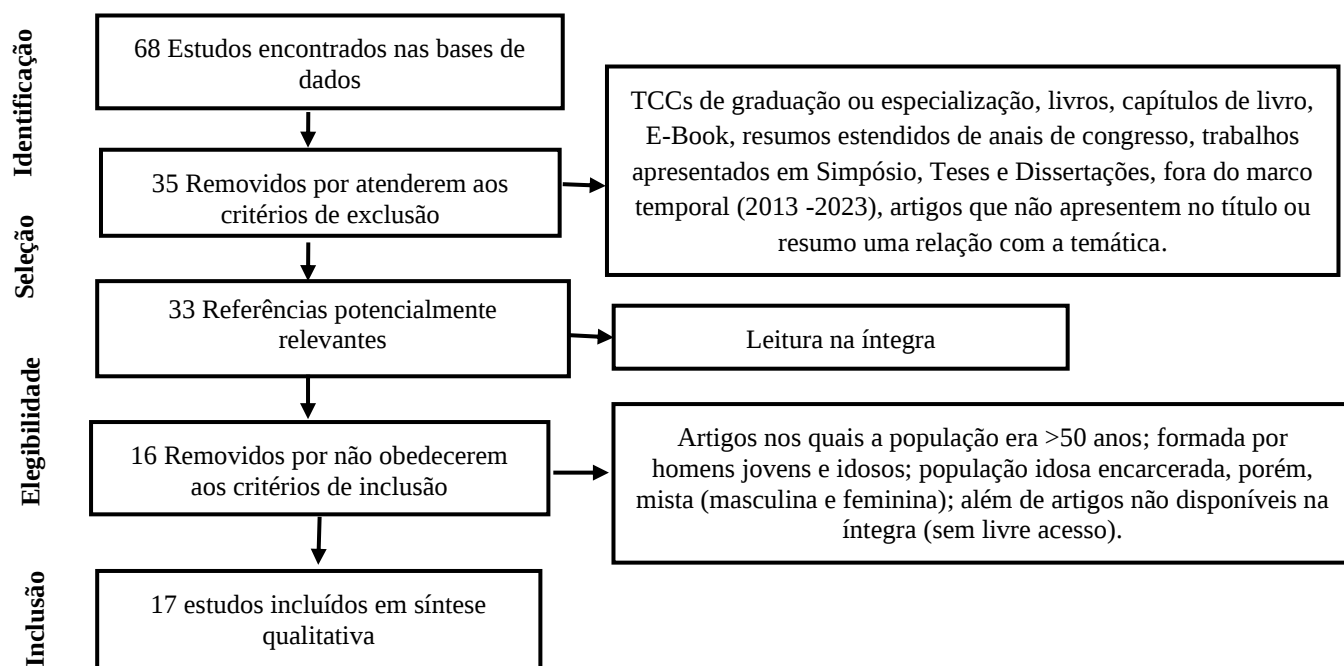
As palavras-chave utilizadas para a busca foram controladas pelos descritores do DeCS – Descritores em Ciências da Saúde da BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, em português, inglês e espanhol, resultando na seguinte chave de busca: "Homens Idosos" OR "Homem idoso" OR "Older men" OR "Older man" OR "Elderly men" OR "Older male" OR "Hombres mayores" OR "hombres de edad" OR "hombre de edad"; Prisões OR Prisão OR Presídio OR Presidiários OR Presidiário OR Prison OR Jails OR Imprisonment OR Cárceles OR Prisiones.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos completos de livre acesso, publicados nos últimos dez anos (2013 – 2023), em português, inglês e espanhol, que se reportem a população encarcerada, maiores de 50 anos, do sexo masculino.

Como critérios de exclusão foram definidos: TCC's de graduação, Dissertações, Teses, Livro, Capítulo de livro, E-book, capítulo de E-book, trabalhos publicados em anais de Congresso ou Simpósio; artigos nos quais a população/participantes (seja formada por pessoas jovens e idosas, contenha idade igual ou maior que 50 anos, porém, do sexo masculino e feminino, tratem do homem idoso envolvido com a criminalidade, porém, não encarcerado); artigos anteriores a 2013 ou que não estejam disponíveis na íntegra (acesso livre).

A trajetória de análise dos trabalhos obedeceu a quatro etapas: 1) leitura do título e resumo; quando por falta de informações mais precisas no resumo, foi feita uma leitura parcial do método e dos resultados; 2) leitura na íntegra dos trabalhos selecionados segundo os critérios de inclusão e exclusão; 3) fichamento dos textos; 4) delimitação das categorias de análise formalizadas com base nos objetivos de cada trabalho.

Desse modo, a estratégia de busca dos artigos, foi exposta no Fluxograma; cuja apresentação detalhada encontra-se na Figura 1. A seleção do material foi realizada por dois juízes independentes e à medida que surgiam divergências na comparação dos resultados, optava-se pelo consenso.

Figura 1: Fluxograma do levantamento em bases de dados**Tabela 1** – Resultado detalhado da busca de artigos em periódicos indexados nas seis bases de dados

BASE DE DADOS	Chave de busca	Resultados (n=)
Portal regional BVS (Título, resumo e assunto)	("Homens Idosos" OR "Homem idoso" OR "Older men" OR "Older man" OR "Elderly men" OR "Older male" OR "Hombres mayores" OR "hombres de edad" OR "hombre de edad") AND (prisões OR prisão OR presídio OR presidiários OR presidiário OR prison OR jails OR imprisonment OR cárceres OR prisiones)	15
Scopus (Título, resumo e palavras-chave)	(TITLE-ABS-KEY ("Homens Idosos" OR "Homem idoso" OR "Older men" OR "Older man" OR "Elderly men" OR "Older male" OR "Hombres mayores" OR "hombres de edad" OR "hombre de edad") AND TITLE-ABS-KEY (prisões OR prisão OR presídio OR presidiários OR presidiário OR prison OR jails OR cárceres OR prisiones OR imprisonment))	42
Pubmed (All Fields)	((((("older men"[All Fields]) OR ("older man"[All Fields]) OR ("elderly men"[All Fields]) OR ("elderly man"[All Fields]) AND (humans[Filter])) AND ((("prison"[All Fields]) OR ("imprisonment"[All Fields]) OR ("prisoners"[All Fields]) AND (humans[Filter]))	11
Web of Science (Título, Resumo e Assunto)	"Homens Idosos" OR "Homem idoso" OR "Older men" OR "Older man" OR "Elderly men" OR "Older male" OR "Hombres mayores" OR "hombres de edad" OR "hombre de edad" (Tópico) and Prisões OR Prisão OR Presídio OR Presidiários OR Presidiário OR Prison OR Jails OR Imprisonment OR Cárceres OR Prisiones (Tópico) and 2012 or 2014 or 2015 or 2016 or 2017 or 2018 or 2019 or 2021 or 2022 (Anos da publicação)	31
Apa (PscyNet) (Todos os campos)	"Homens Idosos" OR Any Field : "Homem idoso" OR Any Field : "Older men" OR Any Field : "Older man" OR Any Field : "Elderly men" OR Any Field : "Older male" OR Any Field : "Hombres mayores" OR Any Field : "hombres de	23

	edad" OR Any Field: "hombre de edad" AND Any Field: Prisões OR Prisão OR Presídio OR Presidiários OR Presidiário OR Prison OR Jails OR Imprisonment OR Cárcelos OR Prisiones AND Year: 2012 To 2023	
Dimensions (Título e resumo)	("Homens Idosos" OR "Homem idoso" OR "Older men" OR "Older man" OR "Elderly men" OR "Older male" OR "Hombres mayores" OR "hombres de edad" OR "hombre de edad") AND (Prisões OR Prisão OR Presídio OR Presidiários OR Presidiário OR Prison OR Jails OR Imprisonment OR Cárcelos OR Prisiones)	47
Total sem duplicidade		68

A partir das buscas nas Bases de Dados foram encontrados 68 estudos, dos quais 51 não atenderam aos critérios necessários: (18) foram excluídos por tratarem de outras temáticas; (10) faixa etária > 50 anos; (06) população mista (mulheres e homens idosos encarcerados); (06) capítulos de e-book; (04) livros; (04) publicados antes de 2013; (01) sem livre acesso; (01) trabalho apresentado em Simpósio; (01) Tese. Restaram, portanto, 17 trabalhos para análise.

Os 17 estudos analisados estão listados na Tabela 2 por: local do estudo, título do trabalho, autoria, ano de publicação, área, objetivo, participantes, tipo de estudo e método, principais resultados.

Tabela 2 – Características e resultados dos 17 estudos incluídos na revisão sistemática

Local do estudo, título do artigo, Autor, Ano, Área.	Objetivos	Participantes	Tipo de estudo e método	Resultados
Inglaterra – UK 'Eles simplesmente expulsam você': planejamento de libertação para prisioneiros mais velhos Forsyth et al. (2015) Assistência social e sociedade	Explorar as necessidades de saúde e cuidados sociais de idosos do sexo masculino que saíram da prisão e foram para a comunidade.	62 homens reclusos com idades entre 60 e 87 anos	Pesquisa qualitativa. Entrevista semiestruturada (duante e após o encarceramento)	Os prisioneiros mais velhos consideraram que o planejamento da libertação era inexistente. Foi relatada falta de comunicação formal e continuidade dos cuidados, causando altos níveis de ansiedade. Os presos idosos experienciavam elevados níveis de ansiedade com relação à perspectiva de viver em instalações aprovadas para liberdade condicional; no entanto, aqueles que passaram a viver nelas tiveram as suas necessidades imediatas de saúde e assistência social mais bem satisfeitas do que aqueles que não se mudaram para tais instalações.
New Jersey - EUA As dores da prisão permanente: examinando as percepções de confinamento entre presidiários mais velhos sem liberdade condicional Leigey & Ryder (2015) Criminologia	Examinar as dificuldades associadas ao encarceramento permanente relatadas por 18 presidiários homens mais velhos cumprindo pena de prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional.	18 homens reclusos entre 55 e 73 anos	Pesquisa qualitativa. Entrevista semiestruturada.	Este estudo identificou que as dores de “sentir falta de alguém”, “saudades da vida social” e “sentir que sua vida está sendo desperdiçada” foram percebidas como sendo as mais intensas. Por outro lado, as dores de “perder a autoconfiança”, “ter medo de enlouquecer” e “sentir-se suicida” foram classificadas como sendo as menos graves. Os problemas externos receberam mais atenção do que problemas internos. Privações associadas à remoção da vida na sociedade parece ser mais dolorosas do que as inerentes à prisão.

Inglaterra – UK “Você não pode tê-los aqui”: experiências de acesso a medicamentos entre homens idosos ao entrarem na prisão. Sullivan et al. (2016) Assistência social	Explorar a experiência vivida por presos mais velhos do sexo masculino em relação à continuidade da medicação ao ingressar na prisão.	27 homens reclusos maiores de 60 anos.	Pesquisa qualitativa. Entrevista semiestruturada.	85% dos participantes recebiam medicação prescrita quando chegaram na prisão. As experiências dos reclusos mais velhos ao receberem medicamentos na prisão refletiram-se em quatro temas principais: atrasos na confirmação dos medicamentos; mudanças na medicação; dificuldades de comunicação e desamparo. Além disso, experimentaram necessidades não satisfeitas relacionadas com mobilidade restrita e competências funcionais que poderiam ter prejudicado a sua capacidade de manter a concordância com os regimes de medicação.
Inglaterra - UK Ligações entre sintomas depressivos, necessidades de saúde e cuidados sociais não satisfeitos entre reclusos mais velhos O'Hara et al. (2016) Psicologia	Examinar as necessidades não satisfeitas de cuidados de saúde e sociais entre os homens mais velhos que entram na prisão e as suas ligações com sintomas depressivos.	100 homens reclusos com idades entre 60 e 81 anos.	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Entrevista semiestruturada e uso das Escalas (CANFOR-S) e (GDS-15).	As necessidades não atendidas mais comuns foram nos domínios de informação sobre estado de saúde e tratamento (38%); sofrimento psicológico (34%); atividades diurnas (29%); benefícios (28%), alimentação (22%) e saúde física (21%). Mais da metade da amostra (56%) exibiu sinais clínicos de depressão. Foi detectada uma associação significativa entre sintomatologia depressiva e necessidades não atendidas: de saúde física, de tratamento, de companhia e de bebida alcoólica.
Canadá - CA Abrindo as portas para dados de saúde mental de presidiários canadenses: taxas e possíveis respostas legais Iftene (2016) Direito e Psiquiatria	Apresentar alguns dados referentes à saúde e bem-estar de presidiários federais canadenses idosos; obter informações sobre o estado de saúde mental: os cuidados que recebem e suas necessidades autorrelatadas. O objetivo final é interpretar esses dados de uma perspectiva legal.	197 homens reclusos com idades entre 50 e 82 anos	Pesquisa quantitativa. Entrevista estruturada.	O acesso a médicos especialistas é limitado, principalmente em algumas instituições. Indivíduos com doenças mentais tendem a ser frequentemente colocados em segregação e isso faz com que tenham medo de pedir ajuda. Urge ações que possibilitem o gerenciamento dessas questões, a fim de promover conexões familiares, exercícios, sono adequado e tempo de descanso. Não há acomodações satisfatórias para garantir que os infratores mais velhos tenham essas necessidades atendidas.
Estados Unidos – EUA Envelhecer atrás das grades: perfis de saúde da população masculina mais velha nos Estados Unidos Nowotny et al. (2016) Envelhecimento e saúde	Examinar padrões de multimorbidade entre presidiários idosos do sexo masculino em quatro domínios de saúde (condições médicas crônicas, doenças relacionadas ao álcool e outras drogas, deficiências, saúde mental e comportamental) para entender as necessidades de saúde dessa população.	1.026 homens reclusos com 50 anos ou mais	Pesquisa quantitativa. Método: Regressão de Classe Latente (análise estatística de uma base de dados).	Existem quatro grupos de presidiários idosos do sexo masculino: (a) relativamente saudáveis (45,1%), (b) usuários de substâncias com problemas de saúde comportamental (23,4%), (c) insalubres crônicos com deficiências e lesões (23,6%) e (d) muito insalubre em todos os domínios (7,9%). Os brancos compreendiam a maior percentagem dos insalubres crônicos; os negros foram maioria quanto ao uso de drogas e problemas comportamentais.
Filipinas - PH Tão flexível quanto o bambu: um estudo da teoria fundamentada sobre o senso de resiliência de idosos filipinos encarcerados De Guzman et al. (2017) Enfermagem	Estudar e compreender o processo pelo qual os presidiários filipinos idosos passam para alcançar o senso de resiliência.	25 homens reclusos com idades entre 60 e 70 anos	Pesquisa qualitativa. Entrevista semiestruturada.	Este estudo produziu a Teoria da Resiliência do Labirinto que descreve o caminho dos idosos filipinos encarcerados para alcançar a resiliência. Eles passam por três fases: na primeira, sentem o peso da condenação e incerteza; na segunda mostram sinais de otimismo e de disponibilidade para experimentar a vida no seu novo ambiente; por último, os presos se acostumam com a dinâmica do processo penal, alcançando assim seu senso de resiliência.

Reino Unido - UK A eficácia do Plano de Avaliação da Saúde e Assistência Social do Prisioneiro Idoso (OHSCAP): um estudo randomizado controlado Forsyth et al. (2017) Assistência social	(1) Avaliar a eficácia do Plano de Avaliação da Assistência Social e de Saúde do Prisioneiro Idoso (OHSCAP); (2) avaliar a qualidade dos planos de cuidados produzidos; (3) explorar as experiências de presidiários mais velhos recebendo e conduzindo o OHSCAP; (4) avaliar o custo-efetividade do OHSCAP em comparação com o tratamento usual (TAU).	497 homens reclusos maiores de 50 anos	Pesquisa qualitativa. Ensaio randomizado controlado multicêntrico.	O OHSCAP não demonstrou benefícios convincentes na qualidade de vida relacionada à saúde sobre o TAU, e não houve diferenças significativas em relação aos custos. O compartilhamento de informações entre as disciplinas dentro dos ambientes prisionais exige melhorias. A pesquisa deve explorar o envolvimento potencial de outros presos e organizações do terceiro setor na identificação e atendimento das necessidades de saúde e assistência social dos presos mais velhos.
França – FR Comprometimento cognitivo, autopercepção de saúde e qualidade de vida de presidiários idosos Combalbert et al. (2018) Psicologia	Examinar o desempenho cognitivo de presos mais velhos do sexo masculino e seu efeito na percepção de saúde e qualidade de vida.	138 homens reclusos maiores de 50 anos e 138 homens maiores de 50 anos da comunidade	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Entrevista semiestruturada e aplicação de cinco instrumentos para avaliação das funções cognitivas.	O comprometimento cognitivo é mais elevado entre os homens mais velhos na prisão do que entre os homens mais velhos da comunidade em geral. Doenças como a diabetes, o abuso de substâncias, o estresse pós-traumático e um histórico de lesão cerebral traumática, tem implicações na deterioração cognitiva entre os reclusos. Os idosos presos percebiam-se como tendo uma saúde física inferior com relação aos homens da comunidade.
Estados Unidos – EUA Evitando o rodeio: a ligação entre o capital cultural de saúde e a gestão da saúde entre prisioneiros idosos. Novisk (2018) Criminologia	Examinar as estratégias específicas de promoção da saúde disponíveis e utilizadas por prisioneiros idosos através de um quadro de capital cultural da saúde.	193 homens reclusos maiores de 50 anos	Pesquisa qualitativa; entrevista semiestruturada.	Os entrevistados neste estudo tiveram, em sua maioria, sucesso na obtenção de cuidados, mas o conhecimento sobre saúde, alimentação e dieta, e a defesa de direitos muitas vezes exigiram uma combinação adequada com recursos-chave (graus de privilégio) para que o sucesso fosse alcançado. Contudo, o encarceramento pode oferecer benefícios para a saúde no que tange a determinados grupos. Dado o quão marginalizados muitos eram antes do encarceramento, é possível que a disponibilidade de cuidados de saúde durante o encarceramento ofereça melhorias potenciais em relação às circunstâncias anteriores.
Suíça – CH Uso de substâncias e outros transtornos de saúde mental entre presidiários mais velhos Haesen et al. (2019) Direito e Psiquiatria	Explorar o <i>status quo</i> dos problemas de saúde mental e uso de substâncias entre os presos mais velhos.	-	Revisão Sistemática da Literatura.	Os presos mais velhos têm maior prevalência de transtornos de saúde mental e são mais propensos a usar álcool em comparação ao público mais jovem. O acesso ao tratamento foi uma preocupação em vários estudos fornecendo recomendações para melhoria. Presidiários mais velhos constituem um grupo vulnerável e pouco pesquisado.
Estados Unidos - EUA “Tentando nos misturar, o que mais podemos fazer?” Relações intergeracionais entre presidiários idosos Filinson & Ciambone (2019) Gerontologia	Examinar os elementos intergeracionais da vida dos reclusos mais velhos (do sexo masculino) e investigar os seus apoios sociais e o grau de segregação etária que caracteriza a sua experiência carcerária.	67 homens reclusos maiores de 55 anos.	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Entrevista semiestruturada e o uso de escalas.	As relações intergeracionais desenvolvidas na prisão eram mais prevalentes do que aquelas que tinham sido criadas antes do encarceramento através da parentalidade. Para alguns, pareciam tomar a experiência na prisão mais suportável. No entanto, as opiniões negativas sobre a geração mais jovem eram generalizadas e um subgrupo substancial de entrevistados restringiu os seus laços sociais na prisão a indivíduos da sua própria faixa etária. Contudo, há benefícios para ambos nessa relação. Assim, uma instituição segregada por idade não seria, necessariamente, favorável para essa população.
Austrália - AU	Oferecer uma discussão sobre as experiências atuais de prisioneiros		Revisão da literatura.	A segregação de detentos mais velhos ou a construção de prisões semelhantes

“Uma situação terrível para você”: gerenciando as necessidades de prisioneiros mais velhos – um estudo de caso do Território da Capital Australiana. Jackson, Doyle & Bartels (2020) Criminologia	idosos na Austrália e como agências as penitenciárias podem atender melhor às necessidades dessa população nos próximos anos.	-		a asilos são inviáveis, especialmente devido aos atuais problemas de capacidade. Essa abordagem pode deixar os detentos mais velhos socialmente isolados. Diante disso, os autores sugerem que as penitenciárias, forneçam um profissional adequado para atender as necessidades específicas dos detentos mais velhos, a fim de facilitar o desenvolvimento de programas sociais e educacionais.
Israel - IL “Um senso de propósito”: experiências de prisioneiros mais velhos de envelhecimento bem-sucedido atrás das grades. Avieli (2021) Criminologia	Explorar as diferentes formas como os presos idosos falam sobre as suas experiências e lhes atribuem significado no quadro conceitual do envelhecimento bem-sucedido.	18 homens reclusos maiores de 60 anos.	Pesquisa qualitativa. Entrevista semiestruturada.	Passar os últimos anos de suas vidas na prisão motivou os presos idosos a construir sentido e atribuir significado a essa experiência. Em suas falas sobressaíram-se quatro temas: a comparação do envelhecimento na prisão com o envelhecimento na comunidade; a prisão como fuga de uma vida de solidão, pobreza e delinquência; o preso mais velho como mentor; e experiências de crescimento e autodescoberta como meio para um envelhecimento bem-sucedido na prisão.
Reino Unido – UK Não há lugar para velhos? Atendendo às necessidades de uma população carcerária masculina envelhecida na Inglaterra e no País de Gales Ridley (2021) Ciências sociais	(1) Avaliar quais eram as necessidades percebidas pelos presos mais velhos e quais iniciativas eles achavam que poderiam ser desenvolvidas de forma mais útil dentro da prisão; (2) explorar o impacto de uma intervenção e fazer recomendações para desenvolvimentos futuros.	21 homens reclusos maiores de 50 anos.	Pesquisa qualitativa. Entrevista semiestruturada.	Os reclusos mais velhos têm geralmente opiniões positivas sobre as suas experiências na prisão e sobre a forma como os funcionários responderam às suas necessidades. Mais de 80% concordaram que a maioria dos funcionários os tratava com respeito e que se sentiam seguros. O Grupo Estratégico teve sucesso ao priorizar ações para minimizar o tempo em que ficavam trancados nas suas celas; responder a questões e preocupações em torno da segurança nas alas; fazer mudanças no ambiente físico e fornecer respostas práticas a questões como camas mais quentes e roupas adequadas.
Estados Unidos - EUA Perspectivas de idosos sobre a morte e o morrer na prisão Novisky, Narvey & Prost (2022) Criminologia e Sociologia	Investigar a percepção de homens mais velhos sobre a morte e o morrer na prisão.	193 homens reclusos maiores de 50 anos	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Entrevista semiestruturada.	Pensamentos e sentimentos sobre a morte e o morrer foram frequentemente levantados pelos entrevistados durante as entrevistas, indicando que as observações da morte e do morrer eram experiências carcerárias normativas entre a amostra. Embora suas descrições de morte e morrer incluíssem violência, esses relatos eram mais frequentemente enquadrados com referência às condições de saúde e falhas do sistema de saúde prisional.
Irlanda do Norte - NI A saúde dos homens ao longo da vida: saúde e bem-estar dos prisioneiros masculinos idosos Lawrence & Devine (2022) Ciências sociais	Explorar as necessidades de saúde e bem-estar dos homens idosos detidos na Irlanda do Norte.	83 homens reclusos entre 50 e 77 anos.	Pesquisa quantitativa. Questionário.	Os dados mostraram que, em muitos indicadores, os reclusos mais velhos têm uma saúde pior do que os seus pares que vivem na comunidade. Para os idosos detidos, as necessidades de saúde e bem-estar não satisfeitas que impedem negativamente a capacidade de uma pessoa funcionar de forma independente podem ter impacto na reintegração à comunidade. Esses resultados sugerem que existe a necessidade de um planejamento de cuidados de saúde adequado para os homens mais velhos na prisão.

Obs.: Os artigos foram organizados na tabela obedecendo a data de publicação.

4. Resultados

No que se refere aos objetivos das 17 publicações percebe-se que tratam, em sua maioria de: necessidades, experiências e percepções do homem idoso com relação ao ambiente prisional (07); saúde física, mental e cognitiva da população idosa encarcerada (07); relações interpessoais estabelecidas com outros detentos, agentes penitenciários e família (03). A partir disso, foram agrupadas em quatro categorias, as quais, serão debatidas na próxima sessão: 1) Características da população; 2) Necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional; 3) Saúde física, mental e cognitiva; 4) Relações interpessoais.

Quanto aos locais de origem dos estudos (tabela 3) o Continente Europeu ocupa o primeiro lugar, com oito trabalhos, sendo três da Inglaterra, dois do Reino Unido, um da França, um da Suíça e um da Irlanda do Norte. Em segundo lugar está o Continente Norte-Americano, com seis estudos, dos quais cinco são provenientes dos Estados Unidos e um do Canadá. Na sequência, o continente Asiático com dois estudos, sendo um de Israel e um das Filipinas. Por fim, a Oceania aparece com um trabalho realizado na Austrália. Não foram localizadas publicações de países dos continentes Africano, Antártico e Sul-Americano.

Tabela 3 – *Características das publicações quanto ao Continente e País*

Continente/Quantidade de publicações	País	Quantidade de artigos por País
Europeu (08)	Inglaterra	03
	Reino Unido	02
	França	01
	Suíça	01
	Irlanda do Norte	01
Norte-americano (06)	Estados Unidos	05
	Canadá	01
Asiático (02)	Filipinas	01
	Israel	01
Oceania (01)	Austrália	01
Total de artigos		17

Uma análise da subdivisão dos estudos por países e áreas (tabela 4) revela uma concentração significativa de publicações no Reino Unido (incluindo Inglaterra e Irlanda do Norte) e nos Estados Unidos, com áreas como criminologia, ciências sociais e assistência social em destaque. No Reino Unido predominam temas relacionados à assistência social, refletindo o interesse em políticas públicas e contextos sociais relacionados ao idoso e a criminalidade, enquanto nos Estados Unidos há maior diversidade temática, com ênfase em criminologia,

envelhecimento e saúde e gerontologia, evidenciando o foco em aspectos criminais e envelhecimento populacional.

Países como Austrália, Israel, Canadá, Suíça, Filipinas e França apresentam contribuições pontuais em áreas específicas, como criminologia, direito e psiquiatria, enfermagem e psicologia, demonstrando a diversidade de abordagens temáticas. Essa variedade reflete o interesse interdisciplinar pelo homem idoso encarcerado. Contudo, a distribuição geográfica limitada ressalta a necessidade de maior representatividade de países em desenvolvimento, especialmente em contextos ainda pouco explorados. Observa-se que as Ciências Humanas concentram a maior parte das publicações, seguidas pelas Ciências da Saúde. Ainda assim, destaca-se a ausência de estudos em áreas igualmente relevantes, como Ciência da Informação, Antropologia, Neurologia, Geriatria, Pedagogia, entre outras, evidenciando lacunas importantes no campo de investigação.

Tabela 4: Áreas primárias das publicações e localização geográfica

Áreas primárias das publicações	Localização geográfica
Assistência social	Inglaterra – UK
Assistência social	Reino Unido – UK
Assistência social e sociedade	Inglaterra – UK
Ciências sociais	Irlanda do Norte – NI
Ciências Sociais	Reino Unido – UK
Criminologia	Estados Unidos – EUA
Criminologia	Estados Unidos – EUA
Criminologia	Austrália – AU
Criminologia	Israel – IL
Criminologia e sociologia	Estados Unidos – EUA
Direito e Psiquiatria	Canadá – CA
Direito e Psiquiatria	Suíça -
Enfermagem	Filipinas – PH
Envelhecimento e saúde	Estados Unidos – EUA
Gerontologia	Estados Unidos – EUA
Psicologia	Inglaterra – UK
Psicologia	França – FR

O ano com o maior número de trabalhos publicados (tabela 2 – primeira coluna) foi 2016, totalizando quatro estudos. Em seguida, registraram-se dois trabalhos publicados em cada um dos anos de 2015, 2017, 2018, 2019, 2021 e 2022. No ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID-19, houve a publicação de apenas um manuscrito. Esse evento teve consequências de ordem biológica, política e social, impactando a pesquisa, o ensino e os processos de publicação acadêmica. Além disso, observa-se uma diminuição do interesse por estudos relacionados ao homem idoso encarcerado nos últimos três anos.

No que se refere aos participantes (tabela 2 – terceira coluna), eles estiveram presentes em 15 dos 17 estudos detalhados, totalizando 2.665 homens idosos. O número de participantes por estudo variou entre 18 e 1.026, com idades compreendidas entre 50 e 87 anos e uma média de 68,5 anos.

A análise dos estudos revelou uma predominância de pesquisas qualitativas (tabela 5), que envolveu a 47% do total, seguidas por pesquisas mistas 24% e quantitativas 18%, além de duas revisões de literatura. Entre os instrumentos utilizados (tabela 6), a entrevista semiestruturada destacou-se como a principal ferramenta, apresentada em oito estudos, evidenciando sua relevância para captar narrativas e experiências individuais. Em contrapartida, instrumentos quantitativos, como escalas padronizadas (CANFOR-S, GDS-15), questionários e métodos avançados de análise estatística, como a regressão de classe latente, foram empregados com menor frequência, cada um utilizado em apenas um estudo. Os ensaios controlados multicêntricos e as avaliações cognitivas também aparecem como estratégias complementares em estudos específicos. Esses dados indicam uma maior ênfase em abordagens qualitativas, mas também evidenciam a diversidade metodológica nos estudos apresentados.

Tabela 5: *Distribuição por tipo de pesquisa*

Pesquisas qualitativas	08
Pesquisas qualitativas e quantitativas (mistas)	04
Pesquisas quantitativas	03
Revisões Sistemáticas da Literatura	01
Revisões da literatura	01

Tabela 6: *Instrumentos utilizados*

Entrevista semiestruturada	08
Entrevista semiestruturada e avaliação cognitiva	01
Entrevista semiestruturada e Escalas	02
Entrevista estruturada	01
Regressão de Classe Latente (análise estatística avançada)	01
Ensaio randomizado controlado multicêntrico	01
Questionário	01

5. Análise e Discussão dos resultados

A partir dos estudos que constituíram o corpus desta revisão sistemática, objetivando reponder à pergunta norteadora “O que foi publicado sobre o homem idoso encarcerado nos

ultimos dez anos?” emergiram os seguintes eixos temáticos: 1) Características da população; 2) Necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional; 3) Saúde física, mental e cognitiva; 4) Relações interpessoais. Nesta sessão, algumas considerações serão tecidas acerca de cada categoria em consonância com as demais.

5.1 Características da população

No que refere às características da população, tem-se que alguns autores preferem adotar a idade de 60 anos ou mais para designar a pessoa como “idoso encarcerado”. Por exemplo, no estudo conduzido por D’Gusman et al. (2017), a maioria dos participantes estava na faixa etária dos 60 e 70 anos; no trabalho de Avieli (2021) as idades ficaram entre 62 e 91 anos; na pesquisa de O’Hara et al. (2016), foram entre 60 e 81 anos. A média de idade dos participantes nesses estudos foi de 70,33 anos.

Porém, uma ligeira maioria já adota o critério de 50 anos ou mais, a exemplo disso, tem-se os trabalhos de Combalbert et al. (2018) que descrevem a idade de 50 a 84 anos, Iftene (2016), entre 50 e 82 anos, Novisky (2018), entre 50 e 78 anos e, por fim, Leigey e Ryder (2015) com participantes entre 55 e 73 anos. A média de idade desses estudos ficou em 65,25, cinco anos a menos com relação aos estudos anteriores.

Quanto ao estado civil dos participantes, no estudo de D’Gusman (2017), em maioria, eram casados. Em contrapartida, no trabalho de Combalbert et al. (2018), eram solteiros ou divorciados. Diferenças culturais, sociais e políticas, onde os estudos foram desenvolvidos, um na Oceania e o outro na Europa, certamente tem influência sobre esses resultados.

Também iremos ver essas diferenças com relação a outros critérios, por exemplo, com relação à cor da pele dos participantes que, no estudo de Nowotny (2016) e Leigey e Ryder (2015), eram, em maioria, pretos. Entretanto, no trabalho de Novisky (2018) eram, em maioria, brancos. As três pesquisas são advindas da América do Norte - EUA, contudo, essa diferença pode estar relacionada à influência dos contextos em que as pesquisas foram desenvolvidas e do método empregado na investigação, entre outros fatores. Ainda com relação a esse critério, Nowotny et al. (2016) destacam que os idosos negros eram mais propensos ao uso de drogas e problemas comportamentais em comparação aos idosos de cor branca. Por outro lado, esses últimos apresentam mais problemas crônicos de saúde.

A população de idosos encarcerados pode ser categorizada em grupos distintos: infratores que envelheceram na prisão; os reincidentes, que foram presos várias vezes ao longo

da vida; os primários, que cometem o primeiro crime depois dos 50 anos (Nowotny, 2016; Sullivan et al. 2016; Combalbert, 2018; Haesen et al. 2019; Lawrence e Devine, 2022).

Os idosos reincidentes, que passaram a vida entre idas e vindas ao presídio aparecem, em maioria, nas pesquisas de Novisky (2018), Iftene (2016) e Avieli (2019). Por outro lado, Combalbert et al. (2018), Lawrence e Devine (2022), Nowotny et al. (2016) e O'Hara et al. (2016) apontam que a maioria dos idosos presos eram réus primários. Logo, os idosos, em maioria, cometeram o primeiro crime após os 50 anos de idade.

No que remete aos reincidentes, Lawrence e Devine (2022) destacam que algumas circunstâncias, provavelmente, agiriam como motivações para a manutenção da vida no crime, tais como: condições de vida desafiadoras fora do ambiente prisional, ausência de apoio familiar e social, vícios e saúde mental comprometida, entre outros. Vale salientar, que os transtornos mentais e os vícios se estendem à vida no cárcere e, por vezes, podem ser agravados.

Haesen et al. (2019) apontam que os que cometeram o primeiro crime após os 50 anos costumam experimentar mais problemas de adaptação com a prisão em comparação com os outros grupos. Lawrence e Devine (2022) complementam que no caso de terem cometido abuso sexual, a adaptação pode se tornar ainda mais desafiadora, pois essa tipologia criminal é malvista pela comunidade encarcerada e costuma provocar sentimentos de vergonha e inadequação no agressor. Além disso, o idoso corre o risco de ser intimidado ou até vitimado por outros presos. Em função disso, geralmente eles são colocados em segregação.

Com relação aos crimes, Leigey e Ryder (2015) destacam que os idosos foram, em maioria, condenados pelos crimes de homicídio. Na mesma direção, Combalbert et al. (2018) verificaram que se tratava de delitos contra a pessoa (homicídio simples, culposo ou qualificado, lesão corporal, violência doméstica, sequestro e cárcere privado), entre outros. Todavia, O'Hara et al. (2016) constataram que os crimes contra o patrimônio (furto, roubo, latrocínio, extorsão, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita, estelionato, entre outros) estavam em primeiro lugar e foram seguidos por delitos de natureza sexual (estupro, estupro de vulnerável, corrupção de menores, tráfico internacional de pessoas para exploração sexual, entre outros) e, em terceiro lugar, os crimes contra a pessoa, fraude e envolvimento com drogas. Logo, subte-se que os idosos, em maioria, foram acusados de cometer crimes contra a pessoa.

No que refere às penalidades aplicadas aos idosos pela prática dos crimes citados, Novisky (2018) relatou penas de três anos a várias décadas; Leigey e Ryder (2015) apontaram penalidades que variavam de 20 a 37 anos; Combalbert et al. (2018) citaram que foram

sentenciados, em média, a 13 anos; enquanto, no estudo de Iftene (2016) os idosos cumpriam pena de prisão perpétua há mais de 10 anos, tendo sido condenados antes dos 50 anos e estavam envelhecendo na prisão. A prisão perpétua ou penas muito longas apresentam diversas repercussões na vida de uma pessoa e quando se é mais velho esses impactos podem ser ainda maiores.

Outros dados sociodemográficos foram relatados por D’Gusman (2017) que identificou que os presos idosos eram, em maioria, católicos, moradores de áreas urbanas e estavam trabalhando antes de serem presos. No que diz respeito ao grau de escolaridade, Combalbert et al. (2018) descreveram que, mais de setenta por cento, não havia terminado o ensino médio; pouco mais de dez por cento o concluíram e, apenas onze por cento, obtiveram formação superior.

Parte das pesquisas relatam que os homens idosos encarcerados geralmente vivenciam dificuldades sociais e econômicas antes de serem aprisionados. Essas adversidades podem ser ocasionadas por diversos fatores, porém, o baixo nível de escolaridade somado à ausência de oportunidades, pode significar uma via de acesso para a entrada no crime. Curiosamente, Lawrence e Devine (2022) encontraram idosos que chegaram a dirigir e ocupar funções importantes em seus empregos, antes de serem presos e, apenas um terço da amostra, relatou maiores privações e desafios ao longo da vida.

No Brasil o nível de escolaridade que predomina entre os homens presos - em todas as idades - é o ensino fundamental incompleto, seguido do médio incompleto, médio completo, fundamental completo, alfabetizado, analfabeto, superior incompleto, superior completo e, acima do nível superior, tem-se 168 pessoas considerando uma população prisional que chega a 839.672 pessoas presas em celas físicas e domiciliares (Brasil, 2023). Tais dados refletem a importância de os governos investirem em melhorias na educação, visto que, o maior nível de escolaridade proporciona mais oportunidades e, conseqüentemente, pode amenizar os riscos de envolvimento com a criminalidade (Vilela, 2021).

5.2 Necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional

No tocante às necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional, tem-se que a maioria dos detentos idosos enfrenta desafios funcionais no ambiente prisional. A locomoção torna-se particularmente desafiadora devido às superfícies irregulares, portas estreitas, banheiros e dormitórios não adequados às necessidades dessa população. Essas dificuldades podem ser agravadas por alterações biológicas, próprias a essa fase da vida, por

exemplo, perda ou diminuição do tato, equilíbrio e visão. Infelizmente, auxílios físicos como andadores, bengalas, entre outros, que poderiam reduzir os riscos não são aceitos no ambiente prisional (Jackson, Doyle & Bartels, 2020; Nowotny et al., 2016).

Parte das instituições considera esses objetos como potenciais instrumentos de agressão a serem utilizados contra funcionários e/ou detentos. Outros subsídios auxiliares, como corrimãos e dispositivos similares, podem ser explorados como pontos de suspensão em tentativas de suicídio (Jackson, Doyle & Bartels, 2020).

Tarefas cotidianas no ambiente prisional, como participar da contagem, transitar por escadas, comparecer a consultas médicas, utilizar instalações sanitárias, subir e descer de beliches, podem representar desafios consideráveis para um corpo envelhecido (Jackson, Doyle & Bartels, 2020; Nowotny et al., 2016).

Contudo, a realização das tarefas diárias é particularmente importante para a manutenção da saúde física, mental e cognitiva dos idosos (Jackson, Doyle & Bartels, 2020). Combalbert et al. (2018) relatou que pouco menos da metade dos homens idosos presos costuma realizar atividades, como oficinas, dentro da prisão. A ausência de estímulos adequados e o confinamento pode contribuir para um estilo de vida sedentário, com impactos negativos na saúde global dos detentos idosos.

Lawrence e Devine (2022) exploraram a capacidade de os participantes realizarem as atividades da vida diária, como caminhar, vestir-se, alimentar-se, entre outras. A partir disso, constataram que um terço deles tinha dificuldade para realizar pelo menos uma atividade; quase vinte por cento, em pelo menos duas e, dois por cento, em três ou mais. A capacidade de locomoção reduzida, o rebaixamento da visão e da audição, são alguns fatores que contribuem para o aumento dos obstáculos na execução dessas tarefas.

Necessidades relacionadas aos cuidados pessoais (acesso a instalações sanitárias, autorização para tomar banho, comunicação, entre outras) também foram exploradas. Constatou-se que um terço tinha dificuldade em pelo menos uma das situações apresentadas, vinte por cento, em pelo menos duas e, dez por cento, em três ou mais. Ainda com relação aos cuidados pessoais, problemas relacionados à comunicação com outras pessoas, foram elencados como o que mais interferem na satisfação dessas necessidades (Lawrence & Devine, 2022).

Sullivan et al. (2016) também identificaram a capacidade reduzida de desenvolver competências funcionais por parte dos homens idosos encarcerados. Nesse caso, alertam que tais necessidades não atendidas podem diminuir a capacidade de o idoso administrar seu regime de cuidados e, em consequência, gerar comprometimento da saúde mental.

O'Hara et al. (2016) pontuaram que informações relacionadas ao estado de saúde e tratamento, saúde mental, atividades diurnas, alimentação, status financeiro e visitas dos parentes e familiares, foram as necessidades não satisfeitas mais elencadas pelos homens idosos encarcerados. Logo, concluíram que pode haver uma associação significativa entre sintomas depressivos e a ausência desse tipo de suporte.

Em geral, as instituições referem oferecer aporte às necessidades dos presos de modo igualitário. Entretanto, nem todos os idosos têm acesso aos mesmos dispositivos ofertados no ambiente prisional. A exemplo disso, tem-se as escalas salariais diferenciadas entre os presos, o que faz com que alguns possam manter regimes de visita dos familiares, obter alimentos de melhor qualidade ou até um local privilegiado para dormir. Logo, subte-se que as desigualdades também são reproduzidas nesses contextos (Novisky, 2018).

Nesse entendimento, a gestão da própria saúde por prisioneiros que possuem algum capital cultural (conhecimento sobre alimentação, dieta, defesa de direitos, entre outras), provavelmente será mais bem sucedida. De outro modo, o encarceramento pode beneficiar determinados grupos como os que possuem algum grau de marginalização anterior à prisão. Nesses casos, os cuidados disponibilizados durante o encarceramento – ainda que deficitários – podem oferecer melhorias de saúde potenciais com relação às circunstâncias anteriores (Novisky, 2018).

Com relação a isso, Lawrence e Devine (2022) relataram que alguns idosos chegaram a apresentar melhora da saúde na prisão, pois algumas necessidades não satisfeitas na comunidade onde viviam estavam sendo atendidas no ambiente prisional, o que nos alerta para a heterogeneidade da população prisional. Por outro lado, os autores referenciados concluíram que, pouco mais de 40% dos presos mais velhos apresentaram quadro de saúde um pouco ou muito pior, em comparação ao ano anterior. Sendo assim, o aprisionamento pode gerar mais impactos negativos que benefícios à saúde dos idosos presos.

No que diz respeito ao estilo de vida, quase 40% dos idosos, evidenciaram ter um modo de vida pouco saudável na prisão. O que poderia estar associado aos hábitos de vida estabelecidos na comunidade antes do aprisionamento, além das dificuldades em manter uma rotina saudável no contexto prisional (Lawrence & Devine, 2022).

No que se refere à sensação de bem-estar, os idosos presos apresentam índices menores quando comparados aos idosos da comunidade. De modo geral, no início da sentença essa percepção pode ser afetada negativamente, passando a ser mais positiva no final da prisão. A adaptação ao ambiente prisional depende, em parte, de fatores individuais, ambientais e da interação entre eles. Logo, assim como a sensação de bem-estar, o modo como cada pessoa

vivência o encarceramento é singular e depende de diversos fatores (Lawrence & Devine, 2022).

Elementos constitucionais individuais em conjunto com os ambientais têm a capacidade de atuar como propulsores ou inibidores de resiliência, fatores de risco ou proteção. Alguns aspectos podem contribuir para o progresso emocional e social das pessoas, como autoconfiança, independência, ambiente seguro, redes de suporte social prontamente acessíveis, entre outros. Essas condições desempenham um papel crucial ao ajudar na superação de desafios e nas adaptações inerentes ao curso de vida (Vilela, Silva & Dias, 2022).

A resiliência no sistema prisional entre os idosos encarcerados, foi investigada por D'Gusman (2017) que descreveu três fases para alcançá-la. Na primeira, predomina o peso da condenação e a incerteza sobre o seu futuro; na segunda, emerge o sentimento de otimismo e disponibilidade para experimentar a vida na prisão; na terceira e última fase, chegar-se-ia ao senso de resiliência. Certamente, o apoio da equipe multidisciplinar da prisão e da família podem ser decisivos para se chegar à última fase.

O bem-estar psicológico no ambiente prisional parece controverso. Entretanto, um apoio social adequado pode ajudar na promoção de metas com vistas à construção de significados e consequente bem-estar. Avieli (2021) identificou entre presos idosos experiências de autodescoberta, crescimento pessoal e envelhecimento bem-sucedido. Foram elencadas quatro fases: na primeira, o idoso compara o envelhecimento na prisão ao da comunidade; na segunda, a prisão passa a ser vista como uma possibilidade de fuga da solidão, da pobreza e da delinquência; na terceira, ele assume o papel de mentor dos mais jovens; na quarta, reconhece o crescimento pessoal e a oportunidade de construir novos significados para sua vida na prisão (Avieli, 2021).

Igualmente, Leigey e Rider (2015) reconheceram que os idosos presos pareciam encontrar significado e propósito para sua vida na prisão. Isso ocorreu, em parte, devido à participação em atividades educacionais e vocacionais, o que proporcionou aprendizado e desenvolvimento de novas habilidades. Alguns idosos concluíram o ensino médio e cursos universitários enquanto estavam presos. Outros estavam envolvidos com atividades de apoio à comunidade prisional (programas educativos sobre doenças transmissíveis, defesa de direitos, ministérios religiosos, entre outros).

Em contrapartida, pensamentos e sentimentos sobre a morte e o morrer podem ser recorrentes entre os homens idosos encarcerados. Em geral, estão associados à violência comum no sistema prisional. Contudo, o medo de morrer atrás das grades, as condições de

saúde e as falhas no atendimento a essas necessidades, preocupam muito mais essa população (Novisky, Narvey & Prost, 2022).

Na perspectiva dos homens idosos encarcerados, os problemas mais significativos da prisão, estavam relacionados à falta de “pequenos luxos”, saudade de alguém, sentir que a vida estava sendo desperdiçada, desejo de privacidade. Entre os “pequenos luxos”, a comida foi o item mais prevalente, pois a oferecida no presídio parecia ser pouco atrativa e saudável. (Leigey & Rider, 2015).

5.3 Saúde física, mental e cognitiva

A respeito da saúde física, mental e cognitiva, tem-se que a população de idosos encarcerados costuma apresentar mais problemas de saúde crônicos, doenças infecciosas e problemas de saúde mental em comparação à população geral. Ter sido presidiário implica em elevado risco de mortalidade a longo prazo (Nowotny et al., 2016).

Entre os velhos encarcerados é possível identificar quatro grupos: os relativamente saudáveis; os que apresentam problemas de saúde mental que podem estar associados ou não ao uso de substâncias; os portadores de doenças crônicas relacionadas ou não a deficiências e lesões; e, por fim, os insalubres em todos os domínios (Nowotny et al., 2016).

Prisioneiros mais velhos podem apresentar de uma a quatro doenças, sendo as mais prevalentes: problemas cardíacos, hipertensão, colesterolemia, diabetes, artrite, problemas na coluna, doenças infecciosas, problemas de visão e audição, problemas na próstata; e, as menos prevalentes, insônia, problemas com relação à mobilidade, dores, fraturas e lesões preexistentes (D’Gusman et al., 2017; Lawrence & Devine, 2022; Novisk, 2018; Ridley, 2021).

A prestação de serviços de saúde dentro das prisões apresenta variações; em alguns locais pode ser mais efetiva e em outros não. De modo geral, as penitenciárias foram desenvolvidas para satisfazer às necessidades da população jovem, por isso, podem não estar preparadas para oferecer atendimento adequado aos que estão em processo de envelhecimento e, portanto, apresentam carências de saúde mais complexas (Jackson, Doyle & Bartels, 2020; Sullivan et al., 2016). O não atendimento a essas demandas pode resultar na piora dos quadros e frequentes hospitalizações, gerando maiores custos ao Estado (Jackson, Doyle & Bartels, 2020; Nowotny et al., 2016).

A maioria dos idosos encarcerados refere receber tratamento para os seus problemas de saúde (Combalbert et al., 2018; Lawrence e Devine, 2022; Sullivan et al., 2016). Ao entrarem na prisão costumam receber as medicações prescritas, contudo, há relatos de atrasos, mudanças

de medicamento, dificuldades de comunicação com os responsáveis pelos setores da saúde. Não obstante, essas queixas se estendem a todas as faixas etárias, porém, com maiores consequências para a população idosa (Sullivan et al., 2016).

Alguns idosos podem apresentar dificuldade em aderir a um regime de medicação consistente para o tratamento de suas doenças, dificultado o controle das enfermidades (D’Gusman et al., 2017; Novisky, 2018). O abuso de substâncias pode funcionar como um dos fatores que impossibilita o cumprimento do regime de cuidados e dificultar o manejo da dor em presos mais velhos (Nowotny et al., 2016).

Contudo, o uso de drogas ilícitas parece ser menor nessa população (Nowotny et al., 2016). Com relação a isso, D’Gusman et al. (2017) assinalam que uma parte dos idosos era fumante e/ou fazia uso de bebida alcoólica e a maioria não usava drogas ilícitas antes de serem aprisionados.

Igualmente, Sullivan et al. (2016) encontraram taxas elevadas de abuso de substâncias entre os homens idosos presos. Na mesma direção, Iftene (2016) e Haesen et al. (2019) ressaltaram que o álcool é a substância mais comum entre os presos mais velhos, refletindo o mesmo comportamento dos idosos da comunidade. Esse padrão pode mudar à medida que a população jovem envelhece.

Sullivan et al. (2016) pontuaram que a restrição da entrada desse tipo de insumo dentro das penitenciárias pode provocar o interesse da população mais jovem por medicamentos de uso controlados e, as pessoas mais vulneráveis, como a população idosa, podem ser coagidas a ceder suas medicações. Em consequência, os idosos podem não conseguir dar continuidade ao tratamento.

Diante disso, sugere-se que uma abordagem adequada nos casos de abuso de substâncias pode ser fundamental para o bem-estar dos presos e da administração prisional, pois as consequências do uso inadequado de drogas podem provocar desorganização mental, problemas de relacionamento com a família, funcionários e outros detentos. Essas implicações parecem estar associadas às medidas disciplinares que geralmente são empregadas aos presos mais velhos (Iftene, 2016).

Haesen et al. (2019), Jackson, Doyle e Bartels (2020) e O’Hara et al. (2016) observaram que existe uma prevalência de doença mental entre os presos idosos com relação à população jovem. Haesen et al. (2019) constataram que mais da metade dos infratores maiores de 65 anos sofria de problemas mentais, como a depressão e sintomas demenciais. Além disso, idosos abaixo de 64 anos possuíam histórico de atendimento em serviços de saúde mental antes de serem presos.

Na mesma direção, Lawrence e Devine (2022) descreveram que 60% dos idosos encarcerados recebiam medicação para estresse, ansiedade e depressão. De modo semelhante, Combalbert et al. (2018) relataram que pouco mais de 80% recebiam atendimento psiquiátrico e psicológico.

Os idosos que são aprisionados pela primeira vez na fase da velhice tendem a apresentar sintomas depressivos e, em função disso, necessitam de maior atenção e monitoramento (Jackson, Doyle & Bartels, 2020; O'Hara et al., 2016). Iftene (2016) acrescentou que, aproximadamente, vinte por cento, dos idosos presos após os cinquenta anos, apresentam ideação suicida. Nesse sentido, O'Hara et al. (2016) supõem ser indispensável a realização de testes breves de rastreio da depressão com regularidade, a fim de facilitar o gerenciamento e promover a atenção necessária a essa população.

De acordo com Iftene (2016), parece haver uma relação entre depressão, ansiedade e distúrbios do sono, pois um percentual significativo de idosos encarcerados portadores de um ou mais transtornos apresentaram insônia. Dentre eles, poucos tinham acesso ao psiquiatra da instituição após os 50 anos ou recebiam algum tipo de apoio psicológico. Em virtude do pequeno número de psicólogos disponíveis para atendimento, os idosos eram orientados a solicitar uma consulta apenas em caso de ideação suicida. Nesse caso, os que procuravam eram colocados em segregação, o que inibia a busca por ajuda.

Nesse sentido, promover uma rotina de exercícios físicos, pode ajudar os idosos presos a amenizar os sintomas de ansiedade e depressão. Trata-se de um recurso indispensável para auxiliar na redução dos custos de tratamento com a saúde mental nas prisões (Iftene, 2016).

Leigey e Rider (2015) perceberam que a saúde mental dos idosos que estavam em prisão indeterminada melhorou com o passar do tempo. O amadurecimento e os sentimentos destrutivos cediam lugar à compreensão da responsabilidade pelas escolhas ruins que resultaram na prisão perpétua. Nesse contexto, a angústia e o arrependimento não seriam bons aliados na busca pelo desenvolvimento. A religiosidade e a autoconfiança, os impulsionavam a adquirir novas habilidades.

No que refere à saúde cognitiva, Combalbert et al. (2018) identificaram que o comprometimento cognitivo entre os idosos encarcerados era mais acentuado em comparação aos idosos que vivem na comunidade. Alguns fatores no contexto prisional podem agir como propulsores desses resultados, dentre eles, tem-se a impossibilidade de planejar ações a serem realizadas durante o dia, escolher seu próprio alimento, realizar atividades físicas ou intelectuais, estabelecer relações interpessoais positivas, entre outros. Além disso, o abuso de substâncias, o estresse, lesões ocasionadas por acidentes ou doenças como (aterosclerose,

acidente vascular cerebral, trombose, hipertensão, diabetes), entre outras, podem acelerar o declínio cognitivo comum nessa fase da vida.

Ridley (2021) verificou que, cinco por cento, dos homens encarcerados com mais de 55 anos no Reino Unido, sofriam de algum tipo de demência. Na mesma direção, Combalbert et al. (2018) complementam que um quinto dos presos mais velhos na França apresentaram resultados em testes de rastreio cognitivo sugestivos de demência ou de algum déficit cognitivo. Foi constatado que essa população tende a não procurar ajuda, pois, quase sempre, considera que a sua saúde ou qualidade de vida estejam bem. Déficits de comunicação podem corroborar para a não participação em atividades que poderiam prevenir, retardar ou manter estável o declínio das funções cognitivas.

Nessa perspectiva, Jackson, Doyle e Bartels (2020) apontam que a ausência de engajamento social nos quadros em que há perdas cognitivas pode acentuar o declínio. No contexto prisional as doenças neurodegenerativas podem passar despercebidas e, por isso, não serem tratadas.

A ausência de um diagnóstico pode provocar diversas consequências, dentre elas, a dificuldade para cumprir regras ou tarefas que fazem parte da rotina, a manifestação de comportamentos inadequados que podem ser mal interpretados e levar o idoso a sofrer penalidades, entre outras (Jackson, Doyle & Bartels, 2020).

De acordo com Nowotny et al. (2016), como as demências podem ser difíceis de diagnosticar e cuidar no ambiente prisional, o rastreio dos distúrbios cognitivos e doenças neurodegenerativas deveria ser implementado de modo sistemático. Uma vez que os presos idosos nessa condição apresentam um grau de vulnerabilidade bem maior, necessitam ser direcionados para locais onde possam receber os cuidados necessários.

5.4 Relacionamentos interpessoais

No que remete aos relacionamentos interpessoais no contexto prisional, tem-se que essas relações são atravessadas por afetos quase sempre ambivalentes. A história de vida, bem como fatores internos e externos influenciam o modo como cada pessoa escolhe se relacionar com outros detentos, agentes e familiares.

Diversos fatores podem influenciar negativamente as relações no contexto prisional, um deles é o preconceito etário. Iftene (2016) relatou que mais da metade dos idosos encarcerados sofria *idadismo*: insultos, ridicularização, ameaças, isolamento, violência física, abuso sexual; por vezes, eram impedidos de permanecer em filas ou locais como academias de

ginástica. Os lugares para se exercitar eram vistos como inacessíveis, pois eram frequentados, em maioria, por pessoas jovens que costumavam os satirizar.

Combalbert et al. (2018) também identificaram a violência física e sexual sofrida pelos idosos, sendo que, em menor proporção. Leigey e Rider (2015) descreveram que a ausência de privacidade com relação aos bens pessoais e a disposição ruim das celas, foram as violências mais elencadas pelos idosos. Alguns deles aparentam estar mais susceptíveis ao abuso por parte dos companheiros. Em geral, os que apresentam algum tipo de transtorno mental, doenças físicas ou problemas de mobilidade se sentem mais inseguros (Iftene, 2016).

No entanto, Filinson e Ciambrone (2019) destacaram que as violações não se reservam aos detentos e se estendem também ao pessoal penitenciário, pois, por vezes, eles ameaçam e desrespeitam os mais velhos quando zombam ou fazem piadas a respeito dos crimes cometidos.

Filinson e Ciambrone (2019) e Novisk (2018) descreveram situações nas quais os idosos testemunharam a vitimização de outros presos, como queimaduras, facadas, fraturas, entre outras. Novisk (2018) ressaltou que mais da metade da população idosa relatou ter presenciado a morte de outros companheiros por motivo de doença ou suicídio. Em consequência, costumam se sentir intimidados, ansiosos e impulsivos a se manter em isolamento.

Contudo, Filinson e Ciambrone (2019) destacaram que a maioria rejeitou a possibilidade de viver em instituições prisionais segregadas por idade, pois as dificuldades de cumprir a pena ou mesmo a violência presenciada não estaria diretamente ligada à exclusão da população jovem.

Para Filinson e Ciambrone (2019) e Iftene (2016) as opiniões ambivalentes dos presos idosos com relação aos mais jovens parecem ser comuns, pois ora se ressentem por seus diferentes valores, ora se colocam no lugar de orientador deles. Queixas com relação aos ruídos sonoros provocados por vozes ou músicas no período noturno são as mais prevalentes. Mesmo assim, boa parte dos idosos encarcerados não interage exclusivamente com pessoas da mesma idade e, parte deles, referiu obter apoio emocional de outros reclusos e não dos familiares (Iftene, 2016).

Os idosos funcionam como o elemento mais estável emocionalmente da comunidade prisional, pois fazem uso da experiência que obtiveram ao longo de suas vidas e compartilham conhecimentos e estratégias de como sobreviver nesse contexto (Novisk, 2018). Para Filinson e Ciambrone (2019), os mais velhos se sentem úteis no papel de aconselhar os mais jovens e, além disso, podem rememorar o seu antigo eu. Consequentemente, ganham a confiança e o respeito deles, o que aproximaria as relações intergeracionais.

Com relação a isso, D’Gusman (2017) e Filinson e Ciabone (2019) concordam que os idosos e jovens procuram, em geral, obter amizades táticas para sobreviver às adversidades do ambiente prisional. Alguns idosos reconhecem que os presos mais jovens podem ser respeitosos e proporcionar proteção em situações ameaçadoras.

Nesse sentido, as relações intergeracionais desenvolvidas no contexto prisional parecem ser mais prevalentes em comparação às produzidas antes da prisão. Além disso, essas relações podem tornar a experiência na prisão mais sustentável. (Filinson & Ciambone, 2019).

A investigação sobre as relações parentais no contexto prisional se concentrou na população prisional jovem ou do sexo feminino. Notadamente, o foco era a manutenção dos laços filiais e na prevenção do comportamento antissocial. Destarte, a prisão não só interrompe o curso normativo da vida como também pode dificultar a manutenção dos laços parentais (Filinson & Ciambone, 2019).

Dentre os impactos causados pelo encarceramento a perda do contato social, sobretudo do contato com a família, pode ser considerado o que mais provoca problemas de saúde e aumento do risco de mortalidade entre os idosos encarcerados (Filinson & Ciambone, 2019; Ridley, 2021). Na mesma direção, Iftene (2016) constatou que pessoas idosas que mantêm contato mais frequente com seus familiares têm menor probabilidade de apresentar ideação suicida.

Com relação ao contato com os parentes, Combalbert et al (2018) constataram que a maioria dos idosos mantinha vínculos. Por outro lado, Filinson e Ciambone (2019) descreveram que os idosos, em maioria, tinham filhos, porém, poucos recebiam a visita deles e, um terço não eram visitados por amigos ou familiares. Vele ressaltar, que os presos mais velhos, com ou sem filhos, identificavam outro preso como confidente ao invés de um parente. Nesse entendimento, D’Gusman et al. (2017) ressaltou que a ausência dos familiares pode justificar a aproximação dos idosos a outros presos e a maior participação deles em atividades oferecidas pela instituição.

Alguns fatores estariam associados à redução do contato familiar: distância geográfica, saúde precária dos parentes, rígidos procedimentos de segurança para adentrar as instituições, “crença” na falta de tempo dos parentes, opção por parte dos filhos e escolha do próprio preso. Ao desencorajar as visitas o preso acredita que pode proteger seus parentes da dura realidade do contexto prisional, ao passo que validam a preocupação com o bem-estar deles (Filinson & Ciambone, 2019; Leigey & Ryder, 2015). Entretanto, apesar do contato reduzido com suas famílias, a maioria dos presos idosos sentem-se satisfeitos com o relacionamento que mantêm com seus parentes (Leigey & Ryder, 2015).

Leigey e Ryder (2015) e Novisky (2018) apontam que os presos mais velhos apresentam dificuldade em lidar com a separação de seus familiares e que se sentem tristes por não estarem mais presentes na vida dos filhos e netos. Alguns idosos chegaram a lamentar a morte de parentes durante o aprisionamento e a impossibilidade de prestar apoio aos familiares.

A manutenção dos laços familiares e comunitários durante o aprisionamento, são imprescindíveis à reintegração social do preso, pois alguns apenados idosos quando conseguem a liberdade condicional – a depender da gravidade do crime que cometeram – se deparam com a falta de moradia ou dificuldade para encontrar um abrigo. A família ou as redes de apoio podem não existir mais, o que dificulta a efetivação desse processo (Nowotny et al., 2016).

Forsyth et al. (2015) apontam que o planejamento da reintegração social é quase inexistente na maioria das instituições. O que parece predominar é a ausência de comunicação entre os diversos setores que envolvem necessidades, saúde e reintegração social. O compartilhamento de informações entre essas instâncias urge por melhorias. O envolvimento potencial de outros presos e organizações do terceiro setor na identificação e atendimento das necessidades de saúde e assistência social dos homens mais velhos, carece ser considerado (Forsyth et al., 2017).

Portanto, efetivamente os presos mais velhos geralmente precisam ser cuidados, ao invés de controlados. Por serem mais complacentes em comparação aos mais jovens, são levados ao equívoco comum de que se adaptam melhor ao encarceramento. Em função disso, geralmente se encontram em último lugar na lista de prioridades da administração prisional. Contudo, tendo em vista as necessidades diferenciadas dessa população, a omissão de direitos não parece ser a solução. A negligência das necessidades de saúde, cuidados, mobilidade, alimentação, entre outras, provoca prejuízos à saúde global da pessoa idosa e, conseqüentemente, ao Estado, que vai precisar investir em cuidados adicionais ao invés de economizar com planejamento e organização.

6. Considerações

Este estudo se propôs a realizar uma revisão sistemática da literatura para retratar o estado atual do conhecimento sobre o homem idoso encarcerado. Durante a busca por material, não foram encontradas publicações nos continentes da África, Antártida e América do Sul. Apesar de terem sido identificadas produções sobre a temática, o número encontrado é considerado modesto dada a amplitude da busca realizada. É importante ressaltar que não

foram localizadas publicações sobre o homem idoso encarcerado no Brasil, o que destaca a relevância deste estudo.

A resposta à pergunta norteadora “O que foi publicado sobre o homem idoso encarcerado nos últimos dez anos?”, revelou quatro eixos temáticos principais: Características da população; Necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional; Saúde física, mental e cognita; Relações interpessoais.

Com relação às características da população, tem-se que a maioria dos autores considera idoso encarcerado pessoas com 50 anos ou mais. Nos estudos apresentados a idade média é de 68,5 anos. Em maioria, eram casados, solteiros ou divorciados, de cor preta ou branca, eram católicos, residentes em áreas urbanas, com baixo nível de escolaridade. Em geral, cometem o primeiro crime após os 50 anos de idade, com predomínio de delitos contra a pessoa (como homicídio). As penalidades variavam entre alguns anos a várias décadas, com destaque para casos de prisão perpétua ou penas muito longas.

No que refere às necessidades, experiências e percepções do ambiente prisional, percebe-se que ele não está adequado às necessidades da população idosa. Essa realidade torna a vida na prisão bastante desafiadora, sobretudo com relação à mobilidade e ao desempenho das tarefas cotidianas. Alguns idosos conseguem melhorar sua saúde na prisão, enquanto outros experimentam deterioração. Parte disso tem a ver com as desigualdades no acesso a recursos e cuidados, assim como a influência dos hábitos e história de vida anteriores ao aprisionamento. A adaptação ao ambiente prisional varia entre os indivíduos e pode ser influenciada por fatores individuais, ambientais e de suporte social. Alguns detentos idosos encontram significado e propósito na vida na prisão por meio de atividades educacionais e de apoio à comunidade, mas também enfrentam preocupações sobre saúde, morte, falta de privacidade, visitas e alimentação.

No que remete à saúde física, mental e cognitiva, acredita-se que os idosos presos tendem a enfrentar mais problemas de saúde crônicos, doenças infecciosas, saúde mental e declínio cognitivo, que a maioria da população geral. As doenças físicas mais prevalentes incluem problemas cardíacos, hipertensão, diabetes, artrite e problemas de visão e audição. A adesão ao tratamento medicamentoso pode ser um desafio para alguns idosos encarcerados, especialmente devido ao abuso de substâncias, embora o uso de drogas ilícitas seja geralmente menor nessa população. Problemas de saúde mental como depressão, ansiedade e declínio cognitivo, são comuns entre os presos idosos. A ausência de diagnóstico e tratamento adequados pode levar a dificuldades no cumprimento de regras prisionais e na interação social.

Quanto às relações interpessoais, os idosos encarcerados frequentemente sofrem discriminação por parte de detentos e até mesmo dos funcionários da prisão. Apesar das tensões, muitos idosos estabelecem relações intergeracionais com presos mais jovens, oferecendo orientação e apoio emocional mútuo para enfrentar as dificuldades do ambiente prisional. O contato com a família é crucial para o bem-estar dos presos idosos. Muitos enfrentam dificuldades para manter esses laços devido a vários fatores, como distância geográfica, procedimentos de segurança rigorosos e a crença de que estão protegendo seus familiares ao desencorajar visitas. A manutenção dos laços familiares e comunitários durante o aprisionamento é essencial para a reintegração social após a libertação.

Para além dos dados tratados na discussão, vale ressaltar a necessidade de garantir que os idosos encarcerados tenham acesso a cuidados de saúde adequados, o oferecimento de programas de reabilitação física e mental, incluindo terapias ocupacionais e programas de treinamento profissional. Assegurar que as instalações prisionais ofereçam habitações adequadas para os idosos, incluindo celas acessíveis, espaços de convivência e instalações sanitárias adaptadas às suas necessidades. Implementar políticas e procedimentos para proteger os idosos contra abusos físicos, emocionais e sexuais, com medidas eficazes de denúncia e intervenção. Incentivar a formação de relações interpessoais positivas entre os idosos e outros detentos, oferecendo oportunidades para interações sociais construtivas e atividades em grupo.

O presente estudo apresenta algumas limitações, incluindo a possibilidade de existirem resultados adicionais em bases de dados não consultadas, bem como o uso de outras fontes como livros, capítulos, dissertações, teses, entre outras. Portanto, sugere-se que pesquisas futuras explorem mais a fundo o tema do homem idoso encarcerado, com foco nos processos de ressocialização, saúde cognitiva e dinâmicas familiares. No entanto, espera-se que este estudo tenha contribuído para ampliar o entendimento sobre essa população e incentive a realização de novas pesquisas sobre o assunto.

No próximo capítulo, serão discutidos os principais conceitos do referencial teórico que fundamentarão a análise e interpretação dos resultados desta tese, oferecendo uma base sólida para compreender as questões levantadas ao longo do estudo.

Capítulo II

Aquarela

Numa folha qualquer
Eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas
É fácil fazer um castelo
Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva
E se faço chover com dois riscos, tenho um guarda-chuva
Se um pinguinho de tinta
Cai num pedacinho azul do papel
Num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu
Vai voando, contornando
A imensa curva norte-sul
Vou com ela viajando
Havai, Pequim ou Istambul
Pinto um barco à vela
Branco navegando
É tanto céu e mar num beijo azul
Entre as nuvens vem surgindo
Um lindo avião, rosa e grená
Tudo em volta colorindo
Com suas luzes a piscar
Basta imaginar e ele está partindo, sereno e lindo
E se a gente quiser
Ele vai pousar
Numa folha qualquer
Eu desenho um navio de partida
Com alguns bons amigos
Bebendo de bem com a vida
De uma América à outra
Eu consigo passar num segundo
Giro um simples compasso
E num círculo eu faço o mundo
Um menino caminha
E caminhando chega no muro
E ali logo em frente
A esperar pela gente o futuro está
E o futuro é uma astronave
Que tentamos pilotar
Não tem tempo, nem piedade
Nem tem hora de chegar
Sem pedir licença, muda a nossa vida
E depois convida a rir ou chorar
Nessa estrada não nos cabe
Conhecer ou ver o que virá
O fim dela, ninguém sabe
Bem ao certo onde vai dar
Vamos todos numa linda passarela de uma aquarela
Que um dia enfim (descolorirá).



Composição: Vinícius de Moraes / Toquinho / Guido Morra / Fabrizio De André.

1. Aquarela da Vida: Reflexões sobre o Desenvolvimento Humano no Cárcere

A música "*Aquarela*", de Toquinho, é uma representação poética do ciclo da vida, onde tudo parece fluir e se transformar, como um desenho em constante construção. Em suas linhas, Toquinho descreve o percurso da vida como algo que se desdobra em diferentes cores e formas, tal como uma aquarela, onde as escolhas e as circunstâncias vão traçando caminhos incertos e, por vezes, imprevisíveis.

Assim como na aquarela, onde o desenhista pode mudar de direção e criar novas figuras a partir de manchas e traços antigos, o desenvolvimento humano no cárcere também se dá de maneira imprevisível, influenciado pelas interações sociais, pelos contextos de vida e pelas oportunidades ou a falta delas. Esses homens, já na velhice, enfrentam o desafio de redescobrir suas identidades e redefinir seus papéis em um ambiente hostil e restritivo, onde as possibilidades de reabilitação e crescimento pessoal são limitadas, mas ainda possíveis.

2. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano aplicada ao homem idoso encarcerado

O presente capítulo tem o objetivo de discutir os principais conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) e analisar sua aplicação ao desenvolvimento do homem idoso no contexto prisional, destacando os fatores que influenciam esse processo e as implicações para a prática e a pesquisa.

Essa teoria foi desenvolvida na segunda metade do século XX pelo psicólogo e pesquisador Urie Bronfenbrenner. As ideias iniciais surgiram na infância do autor, mas só se consolidaram quase 30 anos depois. Bronfenbrenner nasceu em Moscou, Rússia, em 1917, mas se mudou para os Estados Unidos com sua família, aos seis anos de idade, devido a questões políticas e sociais da época (Benetti, Vieira, Crepaldi & Schneider, 2013). Ele iniciou sua trajetória acadêmica com uma graduação em Música e Psicologia, na Universidade de Cornell, em 1938. Durante esse período, teve a oportunidade de conhecer Kurt Lewin, professor e mentor da Teoria de Campo, que influenciou significativamente suas ideias. Em 1942, Bronfenbrenner concluiu seu mestrado e doutorado na Universidade de Michigan (Bronfenbrenner, 1996).

Nos anos 1970, a ciência estava fundamentada no paradigma positivista, onde as teorias dominantes enfatizavam o rigor metodológico e experimentos controlados "minuciosamente planejados". Para Bronfenbrenner, tais pesquisas possuíam um escopo limitado, já que

frequentemente não refletiam a realidade do indivíduo em seu ambiente natural. Ele criticou o positivismo da época, argumentando que aquela era a "ciência do comportamento desconhecido da criança, em situações desconhecidas, com adultos desconhecidos, pelo menor tempo possível" (Bronfenbrenner, 1996, p.16).

Durante quatro décadas, de 1970 a 2005, Urie Bronfenbrenner dedicou-se à construção de um modelo científico para estudar o desenvolvimento humano, influenciado por pensadores como Dilthey, George Mead, Kurt Lewin, Piaget, entre outros. Nesse percurso, duas fases foram identificadas: a primeira culminou na publicação da obra "Ecology of Human Development" em 1979, traduzida no Brasil em 1996 (Bronfenbrenner, 1979/1996), onde são introduzidos os conceitos do modelo ecológico. Para exemplificar suas ideias, Bronfenbrenner (1996) comparou seu modelo teórico a um conjunto de bonecas russas, que se encaixam uma dentro da outra. Cada boneca representa um sistema com características próprias, mas que estão interligados de maneira dinâmica.

Na segunda fase, o autor criticou o modelo anterior em função da ênfase dada ao ambiente e não aos processos individuais (Bronfenbrenner, 1999; 2012; Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Evans, 2000). Na versão mais recente, o autor propõe uma incorporação dos componentes do modelo ecológico aos novos elementos que dão ênfase à interação e à dinâmica das relações, passando a ser denominado como modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O modelo bioecológico pode ser definido como o estudo científico do desenvolvimento humano ao longo do tempo incluindo o passado e o presente. Assim, o desenvolvimento é estabelecido pelo autor "como o fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico" (Bronfenbrenner, 2012, p.43).

Bronfenbrenner (1996) pontuou que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, que provoca mudanças duradouras na pessoa, não sendo apenas temporárias ou restritas a uma situação ou contexto específico. Essa transformação ocorre simultaneamente nos domínios da percepção e da ação, dependendo, portanto, da forma como o indivíduo percebe e interage nos contextos tanto próximos quanto distantes. REFR

Na década de 1960, Bronfenbrenner planejou e implementou vários projetos e políticas públicas, pelos quais recebeu amplo reconhecimento. Em seus últimos trabalhos, manifestou preocupação com o futuro das gerações. As principais obras desse período foram: "The State of Americans: This Generation and the Next" e "Bioecologia do Desenvolvimento Humano:

Tornando os Seres Humanos Mais Humanos" (2012). Ele acreditava que as políticas públicas poderiam contribuir para o desenvolvimento humano e melhorar as condições de vida (Bronfenbrenner, 2012). Seus estudos serviram como base para pesquisas em instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e em áreas do conhecimento como psicologia, saúde coletiva, gerontologia, entre outras.

No Brasil, essa abordagem também foi utilizada como base teórica para a investigação de temas relacionados à violência, vulnerabilidades, fatores de risco e proteção. Entre os estudos estão: a violência de gênero (Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida & De Souza, 2009); no contexto escolar (Habigzang, De Antoni & Koller, 2011); a violência intrafamiliar (Koller & De Antoni, 2011); o abuso sexual na família (Lordello & Oliveira, 2012); o bullying (Schultz, Duque, Silva, Assini, Souza & Carneiro, 2012); famílias em situação de risco (Cecconello & Koller, 2016); adolescentes em situação de vulnerabilidade social (Morais, Koller & Rafaelli, 2016); a violência praticada pela mulher idosa encarcerada (Vilela, 2021); e relações de namoro e violência (Andrade, 2022), entre outros.

Nesse contexto, desde o início do desenvolvimento de sua teoria até sua morte, em 2005, Bronfenbrenner não deixou registrado um método de pesquisa específico a ser seguido pelos pesquisadores. Ele demonstrou, por meio de diversos estudos, como a teoria poderia ser aplicada e ajudar na compreensão do desenvolvimento humano em diferentes contextos. Assim, o modelo bioecológico, ao propor um sistema interacional entre seus elementos, constitui um referencial teórico adequado para a realização de pesquisas (Bronfenbrenner, 2012).

Todavia, em sua obra, observa-se uma maior ênfase nas fases iniciais do desenvolvimento, sem um aprofundamento em outras fases da vida, como a velhice. Sendo assim, restou aos seguidores dar continuidade ao seu pensamento. Logo, essa revisão da literatura justifica-se pela ausência de estudos que se detenham no desenvolvimento do homem idoso no contexto prisional.

Assim, conforme destacado por Bronfenbrenner e Morris (1998), o desenvolvimento humano deve ser estudado a partir da interdependência e das interações recíprocas e bidirecionais entre os núcleos: pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT), que são os elementos chave da teoria. Na próxima sessão, esses conceitos serão discutidos em relação ao homem idoso no contexto prisional, sendo abordados separadamente por razões didáticas. Entretanto, existe uma interação contínua entre os núcleos, que não se processa de forma meramente aditiva, mas sim de maneira sinérgica, dentro da dinâmica genética-ambiente.

3. O Modelo PPCT: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo

3.1 Processo

A primeira dimensão, *o processo*, é fundamental para que o desenvolvimento humano aconteça. Segundo Bronfenbrenner (2005, p.06) “o desenvolvimento humano acontece através de processos de interações recíprocas progressivamente mais complexas entre um organismo humano ativo, em evolução biopsicológica, pessoas, objetos e símbolos” presentes no seu ambiente imediato. As formas contínuas de interação que se estabelecem no contexto mais imediato denominam-se *processos proximais*, conhecidos como motores primários do desenvolvimento.

Para que o desenvolvimento aconteça, é necessária a presença simultânea de cinco aspectos que caracterizam o processo proximal: 1) a pessoa deve estar engajada em uma atividade; 2) a interação precisa acontecer de modo regular, por períodos de tempo considerados longos e não meramente pontuais; 3) a tarefa precisa ser cada vez mais complexa; 4) deve haver reciprocidade nos relacionamentos interpessoais; 5) para que a interação ocorra de modo efetivo, objetos e símbolos presentes no contexto imediato devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999).

Bronfenbrenner (2012) mencionou alguns exemplos de padrões duradouros de processos proximais, que também podem ser observados na vida cotidiana dos idosos em situação de cárcere². Entre as situações mais comuns, incluem-se conversas com a equipe psicossocial, interações com colegas, gestores, policiais penais e familiares (durante as visitas), atividades escolares, leitura de livros, aquisição de novas habilidades e conhecimentos através de oficinas, confecção de artesanatos, preparo de alimentos, prática de atividades físicas e resolução de problemas, seja na mediação de conflitos, no cuidado ao próximo, entre outras situações presentes na rotina dos presidiários.

Bronfenbrenner e Morris (1998) desenvolveram uma segunda proposição da teoria: a *forma*, a *força*, o *conteúdo* e a *direção dos processos proximais*, que influenciam o desenvolvimento. Esses elementos podem variar de modo sistemático e se expressam de acordo com as características da pessoa em desenvolvimento, em função de: a) o ambiente onde

² Os exemplos apresentados ao longo do texto foram fundamentados em observações empíricas realizadas pela autora, as quais derivam da experiência adquirida ao longo de sua trajetória acadêmica, tanto no mestrado quanto no aprofundamento fornecido pelo doutorado.

ocorrem (contexto mais próximo e mais distante); b) a natureza dos resultados evolutivos; c) a natureza das mudanças e continuidades sociais que acontecem no decorrer do ciclo vital e do tempo histórico vivenciado.

No que se refere à natureza dos resultados, os autores mencionados destacaram que os processos proximais podem gerar dois tipos de efeitos: a) competência – aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e capacidade para guiar e orientar o próprio comportamento em diferentes situações e áreas de crescimento (intelectual, física, socioemocional, motivacional e artística); b) disfunção – manifestação frequente de dificuldades na manutenção do controle e na integração do comportamento em diferentes situações de desenvolvimento.

Logo, os dois resultados dependem do contexto em que se processam. Na disfunção, ambientes desorganizados podem ser desfavoráveis e produzir maiores impactos sobre o desenvolvimento, resultando em maior frequência e severidade na exposição de comportamentos mal adaptados. Igualmente, na competência, ambientes favoráveis e estáveis contribuem para a manifestação das habilidades (Bronfenbrenner, 1999).

Bronfenbrenner e Ceci (1994) referiram que o potencial genético pode exercer influência significativa sobre o desenvolvimento e predispor a manifestação de competências ou disfunção. Logo, é na dinâmica interacional entre a genética e o ambiente que os processos proximais adquirem conteúdo psicológico e determinam a manifestação do potencial para competência ou disfunção.

Koller e Ceconello (2016) relataram um estudo realizado no Brasil que utilizou a metodologia de Inserção Ecológica desenvolvida a partir da Teoria Bioecológica. A pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo investigar a resiliência e a vulnerabilidade de famílias em situação de risco. O ambiente hostil em que essas famílias estavam inseridas - caracterizado pela pobreza, violência, falta de segurança, tráfico de drogas, roubos, entre outros fatores -, associado à ausência de recursos financeiros e ao baixo nível de escolaridade, impactou negativamente o estabelecimento dos processos proximais, limitando as oportunidades de desenvolvimento dos seus membros.

Diversas pesquisas apontaram as dificuldades enfrentadas pela população idosa que vivencia o cárcere. A ausência de recursos físicos, higiene inadequada, alimentação deficiente, e a assistência médica e psicossocial não adequada às necessidades desse público, bem como o abuso de álcool e outras drogas e o baixo nível de escolaridade, entre outros fatores, podem influenciar negativamente o estabelecimento de relações pessoais saudáveis e o

desenvolvimento de habilidades construtivas (Combalbert et al., 2018; Filinson & Ciambrone, 2019; Iftene, 2016; Ridley, 2021; Vilela, 2021).

A partir dessas observações, podemos inferir que as condições inerentes ao contexto prisional, especialmente no Brasil, podem impactar negativamente o desenvolvimento dos indivíduos, culminando na manifestação de comportamentos disfuncionais. No entanto, afirmar categoricamente a impossibilidade de desenvolvimento nessas condições seria imprudente, pois alguns seres humanos parecem hábeis em desenvolver o senso de resiliência nos contextos mais adversos. Entretanto, não se pode contar apenas com o potencial criativo das pessoas. A pesquisa se faz necessária nesses contextos para que os fatores de risco ao não desenvolvimento sejam identificados e mitigados.

O estudo da resiliência envolve a investigação dos processos biopsicossociais-ecológicos, ou seja, a interação de fatores intrapessoais com o contexto ecológico de um indivíduo, que se manifestam em comportamentos específicos indicativos de resiliência. Se trata de um conjunto de comportamentos observáveis associados a resultados adaptativos em contextos de exposição a adversidades significativas (Mittelmark, 2021).

A resiliência no idoso encarcerado pode ser ilustrada pela habilidade de um indivíduo manter o bem-estar psicológico e emocional, apesar das dificuldades decorrentes do ambiente prisional. Damos como exemplo um idoso que, mesmo enfrentando o isolamento e a separação da família, consegue participar das atividades educativas e recreativas disponíveis na prisão, demonstrando um comportamento adaptativo positivo. Este indivíduo pode envolver-se em programas de reabilitação, procurar apoio em redes sociais dentro da prisão e encontrar significado em suas atividades diárias, evidenciando, assim, a presença de resiliência em condições adversas.

Nesse sentido, os pesquisadores que desejam desenvolver suas pesquisas utilizando o aporte teórico da TBDH, precisam estar atentos aos processos proximais, às atividades da vida diária, mas, principalmente ao modo como cada pessoa experencia subjetivamente seu ambiente. Bronfenbrenner (2012) atribuiu fundamental importância à experiência; assim, “características cientificamente relevantes de qualquer contexto para o desenvolvimento humano incluem não apenas suas condições objetivas, mas também a maneira na qual essas são experienciadas subjetivamente pelas pessoas que vivem nesse ambiente” (p. 44).

Dessa forma, é imprescindível observar como o indivíduo se organiza perante a realidade objetiva e simbólica dos fenômenos vivenciados, com o intuito de identificar os processos proximais (Polonia et al., 2005). Os autores citados sugerem alguns aspectos a serem considerados, os quais, neste estudo, foram relacionados à pessoa idosa encarcerada. É,

portanto, necessário atentar-se a: a) como o indivíduo percebe o ambiente e responde aos estímulos apresentados; b) se mantém o controle sobre o próprio comportamento; c) como lida com situações de estresse; d) se busca adquirir novos conhecimentos e habilidades; e) se consegue estabelecer e manter relações mútuas satisfatórias; e f) como vivencia as modificações e constrói seu ambiente físico, social e simbólico.

3.2 Pessoa

O segundo conceito da teoria refere-se à *pessoa* que ocupa um lugar central e, portanto, constitui um dos elementos chave. O papel ativo do sujeito sobre o ambiente foi reconhecido e sinalizado, sobretudo, nas últimas reformulações da teoria.

A pessoa deve ser observada a partir das características determinadas biopsicológicamente em associação às construídas por meio da interação com o seu contexto (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Sendo assim, como ela se engaja e interage com seu ambiente é parte indispensável para a compreensão dos processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

As características da pessoa podem ser consideradas como resultados do desenvolvimento e influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais. Simultaneamente, são produto da interação entre o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner, 1999).

Bronfenbrenner e Morris (1998) identificaram três grupos de características da pessoa que atuam no desenvolvimento e destacaram a capacidade desses atributos para influenciar o estabelecimento dos processos proximais: disposição, recursos e demanda.

O primeiro grupo de características se refere à *disposição* comportamental ativa, sendo esta mais provável de influenciar o desenvolvimento, pois tanto colocam os processos proximais em movimento e ajudam a manter a atividade, quanto podem dificultá-los. Essas disposições são classificadas como *gerativas* ou *inibidoras*. Existem ainda três formas de *orientação ativa*: a responsividade seletiva com relação ao contexto físico e social; a predisposição para se engajar em tarefas cada vez mais elaboradas; e a capacidade de conceitualizar as experiências à medida que se envelhece. As *inibidoras* são representadas pela ausência de controle sobre o comportamento e as emoções, incluindo características como impulsividade, apatia, falta de atenção, insegurança, timidez excessiva, e falta de responsabilidade, entre outras (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

No caso de um idoso preso, um exemplo de disposição gerativa seria a vontade de participar de programas educativos ou de reabilitação dentro do sistema prisional. Esse desejo de aprendizado e crescimento pessoal pode levar a interações positivas com colegas de prisão, educadores e outros profissionais, promovendo um ambiente mais construtivo. Por outro lado, uma disposição inibidora pode ser observada em idosos que apresentam tendência ao isolamento social e à recusa para participar das atividades oferecidas pela prisão. Essa atitude pode resultar em um aumento do sentimento de solidão e desespero, limitando as oportunidades de interações positivas e de desenvolvimento pessoal.

O segundo grupo refere-se aos *recursos* que influenciam a capacidade da pessoa de se engajar nos processos proximais ativos. Esses recursos incluem habilidades, experiências, inteligência, entre outros, que estão parcialmente relacionados a dotes cognitivos e emocionais. Eles são progressivamente aprimorados ao longo do ciclo vital e tendem a atuar de maneira construtiva sobre os processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Se ao longo da vida o homem idoso contou com o apoio de uma rede social, familiar e afetiva, ele tende a ser mais equilibrado emocionalmente. As habilidades adquiridas ao longo dos anos, como a capacidade de resolver problemas e a inteligência emocional, podem servir como recursos para se envolver de maneira produtiva nas atividades oferecidas na prisão. Por exemplo, ele pode participar de programas educativos, onde sua experiência prévia lhe permitirá assimilar novas informações de maneira eficaz. Além disso, sua inteligência emocional pode ajudá-lo a formar relacionamentos positivos com outros presos e com o pessoal da prisão, criando um ambiente mais colaborativo.

Além disso, existem os *recursos sociais e materiais* que facilitam o estabelecimento de processos proximais, tais como: alimentação, moradia digna, educação de qualidade e cuidados familiares (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Cecconello e Koller (2016) acreditam que a falta de escolaridade pode ser vista como uma característica inibidora ao desenvolvimento da pessoa. O baixo nível de escolaridade é predominante no sistema prisional brasileiro entre todas as faixas etárias de idade, inclusive entre a população idosa (Brasil, 2023). A partir disso, subte-se que um maior nível de escolaridade funciona como fator de proteção ao envolvimento com a criminalidade (Vilela, 2021).

Novisky (2018) destacou que alguns idosos que possuíam algum recurso financeiro antes da prisão conseguem manter visitas familiares, adquirir alimentos de melhor qualidade e até obter um local mais confortável para dormir. Assim, os recursos disponíveis no ambiente

prisional não são distribuídos de forma igualitária para toda a população, resultando na reprodução de desigualdades nesse contexto.

Dando continuidade, Bronfenbrenner e Morris (2006) pontuaram que também existem os *recursos que funcionam como elementos perturbadores*; são eles as patologias de ordem genéticas, lesões no cérebro, algumas deficiências física ou mental.

No caso de um idoso preso, esses fatores podem inibir ou até retardar o estabelecimento de relações interpessoais. Por exemplo, um idoso com algum tipo de demência, que sofreu um AVC (Acidente Vascular Cerebral), entre outras condições, pode enfrentar dificuldades significativas para se comunicar e lembrar-se de suas ações, o que limita sua capacidade de formar e manter relacionamentos dentro do ambiente prisional. Da mesma forma, um idoso com deficiência física ou mental pode encontrar obstáculos físicos e sociais que dificultam sua participação em atividades comunitárias e interações com outros presos e funcionários.

O terceiro grupo de características do indivíduo refere-se à *demanda*, relacionada à capacidade de requerer ou impedir reações do ambiente social, inibindo ou favorecendo o estabelecimento dos processos proximais. Nesse contexto, elementos como aparência física e personalidade podem influenciar a escolha de interagir ou não. Em suma, aspectos como idade, etnia, raça e gênero podem exercer influência nessas decisões (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

No ambiente prisional, alguns idosos podem preferir relacionar-se com pessoas da mesma faixa etária, uma vez que compartilham vivências e experiências culturais comuns. A aparência física mais frágil pode facilitar o recebimento de apoio e simpatia dos colegas de prisão e do pessoal prisional. Por outro lado, essa mesma fragilidade pode contribuir para a segregação e discriminação, tornando o idoso alvo de abuso ou intimidação, o que dificulta interações positivas.

Na velhice, as pessoas experimentam perdas relacionadas às dimensões biológicas e psicológicas, e essas modificações, ao longo do ciclo vital, podem interferir na maneira como interagem com pessoas, objetos e símbolos do ambiente. Nesse contexto, é mais provável que uma pessoa idosa em situação de cárcere busque se proteger em um ambiente considerado hostil, o que pode reduzir as possibilidades de interação. No entanto, alguns idosos tendem a ser menos impulsivos e mais estáveis emocionalmente devido à experiência de vida, o que pode ajudá-los a cuidar de si mesmos e dos outros, resultando no estabelecimento de relações satisfatórias e mútuas.

Na tabela 7, as características da pessoa foram descritas, a fim de facilitar a compreensão dos conceitos apresentados:

Tabela 7 - Características da Pessoa

PESSOA – Forma, força, conteúdo e direção					
DISPOSIÇÃO		RECURSOS			DEMANDA
<i>Gerativa</i>	<i>Inibidoras</i>	<i>Ativos</i>	<i>Sociais</i>	<i>Perturbadores</i>	<i>Atração/repulsão</i>
Responsividade: reagir adequadamente ao contexto/situação	Impulsividade, falta de controle	Habilidades cognitivas	Recursos financeiros	Patologias do desenvolvimento	Aparência física: idade, gênero, raça
Predisposição e persistência: engajamento em atividades individuais ou grupais	Apatia, insegurança, timidez em excesso	Inteligência emocional	Educação, Moradia	Deficiência física ou mental	Personalidade: ativa ou passiva
Conceitualização: capacidade de aprender com a experiência	Falta de atenção	Autocontrole	Apoio social, familiar	Lesões no cérebro: AVC, Traumatismo Crânio Encefálico (TCE), Demências	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

3.3 Contexto: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema

Outro elemento chave da teoria refere-se ao contexto, imprescindível para o desenvolvimento humano. Para Bronfenbrenner (1996), o ambiente ecológico compreende os elementos físicos, sociais e culturais disponíveis ao sujeito. Desse modo, o contexto é subdividido em quatro sistemas sociais concêntricos, que se encaixam e interagem amplamente, do maior para o menor, auxiliando a pessoa em desenvolvimento. São eles: o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrossistema.

3.3.1 Microssistema

Nessa perspectiva, o microssistema corresponde aos ambientes mais imediatos, onde os papéis, as atividades e as interações face a face ocorrem. É também no microssistema que acontecem os processos proximais (Bronfenbrenner, 1999).

Os efeitos dessa interação podem ser observados por meio das *díades*, a unidade mínima de interação interpessoal. Bronfenbrenner (1996) dividiu a díade em três tipos: *observacional*,

caracterizada pela observação cuidadosa e contínua do que o outro está fazendo; *atividade*, que envolve a realização conjunta de alguma tarefa; e *primária*, em que a díade continua a existir mesmo quando a dupla não está junta, mas os sentimentos gerados continuam a influenciar o comportamento de ambos.

Vale salientar a existência de algumas particularidades das *díades de atividade*: a) *reciprocidade* – o comportamento de A influencia o comportamento de B e vice-versa, permitindo que os padrões de interação se tornem cada vez mais complexos e, quando um apresenta uma mudança evolutiva, isso também afeta o parceiro; b) *equilíbrio de poder* – nesse caso, um dos participantes pode exercer mais influência sobre o outro em alguma atividade ou ambiente, alternando-se em benefício da pessoa em desenvolvimento; c) *complexidade* – numa relação complexa, existe a possibilidade de desenvolver afeto, que pode ser positivo, negativo, simétrico ou complementar (Bronfenbrenner, 1996).

No contexto das díades, o exemplo a seguir ilustra os conceitos mencionados: um idoso preso recebeu a orientação de um policial penal para ensinar a um jovem detento a plantar alface na horta da penitenciária. Ambos foram conduzidos até o local, onde o idoso solicitou ao jovem que observasse atentamente para aprender o procedimento. Em um segundo momento, ambos realizaram a tarefa juntos, enquanto o idoso fornecia instruções adicionais para garantir que o objetivo fosse alcançado. Posteriormente, o idoso foi chamado para trabalhar em outro local, deixando o jovem responsável por continuar o trabalho sozinho, aplicando o que havia aprendido na interação com o idoso. Ambos sentem a falta das conversas e do que aprenderam juntos, mas levam consigo o aprendizado mútuo.

Bronfenbrenner (1996) também ressaltou os *efeitos de segunda ordem*, conhecidos como *triangulação interpessoal*. Nesse sentido, pessoas ou aspectos do próprio ambiente físico e social participam indiretamente e influenciam os processos interacionais da díade (Bronfenbrenner, 1977). Assim, o desafio é observar a continuidade ou descontinuidade nas relações e nos efeitos de primeira e segunda ordem, que eventualmente podem ocorrer em função de conflitos, valores e crenças opostas ou similares (Polonia et al., 2005).

Os efeitos de segunda ordem podem ser ilustrados pela mesma situação na horta da penitenciária. Outros detentos, que já possuíam alguma experiência, executavam tarefas semelhantes. Sempre que a dupla estava trabalhando, um dos detentos veteranos interferia, ora reafirmando o que estava sendo ensinado pelo idoso, ora discordando. Essa interferência de terceiros podia confundir as instruções dadas ao jovem, mas, em alguns momentos, facilitava a execução do trabalho. Assim, todos tiveram a oportunidade de aprender: os veteranos, ao

refletirem sobre suas próprias experiências de vida, e o jovem, ao questionar o que estava aprendendo, estimulava os veteranos a revisarem e aperfeiçoarem suas práticas.

Bronfenbrenner (1999) destacou a importância da *bidirecionalidade* como um dos pressupostos centrais da teoria, uma vez que está associada aos processos proximais. A bidirecionalidade assegura a interdependência e a influência mútua entre o sujeito e o ambiente, o que permite a compreensão das repercussões e dos mecanismos que operam sobre os processos de desenvolvimento.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), no microssistema também se destaca a *atividade molar*, um aspecto importante no processo evolutivo da pessoa. Essas atividades abrangem requisitos e características do contexto que instigam, provocam e transformam o processo. São formadas por ações contínuas, identificadas como significativas para as pessoas envolvidas, e, por essa razão, elas investem nessas atividades.

Três dimensões das atividades molares associam-se à subjetividade da pessoa: a) *perspectiva temporal* – o sujeito percebe a atividade como um componente do tempo presente ou amplia sua compreensão para o futuro; b) *estrutura do objetivo* – o objetivo pode ser compreendido como único ou dividido em etapas a serem alcançadas; c) *extensão da atividade* – essa dimensão abrange o campo das lembranças que podem ser evocadas, incluindo pessoas, objetos e situações (Bronfenbrenner, 1996).

No contexto das atividades molares, destacam-se as iniciativas educacionais oferecidas nas penitenciárias. Muitas pessoas que ingressam no sistema prisional não tiveram a oportunidade de estudar. Dados do SISDEPEN (2025) confirmam que a maioria das pessoas presas possui apenas o ensino fundamental. Portanto, as oportunidades educacionais oferecidas na instituição podem contribuir para a remissão da pena, a socialização com outros detentos, e o bem-estar resultante da aprendizagem da leitura e escrita, entre outros benefícios. Os conhecimentos adquiridos nessas atividades poderão ser aplicados ao longo da vida do idoso, ajudando-o a resolver suas próprias questões de forma autônoma. Dessa forma, o idoso tende a continuar estudando, com o objetivo de concluir, por exemplo, o ensino médio. Além disso, ele tem a oportunidade de rememorar situações da infância que o impediram de estudar e ressignificá-las no presente.

Portanto, no contexto do idoso preso, os padrões de interação entre os microssistemas podem ser observados na dinâmica diária com as pessoas com as quais ele interage diretamente dentro da prisão. Por exemplo, nas interações com colegas de cela, que se situam em um *contexto primário*, as conversas incluem questões do dia a dia, apoio emocional mútuo, entre outras. Em relação às interações com outros microssistemas, destacam-se as conversas com

policiais penais, que envolvem solicitações e queixas, bem como orientações e regras a serem seguidas; interações com profissionais de saúde durante consultas médicas e psicológicas, entre outras; e as interações com visitantes, como familiares e amigos. Essas interações ocorrem em um *contexto secundário*, no qual o idoso aplica os padrões de atividades, culturais e sociais apreendidos ao longo da vida com as pessoas mais próximas.

3.3.2 Mesossistema

Bronfenbrenner (1996) descreveu o mesossistema como um sistema que abrange os microssistemas. Nele ocorrem as interações entre os microssistemas, contextos primários e secundários onde a pessoa em desenvolvimento está inserida. Ele se amplia sempre que a pessoa passa a frequentar um novo ambiente. As interações entre os microssistemas podem incentivar ou coibir o desenvolvimento.

Um exemplo de mesossistema do idoso no sistema prisional pode ser ilustrado pela interação entre o ambiente carcerário e os serviços de saúde oferecidos dentro da prisão. O idoso encarcerado vive em um ambiente que inclui a cela onde passa a maior parte do tempo, interagindo diretamente com outros presos (microssistema). Outro ambiente significativo é a enfermaria ou os serviços médicos dentro da prisão, onde o idoso recebe cuidados de saúde. O mesossistema, neste caso, é representado pela interconexão entre o ambiente da cela e o setor de saúde. Na penitenciária, existem diversas instalações, além do setor de saúde, como a escola, o pátio para a realização de atividades físicas, as reuniões da igreja, locais de trabalho como a copa, a padaria, a horta, entre outros.

No mesossistema, também está a família. Os parentes constituem o principal elo com o mundo externo e representam uma importante rede de apoio à pessoa aprisionada. Parte dos idosos encarcerados acaba por perder o contato com suas famílias, pois o ambiente prisional dificulta essa convivência (Oliveira et al., 2013). Santos (2018), a partir de um estudo exploratório do Censo Penitenciário de 2014, com objetivo de conhecer a situação das pessoas idosas encarceradas no sistema prisional do estado do Ceará, constatou que a maior parte deles, tanto os do gênero masculino como do feminino informou não receber visitas dos parentes.

Por outro lado, um estudo conduzido no Estado do Rio de Janeiro para verificar as condições de saúde e qualidade de vida dos presos idosos, verificou que 78,33% afirmaram manter vínculo com seus familiares; 62,56% recebem visita; enquanto, 37,44% não são visitados. Com relação às diferenças de gênero, as mulheres, em geral, são menos visitadas que os homens. Em média, 43,33% dessa população nunca recebeu visitas (Minayo & Constantino,

2024). Os estudos apontam para um percentual significativo de pessoas idosas encarceradas que perdem o contato com seu familiar.

Uma revisão da literatura foi conduzida por Vilela, Dias e Silva (2024), com o objetivo de identificar trabalhos produzidos no Brasil sobre os familiares que estão em interação com uma pessoa idosa no contexto do encarceramento. Elas constataram, no recorte temporal de 2015 a 2022, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão do estudo, a inexistência de dados sobre o número de familiares com pessoas idosas encarceradas no Brasil ou trabalhos específicos sobre o tema. Acrescentaram que os estudos incluídos não faziam menção à faixa etária do preso(a), mas tratavam da experiência de familiares que estavam em interação com um parente aprisionado. Quanto aos resultados, estes convergiram no tocante às repercussões do encarceramento na vida dos presos e seus familiares: sofrimento dos parentes com relação ao estigma social, perdas financeiras, violação de direitos, fragilização dos vínculos familiares, dificuldades no processo de cumprimento da pena e reinserção social do preso.

Determinados impasses podem tornar a vida do idoso no cárcere bastante desafiadora, sendo o abandono familiar um dos que podem ocasionar maiores impactos (Oliveira et al., 2013). Os motivos que podem levar ao afastamento por parte da família incluem: vergonha de visitar um parente encarcerado; as longas filas; o trato, por vezes inadequado, dos agentes penitenciários; a revista corporal e dos objetos; angústia e sensação de impotência diante das dificuldades que o idoso pode manifestar, entre outros (Vilela, 2021). O abandono familiar também dificulta o acesso às provisões não fornecidas pelos estabelecimentos penitenciários, sendo este mais um obstáculo a ser enfrentado pelos idosos no cárcere (Ghiggi, 2018).

Na pesquisa com mulheres idosas encarceradas no Estado de Pernambuco, Vilela (2021) constatou a bidirecionalidade entre os sistemas. Nas narrativas, esteve presente o sentimento de impotência quando seus familiares traziam notícias ruins do contexto familiar, sobre as quais não podiam agir por estarem presas. Por outro lado, elas podiam intervir por meio do familiar visitante, que levava para casa suas recomendações sobre como conduzir a resolução dos problemas. Em suma, os acontecimentos do sistema familiar produziam impacto direto na vida da idosa presa e, embora ela não pudesse participar presencialmente da resolução dos problemas, suas recomendações ajudavam a amenizar os impactos de sua ausência.

3.3.3 Exossistema

No exossistema também há relação entre dois ou mais contextos; no entanto, ele difere do mesossistema, pois o sujeito em desenvolvimento não está diretamente inserido nele. Assim,

mesmo não havendo uma relação proximal, mas sim distal, a pessoa é afetada indiretamente (Bronfenbrenner, 1996). Bons exemplos de exossistema, no caso da pessoa idosa encarcerada, são as políticas públicas e a comunidade.

Entre os anos de 1984 e 2014, diversas leis e políticas públicas foram estabelecidas no Brasil com o objetivo de proteger os direitos da população carcerária idosa. A Lei de Execução Penal, que teve seu início nesse período, estabelece em seu parágrafo 1º e artigo 82 que: “A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal” (Brasil, 1984). No final desse período, foi aprovada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), uma política de saúde pública destinada a garantir e promover a saúde integral da população carcerária (Brasil, 2014).

No entanto, uma pesquisa realizada com pessoas idosas encarceradas no Estado do Rio de Janeiro concluiu que essa população é acomodada em celas superlotadas, sem privacidade, e com ausência de dormitórios adequados – frequentemente dormem no chão. Além disso, são submetidos à supervisão de indivíduos mais jovens, e a alimentação oferecida não atende às suas necessidades nutricionais, entre outros fatores, resultando em impactos negativos na saúde mental e física dessa população (Minayo & Constantino, 2024). De maneira semelhante, Vilela (2021) observou condições comparáveis entre as mulheres idosas encarceradas no Estado de Pernambuco. Estudos de Jackson, Doyle e Bartels (2020), na Austrália, e de Nowotny et al. (2016), nos Estados Unidos, também identificaram situações análogas entre os homens idosos encarcerados.

Bronfenbrenner (1996) argumentou que uma abordagem ecológica do desenvolvimento humano exige uma reorientação da perspectiva convencional sobre a relação adequada entre ciência e política pública. Tradicionalmente, a política social deve ser fundamentada no conhecimento científico. No entanto, a linha de pensamento do autor propõe uma tese oposta: para o avanço da pesquisa em desenvolvimento humano, a ciência básica deve se basear na política pública. Desta forma, a análise das políticas sociais torna-se essencial para o progresso da pesquisa evolutiva, pois orienta o investigador sobre os aspectos do ambiente que são críticos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa em desenvolvimento.

Sumariamente, as políticas públicas para os idosos encarcerados devem objetivar prover assistência especializada e promover a reabilitação, o bem-estar e o desenvolvimento desses indivíduos, garantindo seus direitos e facilitando sua reintegração social. Para tanto, é

necessário que as instâncias governamentais, em colaboração com estados e municípios, somem esforços para que essas ações se tornem efetivas.

Dessa forma, subentende-se que os idosos encarcerados não participam da elaboração dessas políticas, mas são afetados por essas decisões, que perpassam os diversos sistemas e geram impacto direto nas relações estabelecidas em seu contexto e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento.

3.3.4 *Macrossistema*

O macrossistema é um contexto mais amplo; ele engloba o microsistema, o mesossistema e o exossistema, constituindo-se das ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, presentes em uma cultura ou subcultura. Esses elementos perpassam o cotidiano das pessoas e influenciam seu desenvolvimento. Toda cultura possui padrões vinculados à história de um povo, signos e significados herdados de seus antepassados (Bronfenbrenner, 1996).

As pessoas que ingressam na instituição prisional trazem consigo suas histórias, valores e crenças transmitidas por seus familiares. Contudo, ao adentrarem na prisão, deparam-se com uma nova realidade cultural, pois as prisões também possuem história própria, valores e sistema de crenças. O choque cultural pode ser bem doloroso para a pessoa que vivencia o aprisionamento e pode, em alguns casos, causar a despersonalização.

A despersonalização, no contexto das prisões, refere-se ao processo pelo qual os indivíduos são despojados de suas identidades pessoais e tratados de maneira impessoal ou como meros números dentro do sistema penitenciário. Esse conceito é discutido por Erving Goffman em sua obra "Manicômios, Prisões e Conventos" (2010). Goffman descreveu as instituições totais como locais onde todas as esferas da vida de uma pessoa são controladas e reguladas pela instituição, levando à perda da individualidade.

Na prática, despersonalização significa que os prisioneiros são frequentemente tratados sem consideração por suas histórias pessoais, características individuais ou necessidades específicas. Eles são submetidos a regras rígidas, uniformes, números de identificação, e muitas vezes, a um ambiente que não favorece a expressão pessoal ou a autonomia. Esse processo pode levar à deterioração da autoestima, à sensação de anonimato e à alienação, exacerbando problemas de saúde mental, dificultando seu desenvolvimento e reintegração social após a libertação. Para a pessoa idosa esse processo pode trazer danos ainda maiores.

3.4 Tempo

O tempo, também conhecido como *cronossistema*, permite examinar a influência das mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida no desenvolvimento humano, em relação às características da pessoa, do ambiente e da sociedade (Bronfenbrenner e Ceci, 1994).

Bronfenbrenner (1999) destacou três níveis de tempo: a) *microtempo* – se relaciona às continuidades e descontinuidades observadas dentro situações que envolvem os processos proximais e o tempo da pessoa em desenvolvimento; b) *mesotempo* – refere-se à constância dos eventos - que envolvem os processos proximais - ocorridos com lapso temporal de dias, semanas, meses ou anos; c) *macrotempo* – refere-se às expectativas e mudanças nos eventos da sociedade e na família pelas heranças intergeracionais, por exemplo, o surgimento de antibióticos, vacinas, a globalização, entre outros. Esses eventos afetam e produzem resultados no desenvolvimento das pessoas ao longo do ciclo vital.

Na prática, o conceito de microtempo refere-se a eventos e interações que ocorrem em períodos muito curtos, como minutos ou horas, e que podem ter um impacto significativo no desenvolvimento e nas experiências diárias de uma pessoa. Um exemplo de continuidade, que envolve aspectos consistentes e previsíveis na rotina diária do preso idoso, pode ser observado na estruturação de uma rotina previsível. Todas as manhãs, às 7h, o idoso se dirige ao refeitório para o café da manhã, onde encontra os mesmos colegas de cela e conhecidos, cumprimenta-os e se senta no mesmo lugar. A previsibilidade do menu e das interações sociais proporciona um senso de rotina e familiaridade. Essa situação tem um impacto positivo, pois a regularidade ajuda a estabelecer uma sensação de estabilidade e segurança. O idoso sabe exatamente quando e onde obter sua refeição matinal, o que reduz a ansiedade e promove uma sensação de normalidade dentro do ambiente prisional.

No que refere à descontinuidade, que implique mudanças ou interrupções na rotina que podem causar estresse ou desconforto, pode-se exemplificar uma mudança repentina no horário ou local do café da manhã. Em função de uma inspeção surpresa ou uma emergência dentro da prisão, o café da manhã é atrasado ou transferido para um local diferente.

O mesotempo, no caso do idoso encarcerado, abrange as atividades e interações regulares que ocorrem ao longo de períodos intermediários, como semanas ou meses. Essas atividades, que incluem programas de reabilitação (atividades escolares, leitura, cursos profissionalizantes), atividades físicas e visitas de familiares, têm um impacto cumulativo significativo no bem-estar físico, emocional e social do idoso, auxiliando na sua adaptação e resiliência dentro do ambiente prisional.

O conceito de macrotempo refere-se a eventos e transições que ocorrem no decorrer de longos períodos, como anos ou até décadas, e que têm um impacto duradouro na vida do indivíduo. Um exemplo que envolve uma pessoa idosa diz respeito à trajetória de uma carreira ao longo de várias décadas, incluindo promoções, mudanças de emprego e aposentadoria. Em relação à vida familiar, isso inclui eventos significativos como o casamento, o nascimento de filhos e o envelhecimento dos pais, entre outros.

O crime cometido pelo idoso situa-se no macrotempo, uma vez que é um acontecimento que provoca mudanças significativas em sua vida e na de sua família, possivelmente por gerações, afetando os processos proximais da pessoa ao longo de sua vida (Carvalho-Barreto, 2016). Esse evento marca uma transição crítica e molda a trajetória do indivíduo ao longo dos anos, influenciando sua condição atual.

A pandemia de COVID-19, que começou em 2019, teve um impacto global e afetou, de modo relevante, o sistema prisional. No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) implementou diversas medidas para mitigar os efeitos da pandemia sobre a população carcerária, com foco especial nos presos idosos, que estavam mais vulneráveis ao vírus devido à idade avançada e às condições de saúde preexistentes.

Para diminuir a superlotação, em março de 2020, o CNJ emitiu a Recomendação nº 62/2020, que sugeria medidas para reduzir a população carcerária, como a concessão de prisão domiciliária para presos do grupo de risco, incluindo os idosos. Muitos idosos presos foram transferidos para prisão domiciliar, diminuindo sua exposição ao vírus e possibilitando melhores condições de saúde e segurança. Contudo, alguns idosos não foram enviados para casa. Devido à gravidade dos crimes cometidos, o juiz, ao avaliar, “compreendeu ser mais prudente manter a custódia, com vistas ao interesse coletivo” (Vilela, 2021, pag. 79).

A suspensão das visitas presenciais trouxe diversas consequências para a população idosa, dentre elas, o não acesso às provisões trazidas pelos familiares e a diminuição da quantidade de visitas. Contudo, foram incentivadas alternativas como visitas virtuais e comunicação por videoconferência para manter o contato dos presos com suas famílias. Embora as visitas presenciais tenham sido restritas, as visitas virtuais ajudaram a manter os laços familiares e fornecer suporte emocional, essencial para o bem-estar psicológico (Vilela, 2021).

Mudanças sociais provocadas por acontecimentos, como o COVID 19, tendem a pressionar reformas no sistema prisional. Ações focadas na humanização e na melhoria das condições de vida dentro das prisões representam um exemplo de mudança social e histórica que tem um impacto significativo na vida das pessoas idosas presas. Essas mudanças

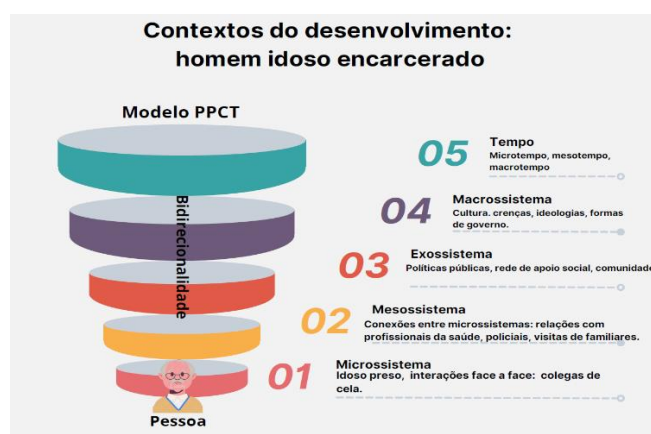
influenciam diretamente seu bem-estar físico e emocional, bem como suas perspectivas de reabilitação e reintegração social.

Na análise do tempo nos três níveis apresentados, mantivemos o foco na pessoa idosa em relação aos acontecimentos que influenciaram sua vida, abrangendo desde os contextos mais próximos até os mais distantes, conforme especificado por Bronfenbrenner e Morris (1998).

Destarte, Carvalho-Barreto (2016) acrescentou que mudanças relativas ao lugar que a pessoa ocupa dentro do seu ambiente ecológico podem ocorrer, denominando-se essas alterações como *transições ecológicas*. Uma vez que a classificação desses “espaços ou instituições, grupos ou pessoas de acordo com esses sistemas não é rígida. Desse modo, por serem dinâmicos, um pode se converter em outro, a depender da variedade de fatores internos ou externos à pessoa” (p.284). Por exemplo, um idoso que foi condenado a cumprir pena numa penitenciária é retirado do contexto familiar e passa a viver na penitenciária por conta da condenação; ocorre nesse momento uma troca de lugares, pois seu microssistema passa a ser a penitenciária e a família passou a situar-se no mesossistema.

A transição ecológica de um idoso que passa a viver em uma penitenciária devido ao cometimento de um crime é considerada *não normativa*, pois, espera-se que uma pessoa idosa, após uma vida de trabalho, possa desfrutar de sua aposentadoria, escolher onde morar, com quem se relacionar, estar junto à família, entre outras situações esperadas. A aposentadoria, nesse contexto, seria uma *transição normativa*, assim como outras tarefas/fases do desenvolvimento, como infância, adolescência, fase adulta, formatura, saída da casa dos pais, casamento, nascimento de filhos, entre outras. Dentre as transições não normativas, podemos citar ainda doenças graves (como câncer, demências, AVC), acidentes, morte, entre outras.

Figura 2. Contextos do desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Portanto, na Figura 2, foi ilustrada a interação multidimensional entre os elementos do ambiente ecológico e o sujeito ativo em desenvolvimento ao longo do tempo, conforme descrito no modelo PPCT. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento e os fenômenos humanos podem ser compreendidos através da relação entre os quatro elementos: Processual, Pessoal, Contextual e Temporal (PPCT).

4. Considerações

O desenvolvimento da pessoa idosa no contexto prisional, analisado sob a perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, revela-se um campo de estudo complexo e multifacetado. A teoria enfatiza a importância das interações recíprocas entre a pessoa, os processos, o contexto e o tempo (PPCT), destacando que o desenvolvimento humano é influenciado por uma combinação dinâmica de fatores individuais e ambientais.

No ambiente prisional, os idosos enfrentam desafios específicos que podem contribuir para o não desenvolvimento. No entanto, mesmo em um contexto hostil, é necessário contar com o potencial de resiliência dessa população e possibilidades de desenvolvimento. Elementos como o apoio familiar, o status socioeconômico e as condições de saúde anteriores ao encarceramento, parecem exercer influência sobre a qualidade das interações e o bem-estar dos idosos.

Em suma, a aplicação da Teoria Bioecológica ao estudo do desenvolvimento da pessoa idosa no contexto prisional proporciona uma compreensão mais ampla e profunda dos processos que influenciam o desenvolvimento humano. A análise considerando-se a interdependência entre os elementos do modelo PPCT, contribui para a elaboração de estratégias eficazes de intervenção e apoio, que possam mitigar os efeitos negativos do encarceramento e promover um desenvolvimento saudável e integral.

Este estudo evidencia a necessidade de mais pesquisas focadas nas fases posteriores da vida, como a velhice, e em contextos específicos, como o prisional, para ampliar o conhecimento e guiar ações que possam transformar positivamente a experiência de vida dos idosos encarcerados.

No próximo capítulo, serão descritos os objetivos e o método utilizado na pesquisa, bem como o caminho metodológico adotado para alcançar as respostas às questões levantadas ao longo deste estudo.

Capítulo III

Caminhos do Coração

Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz

Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida
Um abraço amigo, um canto prá dormir e
sonhar

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a
gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense
estar

É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas
mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o
coração
E aprendi...

Compositor: Gonzaguinha



1. Caminhos Metodológicos: Estratégias e Procedimentos de Coleta de Dados

A música “Caminhos do Coração”, lançada em 1982, escrita pelo cantor e compositor Gonzaguinha, destaca a interdependência humana e a importância de compartilhar momentos, aprendizados e afetos. A ideia de que “a gente é tanta gente” sugere uma comunhão de experiências e uma multiplicidade de identidades que se formam por meio dos relacionamentos. A canção também oferece uma reflexão profunda sobre a vida, as escolhas que fazemos e a busca incessante por sentido.

Todas as escolhas humanas apresentam desafios, e a pesquisa não é exceção. Nesse percurso, por vezes tortuoso, encontram-se, além do conhecimento, diversas pessoas, significados e sentidos. Trata-se de um processo solitário, embora sempre acompanhado, que ocupa um espaço onde razão e emoção se encontram.

Entretanto, há uma linha tênue entre as questões objetivas e subjetivas na condução da pesquisa, e o pesquisador deve estar atento a isso. O estabelecimento do método é fundamental, pois orienta o caminho a ser seguido pelo pesquisador. Também é necessário considerar as peculiaridades dos contextos e os desafios que surgem nos diálogos, olhares, ações e outros aspectos que envolvem os diversos atores.

No contexto da presente pesquisa, que envolve pessoas aprisionadas, a sensibilidade do pesquisador é ainda mais crucial. A preparação para o campo requer uma reflexão cuidadosa e estratégias adequadas para alcançá-lo. Esse cenário inclui os órgãos responsáveis, gestores das instituições prisionais, policiais penais, equipes psicossociais e, finalmente, os participantes.

Nessa trajetória, em busca de conhecimento sobre o objeto de estudo, o pesquisado, em seu contexto, também manifesta curiosidade em relação ao pesquisador que o aborda. Dada a complexidade do campo, não é possível prever os desdobramentos dessas relações. No entanto, é certo que, as subjetividades envolvidas sofrerão transformações. É nesse processo intersubjetivo entre pesquisador e participante que emerge um conteúdo original sobre as questões do objeto de pesquisa, ancorado no senso comum, que constitui a base dos estudos qualitativos (Minayo & Costa, 2019).

2. Objetivos e Método

2.1 Objetivo Geral

Analisar, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento do homem idoso encarcerado no contexto prisional.

2.2 Objetivos Específicos

1. Apresentar os dados biosociodemográficos e o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos participantes;
2. Analisar as características da pessoa e o impacto do encarceramento nas relações proximais, considerando os níveis do microssistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema;
3. Identificar os sentimentos experimentados por homens idosos em relação ao encarceramento, bem como as necessidades percebidas por eles;
4. Compreender os fatores que facilitam ou dificultam o desenvolvimento do idoso no contexto prisional.

2.3 Método

Os procedimentos metodológicos se traduzem nos caminhos percorridos para alcançar os objetivos geral e específicos da pesquisa, no que se refere às possíveis respostas para o problema em questão. A seguir, serão apresentados o delineamento, a caracterização do estudo, assim como os procedimentos para a coleta e análise dos dados.

2.4 Natureza da pesquisa

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de corte transversal, exploratória e descritiva, utilizando uma amostra por conveniência. A pesquisa qualitativa foca na análise profunda de dados não numéricos, como textos e narrativas, para compreender os significados subjacentes e as experiências dos participantes. De acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2008), esse método é particularmente eficaz para explorar significados, motivações, crenças e valores, fornecendo uma compreensão detalhada das percepções humanas. Minayo (2014) reforça que a pesquisa qualitativa é especialmente apropriada para o estudo das representações sociais, das relações interpessoais e das construções culturais, permitindo uma investigação mais rica e contextualizada de fenômenos complexos. Essas perspectivas destacam a importância do método qualitativo na investigação de fenômenos sociais, oferecendo insights que vão além do alcance das abordagens quantitativas.

2.5 Participantes

Os participantes da pesquisa foram 20 homens idosos encarcerados, que estavam em cumprimento de pena. Eles foram selecionados por meio de uma amostra por conveniência. Esse método não segue um rigor estatístico, sendo composto por elementos escolhidos conforme a disponibilidade e acessibilidade do pesquisador. Tal abordagem é amplamente utilizada em pesquisas exploratórias, em que o objetivo é obter insights iniciais de modo breve e com baixo custo. Além disso, o recrutamento de participantes é mais flexível, podendo abranger os sujeitos mais acessíveis; como exemplo, estudantes, trabalhadores de diversos setores, pessoas institucionalizadas, entre outros (Marotti et al., 2008; Nikolopoulou, 2022).

No que se refere aos *critérios de inclusão*, foram adotados os seguintes: indivíduos do sexo masculino, com idade igual ou superior a 60 anos, já condenados ou aguardando julgamento, e que estivessem em condições cognitivas de participar da pesquisa. Quanto aos *critérios de exclusão*, foram excluídos aqueles que não apresentavam condições cognitivas para responder aos instrumentos da pesquisa. Para essa avaliação, o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) foi administrado a todos os participantes. O uso do MEEM como critério de exclusão é amplamente reconhecido em pesquisas, especialmente por sua capacidade de identificar déficits cognitivos que podem interferir na participação adequada de pessoas idosas (Pinto et al. 2018).

A escolha pelo sexo masculino ocorreu devido ao fato de a pesquisadora ter realizado sua pesquisa com mulheres durante o mestrado. Agora, no doutorado, buscou-se ampliar os conhecimentos sobre a pessoa idosa encarcerada no Estado de Pernambuco.

A cada participante do estudo foi atribuído um nome fictício com o objetivo de preservar sua identidade. No que se refere aos processos, foram respeitados e mantidos pela pesquisadora o sigilo profissional, o institucional e o “segredo de Justiça”. Logo, os dados foram tratados de modo a não permitir a identificação das partes envolvidas.

2.6 Instrumentos

O *Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)* - foi utilizado para triagem dos participantes da pesquisa. Esse exame é composto por diversos itens que avaliam funções cognitivas, como: orientação temporal, memória imediata, atenção e cálculo, evocação, lembrança de palavras, linguagem e capacidade visuoespacial (Apêndice C). A pontuação varia de zero a trinta, com a seguinte interpretação: 30 a 26 pontos (funções cognitivas preservadas); 26 a 24 pontos

(alteração não sugestiva de déficit); e 23 pontos ou menos (sugestivo de déficit cognitivo). Para este estudo, o ponto de corte foi ajustado de acordo com os níveis educacionais, utilizando-se os seguintes valores: 18 (analfabetos), 21 (educação elementar) e 24 (educação média ou superior). Foram incluídos no estudo apenas os idosos com escore ≥ 17 pontos (Brucki et al., 2003; Reis et. al, 2009; Lourenço, Veras & Ribeiro, 2008).

Questionário Biossociodemográfico - um instrumento elaborado para coletar informações detalhadas sobre os participantes, incluindo idade, sexo, escolaridade, renda familiar, profissão, estado civil, entre outras variáveis relevantes (Apêndice A). Este questionário é essencial para a caracterização do perfil da amostra, permitindo a análise das influências de fatores sociais e biológicos nos resultados da pesquisa. Além disso, esse instrumento é frequentemente utilizado para explorar os determinantes sociais da saúde, analisando como condições socioeconômicas e demográficas impactam o bem-estar e o comportamento dos indivíduos (Toledano-Toledano, 2019).

Entrevista Semiestruturada - Conduzida de forma semidirigida, essa entrevista foi composta por questões elaboradas pela pesquisadora, alinhadas aos objetivos da pesquisa. Este formato de entrevista combina perguntas preparadas com a flexibilidade de explorar novas questões que surgem durante a conversa, permitindo ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema em questão, sem a necessidade de se ater estritamente às perguntas formuladas. Isso facilita a obtenção de respostas mais ricas e detalhadas, proporcionando uma compreensão mais profunda das percepções e experiências dos entrevistados (De Jonckheere & Vaughn, 2019; Deslandes, Gomes & Minayo, 2008). O roteiro utilizado para a pessoa idosa encontra-se no (Apêndice B).

2.7 Procedimentos de coleta dos dados

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UNICAP/Plataforma Brasil e foi aprovado sob o número 6.083.109.

O trabalho de campo teve início a partir do contato com o gerente da Escola Penitenciária de Pernambuco (EPPE) em março de 2023. Este núcleo é integrado à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEADRES). A EPPE é responsável pela formação dos agentes penitenciários e pela interlocução entre os pesquisadores e as unidades prisionais. Assim, é por meio desse setor que ocorre a avaliação inicial da pesquisa, bem como a seleção da unidade prisional com condições adequadas para receber o pesquisador.

Com base nos critérios de seleção das unidades prisionais, foram indicadas a Penitenciária Agroindustrial São João (PAISJ), localizada na Região Metropolitana do Recife, e o Presídio Dr. Ênio Pessoa Guerra (PDEG), situado na Região do Agreste Pernambucano. Em seguida, foram fornecidos os contatos dos diretores dessas instituições, permitindo que a pesquisadora agendasse um dia para apresentar a pesquisa e dialogar com a equipe psicossocial, que seria responsável pela seleção dos participantes e pela definição do melhor dia e horário para a realização da pesquisa.

A primeira visita foi agendada para o dia três de agosto, às 10h, na PDEG. Durante o tempo de espera para a autorização de entrada, a pesquisadora teve a oportunidade de conversar com familiares de detentos que aguardavam na fila para a emissão da carteira de visitante, além de observar as dependências externas. Ao entrar na instituição, a pesquisadora estabeleceu diálogos com os policiais penais e teve a oportunidade de conhecer diferentes dependências, tais como o setor psicossocial e administrativo. Posteriormente, a pesquisa foi apresentada ao diretor da instituição e à gerente da equipe psicossocial. Em sequência, foram agendadas duas visitas à unidade: a primeira, no dia 11 de agosto, e a segunda, no dia 18 de agosto.

Paralelamente, o contato com o diretor da PAISJ foi estabelecido por mensagem de *WhatsApp*, na qual foram fornecidas as informações sobre a pesquisa, viabilizando a marcação de uma data para o contato com os participantes. Ficou definido que o início dos trabalhos ocorreria no dia 14 de agosto, com o segundo encontro nessa unidade agendado para o dia 25.

No que se refere à segurança da pesquisadora, os gestores informaram que, durante sua estada na unidade, não seria possível disponibilizar um policial penal para acompanhá-la. Tanto em uma unidade quanto na outra, o deslocamento nas dependências das penitenciárias foi realizado com o auxílio de um preso de confiança da gestão. Esse auxiliar era responsável por buscar o participante no pavilhão e conduzi-lo até a sala reservada, no setor psicossocial, onde a pesquisadora poderia realizar o trabalho individualmente com cada idoso.

A entrada de um auxiliar de pesquisa no presídio viabilizaria a aplicação do MEEM; no entanto, essa opção mostrou-se inviável, uma vez que seria necessária uma nova autorização. A instituição avalia os riscos de permitir a entrada de mais uma pessoa no ambiente prisional, o que exigiria maior atenção por parte da segurança. Embora um agente não pudesse ser desviado de suas funções para dar suporte direto à pesquisadora, pareciam estar sempre por perto. Além disso, o ingresso de água e lanche eram permitidos, desde que passassem por vistoria na entrada. Os pertences pessoais, incluindo o celular, bem como o documento de identificação da pesquisadora ficaram retidos, sendo permitida a entrada apenas do material a

ser utilizado durante a pesquisa. Quanto ao tempo de permanência, foi indicado que deveria ser das 9h às 15h.

Nos dias e horários estabelecidos, em local reservado, a pesquisadora estabeleceu o *rapport* com cada participante individualmente e os convidou a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice D) que foi aceito e assinado por eles. Posteriormente, responderam ao questionário biosociodemográfico e à entrevista semiestruturada individualmente.

No projeto de pesquisa, a intenção inicial era coletar informações de participantes do sexo masculino e de seus familiares. Contudo, ao longo do processo, constatou-se a inviabilidade dessa abordagem, uma vez que as visitas aos detentos não ocorrem com frequência devido a fatores financeiros, geográficos, entre outros, e mais da metade dos participantes não é visitada regularmente. A alternativa de a pesquisadora deslocar-se até as residências dos familiares também foi descartada, devido aos riscos envolvidos no deslocamento e ao desconhecimento das condições a serem encontradas.

Portanto, a coleta de dados ocorreu em quatro encontros, dois em cada unidade. Nesses locais, o procedimento seguiu a três etapas: 1) avaliação cognitiva por meio do MEEM; 2) aplicação individual do questionário biosociodemográfico; e 3) entrevista semiestruturada. Aproximadamente uma hora foi destinada a cada participante, com cinco deles atendidos por visita, totalizando 20 ao final. As sessões foram gravadas e transcritas, e todos os participantes foram informados sobre a gravação da entrevista, bem como a anotação e transcrição dos conteúdos. A garantia do sigilo das informações foi assegurada.

2.8 Análise dos dados

O procedimento adotado para a organização dos dados coletados por meio do MEEM, do Questionário Biosociodemográfico e do Roteiro de Entrevista Semiestruturada nesta pesquisa foi a *Análise de Conteúdo Temática*, conforme referenciada por Minayo (2014). Esse método remete à noção de tema, que se associa a uma afirmação sobre um determinado assunto. Dessa forma, comporta um conjunto de relações que pode ser graficamente representado por uma palavra, frase ou resumo.

De acordo com Bardin (1979, p. 105), “o tema é uma unidade de significação que emerge naturalmente de um texto analisado conforme critérios fundamentados na teoria que orienta a leitura”. Já para Unrug (1974, p. 19), o tema é uma “unidade de significação complexa

de comprimento variável, cuja validade não é de natureza linguística, mas psicológica, podendo ser tanto uma afirmação quanto uma alusão”.

Assim, conforme Minayo (2014, p. 315-318), a análise temática consiste em identificar os núcleos de sentido presentes em uma comunicação, cuja ocorrência ou frequência possuem relevância para o objeto de estudo. Tradicionalmente, a análise temática baseava-se na contagem de frequência das unidades de significação, determinando o caráter do discurso. Para uma análise mais aprofundada dos significados, a presença de determinados temas revela estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento subjacentes ao discurso.

Operacionalmente, a análise temática, segundo a autora, desdobra-se em três etapas:

1. *Pré-análise* - nesta fase, são escolhidos os documentos a serem analisados e retomadas as hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa. O pesquisador deve refletir sobre as relações entre as etapas realizadas, elaborando indicadores que auxiliem na compreensão do material e na interpretação final. A pré-análise envolve tarefas como leitura flutuante, onde o pesquisador se familiariza profundamente com o material de campo, e a constituição do corpus, que deve atender a normas de validade qualitativa, como exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Além disso, envolve a formulação e reformulação de hipóteses e objetivos, com a determinação das unidades de registro e de contexto, a categorização e a definição dos conceitos teóricos que orientarão a análise.
2. *Exploração do Material*: esta etapa envolve a classificação e a categorização do conteúdo, com o objetivo de identificar os núcleos de compreensão do texto. O pesquisador identifica categorias que são expressões ou palavras significativas, e que organizam o conteúdo das falas. A análise tradicional trabalha primeiramente com o recorte do texto em unidades de registro e, em seguida, realiza a classificação e agregação dos dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas responsáveis pela especificação dos temas.
3. *Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação*: Os resultados são submetidos a operações estatísticas, simples ou complexas, que destacam as informações obtidas. A partir disso, o analista propõe inferências e realiza interpretações, relacionando-as ao quadro teórico inicial ou explorando novas dimensões teóricas sugeridas pelo material. Assim, a análise temática se revela formal e mantém a crença na significação da regularidade.

A análise dos dados nesta tese foi dividida em três capítulos: IV, V e VI. No capítulo IV, discutem-se os dados biossociodemográficos e o MEEM em conjunto com a literatura existente. Nos capítulos V e VI os temas emergentes são analisados à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), proposta por Bronfenbrenner (2004; 2005), que estabelece a relação entre quatro elementos fundamentais - processo, pessoa, contexto e tempo (PPCT) - para a compreensão dos fenômenos humanos. Assim, nos próximos capítulos, o leitor terá acesso aos resultados deste estudo.

Asa Branca

Quando oiei' a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei' a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação?
Eu perguntei' a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornaia'
Nenhum pé de prantação'
Por farta' d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por farta' d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Inté' mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
Guarda contigo meu coração
Entonce' eu disse: adeus, Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe, muitas légua
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim vortar' pro meu sertão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim vortar' pro meu sertão

Quando o verde dos teus óio'
Se espaiar' na prantação'
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu vortarei', viu, meu coração
Eu te asseguro, não chore, não, viu
Que eu vortarei', viu, meu coração

Compositores: Humberto Teixeira Cavalcanti /
Luiz Gonzaga



1. Análise Biossociodemográfica e Avaliação Cognitiva de Homens Idosos Encarcerados: Um Diálogo com a Literatura

Não por acaso, este capítulo começa com a música "Asa Branca", uma das canções mais emblemáticas da música popular brasileira, composta por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, em 1947. A música se tornou um hino não oficial do Nordeste do Brasil devido à sua letra, que retrata de maneira tocante a vida e os desafios enfrentados pelos sertanejos. O título da canção faz referência à Asa-Branca (*Columba picazuro*), uma ave típica da região que migra em busca de melhores condições de vida.

De modo semelhante, a maioria dos participantes da pesquisa têm suas origens forjadas nas dificuldades vivenciadas ao longo de suas trajetórias. A ausência de oportunidades e a consequente exclusão social são aspectos de uma realidade que parece preceder o encarceramento. Dessa forma, suas “escolhas” os levam a migrar de seus lares para viver na penitenciária em busca de ressocialização, um resultado nem sempre alcançado. A imagem da ave simboliza a esperança e o desejo de retorno às suas casas e famílias, sentimento expresso nas entrevistas. A escolha dos pássaros como nomes fictícios para os participantes faz referência à sensação de estar preso, assim como uma ave em uma gaiola.

Nesta etapa, o leitor terá acesso a uma breve contextualização social e histórica da vida dos participantes, descrita nas características obtidas por meio de instrumentos específicos utilizados na pesquisa, a saber: a Entrevista Semiestruturada, Questionário Biossociodemográfico e o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM). Posteriormente, essas características serão comparadas com os dados do Censo Penitenciário, bem como com estudos brasileiros e internacionais.

2. Descrição dos participantes

Alegrinho

Tem 60 anos, é de cor parda, natural de uma cidade situada no Agreste do Estado de Pernambuco, evangélico, casado, pai de dez filhos, avô de doze netos e bisavô de três bisnetos. Coursou o ensino fundamental, o qual concluiu na penitenciária. Filho único, seu pai morreu aos 38 anos, momento em que, aos 10 anos, começou a trabalhar na agricultura para ajudar sua mãe. Na meia-idade, foi trabalhar na construção civil, onde sofreu um acidente de trabalho que

provocou lesão em uma das mãos. Passou a receber auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que foi suspenso ao ser preso. Posteriormente, trabalhou como comerciante autônomo para complementar a renda da família, que atualmente é de R\$ 600,00. Muito apegado aos dois filhos caçulas, menores de dez anos, demonstrou sofrimento por não poder ajudá-los financeiramente. Foi acusado de ter cometido abuso sexual contra duas menores parentes da atual companheira. No ato da denúncia, as menores relataram os abusos e, posteriormente, negaram por motivos indeterminados. Como se trata de um crime que não deixou vestígios a serem comprovados por exames, a palavra inicial das menores foi considerada prova necessária à condenação pelo crime prescrito nos Art. 213 e 217 A da Lei: 2.848 (Código Penal, 1940), tendo sido sentenciado a 9 anos e 11 meses a serem cumpridos no regime fechado. Está preso há quase dois anos.

Araponga

Tem 69 anos, de cor preta, natural de uma cidade situada na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, espírita, ensino fundamental incompleto, casado, pai de três filhos e quatro netos, aposentado. Nascido em uma família de quatro filhos, sendo o terceiro na ordem dos nascimentos, sempre trabalhou como comerciante, assim como seu pai. Contudo, antes de ser preso, exercia a função de Diretor de Obras da prefeitura de uma cidade situada na Zona da Mata de Pernambuco e Cabo Eleitoral. Com a mudança dos cargos comissionados na nova administração da prefeitura, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Nela, foi acusado de agir em lugar de uma segunda instância policial, de influenciar as decisões tomadas pela prefeitura, de ameaçar a população, os comerciantes da cidade e de ter ora mandado, ora cometido diversos homicídios a fim de obter benéficos próprios. A justiça considerou a imputabilidade dos crimes e o enquadrrou na Lei nº 2.848 - Art. 121, §2º, incisos II, III e IV, e Art. 288 (Código Penal, 1940); Art. 29, 62 e 69 da Lei nº 3.688 das Contravenções Penais (Brasil, 1941); Art. 14, inciso II, da Lei nº 7.209 - Código Penal/Alterações (Brasil, 1984). Foi condenado a cumprir uma pena de 174 anos e seis meses, em regime fechado. Está preso há 23 anos.

Assum Preto

Tem 84 anos, de cor preta, natural de uma cidade situada na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco, é evangélico, viúvo, foi casado quatro vezes. Desses relacionamentos

teve nove filhos, dos quais cinco são adotados. Não tem conhecimento da existência de netos ou bisnetos e, não recebe visitas. Coursou o ensino médio completo, grau que adquiriu durante o período de reclusão. Na infância, morou em um engenho, sendo um dos 18 filhos de seus pais, mas não mantém contato com nenhum dos irmãos. Desde a juventude, trabalhou como fundidor em usinas. Atualmente, é aposentado e recebe um salário. Está preso há nove anos, tendo sido condenado por crime de feminicídio. Nos autos do processo consta que matou uma mulher, sua companheira na época. Nunca havia sido preso antes e possuía bons antecedentes criminais. Na publicação da sentença, a Justiça considerou o crime hediondo, uma vez que foi cometido com uma arma branca na presença de uma criança, neta da vítima. Foi condenado a 17 anos e dois meses de reclusão em regime fechado, com base no Art. 121 §2 inciso I da Lei 2.848 (Brasil, 1940).

Azulinho

Tem 68 anos, é de cor branca, natural de uma cidade situada na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, e professa a religião evangélica. Concluiu o ensino fundamental durante o período de reclusão. Nascido em uma família de seis irmãos, é o quinto na ordem de nascimento. Durante a infância, residia em um sítio e frequentou a escola, mas interrompeu os estudos devido a dificuldades de aprendizagem. Foi casado quatro vezes; a primeira esposa deixou-o com quatro filhos pequenos, três meninos e uma menina. Possui quatro netos, os quais conhece apenas por fotos, uma vez que está preso há oito anos. Trabalha em diversos locais no presídio, motivo pelo qual ainda não se aposentou. Com a renda que obtém, consegue ajudar financeiramente a filha que o visita mensalmente. Ele foi acusado de abusar sexualmente de três crianças na obra onde trabalhava como ajudante de pedreiro. A Justiça o considerou culpado pelos crimes previstos nos Artigos 224-A e 214 da Lei nº 2.848 (Brasil, 1940). Foi condenado a 26 anos de reclusão em regime fechado.

Beija-flor

Tem 69 anos, é de cor branca, natural de uma cidade situada no Agreste do Estado de Pernambuco, católico, com ensino fundamental incompleto. É viúvo, pai de quatro filhos, duas meninas e dois meninos, e avô de sete netos. Desde jovem, trabalhou na agricultura e atualmente é aposentado, recebendo também a pensão da esposa, que faleceu há 20 anos. Na época do falecimento, sua filha mais nova tinha seis anos e o mais velho, 15 anos. A mãe dele assumiu a criação dos netos. Antes de ser preso, morava em um sítio com os dois filhos homens,

sendo que apenas o mais velho o visita. Está no presídio há quase três anos, pois foi acusado de abusar sexualmente do filho mais novo, quando ainda era menor de quatorze anos. A denúncia ocorreu em 2009, mas ele só foi preso em 2020, após o julgamento. A justiça o considerou culpado e o condenou com base no Art. 217 A da Lei 2.848 (Brasil, 1940), a dez anos de reclusão em regime fechado.

Bem-te-vi

Tem 62 anos, é de cor parda, analfabeto, evangélico e solteiro, natural de uma cidade situada na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Foi criado pelo avô e, aos 14 anos, foi trabalhar na lavoura a mando dele. Como não tinha habilidade para o serviço, seu avô, que era músico, lhe presenteou com um pandeiro. Inicialmente, encontrou bastante dificuldade para aprender, mas eventualmente desenvolveu aptidão para a música. Paralelamente, aprendeu a confeccionar pulseiras, colares, entre outros artesanatos. Em seguida, partiu para viver em outras cidades, passando por diversos estados do país e sobrevivendo da venda de artesanatos e da música. Tem seis filhos e um neto. Com a última companheira, teve três filhas, que são o centro do conflito que levou à sua prisão. Ele e a mulher foram presos sob a acusação de abusar sexualmente das três crianças menores de 14 anos e, de ainda, terem permitido que outras pessoas praticassem essas ações em troca de benefícios financeiros. Está preso há treze anos, tempo que as crianças foram entregues ao Conselho Tutelar. A Justiça o considerou culpado pelos crimes contidos no Art. 214 da Lei 2.848 (Brasil, 1940), a 42 anos de reclusão em regime fechado.

Canário

Tem 71 anos, é de cor parda, natural de uma cidade situada na Zona da Mata do Estado de Pernambuco. Completou o ensino fundamental, é católico, solteiro e aposentado. É pai de cinco filhos, sendo que um faleceu, restando quatro filhos, nove netos e um bisneto. Cresceu em uma família de nove irmãos, sendo o mais velho. Sua mãe faleceu quando ele ainda era jovem. Aos treze anos, começou a trabalhar como pintor de automóveis e continuou nessa profissão até antes de ser preso. Está recluso há quatro meses e como seu processo corre em segredo de Justiça, não foi possível obter maiores detalhes da situação, apenas o que foi narrado por ele e será discutido no capítulo V. Foi condenado pelo crime prescrito no Art. 217 - prática

de conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de quatorze anos - da Lei 2.848 (Brasil, 1940), a oito anos de reclusão em regime fechado.

Catatau

Tem 64 anos, é de cor preta, analfabeto, casado, agricultor e católico, natural de uma cidade situada na Zona da Mata do Estado de Pernambuco. Nascido em uma família de dez irmãos, seus pais se separaram quando ele ainda era criança. Sendo o caçula, foi um dos que ficou com a mãe. Relatou que seu pai era alcoolista, o que gerava muitos conflitos. Em uma dessas discussões, sua mãe atingiu a cabeça do pai, que caiu no chão e ficou com sequelas. Mesmo separados, o pai ajudava na manutenção da casa. No entanto, quando ele tinha oito anos, seu pai faleceu, e sua mãe precisou trabalhar na lavoura. O trabalho forçado calejou as mãos de sua mãe e castigou sua pele, e, compadecido, ele preferiu trabalhar no lugar dela. Na juventude, casou-se com uma mulher que já tinha seis filhos, os quais adotou como seus. Tem também dois netos que cria como filhos. Sempre viveu em um sítio e, por gostar de caça, constantemente mantinha uma arma em sua posse. Está preso há três anos, acusado de cometer dois homicídios, um em 1997 e outro em 2002. A justiça o considerou culpado pelo crime previsto no Art. 121, §2º, inciso II, da Lei 2.848 (Brasil, 1940), e prescreveu uma pena de 24 anos de reclusão em regime fechado.

Catraca

Tem 65 anos, é de cor branca, analfabeto, solteiro, vaqueiro, católico e aposentado. É natural de uma cidade situada no Agreste do Estado de Pernambuco. Nascido em uma família de 22 irmãos, dez dos quais já faleceram. Seu pai morreu, mas sua mãe ainda está viva. Começou a trabalhar aos 10 anos de idade na lavoura. À noite, enfrentava um longo caminho para chegar à escola, o que o levou a desistir dos estudos. Na juventude, arrumou uma companheira com a qual teve seis filhos. Após alguns anos, separaram-se, ficando ela com os filhos homens e ele com as filhas mulheres. Atualmente, tem onze netos. Antes de ser preso, trabalhava como vaqueiro. Ficou foragido por 14 anos tendo sido preso há dois anos. A Justiça o considerou culpado pelo crime de estupro de vulnerável, com base no Art. 217 §1 da Lei 2.848 (Brasil, 1940), a treze anos de reclusão. A pena foi aumentada tendo em vista que a vítima é sua filha; à época do fato ela era menor de quatorze anos e resultou em gravidez.

Curió

Tem 63 anos, é de cor parda, analfabeto, solteiro, agricultor e não possui religião. É natural de uma cidade situada na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Nascido em uma família de quatro irmãos, trabalhou desde muito cedo na agricultura junto com seu pai, que morreu há mais de vinte anos. Sua mãe faleceu há um ano e, por complicações de saúde, nunca pôde visitá-lo. Está preso há sete anos e só recebeu a visita de uma sobrinha uma única vez. Não casou nem teve filhos. No dia da entrevista queixou-se de diversos problemas de saúde, em parte, acentuados pela sua condição de alcoolista. Morava com o tio, que era casado e tinha filhos, e todos na casa faziam uso excessivo de álcool, inclusive ele. Foi acusado de ter cometido um homicídio. A justiça o considerou culpado, uma vez que foi encontrado embriagado com uma arma branca na cintura pouco tempo depois. Consta nos autos do processo que, em seu depoimento na delegacia, ele mencionou ter ouvido uma voz que o mandava matar o tio, e assim o fez. Desse modo, o delito foi tipificado no Art. 121, §2º inciso IV da Lei 2.848 (Brasil, 1940), e foi condenado a doze anos de prisão.

Gavião

Tem 61 anos, é de cor parda, possui ensino fundamental incompleto, não professa nenhuma religião e é natural de uma cidade localizada na Região Metropolitana do Estado Pernambuco. É casado, pai de doze filhos e avô de três netos. Atualmente, está aposentado e recebe um salário em decorrência de um acidente que lhe causou uma deficiência em uma das pernas, exigindo o uso de muletas. Sua mãe biológica teve cinco filhos, dos quais abortou dois e tentou, inclusive, abortá-lo. Ele relata que foi rejeitado por sua mãe e criado por outra família, enfrentando diversas dificuldades na infância, incluindo a fome. Desde jovem, aprendeu a pescar e a vender mercadorias. Antes de ser preso, trabalhava na feira vendendo frutas e verduras que cultivava. Ele foi acusado de atear fogo em um conhecido em um bar, motivado por uma discussão. Apesar de possuir bons antecedentes criminais, foi considerado culpado pela justiça com base no crime prescrito no Art. 121, §2º, inciso II, da Lei 2.848 (Brasil, 1940) e condenado a nove anos de reclusão em regime fechado por tentativa de homicídio, uma vez que a vítima, embora não tenha falecido, sofreu diversas sequelas. Foi preso aos 45 anos, mas permaneceu encarcerado por apenas um ano. A prisão foi novamente decretada em 2022, quando retornou ao presídio aos 59 anos para cumprir o restante da pena.

Gralha Azul

Tem 75 anos, é de cor branca, analfabeto, solteiro, aposentado, não professa nenhuma religião e é natural de uma cidade situada no Agreste de Pernambuco. Ele é pai de três filhos e avô de dois netos. Proveniente de uma família com três irmãos, ele e duas irmãs, perdeu o pai aos cinco anos, o que levou sua mãe a trabalhar na roça para sustentá-los. Enfrentou muita fome e, na adolescência, migrou para a região sudeste do país em busca de trabalho para ajudar a família. Após vinte anos, retornou à sua cidade natal e foi trabalhar como agricultor. Atualmente morava sozinho e recebia visitas de uma mulher que tinha uma filha sua. Como não moravam juntos, ele as ajudava financeiramente. Seu processo corre sob segredo de justiça, o que impossibilitou o acesso a maiores detalhes sobre o delito cometido. No entanto, sabe-se que ele foi preso em flagrante há três anos e sentenciado a 29 anos de reclusão por abuso sexual de menor de 14 anos. Crimes prescritos nos Art. 217 A e Art. 213 §1 da Lei 2.848 (Brasil, 1940); e Art. 12 da Lei 10.826 (Brasil, 2003).

João de Barro

Tem 61 anos, é de cor parda, possui ensino fundamental incompleto, é católico e natural de uma cidade situada na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Frequentou apenas dois anos de escola regular devido à necessidade de trabalhar na lavoura para auxiliar os pais. Na meia-idade, casou-se com uma mulher que já tinha cinco filhos, os quais ele adotou, tornando-se posteriormente avô de 26 netos e bisavô de uma bisneta. No presídio, continua trabalhando para sustentar a família, pois não é aposentado e a maioria dos netos depende financeiramente dele. Ele foi acusado de cometer dois homicídios considerados violentos e por motivo torpe. Nos autos do processo, consta que o incidente ocorreu devido a conflitos envolvendo terras e indenizações. Além disso, foi registrado que o acusado possuía antecedentes criminais, tendo processos relacionados à posse ilegal de arma de fogo. A justiça o considerou culpado pelos crimes previstos no Art. 121 §2, incisos I e IV da Lei 2.848 (Brasil, 1940) e o condenou a 48 anos e dois meses de reclusão. Cumpre pena há mais de seis anos.

Patativa

Tem 64 anos, é de cor parda, cursou o ensino fundamental completo, é solteiro, católico e natural de uma cidade situada na Zona da Mata do Estado de Pernambuco. Nasceu em uma

família com três irmãos, sendo ele o segundo na ordem de nascimento. Viveu com a mãe até os sete anos de idade, depois foi morar com a madrastra, a quem considera como mãe devido ao apoio constante que sempre recebeu. Teve três relacionamentos, dos quais se tornou pai de cinco filhos e avô de quatro netos. Trabalhou na agricultura e na venda de mercadorias até os 25 anos, momento em que adentrou a vida no crime. Relatou que tem 39 anos de envolvimento com a venda de drogas ilícitas, mas não é usuário, embora faça uso de tabaco desde os sete anos de idade. Entre idas e vindas ao presídio, cumpre penas há quase 20 anos. Antes de ser preso novamente, há três anos, estava trabalhando na venda de alimentos e, paralelamente, de drogas. A Justiça o considerou culpado pelos crimes prescritos no Art. 33 da Lei 11.343 (Brasil, 2006) e nos Art. 33 e Art.111 da Lei 7.210 (Brasil, 1984), totalizando 37 anos de reclusão. Embora réu confesso, o que conta como atenuante, pesa contra ele a reincidência criminal.

Periquito

Tem 65 anos, é de cor parda, cursou o ensino fundamental incompleto, é solteiro, evangélico e natural de uma cidade situada no Agreste do Estado de Pernambuco. Nasceu em uma família de oito irmãos, sendo ele o sétimo na ordem de nascimento. Todos os irmãos estão vivos. A família morava no sítio e seus pais, hoje falecidos, eram muito católicos. Teve uma filha, mas não mantém contato com ela. Seu primeiro emprego foi como agricultor e posteriormente trabalhou nas pedreiras que ficavam nas terras da família. Antes de ser preso, estava morando com uma irmã e uma sobrinha, trabalhando como taxista em um carro arrendado para ajudar na manutenção da casa. Também se relacionava com uma mulher que tinha duas crianças e trabalhava em um local distante. Chegou a considerar a possibilidade de viver com a mulher e assumir as crianças. O caso corre em segredo de Justiça o que impossibilitou o acesso a maiores detalhes. A justiça o considerou culpado pelo crime - constrangimento ilegal e violação sexual mediante fraude - prescrito no Art. 217 A da Lei 2.848 (Brasil, 1940) e o condenou a 16 anos de reclusão. Teve a prisão em flagrante decretada em 2013 e, após alguns anos progrediu para o regime aberto. Porém, há dois anos perdeu o direito de responder em liberdade, o que o levou novamente ao presídio.

Pitiguari

Tem 62 anos, é de cor preta, analfabeto, solteiro, católico e natural de uma cidade situada na Zona da Mata de Pernambuco. Relata que, quando criança, começou a trabalhar com

seu pai aos sete anos de idade, amarrando e cortando cana-de-açúcar. Embora não recebesse pagamento pelo trabalho, disse que gostava do pai. A mãe morreu muito cedo e ele não se lembra dela. Passou muitos anos atuando como agricultor no corte da cana, porém, uma lesão no braço o obrigou a deixar de trabalhar. Chegou a pedir esmola nas ruas para não passar fome. Foi então que começou a plantar e vender raízes de porta em porta. Nunca se casou, mas foi pai de muitos filhos, tendo conhecimento de sete. Também é avô de dois netos e bisavô de um. Antes de ser preso estava morando com uma filha, uma neta e um neto. Ele foi acusado de abusar sexualmente dessa neta. A Justiça o considerou culpado pelo crime prescrito no Art. 213 da Lei 2.848 (Código Penal, 1940) e foi sentenciado a nove anos de reclusão. Está preso há seis anos.

Rouxinol

Tem 68 anos, é de cor parda, analfabeto, evangélico, solteiro, aposentado e natural de uma cidade situada na Região do Agreste do Estado de Pernambuco. Relatou que, na infância, frequentou a escola no turno da noite, mas, devido ao trabalho no campo, foi obrigado pelo pai a abandonar os estudos. Na juventude, mudou-se para o sul do país em busca de melhores condições de vida, onde permaneceu por algum tempo antes de retornar à sua cidade natal. Nunca se casou, mas é pai de seis filhos e avô de seis netos. Sempre exerceu a profissão de agricultor e, mesmo após se aposentar, continuou trabalhando. Durante a maior parte de sua vida, viveu com a família, mas, há alguns anos, passou a morar sozinho após um de seus filhos denunciá-lo à polícia. As acusações tratavam de suposto abuso à dignidade sexual de duas de suas filhas. Nos autos do processo, elas relataram abusos diversos de conjunção carnal, tendo ocorrido desde a idade de dez anos. O irmão foi testemunha da ação, mas, somente após alguns anos tomaram coragem de denunciar, pois eram supostamente ameaçados de morte pelo genitor. A Justiça o considerou culpado pelos crimes prescritos no Art. 213 e 216 da Lei 2.848 (Brasil, 1940) e o condenou a nove anos de reclusão. Está preso há um ano.

Sabiá

Tem 61 anos, é de cor parda, analfabeto, evangélico, solteiro e natural de uma cidade situada na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Nascido em uma família de três irmãos, sendo ele, o primogênito. Relatou que seu pai faleceu há bastante tempo e que sua mãe e uma irmã faleceram enquanto ele estava preso, restando-lhe apenas um irmão. Nunca se casou

e não teve filhos, mas sua mãe e irmã sempre o ajudaram. Antes de ser preso, morava sozinho e trabalhava como ajudante de pedreiro. Ele foi acusado de agredir sexualmente uma mulher. Nos autos do processo, consta que ele agiu de modo violento e ameaçou a vítima de morte com uma arma branca, o que a deixou traumatizada e necessitando de atendimento psiquiátrico. Além disso, há “registros de comportamentos similares em outras ocasiões, o que evidencia sua propensão para cometer crimes dessa natureza”. A Justiça o considerou culpado pelo crime prescrito no Art. 213 da Lei 2.848 (Brasil, 1940) e o condenou a 11 anos de reclusão. Ele está preso há cinco anos.

Tucano

Tem 65 anos, é de cor parda, cursou o ensino fundamental incompleto, é católico, solteiro e natural de uma cidade situada na Zona da Mata de Pernambuco. Nascido em uma família de três irmãos, sendo o segundo na ordem de nascimento, seu pai era agricultor e trabalhava no corte da cana. Devido à situação financeira desfavorável, estudar não foi uma opção, sendo necessário trabalhar amarrando a cana-de-açúcar para ajudar na complementação da renda familiar. Na juventude, mudou-se para um estado da região sudeste do país, onde trabalhou como motorista e teve um relacionamento do qual nasceram seis filhos. Após alguns anos, retornou à cidade natal e teve uma filha fruto de um segundo relacionamento. Antes de ser preso vivia com a segunda esposa e uma neta. No processo consta, que foi acusado de abusar sexualmente dessa neta, quando ainda era menor de quatorze anos. Em consequência do delito, nasceu uma criança. A justiça o considerou culpado pelos crimes prescritos nos Art. Art. 71 da Lei 3.688 (Brasil, 1941); Art. 226 inciso II e Art. 217 da Lei 2.828 (Brasil, 1940) e o sentenciou a 14 anos de reclusão. Está preso há oito anos.

Xexéu

Tem 65 anos, é de cor parda, cursou o ensino fundamental incompleto e é evangélico. Natural de uma cidade na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco, nasceu em uma família numerosa de 15 irmãos, sendo ele o caçula. Cresceu no Engenho e perdeu a mãe aos 13 anos, sendo criado por duas irmãs mais velhas, que o consideram como filho e o apoiam financeiramente até hoje. Embora tenha frequentado a escola, não conseguiu concluir os estudos devido às responsabilidades de trabalho e ao baixo desempenho escolar. Sempre

trabalhou nas usinas como Folguista e estava próximo de se aposentar por tempo de serviço antes de ser preso. Antes da prisão, morava com a esposa, duas filhas e três netos. Nos autos do processo, consta que cometeu abusos a uma de suas filhas quando ainda era menor de 14, durante sete anos. Como resultado, ele se tornou pai e avô de dois netos. A Justiça comprovou os fatos por meio de exame de DNA que confirmou a paternidade. Desse modo, foi considerado culpado pelos crimes prescritos nos Art. 213 e 226 inciso II da Lei: 2.848 (Brasil, 1940) a 50 anos e quatro meses de reclusão em regime fechado. Está preso a nove anos.

3. Característica dos participantes e sua relação com a literatura

Na tabela 8 e 9, organizou-se a descrição dos participantes (listados em ordem alfabética) mencionadas no item anterior, para que haja uma melhor visualização. Esses dados serão discutidos com relação ao Censo Penitenciário e algumas pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior.

Tabela 8. Descrição dos participantes

Dados do idoso encarcerado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nome	Alegrinho	Araponga	Assum Preto	Azulinho	Beija-flor	Bem-te-vi	Canário	Catatau	Catraca	Curió
Idade	60 anos	69 anos	84 anos	68 anos	69 anos	62 anos	71 anos	62 anos	65 anos	63 anos
Etnia/raça/cor	Parda	Preta	Preta	Branca	Branca	Parda	Parda	Preta	Branca	Parda
Religião	Evangélico	Espírita	Evangélico	Evangélico	Católico	Evangélico	Católico	Católico	Católico	-
Escolaridade	3º ensino fundamental	6º ensino fundamental	Ensino Médio	5º ensino fundamental	4º ensino fundamental	Analfabeto	6º ensino fundamental	Analfabeto	Analfabeto	Analfabeto
Naturalidade	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco
Região de moradia	Agreste	Zona da Mata	Metropolitana	Zona da Mata	Agreste	Metropolitana	Zona da Mata	Zona da Mata	Agreste	
Profissão	Pedreiro	Comerciante	Fundidor	Serviços Gerais	Agricultor	Artesão	Pintor de automóvel	Agricultor	Vaqueiro	Agricultor
Situação trabalhista	-	Aposentado	Aposentado	-	Aposentado	-	Aposentado	-	-	-
Renda	Abaixo de um salário	Um salário	Um salário	Abaixo de um salário	Um salário	Abaixo de um salário	Um salário	Abaixo de um salário	Abaixo de um salário	-
Estado civil	Casado	Casado	Viúvo	Solteiro	Viúvo	Solteiro	Solteiro	Casado	Solteiro	Solteiro
Residia	Esposa Dois filhos	Esposa Duas filhas	Esposa Neta da companheira	Companheira	Dois filhos	Companheira Três filhas	Companheira Enteado	Companheira Dois filhos Dois netos	Sozinho	Tio Cunhada Sobrinhos
Filhos	10 filhos	03 filhos	09 filhos	04 filhos	04 filhos	04 filhos	05 filhos	06 filhos	06 filhos	-
Netos	12 netos	04 netos	-	04 netos	07 netos	-	09 netos	02 netos	11 netos	-
Bisnetos	03 bisnetos	-	-	-	-	-	01 bisneto	-	-	-
Problemas de saúde	-	Hipertensão	Hipertensão	Visão Hipertensão	Depressão Hipertensão Insônia Visão	Depressão Hipertensão Insônia Visão	Dores na coluna Insônia Memória Visão	Audição Coluna Hipertensão Labirintite Memória Visão	Depressão	Diabetes Doença vascular Hipertensão
Usuário de drogas	-	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação) Álcool	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação)	Sim (medicação) Álcool
Tipo de crime	Art. 213 e 217 A (Lei 2.848)	Art.121 §2 II, III E IV; Art. 288 (Lei 2.848)	Art. 121, §2 I (Lei: 2.848)	Art. 224 A e 214 (Lei: 2.848)	Art. 217 A (Lei: 2.848)	Art. 214 (Lei: 2.848)	Art. 217 A (Lei: 2.848)	Art. 121 §2 II (Lei 2.848)	Art. 217 §1 (Lei 2.848)	Art. 121, §2 II e IV (Lei: 2.848)

		Art. 29, 62, 69 (Lei 3.688) Art. 14 II (Lei 7.209)								
Penalidade	09 anos e 11 meses	174 anos e seis meses	17 anos e dois meses	26 anos	10 anos	42 anos	08 anos	24 anos	13 anos	12 anos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Tabela 9. Descrição dos participantes

Dados do idoso encarcerado	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Nome	Gavião	Gralha Azul	João de Barro	Patativa	Periquito	Pitiguari	Rouxinol	Sabiá	Tucano	Xexéu
Idade	61 anos	75 anos	62 anos	64 anos	65 anos	62 anos	68 anos	61 anos	65 anos	65 anos
Etnia/raça/cor	Parda	Branca	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
Religião	-	-	Católico	Católico	Evangélico	Católico	Evangélico	Evangélico	Católico	Evangélico
Escolaridade	5º ensino fundamental	Analfabeto	3º ensino fundamental	Fundamental Completo	5º ensino fundamental	Analfabeto	Analfabeto	Analfabeto	1º ensino fundamental	3º ensino fundamental
Naturalidade	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco
Região de moradia	Metropolitana	Agreste	Metropolitana	Zona da mata	Agreste	Zona da mata	Agreste	Metropolitana	Zona da mata	Metropolitana
Profissão	Pescador Comerciante	Agricultor	Agricultor	Comerciante	Agricultor Taxista	Agricultor Comerciante	Agricultor	Ajudante de pedreiro	Motorista	Folguista
Situação trabalhista	Aposentado	Aposentado	-	-	-	-	Aposentado	-	-	-
Renda	Um salário	Um salário	Abaixo de um salário	Abaixo de um salário	Abaixo de um salário	Abaixo de um salário	Um salário	-	Abaixo de um salário	Abaixo de um salário
Estado civil	Casado	Solteiro	Casado	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Divorciado	Divorciado
Residia	Esposa Dois filhos	Sozinho	Esposa Bisneta	Madrasta	Irmã Sobrinha	Filha Netos	Sozinho	Sozinho	Esposa Enteada neta	Esposa Filhas Netos
Filhos	12 filhos	03 filhos	05 filhos	05 filhos	01 filha	07 filhos	06 filhos	-	-	02 filhas
Netos	03 netos	02 netos	26 netos	04 netos	-	02 netos	06 netos	-	-	03 netos
Bisnetos	-	-	01 bisneto	-	-	01 bisneto	01 bisneto	-	-	-
Problemas de saúde	Deficiência na perna Hipertensão Visão	Depressão Hipertensão	Hipertensão	Hipertensão	Bursite Labirintite Hérnia de disco	Bursite	Visão	Hipertensão	Hipertensão Tuberculose	Diabetes Hérnia de disco Hipertensão Visão
Usuário de drogas	Sim (medicação) Álcool	Sim (Medicação)	Sim (Medicação)	Sim (Medicação) Tabaco	Sim (Medicação)	Sim (Medicação) Álcool	-	Sim (Medicação)	Sim (Medicação)	Sim (Medicação)
Tipo de crime	Art. 121, §2 II (Lei: 2.848)	Art. 217 A Art. 213 § 1 (Lei: 2.848) Art. 12 (Lei: 10.826)	Art. 121, 2º (Lei: 2.848); Art. 311 e 312 (Lei: 3.689)	Art. 33 (11.343); Art. 33 e 111 (Lei: 7.210)	Art. 217 A (Lei: 2.848)	Art. 217 A (Lei: 2.848)	Art. 213 e 226 (Lei 2.848)	Art. 213 (Lei: 2.848)	Art. 226 II e 217 (Lei: 2.848)	Art. 213 e 226 (Lei: 2.848)
Penalidade	09 anos	29 anos e um mês	48 anos e dois meses	37 anos	16 anos	25 anos	09 anos	11 anos e seis meses	14 anos	50 anos e quatro meses

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A população prisional do Estado de Pernambuco, em celas físicas, totaliza 27.646 indivíduos. Dentre eles, os idosos acima de 61 anos somam 509 pessoas, 1,84% da população total, sendo 495 do sexo masculino, 97,25% e, apenas 14 do sexo feminino, 2,75% (SISDEPEN, 2025). Em 2019, as pessoas maiores de 60 anos presas no Estado somavam 283 indivíduos, representando aproximadamente 0,84% da população carcerária (INFOPEN, 2019; Vilela, 2021). Sendo assim, comparando os dados de 2019 e 2024, a população idosa encarcerada do Estado mais que dobrou, com um aumento de 119,05%. Além disso, é fundamental considerar o constante movimento de entrada e de saída dos indivíduos do sistema

penitenciário, bem como a existência de subnotificações (Santos, 2020). Assim, os números apresentados podem ser ainda mais elevados e, adicionalmente, é necessário considerar esses dados com uma tendência ao aumento, o que demanda uma maior atenção por parte da sociedade em geral.

3.1 Faixa etária dos participantes

Em 2023, ano em que a pesquisa foi realizada, os participantes tinham entre 60 e 84 anos. Resultados semelhantes foram encontrados por O'Hara et al. (2016) na França e Avieli (2021) em Israel, cujas pesquisas indicaram uma variação de idade entre 60 e 81 anos. Nos estudos de Combalbert et al. (2018), na França, e Novisky (2018), nos Estados Unidos, a faixa etária dos homens idosos estava entre 50 e 87 anos. Nesse contexto, a maior amplitude etária deve-se ao fato de que são consideradas pessoas idosas encarceradas aquelas com mais de 50 anos. Contudo, em relação aos indivíduos mais longevos, a diferença é levemente maior. Embora as pesquisas citadas tenham sido conduzidas em países desenvolvidos, onde a qualidade de vida, tanto antes quanto durante o encarceramento, é superior à observada em países em desenvolvimento, como o Brasil, os resultados são similares.

Ainda no que refere à faixa etária dos participantes, a maioria (85%) estava entre 60 e 69 anos, e apenas (15%) tinham mais de 70 anos. Esse resultado é semelhante ao encontrado na população total de idosos encarcerados no Brasil e no Estado de Pernambuco (SISDEPEN, 2025). Esse dado denota que à medida em que a idade dos indivíduos aumenta, a probabilidade de reincidência e cometimento de crimes diminui (Crookes et al. 2021; Vilela, 2021).

A média de idade dos participantes ficou em 65,85 anos. Com relação a isso, Vilela, Dias e Sampaio (2021), por meio de uma revisão sistemática da literatura que avaliou pesquisas publicadas no Brasil entre 2009 e 2019, identificaram que a média ficou em 66 anos. No estado de Pernambuco, Vilela (2021) constatou uma média de 65,6 anos entre as mulheres idosas encarceradas, semelhante ao encontrado entre os homens idosos nesta pesquisa. De modo equivalente, Minayo e Constantino (2024), a partir de uma pesquisa qualitativa e quantitativa realizada no estado do Rio de Janeiro com pessoas idosas encarceradas, verificaram que os homens apresentaram média de idade de 65,7 anos. No entanto, as mulheres idosas eram um pouco mais jovens, com média de 63,8 anos.

A prevalência do público masculino sobre o feminino é apontada em diversas pesquisas, tanto dentro como fora do Brasil (Greene et al., 2018; Lopes et al., 2022; Minayo & Constantino, 2024; Munday et al., 2019; Sharupski et al., 2018; SISDEPEN, 2025; Vilela, Dias

& Sampaio, 2021; Vilela, 2021). Os homens parecem estar mais propensos à prática de crimes, sendo o perfil da população encarcerada predominantemente masculino e jovem. Os idosos, por constituírem uma minoria dentro do sistema prisional, podem ter suas necessidades e direitos negligenciados, o que pode ocasionar maiores prejuízos à saúde mental e física dessa população (Vilela, 2021).

Apesar de os idosos encarcerados representarem uma pequena parcela da população prisional, eles já são considerados um grupo em crescimento nas penitenciárias do Brasil e de todo o mundo. Ainda assim, eles vivenciam inúmeras dificuldades atrás das grades. Logo, as condições de vida anteriores ao encarceramento, somadas à deterioração da saúde e à falta de qualidade de vida na prisão, levaram alguns países desenvolvidos a considerarem uma pessoa presa como idosa a partir dos 50 anos (Avieli, 2021; Combalbert et al., 2018; Novisky, 2018). Diferentemente do Brasil que ainda adota a idade de 60 anos ou mais (Brasil, 2022; IBGE, 2020).

Entretanto, podemos inferir que já há um movimento favorável em nosso país, dado que o reconhecimento de uma faixa etária entre 46 e 60 anos, delimitada no Censo Penitenciário, parece indicar uma nova direção. No estado de Pernambuco, essas pessoas representam (8,48%) da população encarcerada (SISDEPEN, 2025). Essa mudança de perspectiva pode ser considerada um avanço, pois pode favorecer a criação de políticas públicas que visem melhorar as condições de vida no cárcere, especialmente no que se refere ao acesso a equipamentos de saúde.

Nesse contexto, a pesquisa revelou que 12 dos 20 participantes ingressaram na penitenciária com mais de 45 anos, e apenas um aos 42. A média de idade de ingresso no sistema foi de 57,85 anos. A maioria dos participantes, (65%), cometeu crimes antes de completar 60 anos, envelhecendo no sistema prisional.

3.2 *Etnia, raça e cor*

Com relação à etnia, raça e cor dos participantes, a maioria era (60%) parda, seguida de (20%) negros, e (20%) brancos. Dados semelhantes foram identificados por Minayo e Constantino (2024), que observaram que a maioria das pessoas se identificava como preta ou parda. Resultados distintos foram encontrados na literatura internacional e nacional, nos estudos de Nowotny (2016) e Leigey e Ryder (2015), nos quais a maioria era negra e, nos trabalhos de Lopes et al. (2022), Melo et al. (2016), Novisky (2018) e Vilela e Silva (2019) predominavam os brancos.

Em comparação aos dados do Censo (IBGE, 2022), observa-se que a maioria da população brasileira (45,3%) se identificaram como parda, cerca de (43,5%) se declararam brancas e, (10,2%) se autodeclararam como pretas. No Censo Penitenciário (SISDEPEN, 2023), (53,89%) se autodeclararam pardas, (31,80%) brancas e (17,46%) pretas.

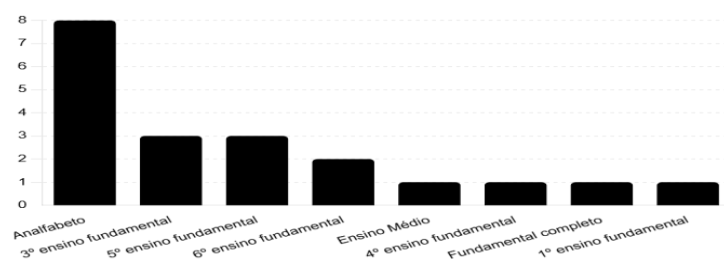
Desse modo, nota-se que a soma das proporções de participantes que se autodeclararam pardos e pretos nesta pesquisa é de (80%), o que é superior à média nacional de (55,5%), e à média do sistema penitenciário de (71,35%). Já a proporção de idosos brancos na nossa pesquisa (20%), é significativamente menor do que a média nacional (43,5%) e a média do sistema penitenciário (31,80%). Em suma, independentemente da perspectiva adotada, a soma de pardos e pretos é superior.

Com relação a isso, Minayo e Constantino (2024) fazem referência a estudos realizados pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa, os quais indicam que a grande maioria das pessoas presas em flagrante são pretas ou pardas. Além disso, esses indivíduos enfrentam maiores dificuldades para obter livramento condicional, são mais frequentemente agredidos durante as abordagens policiais e têm maior probabilidade de serem abordados nas ruas, em comparação aos brancos. Logo, se percebe que essas pessoas tendem a enfrentar vulnerabilidades estruturais desde o nascimento e ao longo da vida.

3.3 Nível de escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes, conforme descrito no Gráfico 1, observa-se que parte dos idosos, (40%), é analfabeta, enquanto (45%), possui algum nível de ensino fundamental incompleto. Apenas um participante completou o ensino fundamental e outro concluiu o ensino médio, representando uma minoria, (10%), com uma educação mais avançada. Esses dados sugerem que a maioria dos idosos teve pouco acesso à educação formal, o que certamente resultou em falta de oportunidades e refletiu no processo de desenvolvimento ao longo da vida.

Gráfico 1. *Nível de escolaridade dos participantes*



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O nível de escolaridade dos entrevistados - fundamental incompleto - também é predominante na população carcerária do país (SISDEPEN, 2023). Estudos de Lopes et al. (2022), Melo et al. (2016), Minayo e Constantino (2024), Oliveira et al. (2013), Santos (2018), e Vilela (2021) corroboram esses dados entre a população idosa encarcerada.

Em contraste, Brandão (2015), no Rio Grande do Sul, apontou que a maioria tinha nível superior. Santos (2018), no Estado do Ceará, região Nordeste do país, destacou que (35%) das mulheres idosas encarceradas eram analfabetas, um resultado similar ao encontrado nesta pesquisa. Diferentemente, Minayo e Constantino (2024), no Estado do Rio de Janeiro, região Sudeste do país, identificaram que (14,7%) das pessoas idosas eram analfabetas, enquanto Lopes et al. (2022) descreveram que (8,7%) não possuíam grau de instrução no Estado de São Paulo. Ambos os estudos foram realizados na Região Sudeste do Brasil, indicando uma diferença significativa em relação aos dados encontrados neste estudo.

Esses achados refletem a diversidade social e cultural existente entre as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Além disso, apontam que no nordeste do país estão concentradas as maiores proporções de pessoas que não tiveram nenhum tipo de acesso à educação escolar.

A relação entre baixa escolaridade e criminalidade é amplamente discutida na literatura acadêmica, com diversos estudos apontando que indivíduos com menor nível educacional enfrentam oportunidades limitadas de emprego, o que pode aumentar a vulnerabilidade ao envolvimento em atividades criminosas como meio de subsistência (Papalia & Martorell, 2022; Rocha, Pereira & Santos, 2022; Silva & Pinheiro, 2020). A ausência de uma educação de qualidade inibe o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como autocontrole e resolução de conflitos, favorecendo o surgimento de comportamentos impulsivos ou violentos (Baccon, 2023). Além disso, a exclusão social e a pobreza frequentemente associada à baixa escolaridade, pode criar contextos nos quais o crime pode ser percebido como uma alternativa viável (Fagundes & Menezes, 2024).

A escolaridade também desempenha um papel essencial na formação da capacidade de reflexão crítica sobre as consequências das ações, sendo sua ausência um fator que dificulta a avaliação dos impactos negativos do comportamento antissocial (Silva et al. 2021). Contudo, a criminalidade é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores, incluindo desigualdades sociais e políticas públicas ineficazes (Bonfim, 2022; Koller & De Antoni, 2011)). Nesse sentido, iniciativas que ampliem o acesso à educação de qualidade e promovam a inclusão social são cruciais para mitigar os impactos da baixa escolaridade sobre a

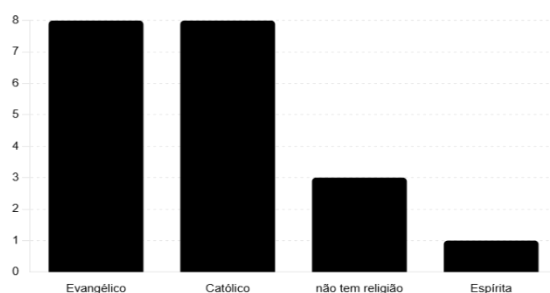
criminalidade (Baccon, 2023). Em resumo, a falta de oportunidades educacionais constitui um fator de risco ao envolvimento em práticas criminosas (Vilela, 2021).

Nesse entendimento, Minayo e Constantino (2024) consideram que os idosos encarcerados, majoritariamente de cor preta ou parda, enfrentam condições semelhantes às das pessoas pobres e periféricas, caracterizadas por baixos níveis de educação e acesso limitado a bens e serviços, tanto dentro quanto fora do sistema prisional. As autoras destacam que a cor da pele intensifica a segregação social em ambas as situações. Essa realidade também se estende à maioria dos brasileiros, conforme dados do IBGE (2022), que mostram que as menores taxas de analfabetismo foram registradas entre pessoas brancas e amarelas, enquanto pessoas pretas, pardas e indígenas apresentaram as maiores taxas de analfabetismo.

3.4 Religião

No critério religião, descrito no Gráfico 2, as religiões de matrizes evangélica e católica sobressaíram-se nesta pesquisa, representando juntas (80%), constituindo a maioria entre os participantes. Um percentual de (15%) declarou não possuir religião, e apenas (5%) se identificaram como espíritas. Igualmente, Minayo e Constantino (2024) descreveram que (80%) dos idosos eram praticantes das religiões evangélica ou católica. Diferentemente, Oliveira et al. (2013) indicaram que a maioria era composta por católicos, enquanto Vilela (2021) constatou que a maioria das mulheres idosas encarceradas eram evangélicas.

Gráfico 2. Religião dos participantes



Fonte: elaborado pela pesquisadora.

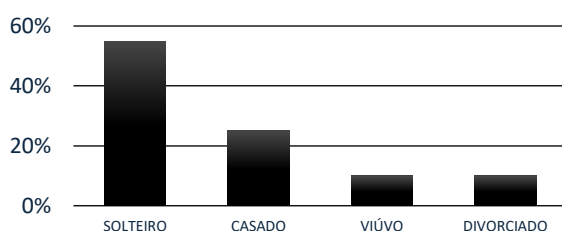
Não há registros sobre religião ou espiritualidade no censo penitenciário, e poucas pesquisas investigaram a presença dessa variável entre os idosos encarcerados. A religião, entretanto, é um fator importante na vida das pessoas que estão envelhecendo, pois pode ser uma fonte de saúde e bem-estar (Papalia & Martorell, 2022). Para alguns participantes, as

reuniões religiosas representam uma oportunidade de sair da rotina, de encontrar acolhimento para suas dores, além de os ajudar a nutrir esperanças em um futuro longe do crime. Nesse sentido, ter algum tipo de religião pode ser considerado um fator de proteção contra o envolvimento com a criminalidade. Além disso, a religião pode contribuir significativamente para a manutenção da saúde mental em um ambiente adverso como o prisional (Vilela, 2021).

3.5 Estado civil, constituição familiar e sua relação com as visitas

No que refere ao estado civil dos participantes, conforme descrito no Gráfico 3, a maioria (55%) eram solteiros, (25%) casados e, (10%) são viúvos ou divorciados. Esse resultado foi semelhante aos encontrados por Vilela (2021), que identificou essa variável entre as mulheres idosas encarceradas e, Combalbert et al. (2018), dentre os homens. No entanto, nos estudos de e D’Gusman (2017), Lopes et al. (2022) e Oliveira et al. (2013), em maioria, os homens idosos eram casados.

Gráfico 3. Estado civil dos participantes



Fonte: elaborado pela pesquisadora

Embora a maioria dos participantes seja solteira, muitos formaram família. Assim, (85%) têm filhos, (70%) possuem netos, (25%) têm bisnetos e apenas (15%) não tiveram filhos. De forma análoga, Filinson e Ciambone (2019) relataram que a maioria dos idosos tinha filhos, netos e bisnetos.

A média de filhos por participante era de 4,6. No entanto, Oliveira et al. (2013) verificaram um número um pouco maior, com uma média de seis filhos. Em contraste, Minayo e Constantino (2024) constataram uma média de 3,7 filhos. Um resultado semelhante foi encontrado por Vilela (2021), que relatou que as mulheres idosas tinham, em média, 3,8 filhos.

Vale lembrar que uma parte dessa população viveu seu período reprodutivo em meados do século XX, o que pode estar associado ao elevado número de filhos (Minayo & Constantino,

2024). Entretanto, o maior número de parentes parece não estar associado ao número de visitas. Pois, (55%) dos participantes não recebem visitas e apenas (45%) são visitados. Contudo, a maioria, tanto dos que recebem visitas quanto dos que não recebem, mantém algum tipo de contato, geralmente por telefone.

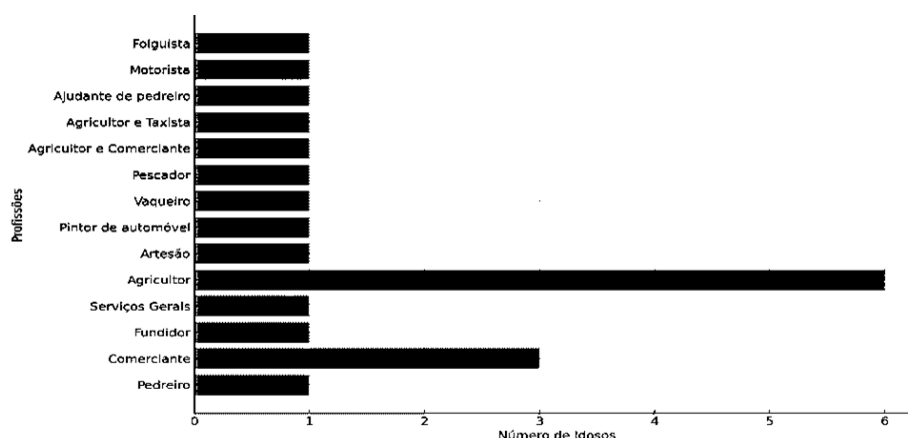
De forma semelhante, Combalbert et al. (2018) verificaram que a maioria dos idosos mantinha vínculos com seus familiares, embora apenas uma parte fosse visitada por eles. No entanto, Filinson e Ciambrone (2019) observaram que apenas um terço dos idosos recebia visitas de parentes ou mantinha contato. Por outro lado, Minayo e Constantino (2024) indicaram que (62,56%) dos idosos eram visitados, enquanto (37,44%), não recebiam visitas.

Entre os parentes visitantes as esposas são as mais frequentes e correspondem a, aproximadamente, (44,4%); as filhas e as irmãs têm uma participação semelhante, cada uma representa (22,2%). Se os percentuais relativos à presença feminina (esposas, filhas e irmãs) forem somados, chega-se a aproximadamente (88,8%). A figura masculina mencionada nas entrevistas foi o filho, que representa apenas (11,1%) dos visitantes, constituindo uma minoria.

De modo semelhante, Filinson e Ciambone (2019) descreveram que poucos idosos recebiam a visita de filhos homens. Quanto a isso, Dornellas (2019) e Vilela (2021) observaram que os homens visitam menos seus parentes aprisionados, seja em presídios femininos ou masculinos. Diante disso, Vilela (2021) supõe que a maior presença das mulheres nos presídios tem a ver com o processo de socialização, as quais ocupam o lugar de cuidadora, responsáveis pela manutenção dos vínculos familiares. Logo, a menor frequência de visitas por parte dos filhos homens pode estar relacionada a fatores culturais, geográficos ou de disponibilidade de tempo. Entretanto, essa variável precisaria ser mais aprofundada por meio de estudos que se concentrem nos familiares dos detentos idosos.

3.6 Profissão e situação trabalhista

No que refere às profissões, conforme apresentado no Gráfico 4, a mais comum entre os idosos é a de agricultor, seguida por comerciante. Outras profissões como pedreiro, fundidor, serviços gerais, artesão, pintor de automóvel, vaqueiro, pescador, ajudante de pedreiro, motorista e folguista, também estão representadas, mas em menor quantidade.

Gráfico 4. Distribuição das profissões entre os idosos

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

No que se refere à situação trabalhista, apenas (35%) dos participantes são aposentados. Os não aposentados referem que, em parte, vivem do auxílio prestado por familiares. Alguns não recebem visitas, mas obtém algum tipo de ajuda financeira por parte de um parente. Outros trabalham no presídio em locais como copa, cozinha, limpeza, horta, entre outros, e por esse trabalho recebem uma ajuda de custo da instituição. Há ainda aqueles que não recebem visitas, auxílio financeiro e não têm condições físicas para trabalhar, sobrevivem do que o sistema penitenciário pode oferecer. Contudo, nem todos tem acesso aos mesmos recursos, o que tende a fortalecer a reprodução das desigualdades nesses contextos (Novisk, 2018).

3.7 Condições de saúde

No que se refere à saúde dos participantes, as condições foram descritas com base no autorrelato dos idosos e estão representadas na Tabela 7.

Tabela 10: Condições de saúde dos participantes

Grupo	Condições de saúde	Percentual	Percentuais totais
Doenças Cardiovasculares	Hipertensão	70%	75%
	Doença vascular	5%	
Doenças Endócrinas e Metabólicas	Diabetes	15%	15%
Doenças Neurológicas e Psiquiátricas	Insônia	20%	50%
	Labirintite	10%	
	Depressão	20%	
Deficiências e Problemas Sensoriais	Audição	5%	50%
	Deficiência	5%	
	Visão	40%	

Doenças Infecciosas	Tuberculose	5%	5%
Problemas Osteomusculares	Bursite	15%	45%
	Dores na coluna	20%	
	Hérnia de disco	10%	

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

No critério saúde, o grupo das doenças cardiovasculares, com destaque para a hipertensão, são as enfermidades mais prevalentes, afetando a (75%) deles. Outros estudos igualmente indicaram que essa condição estava entre as mais prevalentes entre os homens idosos encarcerados (D’Gusman et al., 2017; Lawrence & Devine, 2022; Novisk, 2018; Ridley, 2021). Estudos com populações mistas também evidenciaram resultados similares (Lopes et al., 2022; Melo et al., 2016; Minayo e Constantino, 2024; Munday et al., 2019; Sharupski et al., 2018; Vilela, 2021).

Na população mundial, conforme dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS/OPAS, 2023), a hipertensão arterial atinge a um terço dos adultos. Fatores como idade avançada e genética podem aumentar o risco. Também a adoção de hábitos inadequados como uma dieta rica em sal, sedentarismo, consumo excessivo de álcool e o estresse desempenham um papel significativo.

Em comparação com a população geral em todo o mundo, o percentual encontrado entre os participantes chega a duplicar. Certamente, os hábitos de vida antes e durante o aprisionamento contribuem para esse resultado. Vale ressaltar que, no ambiente prisional, a adoção de um estilo de vida mais saudável pode, em parte, depender do idoso encarcerado, mas, principalmente, das ações adotadas pelo sistema penitenciário.

Contudo, os resultados apresentados nos levam a inferir que essas ações parecem inexistentes, contrariando as recomendações estabelecidas na Lei de Execução Penal (Brasil, 1984) e na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP, 2014). Em suma, o foco do cuidado à saúde da população carcerária permanece nos jovens e nas patologias mais prevalentes entre eles, tais como doenças sexualmente transmissíveis, redução de danos pelo uso de álcool e drogas, e imunizações; desse modo, se negligência as necessidades específicas dos idosos encarcerados (Vilela, Dias & Sampaio, 2021).

Dando prosseguimento, o segundo grupo de condições que mais afeta os participantes inclui deficiências e problemas sensoriais, com ênfase nos problemas de visão, que acometem (40%) dos indivíduos. Minayo e Constantino (2024) relataram que os problemas oftalmológicos afetam (73,85%) dos idosos encarcerados, sendo a catarata a condição mais

frequente, o que representa quase o dobro do observado em nossa pesquisa. Greene et al. (2018) e Ridley (2021) corroboram que o declínio da visão e da audição também atinge de modo significativo esta população nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Conforme destacado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo estão vivendo com deficiência visual devido à falta de cuidados necessários para condições como miopia, hipermetropia, glaucoma e catarata. A falta de acesso a cuidados oftalmológicos e, conseqüentemente, o uso de óculos com grau ultrapassado, esteve presente no relato de parte significativa dos participantes. Portanto, a ausência desse acompanhamento regular pode agravar a situação e, conseqüentemente, provocar quedas, afastamento de atividades que exigem leitura e escrita, entre outros, além de aumentar a dependência de terceiros para a execução das atividades diárias.

Nessa continuidade, o terceiro grupo de enfermidades que mais atingem os participantes são as doenças neurológicas e psiquiátricas, (50%) deles. Nesse item, observa-se que a depressão afeta (20%) dos idosos, e a insônia ocorre na mesma proporção. Destaca-se que (10%) dos idosos apresentaram ambas as queixas. De modo similar, Iftene (2016) identificou uma relação entre depressão, ansiedade e distúrbios do sono, pois (10%) dos idosos encarcerados, em seu estudo, também relatou depressão e insônia como queixas concomitantes.

Na mesma direção, Combalbert et al. (2018), Haesen et al. (2019), Iftene (2016), O'Hara, et al. (2016); Lawrence e Devine (2022), Sharupski et al. (2018) constataram que mais da metade dos infratores idosos sofre de problemas mentais, incluindo estresse, depressão, ansiedade, sintomas demenciais e ideação suicida. De maneira semelhante, Hidayati et al. (2024), por meio de uma Revisão de Escopo, buscaram identificar estudos que abordassem a saúde mental da população idosa encarcerada. Os autores constataram que a depressão foi o transtorno mais prevalente, sendo observada em oito dos nove artigos analisados, frequentemente associada a um elevado risco de suicídio.

Minayo e Constantino (2024) concordam que há um consenso na literatura de que a população idosa encarcerada tende a apresentar altos índices de doença mental e predisposição ao suicídio. No Brasil, diversos autores também identificaram o sofrimento mental nessa população, entre eles Balbuglio e Silva (2018), Melo et al. (2016), Oliveira, Costa e Medeiros (2013) e Vilela (2021). Logo, a implementação de ações que visem avaliar periodicamente os idosos no ambiente prisional, por meio de testes de rastreio da depressão, além de intervenções psicológicas e psiquiátricas adequadas, parece ser a abordagem mais indicada para prevenir o agravamento dessas condições e reduzir os riscos de suicídio.

Nesse mesmo grupo, destaca-se a presença da labirintite, que atinge (10%) dos participantes. Vale ressaltar que um deles apresentou queixas concomitantes de audição e labirintite. Nas fontes consultadas, não foram encontradas referências específicas sobre labirintite na população idosa encarcerada. Contudo, Munday et al. (2019) descrevem doenças neurológicas que correspondem a (14%) entre os idosos encarcerados, número superior ao encontrado nesta pesquisa.

A labirintite pode ser caracterizada como uma doença que afeta o sistema neurológico, pois é resultante da inflamação do labirinto, uma região do ouvido interno que, ao se comunicar com o cérebro, impacta o sistema nervoso. Os principais sintomas incluem tonturas, vertigens, náuseas, vômitos, sudorese excessiva, alterações gastrointestinais, perda de audição e zumbido. Esta condição, comum após os 40 anos, pode ser desencadeada por infecções virais ou bacterianas, alterações nos níveis de açúcar no sangue, hipertensão, consumo de álcool, tabaco, café, certos medicamentos, estresse e ansiedade (Biblioteca Virtual em Saúde, 2022). Esses fatores de risco são particularmente prevalentes em ambientes prisionais, onde as possibilidades de controle e prevenção são frequentemente limitadas.

O quarto grupo diz respeito aos problemas osteomusculares, incluindo problemas de coluna, dores nas costas e bursite, eles são relatados por (35%) dos idosos. De modo semelhante, pesquisas no Brasil indicaram que estas condições estavam entre as mais citadas (Minayo e Constantino, 2024; Vilela, 2021) e a literatura internacional corrobora esses resultados (Lawrence & Devine, 2022; Munday et al, 2019; Novisk, 2018; Ridley, 2021; Sharupski et al., 2018).

Nessa continuidade, Oliveira, Dilélio e Saes (2020) realizaram uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de descrever a prevalência de distúrbios osteomusculares e os fatores associados na população idosa. Os autores avaliaram 21 artigos publicados entre os anos de 1991 e 2018 no Brasil, México, Dinamarca e Estados Unidos. As conclusões do estudo indicam que a prevalência dos distúrbios osteomusculares na população idosa varia de (0,6%) a (72,1%). Além disso, fatores como uso de álcool, tabaco, ausência de atividade física, obesidade e hipertensão arterial sistêmica são associados a esses distúrbios. Pita et al. (2022) acrescentaram que o sofrimento emocional também contribui para a piora dos quadros clínicos.

Em relação a esse aspecto, é crucial considerar que o ambiente prisional, devido à falta de estrutura física e a superlotação, pode contribuir significativamente para o surgimento dessas condições (Dias, Vilela & Sampaio, 2021). Durante as entrevistas, alguns participantes relataram a ausência de um local adequado para dormir, incluindo a falta de espaço, cama e colchão adequados. Além disso, tem-se a carência de atividade física, combinada com longos

períodos de inatividade, o que resulta na perda de massa magra e agrava as condições osteomusculares. A dor crônica pode limitar a mobilidade e a capacidade de realizar atividades diárias, piorando a qualidade de vida dos idosos encarcerados.

As doenças endócrinas e metabólicas constituem o quinto grupo de condições de saúde que afetam os participantes. Nesse grupo, se destaca a diabetes, identificada em (15%) dos idosos. De acordo com Muzy et al. (2021) a prevalência dessa patologia na população brasileira é de (9,2%). Entre os agravos causados por essa condição estão a neuropatia, retinopatia, cegueira, pé diabético, amputações e nefropatia. Os fatores de risco estão relacionados à ausência de conhecimento sobre a doença, sedentarismo, má alimentação e obesidade.

Em comparação com as pessoas que vivem na comunidade, os participantes apresentam um índice superior, sem considerar a possibilidade de subnotificações devido à falta de diagnóstico e cuidados preventivos. Estudos de Lopes et al. (2022), Melo et al. (2016), Minayo e Constantino (2024), Sharupski et al. (2018) e Vilela (2021) relataram situação semelhante entre os idosos encarcerados.

As doenças infecciosas correspondem ao sexto e último grupo de condições de saúde observadas entre os participantes. Neste grupo, a incidência de tuberculose (TB) foi de (5%) entre os idosos, percentual semelhante ao encontrado por Minayo e Constantino (2024), que identificaram uma prevalência de (4,52%) entre homens e mulheres idosos. Diferentemente, Munday et al. (2019) relatou uma prevalência de (13%) nessa população, um número consideravelmente superior. Vale ressaltar que existe uma política nacional de enfrentamento à doença nos presídios (Brasil, 2022), o que favorece o controle. Mesmo em condições não favoráveis, é possível verificar uma incidência menor em comparação à pesquisa realizada nos Estados Unidos.

Com relação a isso, Minayo e Constantino (2015) concordam que a insalubridade das celas, a menor circulação do ar e a proximidade entre as pessoas, devido à superlotação, somadas ao tempo reduzido de atividades ao ar livre, colaboram para que a incidência de tuberculose entre as pessoas privadas de liberdade seja superior à população em geral, que, de acordo com o Boletim Epidemiológico (Brasil, 2022) é de (0,032%).

Em suma, a média de doenças entre os participantes é de 2,5, indicando que muitos enfrentam múltiplas condições simultaneamente. Resultados semelhantes foram identificados por D'Gusman et al. (2017), Lawrence e Devine (2022), Novisk (2018) e Ridley (2021), os quais descreveram que essa população geralmente apresenta entre uma e quatro doenças. Isso reflete a complexidade do manejo da saúde nessa população e a necessidade de abordagens integradas de cuidado (Greene et al. 2018).

3.8 Uso de drogas

Em relação ao uso de drogas pelos participantes, todos afirmaram não consumir substâncias ilícitas. No entanto, (70%) utilizam algum tipo de medicação para controle da pressão arterial, tratamento da depressão, indução do sono, alívio da dor ou manejo da diabetes. Resultado semelhante foi encontrado por Lopes et al. (2022) nessa população. Ademais, (20%) relatam o uso concomitante de medicamentos e álcool, enquanto apenas (5%) mencionam o uso simultâneo de medicação e tabaco.

Quando comparados com a literatura internacional, os resultados deste estudo mostram uma divergência. Enquanto Nowotny et al. (2016) relatam um consumo reduzido de drogas ilícitas, Sullivan et al. (2016) apontam altas taxas de abuso de substâncias entre idosos encarcerados, sugerindo que o contexto de encarceramento pode influenciar esses padrões de uso.

No contexto brasileiro, Minayo e Constantino (2024) observaram que, de modo quase unânime, os idosos negaram o uso de substâncias ilícitas. No entanto, identificaram o consumo de álcool, maconha, cocaína e tranquilizantes sem receita médica, sendo o tabaco a substância mais prevalente. Isso reflete uma tendência semelhante à encontrada nesta pesquisa, onde substâncias legais como álcool e tabaco são mais comuns entre os idosos. Outros estudos também obtiveram resultados similares (D'Gusman et al., 2017; Iftene, 2016; Haesen et al., 2019).

Em resumo, os resultados desta pesquisa corroboram a observação de que, embora o uso de substâncias ilícitas seja baixo entre os idosos, o consumo de substâncias lícitas, como álcool e tabaco, além do uso de múltiplos medicamentos, é significativo. Este cenário aponta para a necessidade de estratégias de saúde pública focadas na educação sobre os riscos do uso concomitante de álcool e medicamentos, bem como intervenções para reduzir o uso de tabaco nessa faixa etária.

3.9 Tipos de crimes

No que concerne aos crimes cometidos pelos participantes, estes foram descritos na Tabela 8 de acordo com a classificação em que se enquadram.

Tabela 11. *Crimes cometidos pelos participantes*

Classificação dos crimes	Percentual
Associação criminosa	4,35%
Contravenção penal	4,35%
Crimes contra a dignidade sexual	56,52%
Crimes contra a pessoa	26,09%
Posse irregular de arma de fogo	4,35%
Tráfico de drogas	4,35%

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A análise dos delitos, revela uma distribuição variada entre diferentes tipos de infrações. A maioria está relacionada aos crimes contra a dignidade sexual, especificamente estupro e estupro de vulnerável, representando (56,52%) do total, o que indica uma prevalência significativa. Os crimes contra a pessoa constituem o segundo grupo mais frequente, nos casos específicos abrangem o homicídio tentado, simples, culposo ou qualificado, e correspondem a (26,09%) das infrações. Os crimes de menor incidência incluem associação criminosa, contravenção penal, posse irregular de arma de fogo e tráfico de drogas, cada um representando (4,35%) dos casos. Embora esses crimes sejam menos comuns entre os participantes, sua presença ainda indica áreas que requerem atenção por parte do sistema de justiça.

Na literatura internacional que aborda especificamente homens idosos encarcerados, a maioria foi condenada por delitos contra a pessoa (Combalbert et al., 2018; Leigey & Ryder, 2015). Entretanto, O'Hara et al. (2016) verificaram que os crimes contra o patrimônio são os mais prevalentes, divergindo dos resultados encontrados nesta pesquisa. Nos estudos mencionados, os crimes sexuais ocupam a segunda e terceira posições. Essas discrepâncias podem ser atribuídas a diferenças culturais, sociais e legais entre os contextos analisados.

No âmbito dos crimes cometidos pela população carcerária a nível nacional, abrangendo todas as faixas etárias e ambos os sexos, o tráfico de drogas é o delito mais prevalente, seguido por crimes contra o patrimônio, crimes contra a pessoa e crimes sexuais (SISDEPEN, 2023). Observa-se uma ordem inversa na população geral em relação aos crimes praticados pelos participantes.

Alguns estudos brasileiros sobre a população idosa envolvida com a criminalidade destacaram a prevalência dos crimes contra a pessoa, em consonância com a literatura internacional e, em parte, com a população brasileira encarcerada de todas as idades (Brandão, 2015; Corte, 2010; Lopes et al. (2022); Santos, 2018; Vilela & Silva, 2019).

Entretanto, Minayo e Constantino (2024) descreveram que os crimes sexuais ocupam a primeira posição, com cerca de (53,15%), entre os homens idosos encarcerados. Em segundo lugar, aparecem os crimes contra a pessoa, com (17,78%), seguidos pelos crimes contra o patrimônio, com (14,44%), e o tráfico de drogas, com (10%) dos delitos. Os dados apresentados são semelhantes aos encontrados nesta pesquisa, destacando-se os crimes de ordem sexual, que representam mais da metade das condenações.

Na mesma direção, Monteiro (2013) verificou que no Rio Grande do Sul (62%) e, em São Paulo, (41%) dos crimes correspondiam a delitos sexuais, tendo como principais vítimas as crianças. A autora concluiu que as possíveis motivações para esses crimes seriam: a) psicológicas: regressão às fases primitivas do desenvolvimento, relacionadas a conflitos inconscientes; b) biológicas: fragilidade física para coagir uma mulher adulta a praticar sexo; c) neurológicas: demências, nas fases iniciais, podem provocar alterações na libido, levando à exacerbação de condutas sexuais inadequadas.

Nesse íterim, Crookes et al. (2021) realizaram uma revisão sistemática da literatura, os quais avaliaram 100 estudos publicados em países como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Áustria, Brasil, França, Alemanha, Itália, Nova Zelândia e Espanha. O objetivo foi especificar e sintetizar o conhecimento atual sobre as características da população idosa condenada por crimes sexuais. Os autores concluíram que as vítimas são frequentemente indivíduos vulneráveis, em sua maioria crianças ou pessoas com deficiência intelectual, bem como membros da família ou conhecidos. Os agressores são, predominantemente, pais, avós ou padrastos. Alguns cometeram delitos sexuais ao longo da vida, sendo reincidentes que foram sentenciados na juventude e continuaram a infligir na velhice; outros possuem histórico de agressão sexual sofrida ou cometida, e, por fim, há aqueles que cometeram o primeiro crime após envelhecerem. Entre os agressores idosos, observou-se uma maior prevalência de demência, transtornos afetivos e lesões cerebrais, além de apresentarem maior probabilidade de sofrerem de depressão.

Em comparação ao estudo referenciado, nesta pesquisa também se destacou a relação de parentalidade entre os idosos e as vítimas, que geralmente são menores de 14 anos ou possuem algum tipo de comprometimento mental. A época em que os crimes foram cometidos, muitas vezes antes dos 60 anos, coincide igualmente com os resultados obtidos. Contudo, não ficou evidente se os indivíduos foram vítimas de agressão sexual em algum momento de suas vidas, nem se isso poderia estar relacionado aos crimes por eles cometidos. Além disso, de igual modo, constatou-se que apenas uma minoria cometeu o abuso durante a velhice.

Nesse contexto, concordamos com Minayo e Constantino (2024) quanto à evidente lacuna de conhecimento sobre a prevalência das taxas de agressão sexual cometidas por pessoas idosas, bem como sobre o momento em que esses comportamentos se iniciaram. Ademais, permanece obscuro o motivo pelo qual alguns indivíduos se tornam agressores na velhice. As autoras também questionam se a prisão, por si só, sem o adequado acompanhamento psicológico e social, é capaz de promover a ressocialização desses indivíduos.

No que tange à ressocialização, sobretudo com relação aos idosos envolvidos com os crimes sexuais, tem-se que o distanciamento familiar pode ser uma consequência, uma vez que, geralmente, são os parentes os mais afetados. Sendo assim, na ausência desse suporte, cabe ao Estado e à comunidade prestar o apoio necessário nesse processo. Pois, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cabe à família, ao Estado e à sociedade amparem os idosos, promovendo o direito à vida, dignidade e bem-estar. Além disso, entender as motivações, sejam elas ligadas à saúde mental, à cultura, às crenças e ideologias, entre outras, pode ser crucial para identificar os fatores de risco e contribuir na formulação de políticas destinadas à prevenção e à reintegração social.

No que diz respeito aos fatores que podem influenciar a prática de crimes na velhice, tem-se: características de personalidade, trajetória de vida, ausência de vínculos familiares, reincidência criminal, envelhecimento populacional, políticas criminais e sociais inadequadas, afastamento do mercado de trabalho, baixos valores de aposentadoria, resultando na falta de meios de subsistência, e a carência de políticas públicas voltadas à prevenção do envolvimento com a criminalidade (Brandão, 2015; Ghiggi, 2018; Santos, 2018; Vilela, Dias & Sampaio, 2021).

Portanto, a compreensão das particularidades dos crimes cometidos por homens idosos encarcerados é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções mais eficazes, que considerem as especificidades dessa população e busquem a redução da reincidência criminal após a liberdade.

3.10 Penalidades

No que se refere às penalidades aplicadas aos participantes, verificou-se que a menor sentença foi de oito anos e a maior de 174 anos e dois meses, com uma média de 28 anos e dez meses. Diferentemente do encontrado por Combalbert et al. (2018) na França, que apontaram sentenças com média de 13 anos.

Ainda com relação a isso, 11 (55%) das 20 sentenças aplicadas aos participantes variaram de oito a 17 anos, e o restante (45%) de 24 a 174 anos. Os estudos que apontaram situação parecida foram os de Iftene (2016) no Canadá, de dez anos a várias décadas e, o de Novisk (2018) nos Estados Unidos, de três anos a várias décadas. Sendo que, dadas as condições insalubres do sistema prisional brasileiro, tanto em termos de qualidade quanto de sua função ressocializadora, os anos de vida atrás das grades, para uma pessoa idosa, podem significar não mais sair com vida da prisão, uma vez que a expectativa de vida de uma pessoa de 60 anos no Brasil, era de 21,9 anos para a população geral em 2022 e, de 20 anos, para os homens especificamente (IBGE, 2023).

No âmbito do Direito Penal brasileiro, observa-se um aumento das penalidades para crimes cometidos contra idosos, mas não há benefícios para aqueles que cometem crimes entre 60 e 70 anos. A título de exemplo, o Código Penal (Lei nº 2.848/1940) orienta a redução dos prazos de prescrição da pena pela metade para criminosos maiores de 70 anos, conforme disposto no Art. 115. O Art. 65 prevê a atenuação das penas para indivíduos com mais de 70 anos, enquanto o Art. 26 versa que pode ser considerado inimputável um idoso com doença mental.

A Lei de Execução Penal (LEP) – Lei nº 7.210/1984 – tenta amenizar os impactos do envelhecimento, adotando, no Art. 82, direitos semelhantes às mulheres detidas para os idosos maiores de 60 anos. No entanto, há contradições quanto à idade no Art. 117, que estabelece que os benefícios só serão concedidos aos maiores de 70 anos ou aqueles acometidos por doença grave.

O Código de Processo Penal (Lei nº 3.689/1941) somente dispõe sobre a prisão domiciliar para agentes maiores de 80 anos, o que reflete uma desarmonia com outros documentos jurídicos referentes à idade e aos benefícios concedidos ao idoso réu. Ghiggi (2018) argumenta que o marco etário dos 60 anos, previsto pelo Estatuto da Pessoa Idosa (2003/2022), deveria ser respeitado em todas as instâncias do Direito Penal.

Balbuglio e Silva (2018), Ghiggi (2018), Magalhães (2017) e Monteiro (2013) concordam que, ao decidir sobre a pena aplicada a um idoso, o juiz geralmente não considera o contexto que levou à ação criminosa. Logo, tende a desconsiderar as dificuldades inerentes a essa fase do desenvolvimento e os processos de adoecimento provocados pelas condições insalubres do sistema penitenciário.

Entende-se que cada caso deve ser avaliado em suas especificidades, sendo responsabilidade das instâncias jurídicas determinar o regime e a penalidade apropriados. No entanto, é imperativo que a questão etária e as condições geriátricas de cada idoso sejam

levadas em consideração na definição das penas. Além disso, a decisão de privar um idoso de sua liberdade sem proporcionar condições adequadas de ressocialização é algo que necessita ser repensado pela sociedade civil e instâncias governamentais.

Nesta pesquisa, houve casos em que o agente cometeu o delito há cinco, dez ou mais anos, mas, devido à morosidade processual, foi encarcerado apenas na velhice. Em outros casos, o agente estava foragido e, quando finalmente preso, já havia ultrapassado os 60 anos. Em resumo, na época em que esses casos foram julgados, o idoso em questão provavelmente apresentava melhores condições de saúde e maior capacidade de suportar as adversidades do sistema prisional.

Em suma, a literatura aponta que as longas penas têm repercussões significativas na vida dos condenados, especialmente para os idosos. Problemas de saúde física, mental e psicológica podem ser agravados, e o acesso inadequado a cuidados biopsicossociais intensifica a sensação de isolamento e abandono (Greene et al., 2018; Munday et al., 2019; Sharupski et al., 2018). Tais condições dificultam a reintegração na sociedade após a libertação, caso ainda haja tempo para tal.

4. *Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)*

O Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) foi criado nos Estados Unidos e lançado em 1975 (Folstein, Folstein & McHugh, 1975). Este instrumento tem como finalidade avaliar o estado mental, com foco na identificação de sintomas de demência. A sua concepção surgiu da necessidade de uma ferramenta de avaliação que fosse padronizada, simples, concisa e de rápida aplicação em ambientes clínicos. Ainda hoje é um dos testes de rastreio cognitivo mais amplamente utilizado em todo o mundo. No contexto da pesquisa, o MEEM tem sido utilizado tanto de forma individual quanto como componente de baterias para avaliação neuropsicológica (Melo & Barbosa, 2015).

Atualmente, não existe um consenso sobre os critérios de pontos de corte a serem adotados para identificar o declínio cognitivo no Brasil. Diversas pesquisas, com amostras variadas, indicaram que a escolaridade pode ser considerada um critério adequado (Melo & Barbosa, 2015). Uma desses estudos, propôs diretrizes para aplicação do MEEM no Brasil a partir de um estudo que contou com 433 indivíduos saudáveis, sem queixas de memória, com idades entre 16 e 92 anos (Brucki et al., 2003). Os pesquisadores citados ajustaram alguns itens para que o teste fosse adequado tanto em ambientes hospitalares quanto em consultórios e estudos populacionais. Eles também destacaram o impacto significativo da escolaridade no

escore total do teste e optaram por não definir pontos de corte fixos, uma vez que estes podem variar conforme a condição de saúde da pessoa e o contexto.

A versão proposta por Brucki et al. (2003) foi recomendada pelo Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia para o rastreamento da doença de Alzheimer (Nitrini et al., 2005). Em virtude dessa recomendação, adotamos nesta pesquisa o modelo proposto por Brucki et al. (2003). Assim, os escores medianos por anos de escolaridade estabelecidos pelos autores foram: para analfabetos, 20; de 1 a 4 anos de estudo, 25; de 5 a 8 anos, 26,5; de 9 a 11 anos, 28; para indivíduos com nível superior a 11 anos, 29. Neste estudo, adotou-se como critério de exclusão o resultado inferior a 18 pontos no MEEM, considerando-se que a pontuação varia de 0 a 30, e que o escore diminui à medida que o comprometimento cognitivo aumenta. Logo, os resultados abaixo de 18 pontos sinalizariam a impossibilidade do sujeito de participar efetivamente da pesquisa. Os resultados obtidos entre os vinte participantes, com relação ao nível de escolaridade, estão descritos na Tabela 12.

Tabela 12: *Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos participantes*

Nome	Idade	Escolaridade	Orientação tempo/espaço (10)	Registros Memória imediate (03)	Atenção e cálculo (05)	Lembrança Memória tardia (03)	Linguagem visuoconstrução (09)	Pontuação obtida	Escore esperado
Alegrinho	60 anos	Analfabeto	10	03	03	03	7,5	26,5	20
Araponga	69 anos	Fundamental incompleto	10	03	01	03	8,5	25,5	25
Assum Preto	84 anos	Ensino médio completo	08	03	01	03	08	23	28
Azulinho	68 anos	Fundamental completo	08	03	01	02	07	21	25
Beija flor	69 anos	Fundamental incompleto	08	03	02	02	8,5	23,5	25
Bem-te-vi	62 anos	Analfabeto	09	03	0	01	07	20	20
Canário	71 anos	Fundamental incompleto	08	03	01	03	07	22	25
Catatau	62 anos	Analfabeto	05	03	0	03	07	18	20
Catraca	65 anos	Analfabeto	08	03	03	03	07	24	20
Curió	63 anos	Analfabeto	08	03	01	03	07	22	20
Gavião	61 anos	Fundamental incompleto	09	03	01	01	07	21	25
Gralha azul	75 anos	Analfabeto	05	03	01	02	07	19	20
João de Barro	61 anos	Analfabeto	07	03	05	03	07	25	20
Patativa	64 anos	Ensino médio incompleto	10	03	05	03	8,5	29,5	28
Periquito	65 anos	Fundamental incompleto	08	03	02	03	09	25	25
Pitiguari	62 anos	Analfabeto	06	03	04	0	07	20	20
Rouxinol	68 anos	Analfabeto	06	03	03	0	07	19	20
Sabiá	61 anos	Analfabeto	06	03	0	02	07	18	20
Tucano	65 anos	Fundamental incompleto	09	03	01	03	07	23	25
Xexéu	65 anos	Fundamental incompleto	09	03	03	01	7,5	23,5	25

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dentre os vinte participantes, apenas (10%) apresentaram escores no limite de classificação para participar da pesquisa, evidenciando prejuízos principalmente nos domínios de orientação tempo/espaço, atenção e cálculo, memória tardia e linguagem/visuoconstrução. Esta tendência foi observada em (60%) dos participantes. Conforme observado por Greene et al. (2018), a permanência prolongada na prisão, a falta de atividade física, a ausência de estimulação cognitiva e o estado de ociosidade podem impactar diretamente os processos cognitivos. O que explicaria, em parte, o menor desempenho da maioria dos participantes.

A orientação temporal e espacial, que engloba a capacidade de perceber a passagem do tempo e a relação entre objetos e locais no espaço, é fundamental para uma interação eficaz com o ambiente. A orientação espacial permite ao indivíduo compreender sua posição relativa e a localização de objetos ao seu redor, enquanto a orientação temporal possibilita situar-se no tempo, distinguindo passado, presente e futuro. A consciência do momento atual e do local onde se está facilita a adaptação às mudanças contextuais (Gómez-Soria et al, 2021; Shengjun, 2024). Durante a avaliação, observamos que alguns idosos não lembraram do dia da semana, do mês, do ano ou do nome da instituição em que se encontravam. Nessas pessoas, a desorientação temporal e espacial estava associada a níveis significativamente inferiores de interação com o ambiente em comparação com os demais participantes.

No domínio da atenção e cálculo, que envolve a capacidade de concentração, o processamento de informações e a execução de operações matemáticas, os idosos acertaram em média duas de cinco respostas. A atenção, como processo cognitivo essencial para a execução de tarefas matemáticas, atua como um filtro que melhora a eficiência da aquisição e processamento das informações necessárias para o cálculo (Commodari & Di Blasi, 2014; Cohen, 2013). Curiosamente, alguns idosos analfabetos apresentaram melhor desempenho em comparação àqueles com algum nível de escolaridade. É provável que as experiências de trabalho como comerciantes, que exigem uma constante ativação das habilidades de atenção e cálculo, tenham exercido uma influência positiva na obtenção desses resultados.

Esses achados nos levam a concordar com estudos recentes que destacam que atividades cognitivamente estimulantes, como leitura, resolução de problemas, aprendizagem de novas habilidades e envolvimento social, podem promover a neuroplasticidade, definida como a capacidade do cérebro de se reorganizar e formar novas conexões neuronais. Essa estimulação constante ao longo da vida pode contribuir para a mitigação do declínio cognitivo associado ao envelhecimento e para a redução do risco de doenças neurodegenerativas, como a demência (Alves et al., 2023). Em resumo, o estímulo cognitivo contínuo ao longo da vida pode exercer uma influência positiva no desenvolvimento durante a velhice.

Em relação à capacidade de evocar memórias, que envolve a reativação de padrões neurais previamente formados, a maioria dos participantes conseguiu lembrar, em média, duas de três palavras, evidenciando dificuldades em consolidar e recuperar informações recentemente adquiridas. Este processo de evocação pode ser influenciado por vários fatores, como pistas contextuais e a integridade dos circuitos neurais, particularmente no hipocampo, que desempenha um papel crucial na memória episódica (Kolibius et al., 2023).

No domínio da linguagem, que é essencial para a comunicação e para a expressão de ideias, observou-se uma dificuldade significativa em escrever uma frase; dos 20 idosos, apenas cinco conseguiram cumprir essa tarefa. A linguagem, vista como um conjunto de processos adaptativos que varia conforme o contexto e o uso, reflete a complexidade cognitiva envolvida na produção escrita. Embora 12 dos participantes fossem alfabetizados, pelo menos sete apresentaram dificuldades significativas, o que pode indicar um comprometimento nas redes neurais responsáveis pelo processamento da linguagem (Carroll et al., 2023).

No campo da visuoconstrução, que envolve a capacidade de organizar e reproduzir configurações espaciais complexas, a reprodução de um desenho geométrico revelou-se uma tarefa desafiadora para a maioria dos participantes. Tal dificuldade pode ser comum em casos de declínio cognitivo e geralmente está relacionada a dificuldades em processos que envolvem a percepção visual, planejamento motor e execução de movimentos finos (Simons, 2023).

A avaliação da cognição dos participantes não foi o objetivo principal desta pesquisa. No entanto, os resultados indicam que esse aspecto precisa ser investigado com mais profundidade, pois sugerem que a maioria apresenta algum grau de declínio cognitivo, que pode ser caracterizado como Comprometimento Cognitivo Leve (CCL). Essa condição ocorre quando há uma deficiência cognitiva sem prejuízo significativo na autonomia para realizar as atividades da vida diária (AVD), embora possa haver dificuldades em tarefas mais complexas (Smid et al., 2022).

O CCL difere da demência, pois a segunda condição se refere a uma síndrome caracterizada por um declínio cognitivo e/ou comportamental que afeta as atividades da vida diária (AVD's), causando prejuízos funcionais em relação ao estado anterior. Recentemente, tem-se dado atenção ao Declínio Cognitivo Subjetivo (DCS), que envolve queixas cognitivas, especialmente de memória, sem alterações detectáveis em testes neuropsicológicos. No caso do Comprometimento Cognitivo Leve (CCL), os critérios diagnósticos incluem queixas cognitivas relatadas pelos próprios sujeitos ou por informantes, além de evidências objetivas de comprometimento em um ou mais domínios cognitivos. É também necessária a preservação da independência nas atividades diárias e a ausência de demência (Smid et al., 2022).

Sendo assim, durante a avaliação, alguns participantes relataram estar cientes do declínio de sua memória. Essas queixas, somadas aos resultados do MEEM e à capacidade de manter a independência nas atividades diárias, corroboram a confirmação da existência de CCL nessa população.

Alguns estudos igualmente evidenciaram declínio cognitivo entre os homens idosos encarcerados. Na França, Combalbert et al. (2018) investigaram o desempenho cognitivo e seu impacto na percepção de saúde e qualidade de vida desses sujeitos. O estudo incluiu 138 homens com 50 anos ou mais, comparando-os com um grupo de mesmo sexo e idade na população geral. Foram realizadas duas avaliações das funções cognitivas executivas, além de questionários de autoavaliação de saúde e qualidade de vida. Os resultados indicaram diferenças importantes entre os presos e a população geral. Além disso, aproximadamente (20%) dos presidiários apresentaram resultados indicativos de demência moderada e, parte significativa, algum grau de déficit cognitivo. Esse resultado foi semelhante ao encontrado por Ridley (2021), no Reino Unido.

Na mesma direção, Nowotny et al. (2016) identificaram nos Estados Unidos que cerca de (40%) dessa população apresentam algum grau de comprometimento cognitivo, uma taxa significativamente maior do que na população geral de norte-americanos. Jackson, Doyle e Bartels (2020), em um estudo na Capital Australiana, destacaram que as demências são comuns entre prisioneiros mais velhos.

No Brasil, o MEEM foi utilizado por Minayo e Constantino (2024) para rastrear a cognição de idosos encarcerados. O teste foi aplicado a 554 prisioneiros, tanto em instituições masculinas quanto femininas, com o objetivo de identificar déficits cognitivos e realizar os encaminhamentos necessários. Os resultados indicaram que (30%) dos homens e (38%) das mulheres apresentaram CCL, com maiores prejuízos nos domínios de orientação, atenção e cálculo, e recordação de palavras. Além disso, semelhante aos achados desta pesquisa, foi elencado que a maioria dos indivíduos com algum déficit eram analfabetos ou possuíam apenas o ensino fundamental.

Conforme destacado por Smid et al. (2022), os estudos epidemiológicos sobre o Comprometimento Cognitivo Leve (CCL) são variados e apresentam limitações que se refletem nas diferenças entre os critérios adotados, os testes utilizados e o nível educacional das populações estudadas. Entretanto, esses trabalhos são essenciais, pois indicam que pessoas com CCL têm até cinco vezes mais risco de desenvolver demência anualmente em comparação com a população geral. Em pesquisas internacionais, a prevalência de CCL varia entre (10%) e (22%) entre idosos da comunidade com 65 anos ou mais, enquanto a prevalência de

comprometimento cognitivo sem demência (CCSD) varia de (5,1%) a (35,9%). No Brasil, estudos com a população idosa indicam uma prevalência de CCL de (6,1%) no Rio Grande do Sul e de (19,5%) de CCSD em São Paulo. Comparando esses dados com os resultados desta pesquisa, observa-se que os índices são significativamente maiores quando comparados com idosos da comunidade.

Portanto, a pesquisa evidencia a importância de uma atenção especial à saúde cognitiva dos idosos em ambientes prisionais, dado o alto índice de comprometimento cognitivo identificado. A maioria dos participantes apresentou algum grau de CCL, refletindo as condições desfavoráveis de vida na prisão, como a falta de estímulos cognitivos e físicos. Tais achados são consistentes com estudos internacionais e nacionais, que indicam uma prevalência significativa de CCL e outros déficits cognitivos em populações idosas institucionalizadas. É crucial o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções específicas para essa população, visando melhorar a qualidade de vida e minimizar os riscos de progressão para demência.

5. Considerações

A análise da faixa etária, etnia, escolaridade, religião, estado civil e situação trabalhista dos participantes forneceu um panorama detalhado sobre as características e desafios enfrentados pelos idosos no sistema prisional do Estado de Pernambuco. Os resultados indicam que a maioria dos idosos encarcerados possui baixa escolaridade e enfrenta condições de saúde precárias, com alta prevalência de doenças cardiovasculares e comprometimento da saúde mental. O uso de medicamentos para controle de diversas condições de saúde é comum, refletindo a necessidade de cuidados médicos contínuos.

Os crimes cometidos pelos participantes variam, predominando delitos contra a dignidade sexual. As longas penas aplicadas a esses indivíduos, em um sistema prisional que frequentemente não oferece condições adequadas de ressocialização, levantam questões sobre a justiça e a eficácia das penalidades para essa faixa etária.

O Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) aplicado indicou um alto índice de CCL entre os participantes, sugerindo a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre a saúde cognitiva dessa população. A ausência de estímulos cognitivos e físicos no ambiente prisional pode agravar o declínio da cognição, tornando essencial o desenvolvimento de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida dos idosos encarcerados.

Em síntese, a pesquisa ressalta a urgência de intervenções específicas para os idosos no sistema prisional, incluindo melhores condições de saúde, programas educacionais e de

ressocialização, além de uma revisão das políticas penais aplicadas a essa população. A mobilização da sociedade e do governo é imprescindível para garantir que os direitos e necessidades dos idosos encarcerados sejam respeitados e atendidos de maneira adequada.

Nos próximos capítulos, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os idosos. No Capítulo V, serão descritas as categorias de análise com relação as três dimensões da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH): Pessoa, Processo e Contexto. Já no Capítulo VI, que encerra este estudo, a dimensão Tempo será explorada, completando o modelo PPCT.

Capítulo V

É!

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor

A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade

É!

A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Pra passar a mão nela

É!

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação...

Composição: Gonzaguinha



1. A música 'É' e o clamor pela dignidade humana: Reflexões sobre a vida, os direitos e a liberdade

A música “É”, de Gonzaguinha, é uma expressão eloquente da dignidade humana. Ela destaca os direitos e os anseios fundamentais de cada indivíduo. Com uma letra repetitiva que funciona como um mantra, o artista clama por respeito e por uma vida que tenha real valor.

No refrão, “A gente quer valer o nosso amor, a gente quer valer nosso suor, a gente quer valer o nosso humor”, o autor expressa a necessidade de reconhecimento e valorização da vida cotidiana e das emoções humanas. Ele apresenta o amor, o trabalho e a alegria como pilares essenciais que merecem ser respeitados.

A canção também rejeita a submissão e a humilhação, como nos versos “A gente não tem cara de panaca, a gente não tem jeito de babaca”. Observa-se a recusa a passividade diante das injustiças, exigindo uma vida com plenos direitos e respeito. “É” se torna um apelo à liberdade e à felicidade, essenciais para construir uma sociedade justa e permitir a realização plena do indivíduo. A música permanece atemporal, lembrando-nos da luta contínua por uma sociedade mais equitativa.

Essa mensagem ressoa nas vozes dos idosos privados de liberdade, que relatam a falta de condições adequadas nos presídios. O refrão da canção reflete o que esses homens também buscam: um cumprimento de pena que não os prive de sua dignidade. A privação da liberdade não deve significar a ausência de seus direitos.

Assim como Gonzaguinha na letra de sua canção clama por uma vida com respeito e plenitude, esses homens merecem que suas necessidades básicas sejam atendidas, para que possam cumprir suas penas de forma justa e humana. Essa relação nos lembra que a busca por uma sociedade igualitária deve incluir a todos, inclusive aqueles que estão atrás das grades.

2. A Análise das Dimensões Bioecológicas “Pessoa, Processo e Contexto” no Desenvolvimento de Homens Idosos Encarcerados

Este capítulo tem como objetivo analisar as dimensões bioecológicas - Pessoa, Processo e Contexto - no desenvolvimento de homens idosos encarcerados. De acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), o estudo do desenvolvimento humano deve considerar a interdependência e as interações recíprocas e bidirecionais entre os quatro componentes fundamentais: pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT), que formam os pilares da teoria. A dimensão do Tempo será abordada no próximo capítulo, e cada componente será considerado

separadamente para fins didáticos. Entretanto, é fundamental destacar que eles interagem de forma contínua e sinérgica, dentro da dinâmica entre genética e ambiente. Ao longo deste capítulo, o leitor terá acesso a uma análise dos contextos bioecológicos nos quais esses idosos estão inseridos, com base em suas falas, obtidas por meio de entrevistas semidirigidas, e em diálogo com a literatura existente.

Assim, obedecendo ao modelo PPCT, emergiram as seguintes categorias e subcategorias: a) *Pessoa e Processo*: As características dos homens idosos encarcerados e seu engajamento em processos proximais. b) *Contexto*: Microssistema e Mesossistema - Relacionamento do homem idoso com os pares, gestores, agentes, equipe psicossocial da instituição prisional; Exossistema - Relacionamento do homem idoso com seus familiares; Percepções do homem idoso com relação a estrutura física da instituição; Macrossistema – A manifestação de crenças, ideologias e valores culturais no contexto prisional.

3. Pessoa e Processo

3.1 As características dos homens idosos encarcerados e seu engajamento em processos proximais

A Pessoa constitui um elemento central na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH). De acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), a Pessoa - o idoso encarcerado - deve ser analisada a partir de suas características, determinadas biopsicologicamente e construídas por meio da interação com o ambiente. Os autores identificam três grupos de características pessoais: disposição, recursos e demanda.

A dimensão Processo é essencial para o desenvolvimento humano. Segundo Bronfenbrenner (2005, p. 06), “o desenvolvimento humano ocorre por meio de interações recíprocas, que se tornam progressivamente mais complexas, entre um organismo humano ativo, em evolução biopsicológica, e as pessoas, objetos e símbolos” presentes em seu ambiente próximo. Essas interações contínuas, formadas no ambiente imediato, são denominadas processos proximais e são considerados os principais impulsionadores do desenvolvimento.

Bronfenbrenner e Morris (1998) afirmam que a forma, a intensidade, o conteúdo e a direção dos processos proximais influenciam o desenvolvimento, variando de acordo com as características do indivíduo, o ambiente em que ocorrem, os resultados evolutivos, bem como as mudanças e continuidades sociais ao longo do tempo e do ciclo de vida.

Nos conceitos e exemplos que serão apresentados, iremos observar que determinadas características da pessoa podem tanto impulsionar (forças gerativas) quanto inibir (forças inibidoras) o engajamento nesses processos. O ambiente prisional também exerce uma influência significativa ao oferecer estímulos à pessoa idosa encarcerada, que responde de acordo com suas características individuais, gerando desdobramentos dessa interação. Os resultados desses processos, em alguns casos, manifestam-se por meio de competências, enquanto em outros resultam em disfunções (Coscione et al., 2018; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

3.1.1 Disposição

O primeiro grupo de características, denominado disposição, refere-se ao modo como o sujeito se engaja em determinadas atividades, especialmente aquelas mais complexas, que exigem motivação e persistência. Esse atributo pode ser classificado como *gerativo* ou *inibidor*. Os comportamentos gerativos contribuem para o desenvolvimento e incluem: a resposta seletiva ao ambiente físico e social, a predisposição para se envolver em atividades cada vez mais complexas e a habilidade de interpretar experiências ao longo do tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Na fala de Azulinho, percebe-se a *resposta seletiva ao ambiente*, ao considerar suas limitações físicas; contudo, ele expressa o desejo de participar de uma atividade que ainda gostaria de realizar: “*Eu queria jogar bola. Quando eu era pequeno, eu jogava futebol. Eu comecei pegando bola. Eu ainda tenho vontade de jogar, mas, se eu for jogar nesse campo daqui, o pessoal vai me quebrar, eles não respeitam a idade da gente. Se fosse só os da minha idade, eu entrava. A verdade é que já sou velho, e, de vez em quando, a coluna dói, as pernas dói, é assim.*” (Azulinho, 60 anos). ”

A fala destaca a importância de desenvolver atividades específicas baseadas nas preferências dos idosos, respeitando suas condições físicas individuais. Com frequência, os idosos são impedidos de frequentar determinados espaços, seja por não se sentirem acolhidos socialmente, por serem tratados com indiferença ou até ridicularizados por conta da idade, como apontado por Santos (2022). Além dessas barreiras sociais, aparentemente exacerbadas pelo contexto prisional, há também obstáculos físicos e estruturais que inviabilizam o acesso desses indivíduos. O incentivo a uma rotina de atividades físicas pode ajudar a reduzir sintomas de ansiedade e depressão entre os idosos encarcerados. Além disso, essa prática é essencial para diminuir os custos relacionados ao tratamento de saúde mental nas prisões (Iftene, 2016).

No que se refere à *predisposição para se engajar em atividades cada vez mais complexas*, as falas de Gavião e Xexéu, deixam claro o desejo de continuar seus estudos e alcançar seus objetivos: *“Eu estou fazendo o terceiro ano, eu quero ir até o médio, eu quero aprender a escrever, que eu escrevo letra de música, se eu escrever legal, eu vou ser um cantor, faço música”*. (Gavião, 61 anos); *“Eu sei ler alguma coisa, escrever alguma coisa. Eu já estudei em alguns colégios, fora esse aqui, mas nunca passava, nunca terminava o ano de estudar. Eu nunca tive essa chance, não. Tive aqui dentro, graças a Deus. Agora, eu fazia a primeira aqui ainda, e nesses seis meses que estou estudando aqui, já passei para a segunda. Eu quero continuar!”*. (Xexéu, 65 anos).

Essas falas destacam como um apoio social adequado no contexto prisional pode contribuir para a promoção de metas voltadas à construção de significados e, consequentemente, ao bem-estar, conforme ressaltado por Avieli (2021). De forma semelhante, Leigey e Rider (2015) observaram que os idosos encarcerados pareciam encontrar sentido e propósito em suas vidas dentro da prisão. Assim como nesta pesquisa, a participação em atividades educacionais proporcionou o desenvolvimento de novas habilidades e o aprendizado. Alguns desses idosos concluíram o ensino fundamental e iniciaram o ensino médio durante o período de encarceramento.

As falas de Catraca e Azulinho revelam trajetórias de vida marcadas por poucas oportunidades. Ainda assim, ambos mostraram uma notável motivação para continuar em suas atividades, apesar das adversidades: *“Para falar a verdade, eu nunca fui na escola, mas aqui eu já aprendi meu nome. Mandando um escrever na frente e eu puxando embaixo, direitinho, tive paciência, aí consegui fazer meu nome. Meio troncho, mas eu faço”* (Catraca, 65 anos); *“Eu concluí os estudos aqui. O que eu aprendi na minha vida foi mais aqui dentro. Eu estudei aqui cinco anos. Na época, tive vontade de desistir por causa do problema na vista, mas o diretor pediu para continuar. Eu fiquei, mas sem enxergar direito. Depois operei um olho, falta o outro, porque eu não enxergava bem, sabe? No dia da conclusão, o diretor falou assim: Um homem desse, que não enxerga direito, concluiu os estudos, e vocês, que estão com a visão boa, não querem estudar!”*. (Azulinho, 68 anos).

Nos exemplos apresentados é possível distinguir a presença dos cinco aspectos preconizados por Bronfenbrenner (1999) para o estabelecimento efetivo dos processos proximais, evidenciados pela 1) atividade educacional oferecida no ambiente prisional (estímulo ambiental), 2) pelo engajamento escolar duradouro (atividade regular), 3) pela persistência do idoso diante das dificuldades e superações (aumento da complexidade), 4) pelo

apoio dos profissionais na condução desse processo (reciprocidade), 5) todos impulsionados pelo desejo de alcançar um objetivo (atenção, exploração, imaginação).

Nesse contexto, o ambiente mostrou-se, em parte, capaz de oferecer suporte para a continuidade do desenvolvimento educacional não alcançado na infância. A relação estabelecida com o profissional que conduziu o processo de aprendizagem foi fundamental, pois é através dessas interações que o desenvolvimento se dá (Bronfenbrenner, 2005). Por outro lado, a ausência de cuidados com condições como a visão, evidenciado na fala de Azulinho, agrava os obstáculos na execução dessas atividades. Conforme destacado por Lawrence e Devine (2022) em seu estudo com presidiários idosos, condições como mobilidade reduzida, comprometimento da visão e da audição são fatores que dificultam a realização das atividades da vida diária, e atinge, em média, a um terço dos idosos.

Em alguns casos, a falta de recursos e apoio a determinadas condições de saúde no ambiente prisional, já apontados pela literatura (Combalbert et al., 2018; Filinson & Ciambrone, 2019; Iftene, 2016; Ridley, 2021; Vilela, 2021), podem exercer influência negativa no desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis e contribuir para o surgimento de forças inibidoras ao desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998, Vilela, 2021). Além dos relatos já mencionados, outros exemplos ilustram como algumas necessidades não atendidas, afetam de forma significativa a qualidade de vida dos idosos encarcerados, limitando sua capacidade de participar de atividades educativas e sociais:

Curió menciona sentir-se dormente e enfrentar dificuldades nas pernas, visão e audição: *"Ah, eu sou todo problemático na saúde. Eu vivo todo dormente. E as pernas, pesadas, inchadas. Estou quase cego. O ouvido está tapando, um zumbido no ouvido."* (Curió, 63 anos).

Enquanto, Tucano afirma ter desistido dos estudos devido à perda significativa de visão e a necessidade de uma cirurgia: *"Não quero mais estudar, agora não dá mais não, não enxergo mais nada. Tenho que fazer uma operação quando eu sair daqui."* (Tucano, 65 anos).

Rouxinol expressa frustração com a interrupção de seu tratamento oftalmológico: *"Olhe, tudo acabou pra mim, porque eu só tenho esse olho, só vejo mais com esse aqui, sabe? Eu só vejo uma resta. Estavam me levando daqui para o Recife, mas não me levaram mais, me deixaram"* (Rouxinol, 68 anos);

Alegrinho relata problemas de visão, sem ter recebido ainda o atendimento adequado para avaliação de sua condição: *"Doutora, eu estou com um problema de visão. Enxergo bem de longe, mas de perto fica embaraçado. Não estou usando óculos, mas eu dei meu nome aqui na escola, até o momento não chamaram para fazer o exame de vista. Eu estou achando que perdi uma faixa de cinquenta por cento da minha visão."* (Alegrinho, 60 anos).

No entanto, também foram observados comportamentos adaptativos, indicativos de resiliência (Mittelmark, 2021), como aqueles que, mesmo enfrentando o isolamento e as dificuldades da vida na prisão, conseguem participar das atividades educativas. Um exemplo disso é: *“Eu terminei o segundo grau agora, aqui dentro. Antes de ser preso, eu tinha feito até a quinta série”* (Assum Preto, 84 anos).

Além dele, outros idosos pareceram encontrar significado em suas atividades diárias, evidenciando, assim, a presença de resiliência em condições adversas. Por exemplo, a fala de Alegrinho revela como ele enfrentou uma fase de instabilidade emocional após o encarceramento, evidenciada pela necessidade de uso de medicamentos controlados: *“Hoje, não tomo mais remédio controlado. Eu usava quando fui preso a primeira vez, porque fiquei um pouco louco. Assim, aquele negócio na mente. Mas tomei remédio e fiquei bom, doutora, graças a Deus”* (Alegrinho, 60 anos). No entanto, ele destaca a sua recuperação, atribuindo essa melhora tanto ao tratamento quanto à sua fé, o que sugere um processo de reorganização pessoal diante das mudanças do ambiente (Mittelmark, 2021).

Na mesma direção, a fala de Rouxinol reflete a adaptação gradual ao ambiente prisional após um choque inicial: *“Me deram um bocado de ano para passar aqui. No início, eu fiquei assombrado. Mas agora, eu não estou mais, não”* (Rouxinol, 68 anos). No começo, ele expressa surpresa e desajustamento diante da longa sentença que lhe foi imposta, uma reação comum ao enfrentar a realidade do encarceramento. No entanto, com o tempo, demonstra ter alcançado um certo grau de aceitação e familiaridade com a situação, o que pode indicar resiliência. Essa mudança de perspectiva revela a capacidade do ser humano de se adaptar a circunstâncias adversas, mesmo em um contexto como o prisional (Mittelmark, 2021).

No que diz respeito à *habilidade de interpretar experiências ao longo do tempo*, Alegrinho reconhece o quanto aprendeu após ser inserido na penitenciária: *“Agora eu estou no segundo ano, porque eu estudei aqui e passei. Quando eu cheguei, comecei no primeiro ano. Doutora, tem muita coisa que eu não sabia, mas, depois que eu vim para cá, aprendi muito mais”* (Alegrinho, 60 anos).

Da mesma forma, João de Barro fala com entusiasmo sobre a experiência adquirida ao cuidar dos jardins em outras instituições prisionais pelas quais passou: *“Eu trabalho aqui e cuido do jardim. Eu já cuidei de jardins em outros lugares por onde passei. O pessoal gosta do meu serviço. Tanto os encarregados quanto os trabalhadores dizem: Poxa, veinho, tu trabalha muito bem, teu serviço é muito bem feito!”* (João de Barro, 62 anos).

Nesse entendimento, a oportunidade e o reconhecimento proporcionados pelos profissionais e, no caso de João de Barro, também por seus pares, atuam como impulsionadores

na manutenção dessas atividades regulares, que se tornam cada vez mais complexas à medida que ele aprimora as habilidades adquiridas por meio do trabalho. Essas interações favorecem a expressão de comportamentos gerativos, os quais estimulam o desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Por outro lado, as disposições inibidoras tendem a dificultar o estabelecimento dos processos proximais, criando obstáculos ao desenvolvimento. Essas disposições são evidenciadas pela falta de controle sobre o comportamento e as emoções, expressas em características como impulsividade, apatia, desatenção, insegurança, timidez excessiva, irresponsabilidade, entre outras (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A falta de controle sobre o comportamento e as emoções foram observadas na fala de Gavião: *“Perdi minha mãe de criação. O cara bateu com um carro nas pernas dela, eu estava aqui. Teve o enterro dela e eu perdi tudo. E eu fiquei com a cabeça quente para matar o cara. Ainda estou com isso na cabeça, para matar ele. Porque eu amava a minha mãe de criação. Fazia tudo por ela. Foi ela quem me deu os conselhos, essa educação. Pegando sururu na maré, pedindo esmola. Pedi muita esmola para ajudar minha mãe!”* (Gavião, 61 anos).

Embora a situação seja profundamente dolorosa, o idoso não busca entender as circunstâncias do acidente. Ele expressa um sentimento intenso de vingança, relacionando o ocorrido à impossibilidade de se despedir de sua mãe adotiva, que teve um papel fundamental em sua vida. A perda, somada à sensação de impotência por estar preso, intensifica suas emoções e seu desejo de justiça pessoal. Tais sentimentos, o levam a apresentar comportamentos inibidores ao desenvolvimento. Gavião estava no “castigo” (local reservado dentro da penitenciária) por ter se envolvido em conflitos no pavilhão, quando foi chamado para a entrevista.

Por outro lado, o relato de Canário exemplifica sua capacidade de manter o controle sobre o próprio comportamento e emoções: *“Ontem, eu peguei um negócio e, para me lembrar, passei um tempão e, mesmo assim, não lembrei. Os caras começaram a mangar de mim! Falei pra mim mesmo: Não, não es quente não”* (Canário, 71 anos). Sua longa trajetória de vida o ensinou a manter a calma diante dos desafios, como o *ageísmo* sofrido entre seus pares.

O conceito de *ageísmo*, introduzido por Robert Butler em 1969, refere-se ao preconceito baseado na idade. Sob essa perspectiva, ele é considerado o terceiro grande “ismo” nas sociedades, juntamente com o racismo e o sexismo (Butler, 1969). Ele se diferencia de outras formas de preconceito por dois aspectos principais: primeiro, qualquer pessoa que viva o suficiente, eventualmente, integrará o grupo de idosos; segundo, o preconceito contra os idosos

manifesta-se de forma sutil e implícita, muitas vezes inconsciente, o que dificulta a percepção de seu caráter discriminatório (Teixeira, Souza & Maia, 2018).

O relato de Canário também revela a presença de queixas de memória, indicando que pode haver um déficit cognitivo (Smid et al., 2022) e, como consequência, prejuízos tanto funcionais quanto nas relações interpessoais. Logo, esse aspecto necessitaria ser melhor investigado, pois de acordo com Combalbert et al. (2018) e Ridley (2021) esses sintomas frequentemente passam despercebidos pelos idosos encarcerados, que muitas vezes consideram estar com boa saúde e qualidade de vida.

Outra característica não gerativa ou inibidora, como *apatia*, foi observada, por exemplo na fala de Beija-flor que demonstrou resignação ao afirmar que, por estar idoso, não deseja mais trabalhar ou estudar: *“Eu não quero mais trabalhar, estudar, fazer nada, porque eu já estou velho. Velho, não, já estou idoso” (Beija-flor, 69 anos).*

Desse mesmo modo, Pitiguari reforça essa postura ao declarar que não estuda mais por acreditar que já não pode aprender nada: *“Eu não estudo porque não aprendo mais nada nessa minha vida” (Pitiguari, 62 anos).*

Curió, por sua vez, expressa desmotivação ao questionar a utilidade de estudar em sua idade e usa a metáfora "cavalo véi não pega mais passada" para justificar sua inércia. Além disso, também menciona a idade como um motivo para não buscar mais progresso, reforçando a apatia: *“Estudar mais num tempo desse, para quê? Cavalo véi não pega mais passada! Agora, em novembro, já completo 64 anos” (Curió, 63 anos).*

Nas três situações, observa-se a influência dos preconceitos sobre o envelhecimento, absorvidos na juventude e reforçados ao longo dos anos pelas atitudes da sociedade. Esses estereótipos parecem ter sido transformados em autoestereótipos, que, de forma inconsciente, moldam as expectativas dos idosos sobre seu próprio comportamento e frequentemente funcionam como profecias autorrealizáveis, impedindo-os de se engajar em ações que promovam o desenvolvimento (Papalia & Martorell, 2022).

Para amenizar os impactos dos autoestereótipos entre os idosos encarcerados, podem ser implementadas estratégias como programas educativos que promovam uma visão positiva do envelhecimento, ajudando-os a desconstruir preconceitos limitantes. Oferecer suporte psicológico, individual e em grupo, também pode auxiliar na superação de crenças negativas que afetam seu desenvolvimento. Além disso, criar um ambiente prisional que valorize e respeite os idosos, com profissionais capacitados para reconhecer e combater preconceitos etários, fortalecerá a autopercepção positiva e incentivará a inclusão em atividades diversas (Cervera & Schmidt, 2022).

Por fim, outra disposição inibidora, a irresponsabilidade, ficou evidente na fala de Catraca quando reconhece ter passado anos foragido e admite não querer obedecer à justiça, demonstrando uma postura de indiferença perante suas obrigações legais: *“Quando eu vi que estava para ser preso, arribei, vim embora para [...]! Cheguei lá, arrumei uma fazenda e passei cinco anos por lá. Pensei: Isso aí já tá velho, isso aí vai dar em nada, não! Aí voltei para minha região e fui trabalhar em outra fazenda, foi onde a polícia me achou. Eu passei 11 anos foragido sem querer obedecer a Justiça”* (Catraca, 65 anos).

3.1.2 Recursos

O segundo grupo diz respeito aos *recursos* que afetam a capacidade de uma pessoa se envolver nos processos proximais ativos. Esses recursos abrangem competências, vivências, inteligência, entre outros, estando parcialmente associados a capacidades cognitivas e emocionais. Ao longo da vida, esses recursos são gradualmente desenvolvidos e tendem a exercer uma influência positiva no desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Algumas falas dos idosos encarcerados foram descritas para ilustrar diferentes tipos de recursos que influenciam a capacidade dessas pessoas de se envolver em processos proximais ativos:

Bem-te-vi, por exemplo, exibe habilidades musicais e artísticas, que são recursos adquiridos e refinados ao longo do tempo, mesmo sem educação formal: *“Eu sou músico, toco de ouvido, toquei em várias bandas. Muitos ficam admirados comigo e dizem: Você não sabe ler e toca tudo isso? Também sou hippie. Faço artesanato, brinco, faço pulseira, faço de tudo”* (Bem-te-vi, 62 anos).

Patativa também revela múltiplas competências em agricultura, construção e energia, habilidades práticas que o capacitam a lidar com diversas situações: *“Eu sou agricultor e negocio. De tudo, eu faço um pouco. Construção, hoje devagar, mas dá para chegar lá. Energia também, na minha casa eu fazia tudo”* (Patativa, 64 anos).

Araponga, por sua vez, destaca suas habilidades sociais e de liderança, importantes recursos cognitivos e emocionais que lhe permitiram atuar como diretor de obras e cabo eleitoral, interagindo com várias pessoas e liderando grupos: *“Eu sou uma pessoa muito inteligente!”* (Sorri). *Fui diretor de obra da prefeitura, era um cabo eleitoral forte na minha cidade. Lidava com muita gente”* (Araponga, 69 anos).

Assum Preto sublinha sua experiência no exército e sua longa trajetória profissional, indicando disciplina e autocontrole, características que ele considera recursos valiosos para sobreviver no contexto prisional: *“[...]graças a Deus, eu passei pelo exército, fiquei 6 anos,*

muito bom comportamento, trabalhei 33 anos nas firmas. Eu sei me comportar” (Assum Preto, 84 anos).

Finalmente, Azulinho mostra uma capacidade de adaptação social, destacando seu talento em estabelecer amizades e relacionar-se facilmente com outras pessoas, o que pode ser um importante recurso na sua reintegração: *“Agora está mais perto do que longe de eu sair daqui. E quando eu for para o semiaberto, aonde eu chegar, logo faço amizade com a turma. Eu sei viver pelo mundo!” (Azulinho, 68 anos).*

Adicionalmente, há *recursos sociais e materiais* que contribuem para a formação dos processos proximais, como a alimentação adequada, habitação digna, acesso a uma educação de qualidade, suporte familiar, entre outros (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Algumas pesquisas indicam que pessoas idosas encarceradas frequentemente enfrentam dificuldades sociais e econômicas antes de serem presas (Brandão & Cataldo Neto, 2017; Jackson, Doyle & Bartels, 2020; Leigey & Ryder, 2015; Vilela, 2021). Essas adversidades podem ser provocadas por diversos fatores, sendo que o baixo nível de escolaridade, aliado à falta de oportunidades, pode favorecer o envolvimento em atividades criminosas e a manifestação de comportamentos que inibem o desenvolvimento (Vilela, 2021). Lawrence e Devine (2022) acrescentam que condições de vida desafiadoras fora do ambiente prisional poderiam atuar como fatores motivadores para a continuidade da vida no crime.

As falas a seguir ilustram, de forma unânime, a ausência de *recursos sociais e materiais* vivenciada pelos participantes da pesquisa ao longo de suas vidas: *“Naquele tempo a gente não tinha nem o que comer, era problema! Naquele tempo eu era um menino de rua, fui criado na rua catando papel, feito um esmoleu, fui jogado fora pela minha mãe!” (Gavião, 61 anos); “Doutora, eu fui uma pessoa muito pobre (chora)... Eu ia para dentro do mato matar rolinha. Chegava em casa, pegava um pouco de farinha, esquentava, fazia uma farofa e comia a rolinha para não morrer de fome” (Gralha Azul, 75 anos).* Gavião e Gralha Azul relatam a extrema pobreza em que cresceram, ressaltando a falta de alimentos e a necessidade de sobrevivência, o que os levou a focar exclusivamente no trabalho desde a infância, deixando de lado a oportunidade de frequentar a escola.

Pitiguari e Catatau também mencionam como o trabalho precoce, associado às dificuldades econômicas, os impediu de buscar educação formal, priorizando a sobrevivência sobre o desenvolvimento acadêmico: *“Quando eu era criança, comecei a trabalhar com o meu pai aos sete anos de idade. Ele me ensinou a cortar cana e amarrar cana. Não fui para a escola. Quando parei de cortar cana, porque não aguentei mais devido a uma dor no braço, cheguei a pedir esmola na rua. Depois comecei a negociar, foi quando a vida melhorou um*

pouco” (Pitiguari, 62 anos); “Eu não estudei, doutora! O primeiro lápis que peguei foi um cabo de enxada. Meu pai morreu e me deixou com oito anos” (Catatau, 62 anos).

Curió, Xexéu e Tucano destacam a imposição do trabalho no setor agrícola desde muito cedo, o que afetou seu desenvolvimento educacional. Suas experiências de vida evidenciam como a necessidade de contribuir financeiramente para a família superou a oportunidade de adquirir habilidades cognitivas e sociais que poderiam ter sido fortalecidas pela educação formal: *“Ah, eu nunca fui pra escola, não. Eu fui criado e nascido limpando cana mais pai” (Curió, 63 anos); “Eu abandonei os colégios por causa de trabalho, horário de serviço [...] nas usinas, nas moagens, tem uns projetos de trabalhar doze horas e quando era minha semana de trabalhar à noite, eu não tinha como estudar, tinha que abandonar o colégio” (Xexéu, 65 anos); “Eu estudei quando era bem pequeno, mas não aprendi nada. A gente vivia numa situação ruim, daí meu pai sempre levava a gente para o serviço. A gente não podia cortar cana, então ia amarrar para ajudar em casa, sobreviver. Quando eu cresci mais, fui trabalhar de carregador de caminhão. Depois tirei a habilitação e fui trabalhar em usina, e assim fui vivendo” (Tucano, 65 anos).*

O mesmo ocorre com Catraca e Rouxinol, cujas tentativas de estudo foram interrompidas pela exaustão do trabalho físico, que também resultou na perda de motivação para continuar: *“No meu tempo, a escola que eu tinha era trabalhar de manhã até 5 horas acertando cana para o senhor de engenho. Comecei a trabalhar com 10 anos. Quando chegávamos à noite, o caminho para o sítio onde tinha uma professora era muito longe. Já chegava quase dormindo, de tanto trabalhar, cansado porque era muito longe. Como podia estudar?” (Catraca, 65 anos); “Olha, pra estudar, eu estudei quando eu tava com idade de dez anos. Eu fui pra escola de noite. Aí eu estudei. Na época, só aprendi a assinar meu nome, porque depois eu saí da escola, mode o trabalho” (Rouxinol, 68 anos).*

A partir dessas falas, pode-se perceber a ausência de recursos materiais e sociais - como acesso à educação, tempo para estudar, suporte familiar e condições básicas de sobrevivência, que são fundamentais para o engajamento em processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Sem esses recursos, a trajetória de desenvolvimento dessas pessoas foi marcada por limitações impostas pela pobreza e trabalho infantil, dificultando o aproveitamento de oportunidades de crescimento cognitivo e emocional.

Os autores referenciados também destacam a existência de *recursos que atuam como elementos perturbadores*, incluindo patologias de origem genética, lesões cerebrais, e certas deficiências físicas ou mentais. Esses recursos podem limitar o funcionamento saudável e a interação ativa com o ambiente. Tais obstáculos podem restringir as oportunidades de

desenvolvimento, interferindo diretamente nas habilidades cognitivas, emocionais e sociais dos indivíduos.

A capacidade de locomoção reduzida, devido a uma limitação física, é expressa no relato de Gralha Azul, exemplificando como essa condição impacta sua rotina e restringe sua participação em atividades diárias: *“Eu não saio do meu galpão, eu não faço nada aqui, minhas pernas estão muito ruins. Eu sinto dor nas minhas pernas e na coluna!”* (Gralha Azul, 75 anos).

Alegrinho, por sua vez, relata dificuldades cognitivas que o impediram de avançar na escola, sugerindo dislexia ou outro distúrbio de aprendizagem não identificado ao longo da vida (Seabra, 2020). Um claro exemplo de como uma condição de ordem neurológica pode dificultar o desenvolvimento educacional: *“Doutora, eu passei quatro anos na escola. Fui até a primeira série, eu não passava de ano. Eu tenho um problema, minha mente não dava para ler. A senhora entendeu? Era muito ruim para ler”* (Alegrinho, 60 anos).

Catatau, revela limitações auditivas, que prejudicam sua participação em reuniões, o que tem afetado suas capacidades perceptivas e relacionamentos sociais: *“Quando tem reunião aqui eu venho, semana passada teve uma, mas eu não estou escutando nadinha. Não adianta de nada”* (Catatau, 62 anos);

Enquanto, Xexéu relata que já não consegue enxergar para dar continuidade aos estudos: *“Eu estou estudando, mas já fiz ciente à diretora e à professora que estou com vontade de desistir, porque não estou mais enxergando. Para fazer o dever que elas colocam no quadro, da banca lá, eu não enxergo mais”* (Xexéu, 65 anos).

Esses exemplos mostram como a presença de recursos perturbadores pode afetar e limitar a interação ativa dessas pessoas com o ambiente ao seu redor. Essas barreiras, muitas vezes exacerbadas pela falta de suporte adequado, tornam ainda mais difícil a superação dos desafios impostos por essas condições (Dias, Vilela & Sampaio, 2021).

Nesse contexto, Lawrence e Devine (2022) investigaram a capacidade dos homens idosos encarcerados em realizar atividades da vida diária. Eles identificaram que fatores como mobilidade reduzida, além do comprometimento da visão e da audição, contribuem significativamente para o aumento dos desafios na execução dessas tarefas, igualmente ao encontrado nesta pesquisa. Vale salientar que a execução das atividades diárias desempenha um papel essencial na preservação da saúde física, mental e cognitiva dos idosos (Jackson, Doyle & Bartels, 2020).

3.1.3 Demanda

O terceiro grupo de características do indivíduo refere-se à *demanda*, ou seja, à sua capacidade de gerar ou impedir respostas do ambiente social, o que pode facilitar ou dificultar o envolvimento em processos proximais. Fatores como aparência física e personalidade influenciam diretamente a decisão de se engajar ou não em interações. Além disso, aspectos como idade, etnia, raça e gênero podem exercer um papel significativo nessas escolhas (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

As falas a seguir, revelam como características físicas, psicológicas e sociais podem afetar as interações, particularmente no contexto prisional. Nesse caso, a fragilidade física parece tanto facilitar o apoio e o respeito, quanto provocar isolamento e discriminação (Vilela, 2021):

“Tem uns mais chegados aqui, são pessoas mais velhas ou da minha idade. Eu não gosto de me aproximar desses caras mais novos. O que a gente aprende é a respeitar mais, se dar bem com todo mundo. Como a senhora sabe, nem todo mundo respeita” (Tucano, 65 anos). Ele destaca a preferência por se relacionar com pessoas mais velhas, mencionando que o respeito é um valor aprendido ao longo da vida, mas também reconhecendo que “nem todo mundo respeita”. Isso sugere que, embora a idade possa trazer reconhecimento e deferência, há limitações no que refere as relações estabelecidas no ambiente prisional, onde o respeito nem sempre é garantido.

Por outro lado, Canário expressa uma atitude mais retraída, destacando o respeito que recebe, mas, ao mesmo tempo, demonstrando o desejo de isolamento: *“O pessoal me respeita. São muitos que me chamam de avô: Vô pra lá, vô pra cá. São mais jovens do que eu. Não fumo, não bebo e nem faço esse negócio safado de droga desse povo novo. Não quero negócio com ninguém” (Canário, 71 anos).* Essa fala revela um desejo de evitar interações, talvez como uma estratégia de autopreservação em um ambiente que parece potencialmente ameaçador (Novisk, 2018). Ainda menciona seu distanciamento em relação aos mais jovens, reafirmando que prefere não se envolver em comportamentos considerados impróprios, como o uso de drogas, o que reforça a ideia de segregação baseada em normas de conduta pessoal.

Na mesma direção, Beija-flor reforça essa tendência de buscar convívio com pares da mesma faixa etária, mencionando a desconfiança em relação aos mais jovens, descritos como “estranhos” e “imprudentes”: *“Eu convivo mais com os colegas de cela. Tem uns da minha idade e outros mais velhos, com a idade mais avançada. Eu me dou bem com eles, e eles comigo. Mas já tem outros, os mais novos, que são mais estranhos, mais imprudentes. A gente não tem esse contato de amizade” (Beija-flor, 69 anos).*

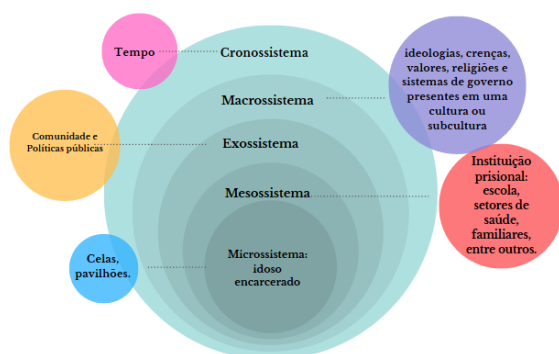
A percepção negativa dos jovens pode estar associada à falta de afinidade e ao risco potencial que esses indivíduos podem representar para os mais velhos. Isso corrobora a ideia de que, no ambiente prisional, a idade tende a moldar as interações, mas também protege os idosos de possíveis conflitos, incentivando relações mais estáveis com aqueles que compartilham experiências de vida semelhantes. Com relação a isso, Filinson e Ciambrone (2019) e Iftene (2016) destacaram que as opiniões ambivalentes dos presos idosos com relação aos mais jovens parecem ser comuns, pois ora se ressentem por seus diferentes valores, ora se colocam no lugar de orientador deles. Assim como nesta pesquisa, boa parte dos idosos encarcerados não interage exclusivamente com pessoas da mesma idade (Iftene, 2016).

4. Contexto

O contexto ou ambiente ecológico engloba fatores físicos, sociais e culturais que influenciam o indivíduo (Bronfenbrenner, 1996). Dessa forma, o contexto é dividido em quatro sistemas interligados que se sobrepõem e interagem, do mais amplo ao mais próximo, contribuindo para o desenvolvimento da pessoa. Entre esses níveis, há uma predominância de influências bidirecionais e de inter-relações que não se limitam ao aspecto físico ou às interações diretas entre os indivíduos, mas também abrangem outros contextos e as relações indiretas entre as pessoas (Polonia et al., 2005). Esses sistemas são: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

Na Figura 3, no entanto, o cronossistema - que se refere ao Tempo - foi incluído para destacar a sua importância. Assim como os demais sistemas, ele exerce uma influência significativa na vida do sujeito em desenvolvimento. No próximo capítulo, discutiremos esse componente que faz parte do modelo PPCT, em maior detalhe.

Figura 3: Contextos ecológicos



Fonte: elaborado pela pesquisadora

4.1 Microssistema e Mesossistema

4.1.1 Relacionamento do homem idoso com os pares, agentes, equipe psicossocial da instituição prisional

No momento do aprisionamento, a instituição prisional tornou-se o ambiente mais imediato para os idosos, substituindo o microssistema familiar em que viviam anteriormente. A condenação resulta em uma troca de papéis e ambientes devido a um evento inesperado. Assim, a penitenciária assume o papel de microssistema, enquanto a família passa a ocupar o lugar do mesossistema.

Essa mudança reflete uma alteração no papel que a pessoa desempenha dentro de seu ambiente ecológico, resultando em uma reconfiguração, ou seja, uma “mudança de papel, isto é, das expectativas de comportamentos associadas a determinadas posições na sociedade”. Tais mudanças no curso de vida são chamadas de transições ecológicas (Bronfenbrenner, 1996, p. 7).

Nesse caso, trata-se de uma transição ecológica não normativa, visto que não é comum que uma pessoa idosa seja condenada por um crime e se torne um idoso encarcerado. Carvalho-Barreto (2016) reforça que “a classificação de espaços ou instituições, grupos ou pessoas dentro desses sistemas não é rígida. Como são dinâmicos, um sistema pode se converter em outro, dependendo de uma série de fatores internos ou externos à pessoa” (p.284).

O microssistema representa os ambientes mais próximos, nos quais ocorrem papéis, atividades e interações diretas. É nesse nível que se desenvolvem os processos proximais (Bronfenbrenner, 1999). No caso do homem idoso encarcerado, a prisão é o local onde ocorrem as interações face a face com os colegas de cela, sendo este um contexto primário, e com a equipe psicossocial, gestores, policiais penais, os familiares durante as visitas, entre outros, um contexto secundário. Em todos esses ambientes, o idoso está inserido.

O mesossistema, por sua vez, engloba o conjunto de microssistemas, nos quais ocorrem as interações entre os diferentes contextos primários e secundários em que o indivíduo se encontra. Esse sistema se expande sempre que a pessoa passa a frequentar um novo ambiente. As interações entre os microssistemas podem tanto favorecer quanto inibir o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

Os resultados dessas interações podem ser analisados por meio das díades, que são a unidade mínima de interação entre pessoas. Bronfenbrenner (1996) classifica as díades em três

tipos: a *observacional*, que envolve a observação cuidadosa e contínua das ações do outro; a de *atividade*, que se refere à realização conjunta de uma tarefa; e a *primária*, na qual a relação persiste mesmo quando os indivíduos não estão fisicamente juntos, mas os sentimentos gerados continuam a influenciar seus comportamentos.

Díade observacional

Um exemplo de díade observacional, que reflete a complexidade das relações interpessoais dentro do presídio, está presente nesta fala de Gavião: *“Eu me acordei com Deus, eu rezei por todo mundo. Aí quando saí o porteiro começou a me chamar de tudo que não presta, queria me pegar, queria dar em mim, queria brigar comigo [...] roubou minha comida. Eu não pude cabuetar, porque você sabe como é que é, dá confusão”* (Gavião, 61 anos). O idoso observa as ações hostis de outro preso e percebe a necessidade se adaptar às circunstâncias para evitar mais conflitos. A bidirecionalidade está presente, pois Gavião reage à agressividade e - em um contexto em que a reciprocidade é negativa - recua frente ao clima de tensão. Ele se vê forçado a não denunciar a fim de evitar mais problemas, mostrando como a influência mútua afeta diretamente sua sobrevivência.

Outro exemplo reflete a superficialidade das relações no presídio: *“É tranquilo, na minha cela consigo dormir bem, eles me respeitam, eu faço amizade com todo mundo! Agora, amigo só Jesus viu. Porque ninguém conhece quem é amigo, não, doutora”* (João de Barro, 62 anos). Esse relato também reflete uma díade observacional, pois ele afirma estabelecer relacionamentos, mas não desenvolve confiança ou vínculos profundos. A bidirecionalidade nas interações com outros presos é limitada a respeito mútuo, sem envolvimento emocional ou afetivo. Esse tipo de interação, no microsistema, gera um distanciamento emocional, que o idoso aceita como parte de sua experiência de vida no cárcere.

O exemplo a seguir expõe a hostilidade por conta do crime cometido: *“Doutora, tem uns que entendem a gente, tem outros que ficam xingando, dizendo que a gente só presta para morrer! Quando eu cheguei, fui para a gaiola chorando, olhando para todo canto, aí me deram um remédio. Na hora da boia, me deram uma vasilha, uma colher de plástico. Eu pensei: Meu Deus, tanto prato em casa! Lá vem aquela comida mole, e eu comi com nojo! Quando voltei pra cela, já tinha um monte de gente pronta para me pegar, 18, 20 homens. Eles queriam fazer tudo comigo e, depois, me matar enforcado! Só não fizeram isso porque três caras fortes não deixaram. Disseram: ‘Ninguém mexe com o coroa, ele é inocente! Eu não dormi nesse dia’”* (Alegrinho, 60 anos).

Subtende-se que este relato também se situa no contexto das relações proximais estabelecidas por meio das díades de observação, onde ele enfrenta hostilidade e julgamentos por parte de outros presos. A bidirecionalidade é negativa, pois o comportamento dos outros presos afeta diretamente o estado emocional de Alegrinho, criando um ambiente de rejeição e vulnerabilidade. A reciprocidade aqui não é construtiva, já que o crime pelo qual foi condenado (abuso sexual) gera distanciamento e agressões verbais, dificultando sua integração no contexto prisional.

Lawrence e Devine (2022) destacam que, nos casos de crimes relacionados a abuso sexual, a adaptação dos idosos a prisão tende a ser ainda mais desafiadora. Esse tipo de crime é particularmente desprezado pela comunidade carcerária, o que frequentemente gera sentimentos de vergonha e inadequação no agressor. Além disso, o idoso pode estar mais vulnerável a intimidações e até mesmo a se tornar vítima de violência por parte de outros detentos.

Assim, diversos fatores podem prejudicar as relações no contexto prisional, entre os quais o preconceito etário merece destaque. Nesse sentido, Iftene (2016) revelou que mais da metade dos presos idosos enfrentava idadismo, manifestado por insultos, ridicularização, ameaças, isolamento, entre outros, dado também observado neste estudo.

Díade de Atividade

Com relação as díades de atividade, algumas características específicas devem estar presentes na relação a) reciprocidade – o comportamento de um indivíduo afeta o comportamento do outro e vice-versa, permitindo que as interações se tornem progressivamente mais complexas, e, quando ocorre uma mudança evolutiva em um, isso também impacta o parceiro; b) equilíbrio de poder – em certas situações, um dos participantes pode exercer maior influência sobre o outro em determinadas atividades ou ambientes, alternando-se em favor do desenvolvimento do indivíduo; c) complexidade – em uma relação mais complexa, há a possibilidade de desenvolver afeto, que pode ser positivo, negativo, simétrico ou complementar (Bronfenbrenner, 1996).

Nesse entendimento, o exemplo a seguir, retrata a interação entre um idoso e o dentista da instituição, o que caracteriza uma relação direta e face a face, marcada por um conflito de percepção em relação ao tratamento: *“Você é o médico que cuida dos dentes? Você pode olhar os meus dentes, avaliar, para limpar, fazer uma limpeza. Você não trabalha com limpeza? Aí ele me mandou uma ideia aqui: não, tem que arrancar. Aí eu disse, há não! Arrancar como*

que o meu dente não está doendo e eu não tenho um dente em cima, vou comer como, se arrancar esse vai arrancar tudo, vou ficar banguelo?” (Gavião, 61 anos).

Essa relação pode ser vista como uma díade de atividade, pois envolve uma troca de instruções sobre cuidados de saúde, com um desequilíbrio de poder evidente: o profissional ocupa um lugar de suposto saber, mas o idoso questiona o tratamento, o que causa um equilíbrio a seu favor. A atitude não passiva de Gavião pode levar o profissional a refletir sobre sua própria conduta e considerar outras abordagens que possam favorecer a manutenção da saúde do idoso, contribuindo para o desenvolvimento de ambos.

Sullivan et al. (2016) ressaltam que dificuldades de comunicação com os profissionais responsáveis pelos serviços de saúde são queixas comuns entre todas as faixas etárias de presidiários. No entanto, como demonstrado nesta pesquisa, os impactos mais significativos recaem sobre a população idosa que geralmente apresentam mais necessidades de cuidados.

A próxima díade de atividade, também envolve profissionais da saúde, em que há uma tentativa de ajustar o tratamento para um problema específico (insônia): *“Quando eu cheguei aqui pedi na enfermaria um remédio para dormir. Mandaram tomar a metade. É um comprimido bem pequenininho. Aí depois eu disse que não estava servindo. Mandaram tomar um inteiro. Aí, eu estou tomando. Agora, eu consigo dormir um pouco” (Canário, 71 anos).* O sintoma em questão, expressa o desajuste emocional provocado pela chegada de Canário na prisão. Conforme Haesen et al. (2019), indivíduos que cometem seu primeiro crime após os 50 anos tendem a enfrentar mais dificuldades de adaptação à prisão, o que pode favorecer o surgimento de algumas condições de saúde.

Dando continuidade à díade de atividade exposta no exemplo de Canário, diferentemente do anterior, a reciprocidade está evidente na forma como ele responde ao tratamento e como os profissionais ajustam as instruções com base no feedback. A interação é funcional, pois houve um ajuste progressivo que resultou em uma solução parcial para o problema, beneficiando a pessoa em desenvolvimento.

Ainda no contexto das díades de atividades, com relação aos pares, Assum Preto descreve em sua fala o papel de mentor: *“Eu sei que ajudo os mais jovens aqui, tanto no ambiente espiritual como na vida física. Eu busco aconselhar, aconselhar, de acordo com a pessoa. Eles me escutam. Eles escutam” (Assum Preto, 84 anos).* Ele parece exercer uma influência significativa sobre os jovens presos. A reciprocidade nessa interação é evidente: ele oferece conselhos, e os mais jovens o escutam e respeitam. Essa relação intergeracional, tanto ajuda no desenvolvimento pessoal dos mais jovens quanto reforça o senso de propósito de Assum Preto (Silva, 2021).

Em função disso, os idosos são considerados o pilar emocional mais estável dentro da comunidade prisional, pois utilizam sua experiência de vida para compartilhar conhecimentos e estratégias de sobrevivência nesse ambiente (Novisk, 2018). De acordo com Filinson e Ciambone (2019), ao aconselharem os mais jovens, os idosos se sentem úteis e também podem resgatar aspectos de sua identidade anterior. Esse papel de mentoria fortalece a confiança e o respeito dos mais novos, promovendo uma maior aproximação entre as gerações (Silva, 2021).

Outra díade de atividade envolve o relacionamento entre Alegrinho e seu colega de cela. Eles compartilham não apenas experiências, mas também apoio emocional, demonstrando reciprocidade e equilíbrio de poder: *“Eu tenho um colega aqui dentro, que está para ir embora. É mesmo que ser meu irmão aqui dentro. Também é acusado desse mesmo problema que eu. Conheci ele aqui dentro. Quando eu cheguei, ele já estava, e a gente chegou a trabalhar juntos. Ele tem quase 70 anos. Eu aprendi muito com ele, principalmente, a ter mais paciência e respeitar as pessoas. Eu estou estudando junto com ele”* (Alegrinho, 60 anos). A complexidade dessa relação está no fato de ambos estarem envolvidos no mesmo tipo de acusação, o que gera um laço afetivo ainda mais forte devido às vivências compartilhadas.

A fala de Rouxinol também exemplifica uma díade de atividade, onde a troca de experiências e histórias é uma parte fundamental do convívio no presídio: *“Eu converso com todos, com todos. Para mim não tem o que dizer, não. O que eu aprendo com eles é a gente conversar. Conversar assim: conto uma história pra um, vou... explico uma coisa pra outro”* (Rouxinol). A reciprocidade é evidente, pois ele compartilha conhecimentos e histórias com os outros presos, criando um ambiente de aprendizado e apoio mútuo (Silva, 2021). Essas interações representam a existência de um processo proximal positivo, ajudando Rouxinol e os outros presos a manterem uma conexão social e emocional, o que contribui para desenvolvimento de todos os envolvidos.

Díade primária

A fala de Assum Preto revela a existência de uma díade primária estabelecida entre ele e a diretora de uma instituição pela qual passou antes de ser transferido para o local atual: *“Tenho muita amizade com os professores aqui. Só que na outra cadeia tinha minha diretora lá que me considerava como um pai e eu a considerava como uma filha. Eu gosto muito dela, não esqueço nunca dela, aprendi muito com ela”* (Assum Preto, 84 anos). Mesmo que Assum Preto e a diretora não estejam mais juntos no mesmo espaço, os sentimentos e o respeito mútuo permanecem e influenciam o comportamento e as emoções do idoso, ilustrando o conceito de

continuidade nas relações interpessoais. A reciprocidade está presente nessa troca de afeto e consideração, o que reforça a complexidade da relação, pois envolve também um equilíbrio de poder: a diretora exerce uma autoridade, mas há uma troca emocional e de conhecimentos, evidente na expressão “eu a considerava como uma filha”.

A fala de Azulinho exemplifica uma situação clássica em que a relação de autoridade se alterna em prol daquele que está em desenvolvimento: *“Tem um amigo que eu trabalho com ele, é mesmo que ser meu pai. A gente trabalha na copa, ele é o chefe da copa. Eu sempre aprendo alguma coisa com ele. Ele me ensina as coisas, diz olha, faz assim que fica melhor e dá certo. Às vezes também ensino alguma coisa pra ele. Eu não sabia nada de cozinha, não sou cozinheiro, mas ajudo”* (Azulinho, 68 anos). Além disso, o apoio emocional e a reciprocidade presentes na relação garantem que o aprendizado permaneça, mesmo que ambos não estejam juntos.

A triangulação interpessoal

Bronfenbrenner (1996) destacou ainda os efeitos de primeira e segunda ordem, conhecidos como triangulação interpessoal. Nesse contexto, indivíduos ou elementos do ambiente físico e social podem atuar de forma indireta, influenciando as interações dentro da díade (Bronfenbrenner, 1977). Logo, em algumas situações a influência pode ser geradora e em outras inibidoras ao desenvolvimento.

No exemplo a seguir, Bem-te-vi fala sobre sua relação com o avô e o aprendizado que agora transmite a outras pessoas, contribuindo também para o desenvolvimento de seus pares na prisão: *“Eu comecei a tocar com 13 anos. Foi meu avô que me ensinou. Ele era sanfoneiro e tinha meio mundo de sanfona. De manhã, eu chamo os meninos para tocar pandeiro, cada um toca o que gosta. Eu já ensinei a um monte de gente a tocar pandeiro”* (Bem-te-vi, 62 anos).

Os efeitos de primeira ordem referem-se às interações diretas e bidirecionais dentro de uma díade, onde as ações de um indivíduo influenciam diretamente o comportamento do outro. No exemplo de Bem-te-vi, essa influência é evidente na relação entre ele e os outros presos: ao ensiná-los a tocar pandeiro, Bem-te-vi não só contribui para o desenvolvimento musical deles, mas também reforça suas próprias habilidades e identidade ao passar adiante o que aprendeu.

Já os efeitos de segunda ordem envolvem influências indiretas de elementos externos à díade, que afetam as interações. Nesse caso, a figura do avô de Bem-te-vi atua como um exemplo de triangulação interpessoal. Embora o avô não esteja presente na prisão, o impacto de seu ensinamento continua a influenciar a forma como Bem-te-vi interage e se envolve com

os outros presos. Esse legado, transmitido pela memória e pelas experiências passadas com o avô, molda a dinâmica entre Bem-te-vi e seus colegas de cela, mostrando como fatores externos podem influenciar indiretamente o desenvolvimento dentro da prisão.

Atividades molares

Conforme Bronfenbrenner (1996), no microssistema destaca-se também a atividade molar, que desempenha um papel crucial no desenvolvimento da pessoa. Essas atividades envolvem características e demandas do contexto que impulsionam, estimulam e transformam o processo evolutivo. Elas consistem em ações contínuas, vistas como relevantes pelas pessoas envolvidas, que, por isso, dedicam-se a essas atividades.

Três dimensões das atividades molares se relacionam com a subjetividade do indivíduo: a) perspectiva temporal – a pessoa percebe a atividade como parte do presente ou amplia essa visão para o futuro; b) estrutura do objetivo – o objetivo pode ser entendido como singular ou dividido em etapas a serem alcançadas; c) extensão da atividade – essa dimensão engloba memórias que podem ser evocadas, envolvendo pessoas, objetos e situações (Bronfenbrenner, 1996).

No contexto das atividades molares - além das práticas escolares que já foram exploradas ao longo do texto - exercícios, reuniões religiosas e o trabalho, serão analisadas com base nas falas dos participantes. A discussão abordará o potencial dessas atividades em promover o desenvolvimento dos idosos no ambiente prisional.

No exemplo a seguir, o idoso descreve sua recuperação a partir do momento em que retornou ao trabalho: *“Quando eu cheguei aqui, eu botei para pensar e disse: aqui eu vou me acabar. Aí tem uma doutora, que eu pedi a ela: doutora, deixa eu fazer um pedido à senhora, me deixe voltar a trabalhar. E você aguenta o trabalho? Sim, senhora! Porque se me deixar aqui sem trabalhar, eu vou morrer. Aí eu comecei o trabalho. Aí eu me recuperei e melhorei. Agora eu já me pesei, estou com sessenta e um quilos. Quando eu vim para baixo, acho que eu não estava com trinta, não, doutora. Eu estava só nos ossos. E meus amigos diziam: Vigie Maria, te acabaste, mas agora você tá melhor! Eu só pensava na minha mãe!”* (Catraca, 65 anos).

Antes de ser preso, Catraca trabalhava diariamente como vaqueiro em fazendas. O impacto do distanciamento familiar, somado ao isolamento e à ausência de trabalho, contribuiu para o seu estado depressivo. O pedido para retornar ao trabalho e a subsequente recuperação, demonstram como as atividades molares podem promover o desenvolvimento e o bem-estar.

O trabalho, nesse caso, é uma atividade contínua e significativa que não apenas restabeleceu a saúde física e mental, mas também reforçou o vínculo emocional com outras pessoas, incluindo amigos que perceberam sua recuperação (dimensão da reciprocidade). Além disso, o processo de ressignificação pessoal (perspectiva temporal e extensão da atividade) é visível na forma como ele reflete sobre os impactos do encarceramento e a relação com sua mãe.

No que concerne à prática de exercício, promover uma rotina dessas atividades entre os idosos encarcerados pode contribuir para aliviar os sintomas de ansiedade e depressão, além de favorecer o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2005; Iftene, 2016). Essa prática é um recurso essencial para reduzir os custos relacionados ao tratamento de saúde mental nas prisões (Iftene, 2016).

O depoimento a seguir ilustra a ausência de recursos adequados tanto para uma alimentação equilibrada quanto para a realização de atividades físicas: *“Não tem como fazer nenhum exercício aqui. Treino de vez em quando costas, peito. Mas, não é um negócio que você pode se alimentar bem, porque pra treinar você tem que se alimentar bem. Tem que ter um liquidificador pra você fazer a sua vitamina e tudo”* (Gavião, 61 anos).

Neste exemplo, o idoso percebe a atividade física como parte de uma realidade limitada, na qual não consegue atingir seu potencial devido à falta de condições, refletindo uma visão focada no presente. Seu objetivo de treinar parece ser frustrado pela consciência de que uma alimentação inadequada compromete a eficácia dos exercícios. A prática de atividade física está associada à memória de como os treinos exigem nutrição adequada, e isso influencia sua capacidade de progresso e engajamento.

A alimentação destacou-se tanto em nossa pesquisa quanto na de Leigey e Rider (2015), que investigaram os principais problemas enfrentados na prisão, segundo a perspectiva dos homens idosos encarcerados. Entre os problemas mencionados, a comida foi o aspecto mais relevante, pois a alimentação fornecida no presídio era considerada pouco atrativa e insalubre.

Na pesquisa dos autores mencionados, a ausência de privacidade devido à superpopulação também foi destacada pelos participantes. No relato a seguir, Araponga mencionou a necessidade de um ambiente adequado para a prática de atividades físicas; contudo, ao final de sua fala, é perceptível o incômodo causado pela superlotação: *“Eu me movimento dentro do pavilhão. Sei que é isso, me movimentar pra não ficar parado na cela. É o seguinte, todo pavilhão tem a quadra. A quadra é o lugar onde fica todo mundo ali, solto. Mas não é o lugar adequado para um idoso, porque é muita gente aqui”* (Araponga, 69 anos).

Sua percepção está focada no momento presente, sem menção de planejamento ou impacto a longo prazo. Essa visão demonstra uma adaptação às condições imediatas, na qual

ele busca uma forma de lidar com a realidade do espaço em que está inserido, sem projeção futura ou expectativa de desenvolvimento. O objetivo parece ser singular e imediato: movimentar-se para evitar a inatividade física e mental. As memórias e percepções do espaço coletivo e individual levam-no a concluir que o ambiente não é o mais adequado, mas, ainda assim, é aproveitado dentro das suas limitações para a realização da atividade.

Enquanto Sabiá e Xexéu mencionaram a caminhada como atividade regular: *“Eu só faço caminhada no horário da tarde, eu saio e dou uma caminhada. Porque aqui eu vivo solto, a cela é aberta. Solto assim: de manhã, o cara sai, toma café e volta para a cela. Nove horas eu saio para tomar um banho de sol. Uma meia hora por dia. O resto do dia eu fico lá sentado. Depois vou caminhar, uma hora por dia, pra me mexer, sabe?”* (Sabiá, 61 anos).

“Por tudo que é canto aí, eu ando. Todos os dias eu faço caminhada. Tanto eu faço arroteando a cadeia, tudo aqui, como aqui dentro, porque a senhora nunca entrou aqui, mas tem um pátio aí, forrado de lajota. Aí, quando está chovendo, eu não faço arroteando, porque ali atrás tem uma lama. Aí, já que eu não estou enxergando bem, eu evito para não levar uma queda. Aí, eu faço aqui, na lajota. Mas eu faço todo dia. (Xexéu, 65 anos).

No que refere a perspectiva temporal, a caminhada é percebida como parte de uma rotina que Sabiá e Xexéu integram em seu presente, com Xexéu adaptando-a à condição climática e de segurança devido à visão debilitada. O objetivo da caminhada parece simples e contínuo, com foco na manutenção de movimento e saúde. A extensão da atividade está no fato de essa prática evocar lembranças e percepções do ambiente ao redor (pátios, clima), refletindo-se na forma como ambos ajustam suas rotinas.

Com relação as atividades religiosas, Xexéu, Assum Preto, Beija-flor, Alegrinho, Pitiguari, e Catatau mencionam suas participações:

“Eu faço parte na igreja, a gente faz culto por aí, pelo pavilhão, tudo ali. Eu trabalho para Jesus, graças a Deus” (Xexéu, 65 anos). *“Eu participo das reuniões evangélicas, eu me sinto muito bem e vou levar isso comigo”* (Assum Preto, 84 anos). *“Toda vez que tem reunião aqui, eu participo. É um trabalho que ensina, educa a gente”* (Beija-flor, 69 anos). *“Hoje mesmo eu vim para uma atividade da igreja em comemoração ao Dia dos Pais. Eu sou católico, mas participo de qualquer reunião de igreja, o Deus é um só”* (Alegrinho, 60 anos). *“Às vezes o pessoal da igreja vem aqui e eu participo. Faz muito bem a gente”* (Pitiguari, 62 anos). *“Quando os crentes vêm para a cela, toda quarta-feira, eu participo. E quando eu saí, vou procurar uma igreja pra participar”* (Catatau, 62 anos).

A participação nas atividades religiosas reflete tanto o presente quanto uma perspectiva mais ampla, onde a religião serve como um pilar espiritual, que pode continuar mesmo fora do

ambiente prisional (Vilela, 2021). Dentre os objetivos se destaca o espiritual e o social. Para alguns, como Beija-flor, a participação nas reuniões tem caráter educativo, enquanto para outros, como Pitiguari, é uma fonte de bem-estar (Papalia & Martorell, 2022). A atividade religiosa evoca memórias de práticas espirituais anteriores e alimenta a esperança e a resiliência.

4.1.2 Relacionamento do homem idoso com seus familiares

Os familiares desempenham um papel crucial como rede de apoio ao preso e constituem sua principal conexão com o mundo exterior à prisão. Através deles, os idosos se mantêm informados sobre o que ocorre no âmbito familiar e, ao mesmo tempo, em algumas situações, conseguem colaborar na solução de eventuais dificuldades (Vilela, 2021). No entanto, os idosos também sofrem com a impossibilidade de prestar assistência. Além dos recursos fornecidos pelos parentes - essenciais para a sobrevivência no ambiente carcerário e muitas vezes não supridos pela instituição (Giggi, 2018) - a preservação dos vínculos familiares pode garantir ao idoso um ponto de apoio ao término da pena (Nowotny et al, 2016).

Em relação às visitas familiares, os relatos a seguir exemplificam o apoio emocional e financeiro oferecido: *“Minha esposa vem domingo. Só ela me visita. É de quinze em quinze dias a visita. Ela traz comida para mim, tudo. Traz tudo, dinheiro, tudo”* (Gavião, 61 anos). *“As minhas irmãs que vêm me visitar. Quando elas vêm, não faço nada, porque elas trazem tudo prontinho. Elas não passam o dia todo, mas vêm, tomam um café comigo e a gente conversa um bocado, depois vão embora. Quando elas vêm, falam do que se passa por lá e eu falo daqui. Elas dão conselho a mim eu dou a elas, também. A minha família gosta muito de mim. Agora, nem todos podem vir, porque, veja só, eu, como já falei, que sou o mais novo da turma, o caçula que nem diz o povo, já estou com essa idade, imagine os outros!”* (Xexéu, 65 anos).

Nesse outro caso, é o idoso, mesmo encarcerado, quem oferece o apoio financeiro à família: *“Só tenho uma filha que mora aqui e vem me visitar. Tenho um filho que mora no [...], mas quando vem a passeio também me visita. Ela traz fotos dos meus netos para eu ver. Olha, doutora, eu aqui faço uma entrega de coxinha, sabe? Eu trabalho com coxinha, acabo que eu sempre ajudo também. Eu recebo toda semana, não tenho vício nenhum, graças a Deus, eu junto e quando ela vem, dou um dinheirinho a ela. Ela chega aqui e fica até meio-dia comigo.*

Fala dos problemas, dos compromissos. Eu dou os conselhos e ajudo como posso!” (Azulinho, 68 anos).

A família é um dos sistemas mais impactados quando um de seus membros é encarcerado, sofrendo tanto com o estigma social quanto com as perdas financeiras, especialmente se o integrante em questão for o principal provedor da casa (Junqueira et al., 2015). De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE, 2020), 24,9% dos lares no Brasil contam com pessoas de 60 anos ou mais que contribuem com 50% da renda familiar, por meio de aposentadorias, pensões, salários ou outras fontes de rendimento. A prisão de um idoso(a) que desempenha esse papel pode agravar ainda mais as dificuldades econômicas da família (Vilela, Dias & Silva, 2024).

O exemplo a seguir evidencia os impactos financeiros para a família do encarcerado e como essa situação também o afeta profundamente: *“No momento, só a esposa e as crianças vêm me visitar. Os outros filhos estão todos longe! Eu sempre tomei conta de tudo e ajudava minha esposa em casa e com os meninos. Com meu trabalho, tinha mês que eu ganhava 2.000,00 reais, a geladeira ficava cheia. Agora eu preso, fica todo mundo passando necessidade” (Alegriño, 60 anos);*

“Tenho duas filhas, onze netos. Todos nos meus pés, dependiam da feira que eu fazia toda semana, e hoje não tem. Até que deram uma ligadinha para cá, uma chorando e dizendo que comia um taco de charque quando eu estava lá: Sem o senhor, pai, eu não sou nada. Eu disse: Não ligue mais, não, que me aperreia ainda mais. Eu me sinto triste, meus netos são todos muito apegados a mim” (Catraca, 65 anos).

A última fala, além de retratar os impactos financeiros e emocionais, nos remete também a outras questões. A primeira está relacionada ao contato com os familiares por meios digitais, como ligações e chamadas de vídeo, e a segunda, à relação com os netos.

Com relação a tecnologia presente nos relacionamentos da atualidade o artigo “Technologizing Bronfenbrenner: Neo-ecological Theory” propõe uma adaptação da Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner para refletir as mudanças trazidas pelo avanço da tecnologia (Navarro & Tudge, 2023). Os autores mencionados, introduzem a Teoria Neoeológica, que ajusta os conceitos da Teoria Bioecológica para abranger tanto os microssistemas físicos quanto os virtuais. Eles destacam a importância do impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento humano e sugerem que esse processo na era digital precisa ser entendido de forma a considerar as interações nos ambientes virtuais. Além disso, explora como os processos proximais, ocorrem nesses ambientes digitais e físicos de maneira simultânea.

No sistema prisional, as interações mediadas pela tecnologia constituem uma das formas de se obter informações e manter os vínculos com a família. Outros relatos também evidenciam de forma clara o impacto dos microssistemas virtuais no desenvolvimento da pessoa idosa em situação de encarceramento:

“Essa noite que passou, eu falei com a minha esposa, que começou a chorar. Ela disse que o negócio está desmantelado, que está passando fome com os meninos. O que é que vai se fazer? Ela não tem pai, não tem mãe. Eu não tenho mãe e não tenho pai. É só 600 reais do auxílio para sobreviver. Eu nunca deixei meus filhos sofrerem” (Alegrinho, 60 anos).

“Eu sou separado da primeira mulher há mais de 20 anos. Eles moram em outro estado. Aí quer dizer que eu tenho neto que tem filho também. Não vejo pessoalmente, mas sempre faço uma videochamada e vejo. Quando ligo, dizem: Pai, tem esse menino aqui, esse outro. É como eu fico sabendo deles e eles de mim” (Tucano, 65 anos).

“Minha mulher não sabe ler, não sabe escrever direito. Quem recebe meu dinheiro é minha filha. Ela resolve tudo e manda um trocado para mim. Fico sabendo das coisas e resolvo os problemas por telefone, porque não quero que ninguém venha aqui” (Canário, 71 anos).

“Eu não recebo visitas aqui, falo com a minha madrastra por telefone. Ela tem 90 anos. Se pudesse vir, quem vinha era ela, mas eu não quis. Tá velhinha, mas quem ajuda é ela. E aperreado estou eu agora, porque quem tá tomando conta dela é minha filha, mas não está fazendo nada, só se preocupa com o dinheiro dela” (Patativa, 64 anos).

Conforme exposto nas falas apresentadas, os impactos gerados pelas relações mediadas pela tecnologia podem ser tanto negativos quanto positivos. Os aspectos negativos surgem quando os participantes tomam conhecimento de situações ocorridas no contexto familiar nas quais não conseguem intervir, o que tende a gerar sentimentos desagradáveis. Por outro lado, os aspectos positivos se manifestam quando há a possibilidade de ver e se comunicar com parentes aos quais não teriam acesso direto no presídio.

Em relação à ausência física ou à interrupção das interações entre avós e netos provocadas pelo encarceramento, Black e Mendoza (2021) e Vilela (2021) destacam que esse afastamento pode gerar uma sensação de isolamento emocional, afetando o bem-estar tanto dos avós quanto dos netos. O relato de Rouxinol exemplifica essa situação ao descrever a dificuldade de estar longe de seu neto, especialmente ao saber que ele está muito triste pela ausência do avô:

“É uma filha que vem me visitar. Ela vem todo mês. Só não veio este mês porque está perto de descansar. Olha, é difícil viver aqui, longe do meu neto. Eu tenho um neto de dez

anos, gosto muito dele, de ficar perto dele. Minha filha diz que ele está muito triste porque eu estou preso” (Rouxinol, 68 anos).

Catatau expressa seu sentimento de dor e saudade em relação à falta dos netos, descrevendo o quanto essa ausência o afeta emocionalmente. *“Olha, meus netos é o maior presente do mundo que Deus me deu. Eu estou há três anos sem ver esse presente que Deus me deu, é uma dor que eu sinto, a maior do mundo! Prefiro morrer a ficar sem ver meus netos. Quando eu me lembro, eu vou no outro mundo e volto. Porque eu quero muito bem à minha velha, a avó deles, mas eu quero ver meus netos, que eu criei, que é tudo no mundo para mim!” (Catatau, 62 anos).*

Outro exemplo evidencia tanto as dificuldades financeiras quanto a relação afetiva com os netos: *“Os meus netos são minha vida. Eles não vêm aqui porque eu não quero. Eu tenho esses todos, mas tem uma que até no meu nome é registrada, que é o meu xodó. Minha esposa é quem vem me ver. Quando ela vem, a gente conversa sobre a casa e ela leva algum dinheiro. Mas, tem uma visita que eu vou cancelar agora porque a situação não está fácil e eu não estou recebendo aqui. Quando estou recebendo, eu ajudo em casa e só fico com uma parte para tomar um suco, um hambúrguer, um cafezinho. Se eu tiver um prato para comer e meus netos estiverem com fome, eu não me sinto feliz, não!” (João de Barro, 62 anos).*

Black e Mendoza (2021) ressaltam que as relações proximais estabelecidas entre avós e netos são essenciais para o desenvolvimento emocional de ambas as partes, oferecendo um suporte crucial para enfrentar desafios. No contexto do encarceramento, a falta desse contato físico e emocional pode gerar angústia e prejudicar o desenvolvimento do idoso preso (Vilela, 2021). Leigey e Ryder (2015) e Novisky (2018) complementam que os presos idosos sofrem emocionalmente com a separação de suas famílias, expressando tristeza profunda por não poderem mais participar ativamente da vida de seus filhos e netos. No entanto, Papalia e Martorell (2022) indicam que a distância geográfica não necessariamente prejudica a qualidade dos laços entre avós e netos, desde que esses vínculos sejam mantidos através de outras formas de comunicação, como telefonemas e vídeos.

Filinson e Ciambone (2019) e Leigey e Ryder (2015) identificam diversos fatores que contribuem para a redução do contato familiar entre presos e seus parentes, como a distância geográfica, problemas financeiros, condições de saúde debilitadas e a percepção de falta de tempo, entre outros. Além desses, outros motivos foram elencados por Ghiggi (2018) e Vilela (2021), incluindo a vergonha de visitar um parente encarcerado, as longas filas, o tratamento, muitas vezes inadequado, por parte dos agentes penitenciários, as revistas corporais e de objetos, bem como a angústia e sensação de impotência diante das dificuldades que o idoso

pode manifestar. Alguns desses fatores também estão presentes nos relatos coletados nesta pesquisa.

Nos depoimentos de Tucano, Catraca e Bem-te-vi, a distância geográfica e as dificuldades financeiras surgem como barreiras para a manutenção das visitas: *“Meu menino veio umas três ou quatro vezes aqui. Mas, a condição é ruim porque eu moro muito longe, no interior. Eu disse: Faça o seguinte, se é para você vir e ficar para lá e para cá gastando dinheiro, mande um trocadinho para mim no final do mês e pronto, dá para eu ir passando. Aí, todo fim de mês ele manda”* (Tucano, 65 anos). *“Desde que cheguei aqui, não recebi uma visita. Onde eu estava, era direto. Minhas irmãs, meus irmãos, mas depois que vim para cá, não veio ninguém porque é longe. Agora, minhas filhas não vêm porque não têm condição”* (Catraca, 65 anos). *“Minha sobrinha é quem vinha me visitar. Ela mora longe e tem os meninos pequenos. Aí eu disse a ela: Não venha, porque aqui eu estou bem, estou comendo bem. Aqui não falta nada para mim, graças a Deus, eu me viro. Eu faço minhas pulseiras, meus artesanatos e vendo, compro um negócio que falta, um biscoito”* (Bem-te-vi, 62 anos).

A saúde debilitada de familiares também aparece como um fator limitante, conforme destacado por Araponga: *“Minha mulher vem duas vezes por mês. Por ela, viria toda semana, mas a situação financeira não é boa! E ela é uma mulher doente, entendeu? Também não vou querer que minha esposa venha toda semana. Força muito ela... a diabetes, a depressão. Quando ela vem, a gente conversa e arruma uma solução quando tem algum problema”* (Araponga, 69 anos).

Em alguns casos, como no relato de Curió, os motivos para a ausência de visitas não são totalmente claros: *“Nesses anos todos, só veio me ver uma sobrinha. Quando ligo para o meu irmão, às vezes, ele manda um trocado para eu comprar alguma besteira por aqui. Só ele que me ajuda, mas não vem aqui”* (Curió, 63 anos).

Já no caso de Pitiguari, a falta de visitas é atribuída a um distanciamento parental que existia mesmo antes do encarceramento: *“Tenho família, mas é como se não tivesse! Minha filha fez a carteirinha, veio duas vezes, mas não veio mais. Eu recebi, nesses anos todos, duas visitas da minha filha. Doutora, essas minhas filhas, eu me separei da mãe delas quando eram pequenas. A mãe colocou no juiz, e eu sempre contribuí financeiramente, mas nunca houve muita proximidade, nem quando eu estava fora daqui”* (Pitiguari, 62 anos).

É importante destacar que, tanto no caso de Curió quanto no de Pitiguari, o histórico do alcoolismo pode ter influenciado a manutenção dos vínculos familiares, que em alguns momentos já se encontravam prejudicados antes do encarceramento. Esse aspecto será abordado de forma mais específica no capítulo VI desta tese.

A percepção de falta de tempo dos parentes é refletida na fala de Beija-flor: *“Tem um filho que vem de dois em dois meses me visitar, porque ele trabalha, sabe? Tem uma filha também, mas eu não quero que ela venha. Aqui não é ambiente pra mulher”* (Beija-flor, 69 anos).

Alguns presos, como Catatau e Beija-flor, optam por desestimular as visitas, acreditando que estão protegendo seus familiares da realidade dura do ambiente prisional: *“Antes de eu ser preso, morava com dois meninos meus, mais a minha esposa e dois netos. Deles eu não me esqueço! Quando eu estava na comarca, antes de vir para cá, a diretora mandava trazer eles para eu ver. Mas, depois eu disse à minha esposa para não trazer mais, porque isso não é ambiente para eles”* (Catatau, 62 anos).

Por fim, há casos em que o idoso não tem mais parentes vivos, como no relato de Sabiá: *“Eu não recebo visita. Meu pai morreu, minha mãe morreu e minha irmã morreu. E minha irmã morreu quando eu estava aqui e eu nem pude ir no enterro dela. Hoje eu não tenho mais ninguém”* (Sabiá, 61 anos).

Em relação ao falecimento de parentes durante o período de encarceramento, Leigey e Ryder (2015) e Novisky (2018) ressaltam que, nessas circunstâncias, os idosos frequentemente expressam tristeza e frustração, especialmente por não terem tido a oportunidade de se despedir e oferecer apoio às suas famílias, fato também observado em nossa pesquisa.

A manutenção dos laços familiares e comunitários durante o período de encarceramento é fundamental para a reintegração social dos presos (Nowotny et al., 2016). Assim, contar com uma rede de apoio social eficaz pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias que ajudem a superar períodos de crise (Vilela, Silva & Dias, 2022). A efetividade desse apoio pode ser verificada pela diminuição de sintomas como depressão, angústia, ansiedade e sensação de desamparo, entre outros (Bronfenbrenner, 1996). A falta de suporte social na velhice pode representar um risco à saúde biopsicossocial e dificultar os processos de desenvolvimento (Vilela, Silva & Dias, 2022).

Muitos idosos que obtêm liberdade condicional, enfrentam desafios como a falta de moradia ou dificuldades para encontrar abrigo. Em alguns casos, as redes de apoio familiar ou comunitária já não estão mais presentes, como no caso de Sabiá, o que torna esse processo de reintegração ainda mais complicado (Nowotny et al., 2016). Forsyth et al. (2015) acrescentam que, em muitas instituições, o planejamento voltado para a reinserção dos idosos na comunidade é praticamente inexistente.

A partir das narrativas dos homens idosos encarcerados e seus familiares, é possível identificar uma dinâmica de interação entre microsistema e mesossistema semelhante a

encontrada por Vilela (2021). Assim como as mulheres idosas, os homens também enfrentam sentimento de impotência diante de notícias trazidas pelos familiares, sem poder agir diretamente devido à condição de encarceramento. No entanto, eles encontram formas de intervir nas situações familiares, oferecendo conselhos e recomendações aos parentes durante as visitas ou mediadas pela tecnologia. A bidirecionalidade é evidente, pois, apesar de não estarem presentes fisicamente, os idosos conseguem participar indiretamente na resolução dos problemas, o que reduz os impactos de sua ausência.

4.2 Exossistema

No exossistema, ocorrem interações entre diferentes contextos que afetaram o indivíduo de forma indireta, ainda que ele não participe diretamente das decisões tomadas nesses ambientes (Bronfenbrenner, 1996). No caso de uma pessoa idosa encarcerada, o exossistema inclui elementos como a rede de apoio social e as políticas públicas que regulamentam as condições de encarceramento. A estrutura oferecida pelo poder público para atender às necessidades da população é um reflexo desse nível do ambiente. Aspectos como a qualidade dos espaços oferecidos nos presídios, o fornecimento de alimentação adequada, o acesso à saúde e o cumprimento das políticas públicas específicas, como aquelas previstas no Estatuto do Idoso (Brasil, 2023), são fundamentais para garantir condições mínimas de dignidade durante o cumprimento da pena.

Apesar dessas decisões serem tomadas fora do alcance direto do idoso encarcerado, suas implicações afetam profundamente a vida cotidiana dessa população. Assim, o exossistema torna-se uma dimensão crucial para avaliar como o Estado promove ou negligência os direitos dessas pessoas, evidenciando a necessidade de uma abordagem humanizada e eficaz na formulação de políticas e na implementação de práticas que respeitem a dignidade humana.

4.2.1 Percepções do homem idoso com relação a estrutura física da instituição

A porta de ferro nos altos muros simboliza o caráter das instituições totais, que, segundo Goffman (2010), são definidas pelo isolamento social e pelas restrições à saída, evidentes na própria arquitetura. Esse ambiente, voltado para o controle e exclusão, agrava as privações enfrentadas por pessoas idosas, muitas das quais desconhecem seus direitos (Vilela, 2021). Como resultado, sofrem diversas privações.

A estrutura do ambiente prisional, conforme descrita pelos participantes, revela uma disparidade significativa entre as condições de vida dos presos. Aqueles que têm maior suporte financeiro, como Xexéu e Canário, conseguem alugar ou garantir um espaço mais privado e confortável, como os “barraquinhos”, onde podem até cozinhar suas próprias refeições:

“Eu tenho um barraquinho ali, no Pavilhão G. Eu moro sozinho. Lá tem um fogãozinho e eu cozinho umas coisas que minhas irmãs trazem. Elas trazem, quando elas vêm de mês em mês, mas elas trazem as coisinhas para eu passar o mês todinho” (Xexéu, 65 anos).

“Quando eu cheguei aqui eu dormia com um colega num colchão, no chão, ele na cama dele. Aí, quando um rapaz saiu do lado, eu aluguei um barraquinho para não dormir no chão. O meu colega mora em um barraquinho onde eu estava primeiro. É dividido, ele mora em um pedaço e eu em outro. Tem duas camas” (Canário, 71 anos).

Conforme o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), todos os idosos têm o direito à dignidade, à saúde e à prioridade no atendimento (Brasil, 2022). No entanto, esse direito muitas vezes não se concretiza para idosos em situação de encarceramento. Apesar de o Estatuto não abordar explicitamente a questão da pessoa idosa presa, seus direitos devem ser garantidos, assim como para qualquer idoso fora do sistema prisional (Ghiggi, 2012, 2018; Vilela, Dias & Sampaio, 2021). Ainda assim, idosos como Gavião, Alegrinho e Periquito enfrentam condições extremamente adversas, como a superlotação das celas, o que os força a dormir no chão e viver em constante desconforto e estresse.

Gavião menciona que tem conhecimento da existência do Estatuto e expressa sua frustração ao perceber que seus direitos não estão sendo garantidos: *“Tô precisando de uma cela, eu não durmo, eu quero estudar, eu sou um cara desenhista. Eu não posso fazer minhas coisas porque eu tô na pista, eu sou um cara idoso, eu tenho que ter prioridade, você sabe disso, tem estatuto” (Gavião, 61 anos).*

Outros relatos também evidenciam os desafios enfrentados na gestão e divisão do espaço pelos presos no ambiente prisional: *“Aqui tem uma parte que tem uns barracos de madeira, pra quem tem condições de pagar, e tem a pista. Eu mesmo estou na pista. Cela pequena, 18 a 21 homens. Durmo no chão, agora me deito em um colchãozinho fininho, bem fininho. Dorme de lado, viu, pode deitar-se de frente não, senão não cabe! Isso dá uma confusão, de vez em quando aparece um para dar uma tapa, outro para dar uma tapa noutro. Eu fico lá calado, orando pedindo a Deus que Jesus me abençoe para não acontecer nada comigo!” (Alegrinho, 60 anos).*

“Na cela que eu ficava tinha 21 comigo. Agora, graças a Deus, eu me juntei com mais quatro num barraquinho, a gente fica por ali. Fica mais diferente. Mas, no chão, dorme na

mesma posição de lado. Para se virar tem que ser bem devagarzinho, porque se bater no outro já acha ruim. Não pode dormir com as costas no chão porque o espaço não dá” (Periquito, 65 anos).

Presos mais velhos, como João de Barro e Patativa, convivem com colegas mais jovens, em uma interação que pode tanto facilitar a convivência quanto gerar conflitos: *“Comigo tem seis na minha cela. É apertado, mas dá para passar. Tem dois jovens, dois meninos jovens, gente fina, porque, com todo respeito, para ser sem vergonha e falta de respeito, não tem idade não, doutora” (João de Barro, 62 anos). “Eu fico no pavilhão B, moro no barraquinho com mais dois meninos, dois colegas meus, são mais novos. Tem um que é meio chatinho, mas dá pra levar” (Patativa, 64 anos).*

Enquanto Araponga afirma que consegue dormir mesmo em um ambiente sem ventilação adequada: *“É eu e mais nove na minha cela, dez pessoas. Durante o dia é aberto, não é trancado dentro da cela. Na cela é abafado. Durante o dia a gente fica dentro do pavilhão, mas à noite tem um certo momento que tem que trancar a cela, mas dá para todo mundo dormir de boa. Tudo sossegado” (Araponga, 69 anos).*

Observam-se realidades distintas entre as instituições prisionais. Em alguns estabelecimentos, os idosos relatam viver em celas com até vinte homens, enquanto em outros, o número varia entre seis e dez. Embora as instituições afirmem atender às necessidades dos presos de forma igualitária, a realidade é que nem todos os idosos têm acesso aos mesmos recursos disponíveis no ambiente prisional (Novisky, 2018).

Além disso, há uma clara distinção entre aqueles que possuem acesso a algumas oportunidades, como no caso de Tucano, que relata uma certa facilidade dentro do presídio: *Olhe, doutora, aqui é mais ou menos porque a gente não vive nas grades. Tem uma certa liberdade. Na cadeia fechada, a gente não tem. Teve lugares por onde passei que a comida entrava por um buraco na parede para a gente comer. Duas horas de banho de sol. Aqui, não. A gente sai, entra, se distrai. Aqui eu moro sozinho num barraquinho. Eu estava dormindo no chão, aí o chaveiro ofereceu e disse: Eu vou te dar um barraco velho. Logo quando eu cheguei, ele viu minha situação dormindo no chão” (Tucano).* Enquanto outros enfrentam ambientes mais restritivos, como Alegrinho e Periquito, que vivem em condições de grande aglomeração.

Essas diferenças ressaltam como o ambiente prisional reflete as desigualdades sociais, onde alguns presos têm acesso a mais recursos e, portanto, a uma vida menos penosa dentro da prisão, enquanto outros lutam para sobreviver em condições de extrema privação (Novisk, 2018).

Minayo e Constantino (2024) identificaram uma situação semelhante entre os idosos encarcerados no Estado do Rio de Janeiro. O estudo revelou que eles são mantidos em celas superlotadas, sem privacidade e sem dormitórios adequados, muitas vezes dormindo no chão, o que gera impactos negativos na saúde física e mental dessa população. Vilela (2021) também constatou condições análogas entre as mulheres idosas encarceradas em Pernambuco. Da mesma forma, estudos de Jackson, Doyle e Bartels (2020) na Austrália e de Nowotny et al. (2016) nos Estados Unidos relataram condições semelhantes entre os homens idosos encarcerados.

As Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal (Brasil, 2011/2019) destacam que a infraestrutura das unidades prisionais deve garantir acomodações adequadas para todos os presos, com ênfase especial nas necessidades de idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Recomenda-se a criação de alas específicas para idosos, com celas acessíveis e espaço suficiente para evitar superlotação.

Além dessa recomendação, no Brasil, diversas leis e políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de proteger os direitos dos idosos encarcerados. A Lei de Execução Penal (Brasil, 1984), por exemplo, estabelece no parágrafo 1º do artigo 82 que: “A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal”. Em 2014, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi criada para garantir cuidados integrais à saúde dessa população (Brasil, 2014).

Contudo, conforme dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN, 2023), um percentual significativo das penitenciárias brasileiras ainda carece de celas ou alas destinadas especificamente para a população idosa. Entre os 1.382 estabelecimentos penais do país, apenas 240 possuem espaços adaptados para essa faixa etária. A capacidade total de 487.208 vagas para uma população de 642.491 presos, revela um déficit de 155.283 vagas, o que resulta em uma taxa de superlotação de 131,8%. A ausência de estruturas adequadas funciona como processos descontínuos, com diferentes consequências para o desenvolvimento do homem idoso em situação de encarceramento (Vilela, 2021).

Portanto, embora existam recomendações, leis e políticas públicas para a proteção dos direitos dos idosos encarcerados, a realidade prisional no Brasil ainda apresenta grandes desafios em termos de estrutura. A implementação dessas normas muitas vezes é insuficiente para garantir condições adequadas de vida, especialmente em relação à superlotação e à falta de recursos básicos. Dessa forma, apesar do arcabouço legal, muitos idosos continuam a enfrentar condições extremamente precárias, refletindo as persistentes desigualdades sociais

dentro do sistema prisional. Tal situação tende a dificultar o desenvolvimento dessa população, tanto no que se refere à saúde física e mental quanto à sua reintegração social, ampliando os desafios enfrentados durante e após o período de prisão.

4.3 Macrossistema

4.3.1 A manifestação de crenças, ideologias e valores culturais no contexto prisional

O macrossistema refere-se a um contexto mais amplo que abrange os outros sistemas. É composto por ideologias, crenças, valores, religiões e sistemas de governo presentes em uma cultura ou subcultura, os quais influenciam diretamente o desenvolvimento das pessoas. Esses elementos atravessam o cotidiano e moldam as experiências de vida dos indivíduos. Cada cultura possui padrões e significados que estão ligados à história de um povo e são transmitidos de geração em geração (Bronfenbrenner, 1996).

A pessoa que entra em uma prisão construiu, ao longo da vida, sua identidade por meio de relações estáveis e duradouras em seu microsistema, onde ocorrem as primeiras interações face a face. No entanto, ao atravessar os portões da prisão, ela passa por uma série de “rebaixamentos, degradações e profanações do eu”. A identidade construída ao longo da vida é deixada do lado de fora, juntamente com documentos, pertences e memórias. Aqueles que vivenciam o processo de institucionalização acabam se distanciando de si mesmos, gradualmente confundindo suas percepções sobre si e sobre os outros que foram importantes em sua trajetória (Goffman, 2010, p. 24).

Entretanto, mesmo enfrentando as rupturas que limitam as esferas da vida no contexto prisional, algumas falas dos participantes ilustram que ainda conseguem se conectar com seu passado. Eles carregam consigo as crenças, valores e práticas culturais herdadas de suas famílias e de seu contexto social mais amplo, que moldaram suas identidades (Colomer & Erlingsson, 2018). Esses elementos, transmitidos ao longo das gerações, refletem a importância do trabalho, do respeito, da fé e dos laços familiares, características que atravessam suas narrativas.

Por exemplo, a fala de Xexéu, reflete o valor do trabalho como uma prática central em sua vida, algo aprendido desde a infância em um ambiente familiar que valorizava o sustento próprio: *“Às vezes me dá uma angústia. Tem dia que eu choro tanto, tanto... porque eu acostumado desde a minha infância, da juventude, que eu acostumado a trabalhar. Viver com*

o suor do meu rosto. O costume da minha família, meu pai, a minha família, a gente foi tudo criado trabalhando. Quem era de menor, que não trabalhava nas empresas, mas já trabalhava em casa, ajudando meu pai na criação de animais” (Xexéu, 65 anos).

Embora seu relato seja carregado de emoção, é evidente a conexão com seu passado e a importância que o trabalho ainda tem em sua identidade. Observa-se também o desejo de continuar se sentindo produtivo, algo que, segundo ele, tem sido limitado pela escassez de ofertas de trabalho adequadas às suas condições dentro do presídio.

Conforme Oliveira et al. (2013) e Vilela (2021), em algumas prisões, os idosos não são incentivados a trabalhar. No entanto, para a pessoa encarcerada, o trabalho representa produtividade, autonomia e poder de decisão, além de promover a interação entre os detentos, contribuindo para a remissão da pena e o desenvolvimento. Dessa forma, o envolvimento em atividades laborais beneficia não apenas a população idosa, mas também os demais internos e a própria instituição prisional. Portanto, essas atividades deveriam ser estimuladas sempre que o idoso apresentar condições de saúde adequadas para sua realização.

Ao contrário de Xexéu, João de Barro trabalha na penitenciária cuidando do jardim. Ele também carrega consigo o legado familiar de trabalhar com a terra, ofício que aprendeu com seu pai. Sua fala valoriza o trabalho com a natureza como forma de subsistência e identidade familiar. Ao mencionar o lugar onde trabalhou com seu pai, João de Barro também destaca a ligação com um contexto geográfico e histórico, que faz parte de sua identidade cultural:

“Eu gosto muito de plantar, como eu aprendi com meu pai no passado. Aqui tem um lugar chamado [...], onde trabalhei numa horta. Plantei jerimum, melão, couve, pimentão, tomate; plantei muita coisa junto com meu pai!” (João de Barro, 62 anos).

Nessa continuidade, a fala de Bem-te-vi destaca a importância do aprendizado musical transmitido por seu pai, uma habilidade que vai além de ser apenas um talento, sendo uma herança cultural significativa: *“Eu toco bateria, toco pandeiro, atabaque. A professora ficou admirada, quando eu toquei no pagode. Eles arrumaram cinco pandeiristas, aí não deu certo, eles me chamaram. Elas falaram, você toca o quê? Olhe, eu só não toco órgão, mas esses instrumentos aí eu toco tudinho. Ela disse: não é que você toca mesmo! Eu não sei ler, meu pai morreu, mas deixou isso aqui na minha cabeça!” (Bem-te-vi, 62 anos).*

Esse relato reforça a importância da transmissão cultural entre gerações e o impacto positivo que isso tem no bem-estar e na continuidade do desenvolvimento. A música que Bem-te-vi aprendeu com seu pai é um exemplo claro de como o patrimônio cultural, seja ele musical ou histórico, pode ser uma fonte de orgulho, memória e conexão com o passado, ajudando a

preservar a identidade pessoal em contextos desafiadores, como o sistema prisional (Colomer & Erlingsson, 2018).

Embora muitos valores tenham sido transformados em função do encarceramento, alguns aprendidos ao longo da vida parecem se manter. Um exemplo disso é a fala de Assum Preto, que expressa o constrangimento que sente em relação ao uso da tornozeleira eletrônica, uma situação que o coloca em conflito com seu senso de dignidade pessoal:

“Já era pra eu ter saído com a tornozeleira, mas eu não queria, porque com aquele negócio no meu pé ia ser muito constrangedor pra mim, pior do que aqui. Para um homem da minha idade, é muito constrangedor. Aí eu disse: Não, doutora, deixe eu aqui do jeito que eu estou. Eu fico aqui mesmo até terminar” (Assum Preto, 84 anos).

Para ele, a tornozeleira eletrônica simboliza um desafio aos seus valores e uma medida de controle social que o estigmatiza. Esse objeto, parte do sistema prisional, representa uma desconexão entre suas crenças pessoais e o tratamento imposto nesse novo ambiente (Goffman, 2004, 2010). O choque cultural que decorre dessa imposição pode ser especialmente doloroso para a pessoa idosa.

Nesse contexto, observa-se a influência do macrosistema - nas diversas falas apresentadas - atuando sobre o desenvolvimento dos idosos no cárcere. Essas narrativas ressaltam a importância de promover atividades culturais e laborais entre a população idosa nas prisões, como forma de preservar sua dignidade e fomentar a continuidade do desenvolvimento pessoal. Mesmo diante das adversidades, a conexão com o passado e a manutenção de valores culturais revelam-se fundamentais para a sobrevivência emocional e social dos idosos encarcerados.

5. Considerações

A análise das dimensões Bioecológicas - Pessoa, Processo e Contexto - no desenvolvimento de homens idosos encarcerados revelou a complexidade das interações entre as características individuais, as experiências cotidianas no ambiente prisional e o papel da rede de apoio social. As características pessoais, como disposição, recursos e demanda, influenciam diretamente o engajamento nos processos proximais, podendo facilitar ou inibir o desenvolvimento. Além disso, o ambiente prisional exerce uma influência significativa, tanto positiva quanto negativa, nas interações que moldam a trajetória desses homens.

A falta de recursos adequados, como educação, alimentação e condições de saúde, impacta diretamente o bem-estar físico e emocional dos idosos, criando barreiras para seu

desenvolvimento. No entanto, também foram observadas estratégias de resiliência e adaptação diante das dificuldades, com alguns idosos encontrando sentido em atividades laborais, religiosas e educacionais.

O ambiente físico, muitas vezes inadequado, reflete as desigualdades sociais presentes no sistema prisional, onde nem todos os idosos têm acesso a condições mínimas de dignidade. Por fim, as interações sociais com familiares e colegas de cela evidenciam a importância da rede de apoio, tanto dentro quanto fora da prisão, para a promoção de um envelhecimento mais digno e menos solitário.

No próximo capítulo, será abordada a dimensão Tempo, completando a análise do modelo bioecológico (PPCT) e ampliando a compreensão das experiências dos idosos encarcerados em sua trajetória de vida.

Capítulo VI

Oração ao Tempo

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo

Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Ouve bem o que eu te digo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo, tempo, tempo, tempo
Quando o tempo for propício
Tempo, tempo, tempo, tempo

De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definido
Tempo, tempo, tempo, tempo
E eu espalhe benefícios
Tempo, tempo, tempo, tempo

O que usaremos pra isso
Fica guardado em sigilo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Apenas contigo e migo
Tempo, tempo, tempo, tempo...

Compositor: Caetano Veloso



1. O Tempo e o Envelhecimento na Prisão: Reflexões à Luz de “Oração ao Tempo” e do Cronossistema de Bronfenbrenner

A canção "Oração Ao Tempo" oferece uma reflexão poética sobre a relação humana com o tempo, visto como uma força que rege a vida, impossível de ser controlada, sendo possível apenas entender e respeitar. A letra, criada por Caetano Veloso, retrata o tempo como uma entidade constante, capaz de influenciar e definir os ritmos da existência.

Da mesma forma, o tempo age na vida dos idosos que estão encarcerados, influenciando suas trajetórias e trazendo à tona reflexões sobre o passado, o presente e o futuro. O cronossistema, no modelo de Bronfenbrenner (1999), destaca a importância dos eventos pessoais e históricos que se sucedem ao longo do ciclo de vida, alterando o curso do desenvolvimento individual. Para os idosos presos, a passagem do tempo, marcada pela perda da liberdade e privação do convívio familiar, é tanto uma fonte de sofrimento quanto uma oportunidade de reflexão e arrependimento.

Assim como na “Oração ao Tempo”, os idosos encarcerados vivem uma relação íntima e inevitável com o tempo, que pode ser visto tanto como um aliado para o seu desenvolvimento quanto como um implacável marcador de perdas. Sob essa perspectiva, o tempo se revela como um elemento central para compreender as dinâmicas de desenvolvimento e as experiências dos idosos privados de liberdade, sendo um fator que perpassa todas as esferas de sua existência, seja nas relações interpessoais, no enfrentamento das limitações físicas ou no anseio por uma vida melhor.

2. A Análise da Dimensão Bioecológica “Tempo” no Desenvolvimento de Homens Idosos Encarcerados

Até o presente momento, para fins de compreensão, buscamos manter os elementos principais do modelo PPCT (processo, pessoa, contexto e tempo) separados de maneira clara. No entanto, esses componentes estão em uma relação de interdependência mútua, ou “reciprocidade sinérgica” (Tudge et al., 2009; Xia, Li & Tudge, 2020), característica de uma teoria que se alinha ao paradigma contextualista (Tudge, 2008). Desde a década de 1970, Bronfenbrenner já apontava que o contexto e a pessoa se influenciam mutuamente. Anos depois, ele utilizou o termo “sinergismo” para descrever o efeito combinado de duas ou mais forças, gerando um impacto maior do que a soma dos seus efeitos individuais (Bronfenbrenner, 1989). Em 1998, Bronfenbrenner e Morris reafirmaram que os resultados de desenvolvimento

são fruto de interações complexas e reforçadoras entre os quatro componentes principais do modelo PPCT (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Xia, Li & Tudge, 2020).

Assim, sem nos afastarmos do que foi discutido nos capítulos anteriores, neste daremos maior ênfase ao cronossistema, ou tempo, que permite a análise das influências desse elemento sobre o desenvolvimento humano, considerando as mudanças e continuidades ao longo do ciclo de vida, bem como as características da pessoa, do ambiente e da sociedade (Bronfenbrenner & Ceci, 1994).

3. Tempo: cronossistema

Tudge, Merçon-Vargas e Payir (2022) enfatizam que a dimensão temporal constitui um componente crucial para entender o desenvolvimento humano. O cronossistema examina as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, tanto no indivíduo quanto nos ambientes em que ele vive, incluindo transições pessoais (como mudança de papel social ou estágio de vida) e mudanças culturais e históricas mais amplas.

Os autores destacam como as interações entre o indivíduo e seu ambiente se modificam ao longo do tempo e como esses processos proximais são afetados pela passagem do tempo. Isso inclui eventos significativos na vida, como o envelhecimento, o encarceramento, e as transformações sociais e tecnológicas, que moldam o contexto de desenvolvimento.

A dimensão temporal também desempenha um papel na forma como as experiências passadas influenciam os processos de desenvolvimento futuros, ligando diferentes estágios da vida de uma maneira contínua e interdependente. Nesse sentido, concordamos com Tudge, Merçon-Vargas e Payir (2022), que afirmam ser essencial, para uma aplicação completa da teoria bioecológica, reconhecer e analisar a importância do tempo nas interações e transformações dos processos de desenvolvimento ao longo da vida.

A quarta dimensão da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, o Tempo, foi primeiramente discutida por Bronfenbrenner (1979, 1996), sendo definida como uma série de eventos que compõem a trajetória e as rotinas de um indivíduo. Nos estudos mais recentes de Bronfenbrenner e Morris (1998), essa dimensão adquiriu maior relevância. O último componente do modelo PPCT foi dividido por Bronfenbrenner (1999) em três categorias, que se assemelham aos termos usados para descrever as estruturas do contexto. Elas estão associadas a perspectiva temporal pessoal e histórica. Na pessoal, o microtempo se refere às continuidades e descontinuidades observadas em situações específicas envolvendo processos proximais e o desenvolvimento da pessoa no momento presente; mesotempo, relacionado à

regularidade de eventos que ocorrem em períodos maiores, como dias, semanas, meses ou anos; o macrotempo, na perspectiva histórica, corresponde aos acontecimentos que impactam não apenas o indivíduo, mas pequenos e grandes grupos (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Xia, Li & Tudge, 2020).

Desse modo, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do homem idoso encarcerado a partir da dimensão “Tempo” da Teoria Bioecológica, serão analisadas, no nível do microtempo, as continuidades e discontinuidades nas relações proximais, com base nos sentimentos vivenciados pelos idosos no momento mais imediato e direto de suas experiências (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Xia, Li & Tudge, 2020).

Em relação ao mesotempo, serão discutidas as necessidades que podem influenciar o desenvolvimento por períodos mais extensos, dias, semanas, meses ou anos (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Xia, Li & Tudge, 2020). Quando atendidas, essas demandas tendem a promover a continuidade dos processos proximais e contribuir para o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999).

No contexto do macrotempo, será analisado o evento que culminou na prisão do idoso, ou seja, o crime cometido. Esse acontecimento passado envolveu não apenas aspectos individuais, mas também familiares e sociais, gerando impactos profundos no desenvolvimento do idoso encarcerado e de seus familiares (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Xia, Li & Tudge, 2020). As perspectivas para o futuro também serão discutidas neste subitem. Para isso, foi necessário considerar a fase do ciclo de vital em que se encontram, pois estar na faixa etária entre 60 e 85 anos influencia diversas características psicológicas e expectativas sociais dessas pessoas (Santana & Koller, 2011).

3.1 Microtempo

3.1.1. Sentimentos vivenciados pelos idosos em relação ao encarceramento

O conceito de microtempo refere-se a acontecimentos e interações que ocorrem em intervalos curtos, como minutos ou horas, os quais, ainda assim, podem exercer uma influência significativa no desenvolvimento e nas experiências cotidianas de uma pessoa (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Narvaz & Koller, 2011; Xia, Li & Tudge, 2020). Os sentimentos expressos pelos presos durante as entrevistas revelam como o encarceramento pode tanto impulsionar quanto inibir a continuidade desses processos interacionais com pessoas, objetos e símbolos do ambiente.

A fala de Gavião exemplifica esse conceito: *“Eu já sofri demais, chorando, saindo e voltando do pavilhão. Ontem, ontem, por nada, eu não posso falar nada que tudo é motivo de problema”* (Gavião, 61 anos). O discurso do idoso sugere que as interações recíprocas são negativas e parecem exercer efeitos descontínuos sobre o seu desenvolvimento, uma vez que o sofrimento age como uma força disruptiva impedindo o indivíduo de dar continuidade à sua rotina (Xia, Li & Tudge, 2020).

Sua condição de idoso e deficiente parece colocá-lo em uma situação de maior vulnerabilidade, impedindo o estabelecimento de relações proximais que favoreçam seu desenvolvimento dentro do microsistema (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Copetti & Krebs, 2005, Xia, Li & Tudge, 2020). Como apontam Sá, Freitas e Oliveira (2022), compreender a complexidade do envelhecimento de pessoas com deficiência é fundamental, pois as memórias e experiências acumuladas ao longo da vida influenciam a maneira como elas se relacionam com outras pessoas, objetos e símbolos na velhice.

Enquanto Gavião demonstra frustração e tristeza devido à descontinuidade em sua rotina, Xexéu, Azulinho e Araponga expressam uma postura mais resignada em relação ao encarceramento.

Xexéu reflete sobre a necessidade de aceitar sua situação, buscando manter sua rotina apesar do sentimento de impotência: *“Eu não me sinto bem, por uma parte. Por outra, eu tenho que aceitar que estou aqui e não posso fazer nada, então eu tenho que continuar seguindo com as minhas atividades! É assim, tem dia que me dá um desânimo. Sei lá, mas... Tudo passa, né?”* (Xexéu, 65 anos).

De forma semelhante, Azulinho relata que, embora não se sinta completamente bem, o trabalho dentro da prisão lhe oferece uma sensação de liberdade limitada: *“A gente tem que se acostumar, não é? Eu não me sinto bem porque não estou solto. Mas aqui é mesmo que tá solto porque eu trabalho”* (Azulinho, 68 anos).

De maneira análoga, Araponga expressa um sentimento de mal-estar e resignação, mas busca encontrar equilíbrio para continuar sua rotina dentro da prisão: *“Olha, eu não vou dizer para a senhora que eu me sinto bem. Porque a gente preso não pode se sentir bem. A gente se sentiria bem em casa, mas como eu estou aqui, preciso me adaptar, é seguir em frente no meu dia a dia”* (Araponga, 69 anos).

O estudo de Neiva-Silva, Alves e Koller (2011) analisou a dimensão “tempo” da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), aplicada ao contexto de crianças e adolescentes em situação de rua. O estudo destacou que a sobrevivência diária dessas pessoas

envolve diversas estratégias adaptativas, aspecto também observado em nossa pesquisa nas falas de Xexéu, Azulinho e Araponga.

Logo, os relatos dos idosos refletem tentativas de encontrar estabilidade em meio ao ambiente prisional, onde a continuidade das atividades diárias serve como um mecanismo de sobrevivência para enfrentar as adversidades. Assim, observa-se um movimento contínuo e gerador que impulsiona o desenvolvimento dessas pessoas (Bronfenbrenner, 1986; Xia, Li e Tudge, 2020).

Por outro lado, Tucano expressa frustração com a perda de liberdade, enfatizando que “ninguém se sente bem” na prisão, e que o ideal seria estar em liberdade: *“Doutora, aqui ninguém se sente bem! Porque o bom é estar na rua, ter sua liberdade! Eu me sinto até desmotivado”* (Tucano, 65 anos). Essa fala exemplifica a descontinuidade em sua rotina anterior, onde a privação de liberdade representa uma ruptura com o bem-estar que ele experimentava antes de ser preso. O sentimento de desmotivação parece gerar uma força disruptiva, pois inibe o engajamento em processos proximais (Coscione et al., 2018; Xia, Li & Tudge, 2020).

Da mesma forma, Rouxinol expressa o impacto da prisão em seu senso de identidade e pertencimento, causado pela interrupção de sua rotina de trabalho: *“Olha, eu não me sinto bem, não! Porque eu sou acostumado a trabalhar no roçado, ficar parado é muito ruim. Aí, o meu pensar só é chegar lá para colocar meu roçado. Quando eu não estava aqui, me levantava logo cedo, tomava um cafezinho e já ia para o roçado plantar milho, feijão, jerimum, tudo, tudo...”* (Rouxinol, 68 anos). Sua fala revela a descontinuidade entre o passado produtivo e sua realidade presente de inatividade, o que gera sofrimento e o desejo de reconectar-se com seu lugar de origem.

Essa busca por reencontrar-se com o campo, onde sentia-se produtivo e integrado, remete ao conceito de “pertencimento” discutido por Bell Hooks (2022) em *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Segundo a autora, o pertencimento está profundamente enraizado em nossa conexão com o espaço, a cultura e a comunidade. Rouxinol, ao ser privado de seu trabalho e da terra, parece experimentar uma perda de identidade e de pertencimento, já que o ambiente prisional rompe seu vínculo com o lugar que define quem ele é (Goffman, 2010). Esse deslocamento não só priva Rouxinol da liberdade, mas também da possibilidade de vivenciar a continuidade de sua rotina, o que o leva a desejar constantemente o retorno à sua terra como forma de se reencontrar consigo mesmo.

Esses sentimentos também são partilhados por Catatau, que lamenta ter sido preso na velhice, agravando seu sofrimento e desconexão com sua vida anterior. Catatau menciona o

lapso temporal entre o crime e sua condenação: *“Eu me sinto afundando num abismo! Porque eu estava acostumado a ver o mundo, ter a liberdade, estar junto da minha família. Ouvir os passarinhos cantando, pegar numa enxada para trabalhar. Mas agora, já velho, na cadeia! Ô Jesus, ô juiz, entenda, por que não me prendeu quando eu era mais jovem?”* (Catatau, 62 anos).

Essa fala revela o impacto negativo do lapso temporal entre o cometimento do crime e a efetiva condenação, uma questão que também foi abordada por Minayo e Constantino (2024). As autoras destacam que a demora no julgamento de alguns presos idosos, leva um número crescente de pessoas com mais de 60 anos para as prisões. Esse atraso no processamento dos casos agrava a situação dos idosos encarcerados, que acabam sendo privados de sua liberdade em um momento de vida mais vulnerável. A longa espera entre o crime e a condenação pode intensificar o sofrimento psicológico e físico, como exemplificado na experiência de Catatau.

Assim como Rouxinol e Catatau expressam o mal-estar causado pela ruptura de sua rotina no campo e a inatividade na prisão, outros participantes revelam um profundo sentimento de desconexão e tristeza, desta vez relacionado à ausência de suas famílias, dado semelhante ao encontrado por Leigey e Ryder (2015) e Novisky (2018).

Beija-flor enfatiza a solidão e a saudade dos filhos, demonstrando como esses sentimentos podem provocar a descontinuidade de sua rotina na prisão: *“Eu me sinto triste, sozinho! É... porque eu estou aqui pensando na minha família, não tenho vontade de fazer nada aqui. Eu tenho saudade dos meus filhos”* (Beija-flor, 69 anos).

Patativa, por sua vez, expressa um profundo mal-estar causado pela ausência de uma figura querida, a quem considera fundamental em sua vida: *“Eu me sinto mal. Não tenho vergonha porque já voltei aqui quatro vezes, mas me sinto mal, não posso dizer que me sinto bem. E pensando na minha madrasta, que pra mim é tudo. Eu me sinto sem vontade de fazer qualquer coisa aqui”* (Patativa, 64 anos). A perda de contato com essa pessoa tão importante intensifica a dor de estar preso, reflete a descontinuidade das relações familiares e os impactos na manutenção da sua rotina.

De maneira semelhante, Catraca expressa um sentimento de impotência e tristeza diante da incapacidade de ajudar sua família, especialmente suas filhas que enfrentam dificuldades: *“Eu me sinto triste. Eu acho ruim porque eu não vejo a minha família, não estou perto da família, principalmente da minha mãe. Minhas filhas se acabando de passar necessidade e eu não estou para ajudar. Mas, eu preciso continuar trabalhando, é a única coisa que eu posso fazer por mim”* (Catraca, 65 anos). Essa fala evidencia a desconexão com seu papel de provedor, o que reflete negativamente na continuidade das relações familiares. No entanto,

Catraca vê o trabalho como uma oportunidade de dar andamento a rotina de trabalho que tinha antes de ser preso. Ele persiste e escolhe continuar apesar das adversidades, o que contribui para a continuidade do seu desenvolvimento (Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011; Xia, Li & Tudge, 2020).

As falas de Alegrinho, Periquito e Pitiguari revelam seus sentimentos com relação a convivência com outros presos e o impacto dessas relações em sua rotina. Alegrinho, por exemplo, expressa uma angústia profunda, sugerindo que a prisão é um ambiente hostil para os mais velhos: *“Doutora, eu me sinto assim, uma pessoa muito angustiada! Isso aqui não é lugar para ninguém viver, não, doutora. Só quem vive aqui é que sabe o que a gente, principalmente os mais velhos, passa”* (Alegrinho, 60 anos). A reação desfavorável de Alegrinho sofre influências do ambiente social e cultural no qual foi criado. Uma vez que seus modelos introjetados o levam a perceber que o contexto e as relações estabelecidas não parecem ser apropriados para os idosos. Logo, suas experiências funcionam como elementos que inibem seu engajamento nos processos proximais e, conseqüentemente, a continuidade da sua rotina (Coscione et al., 2018).

Periquito também reflete essa descontinuidade, mas com foco no desconforto gerado pelas interações com os presos mais jovens. Ele menciona como o ambiente barulhento e agitado interfere no seu bem-estar e sono: *“Eu me sinto preso, impotente! E o pior é conviver com conversas. Muito barulho, muita fumaça e conversa fiada desse povo mais novo. Muitas vezes nem consigo dormir. Tem noite que você nem consegue dormir”* (Periquito, 65 anos). O barulho e o comportamento dos mais jovens interromperam seu estado de tranquilidade, aumentando a sensação de impotência. O relato evidencia a dificuldade de manter uma continuidade em sua rotina dentro de um ambiente instável, que não favorece o desenvolvimento (Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011).

Por fim, Pitiguari expressa um sentimento de humilhação contínua, agravado pelas interações com outros presos que o desrespeitam: *“Doutora, eu me sinto humilhado. Os policiais, não, mas tem uns aqui que me chamam de maloqueiro, de tarado. Dá vontade de pegá-lo pela goela, mas os colegas dizem pra eu ficar tranquilo e não me envolver em confusão. É muita humilhação! Todo dia eu fico pensando, eu fico pensando, eu não me sinto bem, não, doutora. Eu não me sinto bem”* (Pitiguari, 62 anos). Aqui, a descontinuidade se manifesta nos processos proximais com outros presos, onde o respeito e a dignidade são constantemente ameaçados. Ocorre uma tentativa de controle do comportamento e das emoções, incentivada por seus pares, o que sugere uma busca por manter alguma continuidade e estabilidade emocional para dar andamento a sua rotina (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

No estudo de Filinson e Ciambrone (2019), é discutido como os presos mais velhos enfrentam desafios ao interagir com presos mais jovens, resultando em tensão e, às vezes, um sentimento de desconforto, semelhante ao que Periquito e Pitiguari expressaram em suas falas. Os presos mais velhos muitas vezes relatam uma mistura de desprezo pelos comportamentos dos mais jovens e, ao mesmo tempo, uma tentativa de “integrarem-se” para sobreviver no ambiente prisional. Essas relações intergeracionais conflituosas podem, portanto, provocar a descontinuidade dos processos proximais e ameaçar à estabilidade emocional (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Por outro lado, Assum Preto destaca uma adaptação à vida na prisão. Ele menciona que, apesar de um início difícil, agora se sente bem: *“Para lhe ser sincero, eu me sinto bem! Apesar de estar na prisão, eu me sinto bem. Começou meio ruim, mas agora está melhor”* (Assum Preto, 84 anos). Essa fala revela um processo de continuidade em suas interações e na forma como ele vivencia o ambiente prisional. Ele conseguiu transformar o que inicialmente era uma experiência de descontinuidade em continuidade, ajustando-se ao contexto e encontrando um certo bem-estar na nova rotina (Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011).

Esse relato exemplifica a capacidade de adaptação, algo que, de acordo com Lawrence e Devine (2022), é crucial para a saúde e o bem-estar dos presos mais velhos. Eles acrescentam que o processo de envelhecimento dentro da prisão traz desafios únicos, como o enfrentamento de doenças crônicas, problemas de mobilidade e isolamento social. No entanto, aqueles que conseguem adaptar-se, seja pela aceitação da realidade ou pela reconstrução de uma rotina dentro desse espaço, podem experimentar uma melhoria no seu estado emocional.

Portanto, os sentimentos experimentados pelos homens idosos encarcerados em relação ao aprisionamento incluem tristeza, frustração, angústia, solidão, desmotivação, mal-estar, humilhação e impotência, associados à perda da liberdade e à desconexão com suas identidades, papéis e famílias. Esses sentimentos também foram mencionados em estudos realizados com essa população (Oliveira et al., 2013; Pageau et al., 2022). A ruptura com a vida anterior gera impactos em suas rotinas e bem-estar emocional provocando o surgimento de processos descontínuos. No entanto, é importante destacar que, enquanto muitos experimentam dificuldades significativas, alguns, como Assum Preto, Xexéu, Araponga e Azulinho, demonstram uma capacidade maior de adaptação. Esses indivíduos revelam características de resiliência, esforçando-se para se ajustar às novas circunstâncias e enfrentando os desafios de forma ativa e geradora (Koller e De Antoni, 2011; Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011).

3.2 Mesotempo

3.2.1 As necessidades dos homens idosos encarcerados

O mesotempo, refere-se à frequência e à continuidade de atividades e interações que ocorrem ao longo de períodos intermediários, como dias, semanas ou meses. Essas interações regulares e repetitivas influenciam o desenvolvimento humano ao longo do tempo, proporcionando estabilidade ou, em alguns casos, acentuando desafios dependendo da natureza das atividades (Bronfenbrenner, 1999; Coscione, 2018; Navarro & Tudge, 2023; Xia, Li e Tudge, 2019).

Com base nesse conceito, procederemos à análise das necessidades que emergem nesse nível temporal; demandas essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos no contexto prisional. Nesse sentido, durante as entrevistas, indagamos aos idosos quais eram suas principais necessidades, e as mais recorrentes foram: necessidades de saúde, privacidade, recursos financeiros, companhia e afeto. Esse dado é semelhante ao encontrado por Leigey e Ryder (2015) em seu estudo sobre homens idosos encarcerados nos Estados Unidos, no qual examinaram as dificuldades associadas ao encarceramento.

No que diz respeito às necessidades de saúde, no relato de Gavião, é possível observar o não atendimento de uma necessidade de saúde visual. Ele estava preso a mais de um ano e até então não havia tido acesso a um oculista: *“Eu preciso de óculos. Eu nunca fui ao oculista aqui porque não chamam”* (Gavião, 61 anos). Esse lapso temporal interrompe a continuidade de suas interações com o ambiente, pois a falta de óculos afeta sua capacidade de enxergar e participar plenamente das atividades cotidianas. Isso impacta diretamente seu bem-estar, criando uma descontinuidade nos processos proximais o que obstaculiza a adaptação e o desenvolvimento no contexto prisional (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Neiva-Silva, Alves & Koller, 2011; Xia, Li & Tudge, 2020).

Bem-te-vi enfrenta uma situação semelhante, expressando dificuldades visuais que não foram resolvidas: *“Eu não enxergo bem. Minha vista está meio embaçada. Eu usava óculos, mas quebrou, já faz tempo. Não tive mais como fazer aqui”* (Bem-te-vi, 62 anos). Assim como Gavião, ele depende do sistema para atender essa necessidade, e a falta de suporte institucional, além de prolongar o problema, impede seu engajamento em processos contínuos que poderiam favorecer seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011; Xia, Li e Tudge, 2020).

Por outro lado, Xexéu e Azulinho relatam a mesma necessidade, porém não atribuem a responsabilidade inteiramente à instituição prisional. Ambos destacam a ausência de recursos financeiros como a principal barreira para atender à sua necessidade visual: *“Leio alguma coisa, mas estou tão ruim da vista. Eu vejo só as carreiras, mas as letras eu não enxergo mais. Perdi meus óculos de grau e não tive mais condições de fazer outro na cadeia”* (Xexéu, 65 anos); *“Eu preciso de óculos. Se eu tivesse dinheiro, já teria feito o exame de vista e meus óculos. Já estaria usando”* (Azulinho, 68 anos). Assim, a ausência de óculos de grau contribui para o não engajamento em processos contínuos e desfavorece o desenvolvimento no ambiente prisional (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011; Xia, Li e Tudge, 2020).

A necessidade de privacidade ou de um espaço próprio, é expressa nas falas dos participantes e revela um desejo por autonomia e dignidade, ambos elementos fundamentais para o bem-estar e a continuidade das relações: *“Eu queria ter meu cantinho, para quando minha esposa chegar estar tudo direitinho. Isso é que dificulta a minha vida aqui. Chegar lá, ligar meu fogão, fazer minha comida, treinar. Eu não gosto de estar com ninguém junto de mim, só gosto de estar só”* (Gavião, 61 anos). A busca por privacidade, mencionado no estudo de Leigey e Ryder (2015), constitui um dos maiores problemas do encarceramento para presos mais velhos.

De acordo com Bronfenbrenner (1999) os resultados dos processos proximais são diretamente influenciados pelo contexto no qual ocorre. Ambientes desestruturados podem atuar como fatores adversos, amplificando os impactos negativos sobre o desenvolvimento e levando a uma maior incidência e intensidade de comportamentos desajustados, denominados disfunção. Como observado na fala de Gavião, a ausência de controle sobre o espaço pessoal leva-o a desejar o isolamento, o que impacta o envolvimento em processos proximais.

A falta de um ambiente adequado para os idosos encarcerados, foram destacadas por Filinson e Ciambrone (2019) e Iftene (2016) e o relato de Periquito exemplifica essa questão: *“Eu queria ter um lugarzinho para ficar separado. A gente tem idade, não está no mesmo pique dos outros, dos jovens. Eles usam drogas, bebidas, e lá vêm as conversas diferentes. E a gente fica preocupado com como sobreviver aqui. Passa muita raiva. Acredito que essa raiva pode ser o motivo da pressão alta e das tonturas”* (Periquito, 65 anos).

A inexistência de um local apropriado para essa população parece impactar o bem-estar psicológico dos idosos. Como observado na fala de Periquito, o medo gerado pela sensação de vulnerabilidade entre os mais jovens pode ter afetado também sua saúde física. A inter-relação entre o sistema nervoso, o sistema imunológico e o ambiente no desenvolvimento humano foi

discutida por Petersen, Bauer e Koller (2011), os quais destacaram que a saúde e a doença são processos dinâmicos, influenciados por fatores biológicos, psicológicos e ambientais, que interagem ao longo do tempo e do contexto de vida das pessoas. Com base nisso, percebe-se a necessidade de um espaço onde os idosos possam se sentir mais seguros, o que certamente contribuiria para o bem-estar, a saúde e o desenvolvimento contínuo dessa população.

Araponga também expressou sua insatisfação com a superlotação e a falta de um ambiente adequado para os idosos, afirmando que: *“se houvesse um lugar onde o velho pudesse caminhar, tomar ar, respirar melhor, seria muito melhor. O problema é que o pavilhão está cheio de jovens”* (Araponga, 69 anos). A superlotação, somada à ausência de um espaço próprio para atividades simples, como caminhar, compromete ainda mais a manutenção da saúde biopsicossocial dos idosos e tende a provocar a descontinuidade dos processos proximais (Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011).

No que refere a um espaço adequado para os idosos, Filinson e Ciambrone (2019) destacaram que a maioria dos presos idosos rejeitou a ideia de viver em prisões segregadas por faixa etária, acreditando que as dificuldades em cumprir a pena não estavam necessariamente relacionadas à convivência com presos mais jovens, mas sim à falta de um espaço adequado. Nesta pesquisa, os idosos não foram especificamente questionados sobre a possibilidade de viver em um local reservado apenas para pessoas da mesma idade, o que aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre o tema.

No que remete às dificuldades financeiras, Leigey e Ryder (2015) acreditam que essas necessidades podem ser vistas dentro do contexto mais amplo da falta de assistência adequada e de recursos oferecidos a essa população em prisões. Pois, o acesso limitado a recursos financeiros não apenas restringe o acesso a itens básicos, mas também aumenta o sentimento de dependência e desamparo.

A fala de Xexéu exemplifica o sentimento de dependência, enquanto o relato de João de Barro e Catraca expressam o sentimento de desamparo por não ter como ajudar suas famílias: *“O que dificulta aqui também, é não ter minha rendazinha, fico dependendo das minhas irmãs”* (Xexéu, 65 anos). *“Doutora, o que me ajudava muito, porque sou sincero, era receber meu trocadinho para ajudar meus netos e minha família”* (João de Barro, 62 anos); *“Toda semana eu tinha meu dinheiro certo para ajudar as meninas e comer o que eu queria. No lugar onde a gente está sem ter dinheiro, não tem alegria na vida. Sem dinheiro é ruim demais”* (Catraca, 65 anos). Processos descontínuos são observados nas falas apresentadas, uma vez que a ausência de recursos necessários, antes acessíveis, impacta negativamente o

modo como interagem com seu ambiente, limitando as oportunidades de desenvolvimento dessas pessoas (Koller & Ceconello, 2016).

Diversos estudos destacam as dificuldades enfrentadas pela população idosa no contexto carcerário. A falta de infraestrutura adequada, condições de higiene precárias, alimentação insuficiente e a falta de assistência médica e psicossocial ajustada às necessidades desses indivíduos, entre outros fatores, podem impactar o modo como essas pessoas interagem com pessoas, os objetos e símbolos do ambiente, além de não oferecer a possibilidade do desenvolvimento de habilidades geradoras (Combalbert et al., 2018; Filinson & Ciambrone, 2019; Iftene, 2016; Ridley, 2021; Vilela, 2021).

Por fim, a necessidade de contato social, companhia e afeto, também elencada por Leigey e Ryder (2015) foram expressas nas falas de Assum Preto e Sabiá: *“O que eu preciso para a minha vida hoje é uma companheira. (Sorri) Uma companheira!”* (Assum Preto, 84 anos); *“Eu preciso arrumar uma mulher para mim. Uma pessoa mais velha do que eu, da minha idade ou mais nova, pouca coisa. Para eu tomar conta dela e ela de mim”* (Sabiá, 61 anos). Ambos perderam o vínculo com suas famílias após o aprisionamento, e o sentimento de solidão está disfarçado no desejo de companhia e afeto, algo que eles compreendem como necessário para dar sentido e continuidade as suas vidas, ao seu desenvolvimento. A ausência de suporte social na velhice pode representar um risco à saúde biopsicossocial e comprometer os processos de desenvolvimento (Vilela, Silva & Dias, 2022).

Em conclusão, a análise das falas dos idosos presos revela um conjunto de necessidades fundamentais, como saúde, privacidade, espaço próprio, recursos financeiros e contato social. Essas necessidades, quando não atendidas, interrompem a continuidade das interações e comprometem o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1999; Coscione, 2018; Navarro & Tudge, 2023; Xia, Li e Tudge, 2019). Estudos como os de Filinson e Ciambrone (2019), Iftene (2016) e Leigey e Ryder (2015) corroboram essas observações, destacando a importância de uma assistência adequada e de um ambiente prisional adaptado às especificidades dos presos mais velhos. As falas dos participantes evidenciam a carência de suporte institucional, a dificuldade de convivência entre diferentes gerações e a privação de recursos básicos, o que agrava o sentimento de dependência e desamparo. Portanto, a abordagem dessas necessidades se mostra crucial para promover o bem-estar, a dignidade e o desenvolvimento dos idosos no sistema prisional.

3.3 Macrotempo

O macrotempo está relacionado as mudanças e expectativas em eventos sociais e familiares que afetam o desenvolvimento ao longo da vida. Abrange eventos e transições que ocorrem em longos períodos, como anos ou até décadas, e que têm um efeito duradouro na vida do indivíduo (Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Neiva-Silva, Alves & Koller, 2011; Xia, Li & Tudge, 2020). Um exemplo relacionado a uma pessoa idosa pode ser observado na trajetória profissional ao longo de décadas, incluindo promoções, mudanças de emprego e aposentadoria. No contexto familiar, isso inclui eventos importantes, como casamento, nascimento de filhos, o envelhecimento dos pais, entre outros (Carvalho-Barreto, 2016; Vilela, 2021).

O crime cometido por um idoso também se insere no macrotempo, pois representa um evento que gera mudanças profundas em sua vida e na de seus familiares, podendo impactar diversas gerações e afetar os processos proximais ao longo de sua trajetória de vida (Vilela, 2021). Esse evento marca uma transição de lugar que influencia o percurso do indivíduo ao longo dos anos e sua situação atual.

Portanto, de acordo com Neiva-Silva, Alves e Koller (2011) uma das maiores contribuições de Bronfenbrenner foi seu olhar abrangente e contínuo sobre o desenvolvimento humano. A visão pode ser considerada ampla, pois não propunha limitar-se apenas ao contexto imediato em que a pessoa se encontrava, e contínua, ao enfatizar que qualquer análise mais detalhada deveria considerar não apenas o momento presente, mas também um amplo espectro temporal, incluindo eventos anteriores e subsequentes ao período em foco. Sendo assim, neste nível temporal, serão abordadas duas categorias: 1) concepções e reflexões sobre o crime cometido, que remete ao passado e as consequências vivenciadas no presente; 2) aspirações para o futuro, na qual são destacadas as expectativas em relação ao futuro.

3.3.1 Concepções e reflexões sobre o crime cometido

Até o momento, a interseção entre a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e o crime praticado por idosos não parece ser um tema amplamente explorado em publicações acadêmicas. No entanto, Vilela (2021) investigou os fatores que levam algumas mulheres idosas, após uma vida sem envolvimento com o sistema de Justiça, a cometerem crimes. A pesquisa, que abordou a questão sob a perspectiva temporal, revelou as motivações para os delitos. A maioria dessas mulheres declarou ter sido presa devido à associação com um parente

próximo, mais precisamente um filho, enquanto apenas uma delas admitiu a autoria do crime. As demais negaram qualquer conduta criminosa. Entre os delitos observados, destacou-se o tráfico de entorpecentes, que frequentemente servia como meio de complementar a renda familiar.

Nesta investigação, embora o foco principal não seja a comparação entre gêneros, algumas questões emergem ao se refletir sobre como esses processos ocorrem entre homens idosos encarcerados. A análise das motivações e dinâmicas que levam homens e mulheres idosos ao crime pode revelar diferenças significativas, especialmente no que diz respeito aos papéis familiares e às pressões socioeconômicas (Magalhães et al., 2021).

Assim, é pertinente questionar se, entre os homens, o envolvimento com o crime também está frequentemente associado ao apoio à família, como ocorre com as mulheres, ou se outros fatores, como questões de poder, status ou violência, exercem maior influência na sua conduta criminosa (Magalhães et al., 2021). Não é o objetivo aqui confrontar as circunstâncias exatas que levaram à prisão do idoso, mas entendermos os processos de desenvolvimento que os levaram ao cometimento do crime.

Dessa forma, procederemos à avaliação dos relatos dos participantes, que foram questionados durante as entrevistas sobre “o que aconteceu que teve como consequência o senhor estar aqui?”. Inicialmente, serão descritos os depoimentos daqueles que foram condenados por homicídio, seja na forma tentada ou consumada; em seguida, abordaremos os relatos relacionados aos crimes de natureza sexual.

No que refere aos crimes de homicídio, João de Barro discorre sobre o que o levou a ser preso: *“Eu trabalhava de segurança no posto de gasolina. Aí tentaram me matar. Mas eu não sou bandido. Não sou ladrão, não trafico. O que aconteceu foi um acidente. Um cara que me baleou aqui no braço, foi milagre de Deus eu não ter morrido. Aí, eu não vou mentir, eu estava armado. Quando eu vi, estava todo ensanguentado. Aí tive que puxar a minha arma e dei três tiros. Eu tinha acertado os dois. E aí vim parar aqui”* (João de Barro, 62 anos).

O crime que o levou à prisão envolve o assassinato de duas pessoas, tendo sido originalmente decorrente de conflitos relacionados a posse de terras (JusBrasil, 2023). A afirmação de que “não é bandido” parece estar ligada à percepção que ele tem de si mesmo: para João de Barro, o ato de tirar a vida de outro ser humano, embora um crime aos olhos da lei, não o enquadraria automaticamente como um criminoso. Esse raciocínio revela uma complexa distinção entre a moralidade individual e as normas jurídicas, onde ele pode considerar suas ações como justificáveis, apesar de suas graves consequências (Bataglia, Moraes & Lepre, 2010; Papalia & Martorell, 2022).

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, João de Barro respondeu: *“Nunca tinha arrumado um problema com a justiça. Era a única coisa que eu mudaria. Porque é triste quando o cara arranja um problema com a justiça”* (João de Barro, 62 anos). Sua resposta reflete um lamento tardio, não tanto pelas vidas que tirou, mas pelas consequências jurídicas e sociais que passou a enfrentar após o crime. Esse tipo de arrependimento, focado mais nas repercussões do ato do que no ato em si, reforça a percepção de que, para João de Barro, o assassinato que cometeu foi uma resposta inevitável ao conflito em que se envolveu, e não uma escolha moralmente condenável aos seus próprios olhos (Bataglia, Moraes & Lepre, 2010; Papalia & Martorell, 2022).

Sua fala também evidencia uma característica de disposição inibidora ao desenvolvimento, além da presença de uma força disruptiva, representada aqui pela ausência de controle sobre o comportamento, indiferença pelas vidas que tirou e desrespeito as normas sociais (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Koller e De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li e Tudge, 2020).

No caso de Curió, ele descreve os acontecimentos conforme registrados nos autos dos processos (JusBrasil, 2023). No entanto, Curió nega a autoria do crime, embora admita que estava embriagado no momento: *“Foi uma cachaça que eu andei tomando. Eu não sei de nada, não, que eu bebo! Acusaram que eu tinha matado um cara de faca, a polícia. Ah, eu não matei ninguém, não! A juíza me deu doze anos. Eu encontrei ele com a faca no pescoço, eu tirei a faca. Mas, pra que eu tirei? Era pra eu ter deixado a faca naquele safado! Eu tinha saído limpo, não tinha me melado! Eu estava na casa dele. Era meu tio. Eu fui passar uns dias com ele. Ele estava só, porque tomava uma cachaça da moléstia; a mulher e os filhos abandonaram, ficou só!”* (Curió, 63 anos).

No relato, Curió destaca que seu tio havia sido abandonado pela família, situação que, de certa forma, refletia sua própria condição, já que ele não havia constituído família. Ambos estavam sozinhos no dia do ocorrido, o que ressalta o isolamento social e familiar presente em suas vidas. Além disso, o álcool aparece como um elemento central, não apenas no comportamento de Curió, mas também como um fator recorrente no contexto familiar. Em algumas famílias, o consumo de álcool se torna tão central e viciante que influencia as interações entre gerações. Esse tipo de família é considerado um “sistema alcoolista” ou organizado em torno do alcoolismo. O impacto desse comportamento funciona como um distúrbio que afeta profundamente os padrões emocionais e comportamentais da família ao longo de gerações (Krestan & Bepko, 2007; Manguiera & Lopes, 2014).

A fala revela um ciclo de abandono e dependência alcoólica que permeava a dinâmica familiar, influenciando diretamente os eventos que culminaram no crime (Mangueira & Lopes, 2014). Conforme Papalia e Martorell (2022), o consumo excessivo de álcool pode estar relacionado ao aumento do risco de acidentes de trânsito, envolvimento em crimes, infecção pelo HIV, uso de drogas ilícitas e tabaco, além de elevar a probabilidade de cometer agressões sexuais.

O contexto familiar de Curió e o uso do álcool parecem estar interligados e funcionam como fatores de risco ao desenvolvimento. Assim, embora tenha cometido atos violentos - entendidos aqui pela manifestação de padrões contínuos de hostilidade e agressão, nos quais os direitos dos outros ou as normas sociais são desrespeitados (Koller & De Antoni, 2011) - é importante considerar que ele também se encontrava em situação de risco, e que uma rede de apoio social e comunitária poderia ter influenciado positivamente seu curso de vida (Koller & De Antoni, 2011; Mangueira & Lopes, 2014; Vilela, Silva & Dias, 2022).

No entanto, é importante considerar que comportamentos violentos podem surgir, se repetir, persistir e provocar distúrbios, independentemente da presença ou ausência de fatores como autoeficácia pessoal, inteligência, saúde mental, coesão no ambiente ou conflitos, bem como da estrutura de apoio social e emocional disponível. A violência é um fenômeno determinado por múltiplos fatores, envolvendo aspectos biológicos e ambientais (Koller & De Antoni, 2011).

Enquanto Curió nega a ação criminosa, Gavião confessa sua conduta delitiva, justificando suas ações como defesa própria. Ele expressa uma aparente satisfação com sua reação, que, em seu entendimento, foi correta, uma vez que o comportamento de seu agressor violava normas morais aceitas em seu contexto (Bataglia, Morais & Lepre, 2010; Magalhães et al., 2021; Papalia & Martorell, 2022): *“Foi assim: eu e um conhecido, a gente estava comendo, bebendo, comendo um cumê que eu mandei preparar num bar... aí ele pow, deu na minha cara. Eu disse: ‘Ei, rapaz, o que é isso? Eu tô dando de cumê a você e você tá dando na minha cara?’ Ele disse: ‘Eu dei na sua cara e ainda dou na sua mãe.’ Aí eu endoidei a cabeça, peguei o resto da cachaça que a gente tava bebendo, peguei a caixa de fósforo, derramei a cachaça nele e fiquei tocando fogo nele!”* (Gavião, 61 anos).

É importante destacar que tanto no relato de Gavião quanto no de Curió, o abuso de álcool desempenhou um papel central nos eventos. O consumo excessivo de bebida alcoólica surge como um fator comum que influenciou diretamente as ações e reações de ambos, exacerbando o comportamento impulsivo e violento. Essa recorrência do álcool nas duas narrativas sugere sua importância não apenas como um elemento circunstancial, mas como um

agravante que contribuiu para os desfechos trágicos de suas histórias. Além disso, quando questionados sobre o que mudariam se pudessem voltar no tempo, ambos evitaram uma resposta direta. Suas reações podem indicar dificuldade em reconhecer plenamente a gravidade de seus atos ou em assumir a responsabilidade pelas consequências de suas ações, indicando a presença de uma característica inibidora ao desenvolvimento, principalmente pela indiferença em relação ao direito à vida e às normas sociais (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Koller & De Antoni, 2011).

No relato de Assum Preto, ele confessa ter cometido o crime, mas demonstra uma aparente incapacidade de compreender plenamente o motivo que o levou a tirar a vida de sua companheira. Embora o ato tenha sido extremamente violento, conforme descrito nos autos, envolvendo golpes de arma branca na presença de uma criança (JusBrasil, 2023), ele não oferece uma explicação clara sobre o que o motivou. Suas palavras sugerem que ele vê o crime como um impulso do momento, sem que houvesse um motivo racional ou premeditado:

“Eu matei minha mulher! Aconteceu porque... não sei nem dizer bem o porquê! Entramos numa discussão. Eu sou meio [...]. Tudo é o momento, quem faz o homem é o momento. Foi um momento trágico que chegou ao ponto de eu tirar a vida dela, entendeu? Eu não sei bem explicar. Não sei bem dizer o que tomou conta de mim. A gente vivia muito bem, porém tem momento... Eu já saí de casa, me separei dela duas vezes, terminou numa tragédia tão grande como aconteceu, e eu estou aqui” (Assum Preto, 84 anos).

O que chama a atenção na história de Assum Preto é o fato de ele ter filhos de outros casamentos e irmãos, mas atualmente não mantém contato com ninguém. Embora não se saiba se ele também agiu com violência em outras relações, o abandono familiar que ele enfrenta hoje pode ser o resultado dessas interações e estar relacionado aos padrões que introjetou desde a infância (Magalhães et al., 2021). Conforme Koller e De Antoni (2011) a violência é um fenômeno que depende do contexto em que a pessoa se encontra, das fases que ela atravessa, de suas vivências, processos psicológicos e características individuais.

Quando questionado sobre “o que mudaria se pudesse voltar no tempo”, ele expressa arrependimento e um desejo de mudança: *“Eu me arrependo! Total, claro! Graças a Deus, eu vou fazer 85 anos, nunca tinha sido preso, na minha família ninguém foi preso. Mas... é assim mesmo... Eu acho que mudaria para melhor. É o que eu posso dizer. Hoje, eu estava orando e disse: Meu Senhor, hoje eu estou me sentindo como se eu estivesse na adolescência. Hoje, eu estou me sentindo melhor do que antes. Me sinto tranquilo, pelo meu estado de saúde, meu estado de convivência, tranquilidade. Em tudo, estou me sentindo melhor!” (Assum Preto, 84 anos).*

Esse trecho final revela um homem em busca de redenção e paz interior. Seu arrependimento, expresso de maneira enfática, junto com a reflexão sobre seu estado atual, mostra que, aos 85 anos, Assum Preto busca uma reconciliação consigo mesmo e com sua trajetória de vida. Embora o impacto de suas ações continue a influenciar sua vida e a daqueles ao seu redor, observa-se um movimento gerador de desenvolvimento em suas atitudes, especialmente quando demonstra arrependimento, se relaciona proativamente com seus pares na prisão e busca envolver-se em atividades que contribuem para seu crescimento pessoal (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Coscione et al. 2018; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Catatau é oriundo de um contexto de extrema vulnerabilidade. Criado no meio da mata, como ele mesmo descreve, presenciou diversas brigas entre seus pais devido ao alcoolismo de seu genitor, o que culminou na separação do casal. Situação semelhante foi investigada por Manguiera e Lopes (2014) em um estudo de caso envolvendo uma família disfuncional, onde o alcoolismo do pai levou à desintegração familiar. No caso, os filhos apresentaram problemas comportamentais, enquanto o casamento terminou em divórcio. Tal situação reflete o impacto profundo do alcoolismo nas relações familiares e no desenvolvimento emocional dos filhos. Koller e De Antoni (2011) acrescentam que algumas pessoas não precisam sair às ruas para vivenciar a violência, pois a encontram diariamente em seu ambiente familiar. Elas presenciam atos violentos e hostis que afetam negativamente seu desenvolvimento.

Nesse contexto, Catatau relata o envolvimento em dois homicídios que aconteceram em situações distintas. Ele confessa os crimes que cometeu, mas dá a entender que ambos os casos foram em legítima defesa. Além da violência intrafamiliar, sua vida foi marcada pela necessidade da caça para sobreviver, e o ato de matar parece, de certa forma, naturalizado em seu discurso. Isso transparece em sua narrativa ao relatar os eventos:

“O primeiro homicídio, eu tinha vindo de uma caçada de lambu [...]. Quando eu ia atravessando a rua, já perto de casa, eu vi um assalto a um carro. Quando eu me virei, ele se assustou e eu ouvi o disparo. O segundo pegou em mim. Eu caí quando levei o tiro na coxa. Ele veio em minha direção e eu vi que ia morrer, foi quando eu armei a espingarda e atirei nele. O outro foi por conta de desavença com um vizinho que saiu espalhando que ia me matar pra eu aprender. Um dia, ele correu atrás de mim com uma faca nos quartos e uma enxada na mão. Eu já estava com a espingarda dentro de casa esperando. Quando ele pegou a faca, eu atirei no meio da testa.” (Catatau, 62 anos).

Em sua fala, Catatau parece reproduzir as dinâmicas violentas que presenciou na infância, evidenciando a continuidade de um padrão que afetou negativamente seu desenvolvimento ao longo da vida (Koller & De Antoni, 2011; Magalhães et al., 2021).

Ao ser questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, Catatau demonstra arrependimento, expressando o desejo de ter evitado os confrontos que resultaram em mortes. Sua resposta reflete o peso emocional que carrega por seus atos, especialmente em relação ao impacto de sua prisão sobre sua esposa, que continua a sofrer com sua ausência:

“Olha, doutora, eu mudaria sim, não tinha me intrigado com ninguém, não pegaria uma arma para matar ninguém! Olha, doutora, antes eu tivesse morrido, acho que a mulher estava sofrendo menos do que eu vivo aqui. Acredita nisso? Porque ela tinha esquecido. Mas, nessa situação, toda hora ela está esperando eu me soltar, e essa hora nunca chega, e é aquela agonia, o tempo se passando... Nunca mais, doutora, vou botar a minha mão para pegar uma arma e atirar em ninguém! Agora, eu posso até voltar atrás se alguém fizer um mal à minha mulher ou aos meus filhos, meus netos, aí morre!” (Catatau, 62 anos).

No seu discurso percebe-se que, por um lado, ele se arrepende de suas ações passadas e do sofrimento que elas causaram à sua esposa e a ele próprio; por outro, mantém uma justificativa em potencial para o uso da violência caso sua família esteja ameaçada. A naturalização do ato de matar em situações de conflito parece algo profundamente arraigado em sua experiência de vida. O instinto de proteção à família, para Catatau, parece sobrepor-se à lógica do arrependimento, mostrando que, apesar de sua promessa de não voltar a pegar em armas, ele ainda vê a violência como uma resposta aceitável em situações extremas, especialmente quando envolve aqueles que ama. Logo, percebe-se que as forças atuantes em Catatau são disruptivas, de modo que impedem a continuidade dos processos de desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Coscione et al., 2018; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

O caso de Araponga chama a atenção por sua extensa ficha criminal. Embora apresente um nível de escolaridade limitada, ele se mostrou uma pessoa articulada e atenta durante as entrevistas, esquivando-se de algumas perguntas. Suas condenações somam mais de 170 anos, sendo a quantidade de homicídios particularmente significativa. No entanto, ele nega qualquer envolvimento nos crimes pelos quais foi condenado:

“O meu problema Doutora, eu vou ser sincero a senhora, meu problema foi mais política. Eu fui acusado por vários homicídios, certo! Mas eu tenho a minha consciência limpa. Eu era diretor de obra da prefeitura e cabo eleitoral forte da cidade. Todo mundo gostava de mim! O bastante foi eu mudar de partido. Arrumaram uma chefia pra mim. Entendeu? Dizendo

que eu era o chefe desse povo, que tomava conta, que fazia segurança. E levaram a CPI pra lá e me botaram na cadeia. Mas eu tenho a minha consciência limpa” (Araponga, 69 anos).

A narrativa de Araponga sugere uma tentativa de desviar a responsabilidade dos crimes pelos quais foi condenado, imputando-os a fatores externos. Ele se posiciona como vítima de uma conspiração política. Entretanto, os autos do processo o identificam como autor e mandante de diversos homicídios, alguns com requintes de crueldade, envolvendo pessoas de menor idade. Supostamente suas ações tinham o objetivo de controlar a polícia, extorquir os comerciantes e influenciar os políticos da comunidade (JusBrasil, 2023).

Araponga manteve uma postura defensiva durante grande parte da entrevista; talvez por isso, evitou abordar temas relacionados à sua história de vida. No entanto, em determinados momentos, comentou sobre as relações no presídio e destacou sua habilidade em mediar conflitos, o que lhe proporcionou certos privilégios e amizades “*com todos*”, segundo suas próprias palavras. Isso nos permite inferir que há um potencial para a liderança, evidenciado tanto em seu discurso sobre o envolvimento com a política quanto em sua situação atual na prisão. São características pessoais que podem, se estimuladas, tornar-se desenvolvimentalmente geradoras (Coscione et al., 2018; Koller & De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Dando continuidade, ao ser questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, Araponga respondeu: “*Tudo, tudo. Em primeiro lugar, jamais me envolveria com política. Para mim, acabou*” (Araponga). Sua narrativa não expressa arrependimento ou reflexão sobre os crimes pelos quais foi condenado, mas sim sobre as circunstâncias que, em sua perspectiva, o levaram à prisão. Dessa forma, ele aparenta não assumir a responsabilidade por suas escolhas, o que sugere uma característica disruptiva que impede o desenvolvimento, especialmente devido à indiferença em relação ao direito à vida e às normas sociais (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Koller & De Antoni, 2011).

No que se refere aos crimes sexuais, a maioria dos participantes foram condenados por essa tipologia criminal. Entre esses casos, é prevalente a ocorrência de crimes cometidos contra menores de 14 anos e parentes próximos, como filhos(as) e netos(as). Além disso, observa-se que esses indivíduos geralmente não reconhecem o crime, negando seu envolvimento e alegando terem sido injustamente acusados. Em algumas situações, os participantes apresentam relatos que divergem completamente dos fatos documentados, possivelmente como uma forma de mascarar a realidade, seja por vergonha ou por negação pessoal. Um aspecto particularmente impactante desse tipo de crime são os casos em que os abusos foram cometidos contra filhas e netas, resultando no nascimento de outros netos e bisnetos do agressor.

Entre os casos que envolvem filhos(as) e netos(as), destacam-se as falas de Xexéu, Tucano, Bem-te-vi, Beija-flor, Catraca, Rouxinol e Pitiguari. No caso de Xexéu, a negação do crime contra um parente é evidente em suas palavras: *“Eu fui acusado de ter abusado uma mulher, mas eu tenho certeza de que eu não fiz, não!”* (Xexéu, 65 anos).

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, ele respondeu de forma vaga: *“Eu não sei nem responder. Porque, veja só, o coração de fazer maldade com ninguém, eu nunca tive, graças a Deus. Já fizeram comigo, inclusive aqui, mas eu nunca tenho de fazer com os outros. Eu não estou dando uma de bonzinho com a senhora, não. Eu estou falando da minha vida como é”* (Xexéu, 65 anos).

Além de negar seu envolvimento no crime, Xexéu relata ter sido vítima de violência enquanto esteve preso, uma experiência que, conforme Lawrence e Devine (2022) apontam, é comum em casos de crimes sexuais. Os autores acrescentam que esse tipo de crime é altamente desprezado pelos outros presos, resultando frequentemente em sentimentos de vergonha e inadequação por parte do agressor.

Sua fala também reflete uma tentativa de se distanciar da imagem de ofensor, enfatizando sua suposta incapacidade de fazer mal a alguém, o que pode ser interpretado tanto como uma defesa pessoal quanto como uma estratégia para minimizar a gravidade das acusações. A indiferença em relação às normas sociais somada a negação do crime denota que forças disruptivas podem estar atuando em seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Koller & De Antoni, 2011).

No relato de Bem-te-vi, observa-se uma tentativa de transferir a culpa pelo crime para terceiros, especificamente para um integrante do Conselho Tutelar, a quem ele acusa de ter interesse em suas filhas: *“Minha mulher trabalhava com um cara que era do Conselho Tutelar aí ele ficou de olho nas minhas filhas. Foi ele que mandou levar as meninas e disse que eu tinha feito coisa com elas. Não fizeram exame e eu fiquei aqui na cadeia”* (Bem-te-vi, 62 anos). Ele alega que as acusações foram fabricadas, e que não houve um exame que comprovasse o abuso. Essa estratégia de defesa, similar a outros casos, reflete a negação do envolvimento no crime e o foco na injustiça do processo que resultou em sua prisão.

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, Bem-te-vi responde: *“Eu mudava, porque a gente tem que mudar. Faria tudo diferente para não estar aqui pagando”* (Bem-te-vi, 62 anos). Essa fala, embora reconheça a necessidade de mudança, não aponta um arrependimento direto pelo suposto crime, mas sim pelo fato de estar preso. Sua resposta é vaga e genérica, sugerindo que sua principal motivação para “fazer tudo diferente”

está mais relacionada às consequências de estar encarcerado do que à reflexão sobre o ato em si.

Assim, tanto Xexéu quanto Bem-te-vi não assumem que estão presos por condenações relacionadas ao abuso sexual. Desse modo, observa-se uma força disruptiva atuando sobre os processos proximais, o que os impede de se arrepender e amadurecer com a experiência, dificultando seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Enquanto Catraca, distorce os fatos quando afirma que o crime ocorreu em decorrência de um envolvimento com uma garota de programa. Na realidade, o abuso ocorreu contra uma de suas filhas, o que resultou no nascimento de filhos fruto desses abusos (JusBrasi, 2023): *“Doutora, foi porque eu me envolvi com uma garota de programa. Mas já tinha tido neném, já vivia com o pai de outro lá”* (Catraca, 65 anos).

Ao referir-se à garota de programa como se fosse justificável ou menos grave abusá-la, Catraca demonstra uma visão desvalorizada da mulher, refletindo uma percepção de que, em determinados contextos, a dignidade feminina pode ser ignorada. Essa naturalização do abuso, especialmente ao vincular a mulher ao estigma de seu ofício, reforça a ideia de que, para ele, as mulheres nessa posição têm menos valor, o que reflete um pensamento patriarcal e preconceituoso (Mendes, Cotrim & Ferreira, 2022; Whiting, 2019). Essa percepção se torna ainda mais perversa considerando que ele, na verdade, abusou de sua própria filha, o que amplifica a gravidade moral e legal de seus atos.

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, sua resposta - *“Doutora, se eu pensasse que ia cair onde caí, eu tinha evitado muito. Porque depois dessa idade ser preso... eu nunca fui preso na minha vida quando era novo, depois de velho caí aqui”* (Catraca, 65 anos) - indica que seu arrependimento está centrado nas consequências da prisão e não no sofrimento infligido à sua filha ou na gravidade do crime em si. Nesse sentido, ele não apenas nega sua responsabilidade pelo crime, mas também perpetua uma visão distorcida e desumanizada da mulher, reforçando estereótipos que banalizam o abuso sexual e subestimam a gravidade dos atos cometidos (Mendes, Cotrim & Ferreira, 2022; Whiting, 2019).

A sua fala também revela uma característica de disposição - força disruptiva - que inibe o desenvolvimento. Assim, qualquer forma de violência, seja por meio de ações ou omissões, tende a interromper, impedir, atrasar ou dificultar o desenvolvimento pleno dos seres humanos (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Koller e De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li e Tudge, 2020).

No relato de Beija-flor, ele nega as acusações de abuso contra seu filho, que estava sob sua custódia quando ainda era menor de quatorze anos: *“Me acusaram de uma coisa sem prova. Só acusação. E eu não sabia nem o que era isso? Não sabia que era lei, não sabia o que era nada. Aí eu fui julgado, fui censurado sem nada ter feito”* (Beija-flor, 69 anos). Sua narrativa enfatiza a alegação de injustiça, afirmando que foi julgado sem provas e sugerindo falta de conhecimento das leis que regem os crimes de abuso sexual.

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, afirma: *“Não fazia coisa errada, neh? Pode acreditar que não vai acontecer mais nunca. Primeira e a última vez”* (Beija-flor, 69 anos). Na sua narrativa há uma contradição evidente: embora ele negue o crime, sua declaração de que “não vai acontecer mais nunca” e que foi a “primeira e a última vez” sugere um reconhecimento implícito de que algo dessa natureza ocorreu. Essa ambiguidade pode indicar uma tentativa de distanciar-se do crime sem assumir abertamente a responsabilidade, ao mesmo tempo em que sugere que ele entende a gravidade das consequências.

No que remete as consequências graves do abuso sexual em crianças e adolescentes, Florentino (2015) destaca tanto os físicos quanto os emocionais, incluindo traumas psicológicos como transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e problemas de socialização. Além disso, a relação com o agressor e a duração do abuso são fatores que podem intensificar os danos, especialmente em casos de incesto.

Koller e De Antoni (2011) discutem que durante muitos séculos, a violência doméstica era vista como algo restrito ao espaço privado, que só dizia respeito às pessoas diretamente envolvidas. O homem exercia seu domínio sobre as mulheres e as crianças sem questionamento. Com o avanço histórico e social, iniciou-se a conscientização desse processo, e, como resultado, através do movimento dos direitos humanos, foram consolidadas leis que proíbem os maus-tratos a outros seres humanos. Ainda assim, o ambiente doméstico muitas vezes oculta o abuso, criando um “pacto de silêncio”, o que impede a denúncia e a proteção das vítimas. Em função disso, propõem o uso dos termos “violência intrafamiliar” ou “violência familiar” com objetivo de romper com o paradigma de que a violência tem um caráter privado e íntimo.

Essa conscientização tem promovido transformações nas atitudes sociais em relação ao abuso sexual e mudanças nas políticas penais em todo o mundo. Os tribunais têm processado, cada vez mais, crimes históricos, resultando em um aumento de condenações de pessoas idosas (Combalbert et al., 2018; Lawrence & Devine, 2022; Sullivan et al., 2016; Ridley, 2021).

O caso de Rouxinol também retrata a violência familiar. Ele alegou ter sido acusado por um de seus filhos de abusar de suas filhas, mas negou veementemente o crime, afirmando que passou por diversos exames que não comprovaram o abuso: *“Olhe foi um filho meu, me entregou dizendo que eu tinha passado a mão nas minhas filhas, sem ter passado, sabe? Aí fizeram em mim oito exames, e nada acusou, nada”* (Rouxinol, 68 anos).

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, ele oferece uma reflexão nostálgica sobre o passado, destacando um tempo em que, segundo ele, havia respeito e harmonia familiar: *Olha, eu mudaria pro meu passado! Naquele tempo, nós tínhamos uma família que não tinha nada de dor de cabeça, que até com a porta assim, o cabra dormia com ela aberta que ninguém bulia, ninguém bulia com ninguém. Morava do jeito que quisesse morar, não tinha dor de cabeça, não tinha medo de ninguém fazer, dedurar... não tinha dor de cabeça por causa de ninguém. Eu vou dizer: nesse tempo agora, o cabra não pode assim brincar. O cabra vive assim... com medo”* (Rouxinol).

A ênfase na ideia de respeito e ordem familiar, mencionada no texto, pode ser vista como uma estratégia para desviar a atenção do crime, ao idealizar um passado onde as relações familiares eram supostamente mais simples e harmoniosas. No entanto, conforme Koller e De Antoni (2011) destacam, essa visão reflete uma época em que a violência doméstica era encarada como um problema restrito ao ambiente privado, algo que não deveria ser considerado fora das paredes do lar. Esse tipo de atitude confere ao patriarca uma autoridade praticamente incontestável sobre os membros da família, permitindo que ele agisse sem se preocupar com possíveis repercussões ou denúncias externas, como revelado na expressão “não tinha medo de ninguém fazer, dedurar”.

Além disso, a fala sugere elementos importantes sobre a própria experiência de vida desse indivíduo. Ao relembrar um tempo em que “a cabra vivi assim... com medo”, ele pode estar externalizando uma insegurança sentida no presente, talvez não apenas por temer ser acusado novamente, mas possivelmente também por traumas não resolvidos de sua própria infância. A falta de clareza sobre se ele mesmo foi vítima de abuso no passado deixa a interpretação em aberto, sugerindo que a complexidade de sua história pessoal pode estar por trás de seu comportamento atual.

Dessa forma, a ausência de reconhecimento explícito do que aconteceu com suas filhas e a insistência em exaltar o passado sugerem que ele tenta minimizar a gravidade das acusações. Para ele, o que ocorre no ambiente familiar diz respeito apenas aqueles que vivem na casa, e, portanto, suas ações não são moralmente condenáveis aos seus próprios olhos (Koller & De Antoni, 2011; Bataglia, Moraes & Lepre, 2010; Papalia & Martorell, 2022). Sua fala também

revela uma tensão que impede o desenvolvimento, juntamente com a presença de uma força perturbadora, evidenciada pela falta de controle comportamental e o desrespeito às normas sociais (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Koller e De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li e Tudge, 2020).

No caso de Pitiguari, nota-se uma semelhança com outros participantes no que se refere à negação do crime de abuso sexual contra sua neta. Ele descreve a surpresa ao ser preso e o desconhecimento sobre a acusação: *“Foi assim: me levaram para a cadeia, eu sem saber de nada! À noite, veio um policial e disse que ia me levar para o castigo e que eu estava preso por causa da minha neta. Lá eu fiquei dois dias, eu não sabia o que estava acontecendo. Eu estava preso, eu não sabia o que estava acontecendo, porque eu nunca cometi, nunca vou cometer, eu sou um homem. E eu estou preso até hoje!”* (Pitiguari, 62 anos).

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, duas questões centrais emergem. Primeiro, a presença da pesquisadora parece ter facilitado a expressão de algo que ele sentia a necessidade de compartilhar, sugerindo a falta de profissionais qualificados para atender adequadamente essa população. Segundo, o tema do álcool ressurge, assim como nos casos de Gavião e Curió, indicando um padrão relacionado ao abuso de substâncias e a criminalidade, conforme apontado por Papalia & Martorell (2022).

Nesse contexto, Pitiguari admite problemas com a bebida, mas, ao mesmo tempo, reafirma seu papel de provedor e nega envolvimento em comportamentos criminosos: *“Há tempo que eu estou aqui, mas não tenho com quem conversar esse assunto. Eu tinha vontade de falar que eu tenho um defeito muito grande, eu bebo muito, mas sempre trabalhei para não deixar meus netos passar fome, nem andar sujo. Pra todo canto eu levava meus netos (chora). Mas safadeza, essas coisas erradas, eu não fiz!”* (Pitiguari, 62 anos).

Dessa forma, entende-se que o consumo de álcool pode ser reafirmado como um fator de risco relevante na dinâmica que contribui para a criminalidade (Papalia & Martorell, 2022). A negação de envolvimento em atos ilícitos sugere um esforço contínuo de Pitiguari para preservar a sua imagem de homem trabalhador e responsável, apesar das circunstâncias que o levaram à prisão. Além disso, seu relato revela a presença de uma força disruptiva que o impede de considerar sua falta de controle sobre o comportamento, em parte ocasionada pelo uso de álcool, bem como seu desrespeito às normas sociais que obstaculizam seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Koller e De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li e Tudge, 2020).

Entre os casos em que as vítimas eram pessoas próximas, destaca-se o de Alegrinho. Embora os autos do processo indiquem que os abusos não envolveram conjunção carnal, o que

não o isenta do crime, ele nega qualquer envolvimento, justificando que conflitos entre parentes resultaram em sua prisão. Ele descreve a situação como uma armadilha orquestrada por sua cunhada: *“Eu cáí [...] por causa de briga de família, minha cunhada me botou na cadeia. Foi assim: a sobrinha da minha esposa tem problema, [...] a mãe dela aproveitou-se e me botou na cadeia depois de ter brigado com a minha esposa, irmã dela. Pegou a filha, essa que é doente, e foi para a delegacia! Chegando lá - a senhora sabe, né, doutora, como é criança - a mãe dela prometeu um celular para dizer que eu tinha mexido com ela”* (Alegrinho, 60 anos).

Além disso, outra questão relevante refere-se ao fato de a menor apresentar um quadro de saúde não especificado, o que a coloca em situação de maior vulnerabilidade, fator que pode ter facilitado a ação do acusado. Como mencionado em estudos que tratam das características das vítimas de homens idosos (Crookes et al., 2021).

Ao ser questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, Alegrinho reafirma sua inocência, projetando uma imagem de retidão moral ao longo de sua vida: *“Doutora, para falar a verdade para a senhora, eu fui criança, fui adolescente, fui pai de família, nunca fiz nada de errado, a senhora acredita?”* (Alegrinho, 60 anos). Essa fala reflete a tentativa de Alegrinho em construir uma narrativa que desvincule sua identidade dos atos criminosos imputados a ele, ao mesmo tempo em que reforça sua negação dos abusos. A menção ao conflito familiar sugere uma estratégia de defesa que desloca a responsabilidade para os conflitos interpessoais, questionando a veracidade das acusações. Essa atitude não contribui para o desenvolvimento, pois impede a consideração de sua responsabilidade pela ação violenta que prejudicou tanto a vítima quanto a ele próprio (Koller & De Antoni, 2011).

Nos casos em que as vítimas eram membros da comunidade, destacam-se os de Sabiá, Azulinho e Periquito. Nos dois últimos, as vítimas eram crianças que aparentavam estar sem supervisão adequada, o que as colocava em um estado de vulnerabilidade elevado. No caso de Sabiá, a vítima foi uma mulher adulta, o que se apresenta como um caso incomum em nossa pesquisa, embora já apontado pela literatura (Vilela, Dias & Sampaio, 2021; Crookes et al., 2021).

Sabiá nega a autoria do crime, apesar das evidências comprovadas por exames, que indicam a ocorrência da violência e o consequente trauma psicológico na vítima, que precisou de tratamento psiquiátrico, conforme descrito nos autos do processo (JusBrasil, 2023). Em sua fala, reafirma sua inocência, insistindo que a acusação é falsa: *“Uma mulher disse que eu tinha feito coisa com ela, sem ter feito! Eu não fiz e estou pagando aqui”* (Sabiá, 61 anos).

No entanto, sua resposta ao ser questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo revela uma ambiguidade em sua postura. Embora ele reitere que não cometeu o crime,

expressa arrependimento de forma contraditória: *“Eu não sei nem falar. Eu me arrependo! Ela diz que eu fiz, e eu não fiz! Como vou me arrepender de algo que eu não fiz?”* (Sabiá, 61 anos). Essa resposta sugere uma tensão entre a negação e a admissão de arrependimento, criando uma contradição em seu discurso.

O fato de afirmar arrependimento enquanto nega o ato pode ser visto como uma estratégia de defesa ambígua, que procura preservar sua imagem de inocência, mas, ao mesmo tempo, revela um possível desconforto com a gravidade da situação em que está envolvido. Esse comportamento pode ser interpretado como um movimento inicial em direção ao reconhecimento de que suas ações tiveram consequências graves, tanto para a vítima quanto para ele próprio. Tal reconhecimento, certamente, pode facilitar o desenvolvimento de relações mais empáticas e positivas, contribuindo para o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Koller & De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Assim como em outros casos, tanto Azulinho quanto Periquito adotam uma postura de negação frente às acusações. Nos dois casos, as vítimas eram crianças em situações de vulnerabilidade, o que aumenta a gravidade dos crimes. No entanto, ambos os acusados insistem que suas intenções eram benignas, apresentando-se como ajudantes ou protetores.

Glasgow et al. (2018) e Rudolph et al. (2018) discutem as estratégias de defesa comuns em casos de abuso infantil, especialmente quando os acusados são próximos às vítimas. A minimização e a negação são frequentes. Os ofensores muitas vezes retratam seus interesses como “benignos” ou se colocam como protetores das vítimas, uma tática comum para desviar a atenção da gravidade do crime e, ao mesmo tempo, preservar sua imagem de inocência. De acordo com Koller e De Antoni, (2011) a análise da negação da violência pode ser vista como uma força disruptiva no desenvolvimento emocional tanto dos acusados quanto das vítimas.

No caso de Azulinho, sua fala reforça a ideia de que as crianças estavam pedindo ajuda e que ele, inocentemente, foi envolvido na situação: *“Olha, doutora, eu vou dizer a verdade a senhora. Me acusaram de estupro. Eu trabalhava como ajudante de pedreiro, apareceu três meninas lá, duas meninas, foi pedir água e comida na porta. Eu disse que não tinha e mandei falar com o pedreiro. Aí o pedreiro deu água e depois começou a safadeza por trás e eu não sabia de nada! Aí depois me acusaram que eu tinha feito isso!”* (Azulinho, 68 anos).

Periquito também segue uma narrativa similar, ao alegar que sua intenção era ajudar as crianças, que, segundo ele, estavam abandonadas e em condições de extrema vulnerabilidade: *“Eu fui acusado de estupro de vulnerável. Foi assim: eu conheci uma mulher, e a minha intenção era morar com ela. Mas eu não sabia muito da vida dela, só sabia que ela trabalhava*

e tinha duas crianças. As duas crianças ficavam quase abandonadas por lá, todo mundo sabe. Aí eles passavam lá e me chamavam de pai, pedindo um real para poder ir para a escola. Eu dava um real para eles, assim, ajudava. Ficava com dó e, assim, eu pensando em ficar com eles lá e tomar conta deles. Só sei que foi uma confusão[...]. E só sei que botaram eu aqui dentro. E não teve como explicar” (Periquito, 65 anos).

O idoso justifica suas ações como sendo de natureza altruísta, descrevendo um cenário em que ele pretendia tomar conta das crianças devido à negligência da mãe. Ele novamente se coloca como vítima de uma “confusão” que o levou à prisão, sem que tivesse oportunidade de explicar sua versão dos fatos. Essa fala reflete a tentativa de minimizar sua responsabilidade, ao destacar que seu envolvimento com as crianças se limitava a atos de ajuda e cuidado (Glasgow et al., 2018; Rudolph et al., 2018).

Quando foi questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo ele reflete sobre como sua vida poderia ter sido diferente se tivesse feito outras escolhas: *“Eu acho que mudava quase tudo. Eu tinha ficado lá em [...]. Porque, nesse tempo todo que eu vivia lá, nunca fui a uma delegacia. Nunca tive encrenca com ninguém, nada. Mas aqui, o pessoal liga muito com a vida dos outros. E aconteceu, né? Tudo isso aí” (Periquito, 65 anos).* Aqui, Periquito lamenta os eventos, mas coloca a culpa nas atitudes e comportamentos das pessoas de sua comunidade, ao invés de assumir responsabilidade por suas ações. Ele retrata o ambiente em que cresceu como um local onde a privacidade era respeitada, e sugere que foi justamente a maior atenção às questões alheias que resultou em sua prisão.

Assim, tanto neste quanto em outros casos apresentados, a violência intrafamiliar, ou o que ocorria no âmbito privado, era vista como algo aceitável para os idosos. Isso reforça a crença patriarcal de que tudo era permitido nesse ambiente, onde a autoridade sobre a vida e os direitos das pessoas pertencem ao homem. Nesse contexto, considerava-se legítimo tomar decisões sobre a vida dos outros sem considerar suas necessidades e desejos básicos, atendendo apenas às necessidades e vontades de quem tem o poder. (Koller & De Antoni, 2011).

Quando uma pessoa comete violência contra outra, não a reconhece como um ser humano ou titular de direitos, configurando uma violação dos direitos humanos. Na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, essa violência adquire uma dimensão macrossistêmica, necessitando ser tratada a nível social, político e cultural. Tanto o agressor quanto a vítima se encontram em situações de risco e vulnerabilidade, pois a violência os expõe a desafios para o desenvolvimento. Nesse contexto, é essencial identificar os fatores de risco e proteção, além dos recursos disponíveis para superar esses obstáculos ao desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979, 1996; Koller & De Antoni, 2011).

Em contraste com os outros crimes abordados na pesquisa, o envolvimento com o tráfico de entorpecentes aparece em menor escala. O caso de Patativa demonstra uma postura bastante pragmática e honesta. Ao contrário de outros participantes que negam ou justificam suas ações, ele admite abertamente sua participação no crime, refletindo sobre o sistema prisional e sua trajetória de vida: *“Safadeza, porque as três cadeias não tinham me ensinado, essa agora ensinou tudo. Uma coisa que eu já estou velho, não dá mais pro crime. A cadeia mudou muito, hoje em dia o preso só quer usar a droga. Eu vendia essa trepeça, minhas quedas é isso aí, eu não nego nada meu, não. Eu nunca usei droga. São 39 anos no crime, eu sou logo realista!”* (Patativa, 64 anos).

Ele também ressalta que, apesar de ter vendido drogas, nunca foi usuário, o que enxerga como um ponto de distinção dentro do mundo do crime. Ao reconhecer sua idade avançada e afirmar que “não dá mais pro crime”, Patativa demonstra uma visão crítica sobre seu próprio envelhecimento, sugerindo que o tempo passou e, com ele, as condições para continuar na criminalidade. A noção de envelhecimento aqui vai além do físico: ela também reflete a exaustão mental e emocional que acompanha anos de atividade criminosa.

Quando questionado sobre o que mudaria se pudesse voltar no tempo, Patativa oferece uma resposta direta, expressando arrependimento sem recorrer a justificativas: *“Se eu pudesse voltar o tempo, nada do que eu fiz eu iria fazer”* (Patativa, 64 anos). Esse arrependimento, aliado à noção de estar “velho para o crime”, revela uma percepção de que suas escolhas não lhe trouxeram benefícios, e que, se pudesse, tomaria decisões diferentes. Ademais, sua fala é desprovida de vitimização ou tentativa de se redimir perante a sociedade. Trata-se de um movimento desenvolvimentalmente gerador, evidenciado pela capacidade de aprender com a experiência e pela demonstração de arrependimento por suas ações (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coscione et al., 2018; Koller & De Antoni, 2011; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Portanto, conforme ressaltado por Koller e De Antoni (2011), existe um potencial de desenvolvimento para o perpetrador de violência. É fundamental criar condições adequadas que favoreçam o desenvolvimento dessas pessoas, estabelecendo uma rede de apoio eficaz que diminua os riscos e fortaleça os fatores de proteção no contexto prisional, com ênfase no planejamento da reintegração social.

3.3.2 Aspirações para o futuro

Nesta seção, daremos continuidade ao último nível temporal, abordando as expectativas que os idosos encarcerados manifestam em relação ao futuro. A relevância dessa análise está em compreender como essa elaboração influencia seu desenvolvimento presente (Silva, Alves & Koller, 2011). Duas subcategorias emergiram dos discursos dos participantes. A primeira é o desejo de reencontrar-se com o campo - um lugar onde se sentiam produtivos e integrados - de conexão com o espaço, a cultura e a comunidade, conforme o conceito de “pertencimento” discutido por Bell Hooks (2022). A segunda subcategoria envolve as concepções sobre a finitude e o próprio processo de envelhecimento.

A satisfação das necessidades específicas dos idosos no ambiente prisional precisa ser garantida, uma vez que a ausência desse suporte pode comprometer os meios de sobrevivência futura. Contudo, destaca-se que a preocupação inicial com os cuidados básicos não exclui a possibilidade de planejar o futuro (Neiva-Silva, Alves & Koller, 2011). Embora os idosos encarcerados enfrentem uma série de necessidades não satisfeitas, observa-se que ainda mantêm esperanças em relação ao futuro, o que os motiva a buscar maneiras de sobreviver e dar continuidade ao seu desenvolvimento.

A análise das falas em relação à primeira subcategoria – o desejo de reencontrar-se com o campo e a conexão com o espaço, a cultura e a comunidade – evidencia uma profunda ligação dos participantes com a terra e as atividades produtivas que realizavam antes do encarceramento. Assim, há uma conexão clara entre o trabalho no campo e a reconstrução de suas vidas após o encarceramento. João de Barro, por exemplo, descreve um plano muito específico, que inclui trabalhar no sítio de seu filho, plantando e criando animais: “*O plano que eu faço é... ir lá para o sítio do meu filho trabalhar, plantar, criar um bode para comer pelo São João*” (João de Barro, 62 anos). Essa fala destaca não só o desejo de produtividade, mas também a importância das tradições culturais, como a celebração do São João. Evidenciando a bidirecionalidade - influência mútua - entre os contextos do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999).

De forma semelhante, Sabiá expressa a necessidade de trabalhar e pertencer à sua comunidade e família que pretende constituir: “*Quero trabalhar, tirar o resto dos meus documentos. Limpar mato, roçar mato, trabalhar em qualquer coisa para dar de comer a minha futura companheira, é fazer minha parte*” (Sabiá, 61 anos).

Tucano e Rouxinol compartilham o desejo de voltar para seus sítios e retomar atividades agrícolas, como plantar macaxeira e banana, mostrando que o retorno ao campo é visto como

uma forma de recuperação da própria identidade, associada ao trabalho na terra e à autonomia. *“Eu, quando sair daqui, vou me embora para um sítio que eu tenho com meu irmão. Vou ajudar, plantar alguma coisa, macaxeira para comer, banana”* (Tucano, 65 anos); *“Eu vou voltar para minha casa. Se eu pudesse, já teria ido embora há muito tempo para cuidar dos meus serviços por lá, plantar, cuidar da terra”* (Rouxinol, 68 anos).

A fala de Patativa, embora não mencione diretamente o trabalho rural, enfatiza a felicidade e a liberdade que ele espera ao voltar para casa, sugerindo que sua noção de pertencimento está profundamente ligada à reconexão com seu lar: *“Eu vou me embora para minha casa. Eu não sei nem descrever a felicidade que eu vou sentir quando eu sair daqui”* (Patativa, 64 anos).

Essas falas evidenciam que o campo não é apenas um espaço físico, mas um lugar simbólico de pertencimento, onde os idosos encarcerados podem retomar suas atividades, sentir-se úteis e, mais importante, reconectar-se com as raízes culturais e sociais que foram interrompidas pelo encarceramento (Hooks, 2022; Goffman, 2010). A volta para casa é, para eles, um retorno à normalidade e à dignidade, ancorado no trabalho e na relação com a terra.

Neiva-Silva, Alves e Koller (2011) afirmam que as perspectivas de futuro dos adolescentes em situação de rua são bastante semelhantes às de outros jovens ou adultos, independentemente de suas condições socioeconômicas ou de vida. Para os adolescentes, o principal caminho para alcançar a felicidade passa pelo trabalho. Esse achado é semelhante ao observado em nossa pesquisa.

Na análise das falas em relação à segunda subcategoria – concepções sobre a finitude e o próprio processo de envelhecimento – podemos observar que os participantes demonstram ter consciência sobre a fragilidade da vida e a proximidade da morte, o que influencia o presente e as expectativas em relação ao futuro (Neiva-Silva, Alves e Koller, 2011). As falas revelam um misto de esperança e resignação, com a ideia de que o tempo está se esgotando e que as oportunidades são limitadas.

A fala de Xexéu exemplifica essa ambivalência ao falar de seus planos de viver com suas irmãs e cuidar da saúde, mas ao mesmo tempo reconhece a incerteza de sair da prisão com vida: *“Ir embora para casa das minhas irmãs, receber a minha aposentadoria e cuidar da minha saúde, da minha vida, arrumar uma companheira também. Mas, a verdade é que eu estou desse jeito, e agora me acho nesse lugar. Sei nem se saio daqui ainda com vida ou não”* (Xexéu, 65 anos). A expressão “sei nem se saio daqui com vida ou não” mostra uma percepção de finitude que sobrepõe suas expectativas em relação ao futuro, o que reflete a realidade do envelhecimento dentro do espaço carcerário.

Novisky, Narvey e Prost (2022) investigaram as experiências e percepções dos prisioneiros idosos em relação à morte e ao processo de morrer no ambiente carcerário. As entrevistas realizadas com 193 presos idosos revelaram que muitos participantes expressaram medo de morrer enquanto ainda estavam encarcerados.

Dado semelhante foi identificado nas falas de Catatau, Azulinho e Pitiguari que compartilham a esperança de retomar suas atividades no campo, mas todas as suas projeções para o futuro estão condicionadas à sobrevivência: *“Olha doutora, o que eu penso, se eu não morrer aqui e se Deus me der a minha visão, vou trabalhar, plantar inhame, vender banana”* (Catatau, 62 anos); *“Se com vida e saúde eu tiver, quando eu sair daqui vou plantar no meu roçado”* (Azulinho, 68 anos); *“No meu futuro, se eu sair daqui com vida, eu quero ir para o meu sítio, trabalhar para mim, plantar coentro, macaxeira, inhame, batata, feijão verde, jerimum”* (Pitiguari, 62 anos).

A repetição da frase “se eu não morrer aqui” ou “se eu sair daqui com vida” indica que, para esses indivíduos, a morte é uma possibilidade muito real e presente. Dado semelhante ao encontrado entre os adolescentes em situação de rua que, assim como os idosos presos, estão expostos a situação de risco e vulnerabilidade constantes. Logo, as expectativas negativas em relação ao futuro, tende a refletir diretamente no desenvolvimento dessas pessoas. Entretanto, a família pode desempenhar um papel fundamental na construção dos projetos de vida (Neiva-Silva, Alves & Koller, 2011).

Nesse sentido, os projetos de vida de Araponga incluem as esperanças de ajudar sua família. Ele também oferece uma visão mais pragmática ao reconhecer que, devido à idade, suas expectativas são mais modestas: *“Um homem da minha idade não pode pensar muito alto. Mas, quando eu sair daqui, vou procurar trabalhar, comprar, vender, trocar, para ajudar minha família e viver minha vida em paz. Me afastar de tudo o que me prejudicou”* (Araponga, 69 anos). Ele menciona que não pode “pensar muito alto”, mas, ao mesmo tempo, aspira reconstruir sua vida com dignidade, afastando-se dos fatores que o prejudicaram. Sua fala destaca a necessidade de uma vida em paz e de manter laços familiares. O que sugere um movimento desenvolvimentalmente gerador (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Gavião reflete sobre a passagem do tempo, reconhecendo que as oportunidades se dissiparam à medida que envelheceu: *“Eu não tive uma genitora que me desse uma orientação. Por isso as coisas parecem não dar certo. Daí a gente vai ficando velho, o dia vai passando, e se passa rápido, o mundo passa rápido. Quando penso que não, já casei, tô com 30, 40, 60,*

pensando em nada. Aí chega o quê? A velhice; chegam os netos e depois o fim” (Gavião, 61 anos).

Ele menciona que o tempo passou rapidamente, com a vida avançando sem que ele tivesse refletido sobre ela de maneira significativa. Agora, o único horizonte visível é a velhice e o fim inevitável. A sensação de arrependimento e a percepção de uma falta de propósito permeiam sua fala, destacando a certeza da finitude e o sentimento de oportunidades perdidas. Nesse relato, observa-se um movimento desenvolvimentalmente disruptivo que dificulta o seu processo de desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Por fim, Catraca reflete sobre a finitude da vida, usando uma metáfora culturalmente estabelecida “a corda de um relógio que se parte”: *“A vida é igual a corda de relógio, quando está velha demais, se quebra, se parte, não tem conserto mais... A qualquer momento eu posso fechar os olhos e morrer. Porque quem de novo não vai, de velho não escapa. Deus, tomara que eu saia daqui com vida para ver minha mãe viva. No mais, é ir para a minha mesma região, trabalhar e dar a mesma ajuda que eu dava às minhas filhas” (Catraca, 65 anos).*

Ele demonstra a consciência de que o tempo está se esgotando e que a morte pode ocorrer a qualquer momento, mas, ao mesmo tempo, mantém a esperança de sair vivo da prisão para rever sua mãe e ajudar suas filhas. Esse é um movimento gerador de desenvolvimento, impulsionado pela esperança que o motiva a dar continuidade ao seu processo de crescimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Navarro & Tudge, 2022; Xia, Li & Tudge, 2020).

Em suma, as falas relacionadas à segunda subcategoria revelam como a finitude e o processo de envelhecimento influenciam as expectativas dos idosos encarcerados. Suas projeções para o futuro estão permeadas por uma consciência da morte iminente, condicionando seus planos de vida e refletindo as limitações impostas pela idade e pela prisão. No entanto, compreender que cada dia pode ser o último pode nos levar a aproveitar o presente para crescer e se desenvolver, bem como, se aproximar de quem realmente somos e estabelecer conexões significativas com os outros. Diferente daqueles que negam a ideia da morte, pois quem vive como se fosse imortal, tende a adiar suas responsabilidades e compromissos, e com isso, perde as oportunidades de realização e crescimento pessoal (Papalia & Martorell, 2022).

4. Considerações

A análise do desenvolvimento de homens idosos encarcerados, com ênfase na dimensão temporal da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, revela uma relação íntima

entre o tempo e o processo de envelhecimento em um contexto de privação de liberdade. As falas dos participantes refletem como a passagem do tempo influencia seus vínculos com o passado e seu presente, que se reflete nas perspectivas em relação à vida fora do cárcere.

A finitude da vida é um tema recorrente nas falas, com os participantes demonstrando um misto de esperança e resignação diante das limitações impostas pela idade e pelo encarceramento. A esperança de sobrevivência e de reconexão com suas raízes é um movimento gerador de desenvolvimento, que os impulsiona a buscar sentido em suas vidas, mesmo dentro de um contexto adverso.

O estudo também aponta para a necessidade de políticas públicas que garantam o atendimento das necessidades básicas da população idosa no ambiente prisional. A falta de suporte adequado, de acesso a cuidados de saúde e de espaços próprios para idosos agrava a vulnerabilidade desses indivíduos e prejudica seu desenvolvimento. Portanto, a criação de redes de apoio eficazes e de programas de reintegração social são fundamentais para promover o bem-estar e o desenvolvimento contínuo desses homens, mesmo em um contexto de privação de liberdade.

Na próxima sessão, serão apresentadas as considerações gerais sobre o estudo, com a intenção de responder aos objetivos propostos. Esse momento será dedicado à análise dos principais achados da pesquisa, contribuições, limitações e implicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância de realizar uma investigação sobre homens idosos encarcerados tornou-se evidente a partir de uma revisão ampla da literatura, na qual verificou-se uma lacuna específica no campo da psicologia, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de homens idosos em privação de liberdade sob a perspectiva bioecológica de Urie Bronfenbrenner. Este estudo, portanto, caracteriza-se como uma investigação preliminar, introdutória e exploratória, motivada pela ausência de pesquisas consolidadas nessa área.

Dessa forma, o objetivo geral da presente Tese foi analisar, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento do homem idoso encarcerado no contexto prisional. Mais especificamente: 1) apresentar os dados biosociodemográficos e o Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) dos participantes; 2) analisar as características da pessoa e o impacto do encarceramento nas relações proximais, considerando os níveis do microsistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema; 3) identificar os sentimentos experimentados por homens idosos em relação ao encarceramento, bem como as necessidades percebidas por eles; 4) compreender os fatores que facilitam ou dificultam o desenvolvimento do idoso no contexto prisional.

Para compreender esse fenômeno, fundamentamo-nos na Teoria Bioecológica Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), que define o desenvolvimento como resultado de uma complexa interação entre dimensões biopsicológicas, sociais, históricas e culturais. Nessa abordagem, o desenvolvimento humano emerge das relações recíprocas entre o sujeito e os diversos sistemas bioecológicos presentes em sua vida. A interação multifacetada entre os elementos do ambiente ecológico, a pessoa em desenvolvimento e o fator temporal é descrito no modelo (PPCT). Nessa perspectiva, o desenvolvimento - assim como os fenômenos humanos - podem ser interpretados a partir da relação entre os quatro elementos: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT).

Dado o caráter inédito desta pesquisa, consideramos importante registrar as dificuldades ao longo do processo de investigação, especialmente no que tange à segurança da pesquisadora e à logística de coleta de dados nas unidades prisionais. Um dos principais desafios foi a falta de agentes penitenciários suficientes para garantir a segurança constante, o que nos levou a contar, na maior parte do tempo, com o suporte de internos e, ocasionalmente, da equipe psicossocial. Além disso, as limitações com relação à segurança impediram a presença de auxiliares na aplicação do instrumento de rastreio cognitivo - prolongando o tempo

de permanência com cada participante - o que nos levou a decidir por visitar apenas duas das quatro instituições disponibilizadas.

A distância geográfica e a imprevisibilidade das visitas tornaram inviável a participação dos familiares, inicialmente prevista no projeto de pesquisa. O que impossibilitou uma análise mais aprofundada sobre a dinâmica familiar e os impactos do encarceramento do homem idoso para seus parentes. A ausência de informações diretas sobre a predominância das mulheres nas visitas, a ruptura dos vínculos afetivos e as implicações emocionais e sociais para a família limita, em parte, a compreensão do contexto relacional do idoso.

Os bastidores da pesquisa evidenciaram uma questão relevante: o apoio prestado pelas equipes psicossociais, variou significativamente entre as unidades. Em uma delas, embora a gestão tenha autorizado o uso de recursos necessários para o trabalho, houve momentos de pouca receptividade por parte da equipe psicossocial, dificultando o planejamento das atividades. Em ambas as unidades, os agentes penitenciários demonstraram cordialidade e disposição em colaborar, mesmo sem poder acompanhar a pesquisadora de forma contínua.

A experiência de interação com os homens idosos encarcerados demonstrou o impacto positivo de proporcionar um espaço individual para expressão de suas vivências. Muitos participantes relataram sensação de alívio e bem-estar após compartilharem suas histórias de vida durante as entrevistas, o que reforça a relevância de pesquisas como esta. Além disso, evidencia a necessidade do envolvimento de universidades e setores privados na criação de espaços de escuta ativa, suprimindo uma lacuna deixada pelo sistema prisional, que parece não oferecer esse tipo de suporte essencial para o bem-estar emocional dos internos.

A análise dos dados encontrados revelou que a população estudada, composta por 20 homens idosos, tem entre 60 e 84 anos, são majoritariamente pardos, com escolaridade fundamental incompleta ou são analfabetos, de religião evangélica ou católica, e são solteiros ou casados. Apenas 35% são aposentados, com renda de um salário-mínimo, e têm, em média, 4,6 filhos, sendo visitados por esposas, filhas ou irmãs. A maioria apresenta condições de saúde precárias, com alta prevalência de doenças cardiovasculares, comprometimento da saúde mental, visual e auditiva. O uso de medicamentos para controle de diversas condições de saúde é comum, refletindo a necessidade de cuidados médicos contínuos. A aplicação do Mini-Exame do Estado Mental (MEEM) evidenciou um índice elevado de Comprometimento Cognitivo Leve (CCL), revelando que a ausência de estímulos cognitivos e físicos no ambiente prisional agrava o declínio cognitivo.

Entre os crimes cometidos, predominam os delitos contra a dignidade sexual, seguidos de homicídio e tráfico de drogas, com penas que variam de oito a 174 anos. Com relação aos

crimes sexuais, que juntos somam a maioria, destaca-se a relação de parentalidade entre os homens idosos e as vítimas, que geralmente eram menores de 14 anos ou possuíam algum tipo de comprometimento mental. Os crimes foram cometidos, em maioria, antes dos 60 anos e, apenas uma minoria cometeu o abuso durante a velhice.

Nesse contexto, os homens idosos tendem a apresentar como fatores impulsionadores o abuso de substância, como o álcool, e fatores culturais associados à percepção de poder que exercem sobre as mulheres, especialmente aquelas inseridas no contexto familiar, que acabam sendo as mais afetadas. Esses elementos contribuem para que muitos desses homens tenham dificuldade em considerar o impacto de suas ações sobre as vítimas. Dessa forma, eles frequentemente normalizam ou negam os comportamentos criminosos.

A análise das entrevistas à luz da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner revelou que - no quesito *Pessoa e Processos* - os desafios enfrentados pelos homens idosos no contexto prisional impactam suas disposições, recursos e demandas. As disposições gerativas, como o desejo de aprender e a capacidade de resiliência, coexistem com disposições inibidoras, incluindo sentimentos de apatia e falta de controle emocional, que limitam o envolvimento em processos proximais. O ambiente prisional mostrou-se parcialmente capaz de promover o desenvolvimento educacional e habilidades sociais, embora as barreiras físicas e o acesso limitado aos cuidados de saúde, especialmente em relação à visão e mobilidade, ainda representem obstáculos significativos.

Nesse contexto, recursos pessoais, como habilidades musicais e manuais, são elementos que contribuem positivamente para a adaptação ao ambiente, enquanto a ausência de recursos materiais e sociais na vida pré-encarceramento reflete um histórico de vulnerabilidades que impactam o desenvolvimento desses idosos. No que tange às demandas, observa-se uma tendência de retração social, com preferência por relações entre pares da mesma faixa etária, como forma de proteção e adaptação ao ambiente prisional.

No que se refere ao *Contexto* - no *microssistema* prisional, as interações com os colegas de cela e a equipe psicossocial revelaram a existência das díades observacionais, de atividade e primárias, nas quais emergem tanto relações de apoio quanto os conflitos. O que reflete uma dinâmica bidirecional que impacta diretamente o engajamento nos processos proximais, podendo facilitar ou dificultar o desenvolvimento dos idosos encarcerados. No *mesossistema*, o contato presencial com os familiares ou mediado pela tecnologia, demonstra-se um vínculo essencial para o apoio emocional e material. Além disso, representam um ponto de conexão com o mundo exterior, favorecendo as perspectivas de reintegração futura. No *exossistema*, o ambiente físico, muitas vezes inadequado, reflete as desigualdades sociais presentes no sistema

prisional, onde nem todos os idosos têm acesso a condições mínimas de dignidade. No *macrossistema*, os valores culturais e sociais, como o trabalho, a fé e os laços familiares, destacam-se como elementos centrais na manutenção da identidade, promovendo a resiliência e a continuidade de valores que sustentam o homem idoso em meio às rupturas impostas pelo encarceramento.

Em relação à dimensão *Tempo*, constatou-se que a passagem dos anos em condições de privação de liberdade exerce um impacto significativo no bem-estar e nas perspectivas dos homens idosos em relação ao futuro. A temática da finitude da vida é recorrente, evidenciando um equilíbrio delicado entre esperança e resignação diante das restrições impostas tanto pela idade, quanto pelo encarceramento. Ainda assim, a busca pela sobrevivência e pela reconexão com suas origens surge como um impulso vital para o desenvolvimento, motivando esses indivíduos a encontrarem sentido em suas vidas, apesar das adversidades.

Em complementação aos objetivos específicos desta pesquisa, destaca-se que os sentimentos predominantes dos idosos em relação ao encarceramento são tristeza, frustração, angústia, solidão, desmotivação, mal-estar, humilhação e impotência, associados à perda da liberdade e à desconexão com suas identidades, papéis e famílias. A interrupção da vida anterior provoca impactos significativos nas rotinas e no bem-estar emocional dos homens idosos, levando ao surgimento de processos descontínuos. Apesar das dificuldades, alguns indivíduos revelaram resiliência e capacidade de adaptação ao enfrentar os desafios de maneira ativa.

Quanto às necessidades percebidas, evidencia-se a carência de recursos básicos de saúde, privacidade, suporte financeiro e contato social, que, sem o devido atendimento, comprometem a continuidade das interações e o desenvolvimento dos idosos. Por fim, a falta de suporte institucional e os conflitos intergeracionais intensificam sentimentos de dependência e abandono.

As limitações deste estudo ressaltam a necessidade de pesquisas futuras incluindo uma perspectiva familiar, com enfoque nos impactos psicológicos e sociais do encarceramento sobre os membros da família, especialmente sobre as mulheres que mantêm esses vínculos. Outra via promissora seria a investigação dos traços de personalidade e das estratégias de enfrentamento psicológico e emocional utilizadas por homens idosos encarcerados. Além disso, explorar o papel do suporte social, da espiritualidade e dos programas educacionais no desenvolvimento emocional e cognitivo desses homens pode oferecer dados relevantes para instruções mais eficazes e humanizadas.

Considerando os desafios específicos enfrentados pelos homens idosos no contexto do encarceramento e a necessidade de prevenir a reincidência de comportamentos abusivos, esta pesquisa recomenda a implementação de políticas sociais e ações educativas voltadas para a desconstrução de normas culturais de dominação masculina e o incentivo ao desenvolvimento de relações familiares saudáveis. Programas de reeducação em gênero, apoio à saúde mental, controle de substâncias e práticas de justiça restaurativa apresentam-se como caminhos promissores para promover a continuidade do desenvolvimento, a conscientização sobre o impacto dos crimes na vida das vítimas e na sociedade, e uma ressocialização efetiva. A inclusão desses homens em atividades ocupacionais e de engajamento comunitário, aliada a um suporte psicossocial que estimula a empatia e o reconhecimento das consequências de seus atos, mostra-se essencial para a construção de uma rede de apoio transformadora, capaz de viabilizar uma reintegração social mais humana e, acima de tudo, preventiva.

A implementação de ações preventivas, voltadas à melhoria da qualidade de vida de idosos em situação de vulnerabilidade emocional e social, promove ganhos tanto para a saúde da população quanto para a economia pública. Esse estudo espera subsidiar o trabalho de diversos profissionais que atuam com pessoas idosas, especialmente no Nordeste brasileiro, e contribuir para a criação de políticas e ações que favoreçam a reintegração social e a prevenção do crime nesta fase do ciclo vital.

Portanto, a tese conclui que o sistema prisional impõe desafios específicos ao homem idoso, com impactos significativos sobre o seu desenvolvimento biopsicossocial. O envelhecimento nas prisões é acelerado pelas condições precárias, pela falta de assistência médica adequada e pela marginalização social. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as particularidades da população, promovendo um ambiente mais digno e inclusivo. Este trabalho contribui para o campo da Psicologia Clínica ao iluminar um grupo social pouco investigado, oferecendo insights valiosos sobre a interação entre envelhecimento e encarceramento na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, e propondo diretrizes para a melhoria do tratamento e cuidado dos idosos nas prisões.

³Referências

Alves, J. E., Pelegrini, L. N., Porcatti, L. R., et al. (2023). Efeitos de um programa de estimulação cognitiva nas dimensões física e cognitiva em idosos caídores com

³ Estudos incluídos na revisão sistemática do primeiro capítulo estão sinalizados com (*).

comprometimento cognitivo residentes na comunidade: Protocolo de estudo. *BMC Neurology*, 23, 107. Retirado de: <https://doi.org/10.1186/s12883-023-03154-1>

Andrade, T. A. (2022). *Relações de namoro entre adolescentes: atravessamentos pela violência*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP). Retirado de: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1632>

*Avieli, H. (2021). ‘A sense of purpose’: Older prisoners’ experiences of successful ageing behind bars. *European Journal of Criminology*, 19, (6), 1660–1677. Doi: 10.1177/1477370821995142. Retirado de: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1477370821995142>

Baccon, P. (2023). O papel da educação no combate à criminalidade: algumas reflexões. *Com a Palavra, O Professor*, 8 (20), 56 -73. <https://doi.org/10.23864/cpp.v8i20.842>

Balbuglio, V. & Silva, A. C. M. (2018). “Amanhã é outro dia”: uma história e algumas reflexões sobre mulheres idosas em situação de prisão. *Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, 71 (29), 32-45. Recuperado de: <https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/703>

Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Deslandes, S. F., Gomes, R., & Minayo, M. C. S. (2008). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Barks, C. & Barrier, M. (2003). *Carl Barks: Conversas*. Imprensa Universitária do Mississippi.

Bataglia, P. U. R., Morais, A., & Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 25-32. Retirado de: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100004>

Benetti, I. C.; Vieira, M. L.; Crepaldi, M. A. & Schneider, D. R. (2013). Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Pensando Psicologia*, 9 (16), 89 – 99. Retirado de: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/download/620/585/1271>

Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, Ministério da Saúde. (2022). *Labirintite*. Retirado de: <https://bvsmms.saude.gov.br/labirintite/#:~:text=A%20labirintite%20%C3%A9%20um%20dist%C3%BArbio,o%20equil%C3%ADbrio%20quanto%20a%20audi%C3%A7%C3%A3o>

Black, K., & Mendoza, N. (2021). Grandparents raising grandchildren: Applying bioecological theory to school relationships and grandparent needs. *Innovation in Aging*, 5(S1), 828. <https://doi.org/10.1093/geroni/igab046.3036>

Bonfim, A. N. (2022). *Criminalidade, infância e sociedade* (Monografia). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Brasília, DF. Recuperado de: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/16528/1/21901717.pdf?utm_source=chatgpt.com

Brandão, S. V. (2015). *Perfil do idoso acusado de cometer crime em um município do litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica, Instituto de Geriatria e Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7549>

Brandão, S. V.; Cataldo Neto, O. A. (2017). Perfil do idoso acusado de cometer crime. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 10, (2), 259-277. Retirado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/10597>

Brasil. (2017). *Código de Processo Penal*. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado de: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529749/codigo_de_processo_penal_1ed.pdf

Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado de: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Brasil. (2022). *Estatuto da pessoa idosa: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Retirado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view>

Brasil. (2003). *Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM) e define crimes. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm

Brasil. (2006). *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. (1984). *Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Presidência da República. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. (1984). *Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984*. Código Penal/Alterações. Presidência da República. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17209.htm

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. (1941). *Lei das Contravenções Penais, Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. (1940). Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, 31 dezembro de 1940. Retirado

de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. Ministério da Justiça. (2011). *Diretrizes básicas para arquitetura penal* (Atualizado em 2020). Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2011/diretrizes-basicas-para-arquitetura-penal.pdf/view>

Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. (2014). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Pnaisp)*.

Recuperado de: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp>

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN). (2023). *Dados estatísticos do Sistema Penitenciário*. Retirado de:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>

Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN). (2025). *Dados estatísticos do Sistema Penitenciário*. Retirado de:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>

Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022). Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. *Estatuto da Pessoa Idosa*. Retirado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view>

Brasil. Ministério da Saúde. (2014). *Cartilha PNAISP: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Retirado de: <https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2022). *Boletim epidemiológico de tuberculose - Número especial*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/boletins-epidemiologicos-2022>

Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513–531.

<https://scottbarrykaufman.com/wpcontent/uploads/2019/07/a4f4a4545519d84c5c57095b4bcc685d7dd9.pdf>

Bronfenbrenner, U. (1979a). Contextos da criação de filhos: Problemas e perspectivas. *American Psychologist*, 34 (10), 844–850. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.844>

Bronfenbrenner, U. (1979b). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos por natureza e design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U. (1989). Sistemas ecológicos teoria. In: Vasta, R., *Anais do desenvolvimento infantil*, (187–249). Stamford, CT: JAI Press.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1977).

Bronfenbrenner, U. (1999). Ambientes em perspectiva de desenvolvimento: modelos teórico e operacional. In: Friedman, S. L. & Wachs, T. D (Org.). *Medindo o ambiente ao longo da vida: métodos e conceitos emergentes* (pp.3-28). Washington: Associação Americana de Psicologia.

Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Recuperado de: <https://eric.ed.gov/?id=ED500312>

Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In: Bronfenbrenner, U., *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Recuperado de: <https://psycnet.apa.org/record/2004-22011-000>

Bronfenbrenner, U. (2012). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos* [Recurso eletrônico]. Tradução: André de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Silvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed.

Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Natureza-nutrição reconceitualizada na perspectiva desenvolvimentista: um modelo bioecológico. *Psychological Review*, **101** (4), 568–586. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.101.4.568>

Bronfenbrenner, U & Evans, G. (2000). Developmental science in The 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social development*, 9, 115-125.

Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In: W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology*. New York: John Wiley & Sons, 1, pp.993-1.027.

Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (2006). *The bioecological model of human development*. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: theoretical models of human developmental*, 1,793-828, New York: John Wiley.

Brucki, S. M. D., Nitrini, R., Caramelli, P., Bertolucci, P. H. F., & Okamoto, I. H. (2003). Suggestions for utilization of the Mini-Mental State Examination in Brazil. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 61(3B), 777-781. Retirado de: <https://www.scielo.br/j/anp/a/YgRksxZVZ4b9j3gS4gw97NN/>

Butler, R. N. (1969). Age-ism: Outra forma de intolerância. *The Gerontologist*, 9 (4), 243-246. <https://doi.org/10.1093/geront/9.4 Part 1.243>

Camarano, A. A. & Fernandes, D. (2022). Envelhecimento da População Brasileira: Contribuição Demográfica. In: Freitas, E. V. & Py, L. 5ª ed. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 02-11.

Carmo, H. O. & Araújo, C. L. O. (2011). População idosa no sistema penitenciário: um olhar por trás das grades. *Revista Kairós*, 14 (6), 183-194. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/11707>

Carvalho-Barreto, A. (2016). Paradigma Sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, 22(2), 275-293. <http://dx.doi.org/doi-10.5752/p.1678-9523.2016v22n2p275>.

Carvalho-Barreto, A.; Bucher-Maluschke, J.; Almeida, P. & Souza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 01, 86-92.

Carroll, R., Vukovic, M., Coco, M. I., & Townsend, D. (2023). Editorial: Novas ideias em ciências da linguagem: linguística. *Frontiers in Psychology*, 14, 1289877. Retirado de: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1289877>

Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2016). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: Koller, S. H.; Moraes, N. A. & Paludo, S. S.; *Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 39-64). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cervera, D. M. B.; & Schmidt, M. L. G. (2022). Impactos psicológicos do ageismo em idosos e estratégias para prevenção: estudo de revisão. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4349. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e4349>

Cohen, R. A. (2013). *The Neuropsychology of Attention* (2ª ed.). Springer. Retirado de: <https://doi.org/10.1007/978-0-387-72639-7>

Colomer, L., & Erlingsson, C. L. (2018). Use of cultural heritage to enhance older people's wellbeing. In C. Smith (Ed.), *Encyclopedia of Global Archaeology*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-51726-1_2630-1

*Combalbert, N.; Pennequin, V.; Ferrand, C.; Armand, M.; Anselme, M. & Geffray, B. (2018). Cognitive impairment, self-perceived health and quality of life of older prisoners. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 28, (1), 36–49. doi: 10.1002/cbm.2023. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28276180/>

Commodari, E., & Di Blasi, M. (2014). The contribution of attentional processes to calculation skills in second and third grade in a typically developing sample. *European Journal of Psychology of Education*. Retirado de: <https://doi.org/10.1007/s10212-014-0235-3>

Coscioni, V.; Nascimento, D. B.; Rosa, E. M. & Koller, S. H. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Psicologia USP*, 29 (3). Retirado de: <https://doi.org/10.1590/0103-656420>

Crookes, R. L., Tramontano, C., Brown, S. J., Walker, K., & Wright, H. (2021). Older individuals convicted of sexual offenses: A literature review. *Sexual Abuse*, 34(3), 341-371. Retirado de: <https://doi.org/10.1177/10790632211024244>

Copetti, F. & Krebs, R. J. (2011). As propriedades da pessoa na perspectiva do paradigma Bioecológico. In: Koller, S. H. (Org.). 2ª Ed., *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 71-93). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Côrte, B. (2010). O idoso agente do crime. In: Berzins, M. V. & Malagutti, W. (Orgs). *Rompendo o silêncio: faces da violência na velhice* (pp. 255 – 272). São Paulo: Martinari.

*De Guzman, A. B.; Imperial, M. Y. G.; Javier, R. R. L. & Kawasaki, A. M. (2017). As pliant as the bamboo: A grounded theory study of incarcerated Filipino elderly people's sense of resiliency. *Educational Gerontology*, 43, (1), 1–10. Retirado de: <https://doi.org/10.1080/03601277.2016.1156376>

De Jonckheere, M., & Vaughn, L. M. (2019). Semistructured interviewing in primary care research: A balance of relationship and rigour. *Family Medicine and Community Health*, 7, e000057. Retirado de: <https://doi.org/10.1136/fmch-2018-000057>

Deslandes, S. F.; Gomes, R. & Minayo, M.C. S. (2008). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes.

Dornellas, M. P. (2019). Os efeitos do encarceramento feminino para a família da mulher presa: aspectos da transcendência da pena. *Revista Antropolítica*, 46 (1) 93-123. Retirado de: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41915>

Fagundes, E. S. P. & Menezes, J. E. X. (2024). Educação e criminalidade infanto-juvenil: Brasil e Coreia do Sul. *Revista de Direito UNIFACS – Debate Virtual*, 284, 01-28. Retirado de: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8691/5053>

Ferreira, A. P. M. (2022). *A velhice atrás das grades: estudo sobre mulheres idosas presas*. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Retirado de: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49248/ana_laura_marinho_ferreira_ens_p_mest_2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y

*Filinson, R. & Ciambone, D. (2019). “Trying to blend in, what else can we do?” Intergenerational relationships among aged inmates: Research. *Journal of Intergenerational Relationships*, 17 (1) 74–92. Retirado de: <https://doi.org/10.1080/15350770.2018.1500328>

Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144. Retirado de: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>

Folstein, M., Folstein, S., & McHugh, P. (1975). Mini-mental state: A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. *Journal of Psychiatric Research*, 12(3), 189-198. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/1202204/>

*Forsyth, K.; Senior, J.; Stevenson, C.; O'Hara, K.; Hayes, A.; Challis, D. & Shaw, J. (2015). “They just throw you out”: Release planning for older prisoners. *Ageing and Society*, 35, (9), 2011–2025. Retirado de: <https://www.cambridge.org/core/journals/ageing-and-society/article/abs/they-just-throw-you-out-release-planning-for-older-prisoners/286B31F4456D79193C0D02A02434781B>

*Forsyth, K.; Archer-Power, L.; Senior, J.; Meacock, R.; Webb, R.; Emsley, R.; Edge, D.; Walsh, E.; Ware, S.; Challis, D.; Hayes, A.; O'Hara, K.; Burns, A. & Shaw, J. (2017). The effectiveness of the Older prisoner Health and Social Care Assessment and Plan (OHSCAP):

a randomised controlled trial. *NIHR Journals Library*, PMID: 29298005. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29298005/>

Fruett, A. C. (2015). *Longeviver: O inconsciente no declínio da vida*. Fortaleza: Premium.

Galli, S.; Bretschneider, W.; Handtke, V. & Shaw, D. (2019). Aging Prisoners' Views on Healthcare Services in Swiss Prisons. *Journal of Applied Gerontology*, 38, (3), 365–385. Doi: [10.1177/0733464816681150](https://doi.org/10.1177/0733464816681150) Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27903880/>

Galvão, M. C. B. & Ricarte, I. L. M. (2019). Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*: 6, (1), 57–73. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Retirado de: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>

Ghiggi, M. P. (2012). *O idoso encarcerado: considerações criminológicas*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Recuperado de: <http://www.tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4903>

Ghiggi, M. P. (2018). Envelhecimento e cárcere: vulnerabilidade etária e políticas públicas. *Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, 71 (29), 09-29. Recuperado de: <https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/703>

Glassgow, A. E.; Gerges, M.; Martin, M. A.; Estrada, I.; Issa, Z.; Lapin, K.; Morell, L.; Solis, N.; Van Voorhees, B. & Risser, H. J. (2018). Integração de serviços de saúde mental em um modelo inovador de prestação de cuidados de saúde para crianças com condições crônicas. *Children and Youth Services Review*, 95. Retirado de: <https://doi.org/10.1016/j.criancajuventude.201>

Goffman, E. (2004). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). Editora LTC.

Goffman, E. (2010). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Gómez-Soria, I., Ferreira, C., Oliván Blazquez, B., Magallón Botaya, R. M., & Calatayud, E. (2021). Memória de curto prazo, atenção e orientação temporal como preditores do comprometimento cognitivo em adultos mais velhos: Um estudo observacional transversal. *PLoS ONE*, 16(12), e0261313. Retirado de: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261313>

Greene, M.; Ahalt, C.; Stijacic-Cenzer, I.; Metzger, L. & Williams, B. (2018). Older adults in jail: high rates and early onset of geriatric conditions. *Health Justice*, 6 (1), 3. doi: 10.1186/s40352-01800629. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29455436/>

*Haesen, S.; Merkt, H.; Imber, A.; Elger, B. & Wangmo, T. (2019). Substance use and other mental health disorders among older prisoners. *International Journal of Law and Psychiatry*, 62, 20–31. Retirado de : <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160252718301699>

Habigzang, L. F., Lampert, S. S., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2011). A violência no

contexto escolar e a inserção ecológica do psicólogo: um relato de experiência. In Koller, S. H. (Org.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 359-383). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Help Age International. (2015). *The Global AgeWatch Index 2015: Insight report*. Recuperado de: <https://www.helppage.org/silo/files/global-agewatch-index-2015-insight-report.pdf>

Hidayati, N. O., Widiyanti, E., Amira, I. D. A., Alfiatullatifah, & Pratama, R. H. (2024). Ancianos en prisión: una revisión de alcance de los problemas de salud mental. *Enfermería Global*, 73, 491-502. Retirado de: <https://doi.org/10.6018/eglobal.563741>

Hooks, B. (2022). *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Editora Elefante.

*Iftene, A. (2016). Unlocking the doors to Canadian older inmate mental health data: Rates and potential legal responses. *International Journal of Law and Psychiatry*, 47, 36–44. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27037162/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019. Estatísticas Sociais. Rio de Janeiro. Retirado de: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Pesquisa+Nacional+por+Amostra+de+Domic%C3%ADlios+Cont%C3%ADnua+de+2019>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Cor ou raça*. Retirado de: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Em 2022, a expectativa de vida era de 75,5 anos*. Agência de Notícias IBGE. Retirado de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>

*Jackson, I.; Doyle, C. & Bartels, L. (2020). “An awful state of affairs for you”: managing the needs of older prisoners—a case study from the Australian Capital Territory. *Current Issues in Criminal Justice*, 32, (2), 243–251. Retirado de: <https://researchprofiles.canberra.edu.au/en/publications/an-awful-state-of-affairs-for-you-managing-the-needs-of-older-pri>

Junqueira, M. H. R.; Souza, P. D. M. & Lima, V. A. A. (2015). A percepção de familiares de ex-apenados sobre a experiência do cárcere e do processo de inclusão social. *Mnemosine*, 11 (2) 74-99. Retirado de: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41589>

JusBrasil. (2023/2024). *Consulta Processual*. JusBrasil. Retirado de: <https://www.jusbrasil.com.br/consulta-processual/>

Kalache, A. (2023). Prefácio. In: Doenças crônicas e longevidade: desafios para o futuro. Organizadores: Noronha, J. C; Castro, L.; Gadelha, P. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz. Retirado de: <https://portolivre.fiocruz.br/doencas-cronicas-e-longevidade-desafios-para-o-futuro>

Keinert, T. M. M. (2009). A esperança é a primeira que morre: institucionalização e suicídios em idosos encarcerados. *Revista Boletim do Instituto de Saúde*, 47 (04), 94-96. Recuperado de: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/bis/n47/a24_bisn47.pdf

Kolibius, L. D., Roux, F., Parish, G., et al. (2023). Neurônios hipocampais codificam memórias episódicas individuais em humanos. *Nature Human Behaviour*, 7, 1968–1979. Retirado de: <https://doi.org/10.1038/s41562-023-01706-6>

Koller, S. H. & De Antoni, C. (2011). Violência intrafamiliar: uma visão ecológica. In: Koller, S. H. (Org.), *Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 297-314). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Krestan, M. A. J. & Bepko, M. S. W. C. (2007). Problemas de alcoolismo e o ciclo de vida familiar. 2ª Ed. In: Carter, B. & McGoldrick, M. & (Cols.), *As mudanças no ciclo de vida familiar* (415-439). Porto Alegre: Artmed.

*Lawrence, S. C. E. & Devine, P. (2022). Men’S Health Across the Lifespan: Health and Wellbeing of Older Male Prisoners. *International Journal of Men’s Social and Community Health*, 5, (1), 66–82. Retirado de: <https://www.ijmsch.com/index.php/IJMSCH/article/view/70>

*Leigey, M. E. & Ryder, M. A. (2015). The pains of permanent imprisonment: Examining perceptions of confinement among older life without parole inmates. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59, (7), 726 –742. Retirado de: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306624X13517868>

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2019). (Banco de Dados administrado pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com informações sobre as unidades prisionais brasileiras, desde 2004). Recuperado de: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>

Lopes, A. M. S.; Caruso, S. R.; Higa, E. F. R.; Gomes, M. F. P.; Marin, M. J. S. & Lazarini, C. A. (2022). Idosos privados de liberdade: perfil de saúde e criminal. *Revista Kairós-Gerontologia*, 25(1), 73-91. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2022v25i1p73-91>

Lordello, S. R. & Oliveira, M. C. S. L. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. *Psico*, 43 (2), 260-269. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11703>

Lourenço, R. A., Veras, R. P. & Ribeiro, P. C. C. (2008). Confiabilidade teste-reteste do Mini-Exame do Estado Mental em uma população idosa assistida em uma unidade ambulatorial de saúde. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 11, n.1, p. 7-16. <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/tK8BDZqm9tcGVT5Tg4PqFLv/?lang=pt>

Mangueira, S. O. & Lopes, M. V. O. (2014). Família disfuncional no contexto do alcoolismo: análise de conceito. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(1), 149-154. Retirado de: <https://doi.org/10.5935/0034-7167.20140020>

Magalhães, J. S. (2017) *A pessoa idosa no sistema penitenciário: criminalidade, cidadania e condições*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gerontologia, Universidade Católica de Brasília). Recuperado de: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2278>

Magalhães, J. R. F.; Gomes, N. P.; Estrela, F. M.; Silva, A. F.; Carvalho, M. R. S.; Pereira, A. & Cruz, M. A. (2021). Significados da dinâmica familiar por homens que reproduziram a violência doméstica. *Acta Paulista de Enfermagem*, 34, eAPE00803. Retirado de: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00803>

Marotti, J., Mantelli, A., Furuyama, R., Pigozzo, M., Campos, T., & Laganá, D. C. (2008). Amostragem em pesquisa clínica: Tamanho da amostra. *Revista Odontológica Unid*, 20, 186-194. Retirado de: https://www.researchgate.net/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra#fullTextFileContent

Melo, D. M., & Barbosa, A. J. G. (2015). O uso do Mini-Exame do Estado Mental em pesquisas com idosos no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(12), 3865-3876. Doi:10.1590/1413-812320152012. Retirado de: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Rr7T7c755Cz9XHzWzwQKZNP/?lang=pt&format=html>

Melo, N. S.; Oliveira, M. M.; Souza, J. C. & Coelho, A. B. (2016). Envelhecer no sistema prisional: condições de saúde de idosos privados de liberdade em um CRS-APAC em um município de Minas Gerais. *Enfermagem Revista*, 19 (1), 85-101. Recuperado de: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/11642>

Mendes, A. C. Z., Cotrim, I., & Ferreira, Y. (2022). A desvalorização dos direitos sexuais das mulheres perante a sociedade. *Íntegra*. Retirado de: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2022/02/15/a-desvalorizacao-dos-direitos-sexuais-das-mulheres-perante-a-sociedade>

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde*. Edição 14ª. São Paulo, SP: Ed. Hucitec.

Minayo, M. C. S. & Costa, A. P. (2019). *Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: Pesquisa qualitativa em ação*. Ed.Ludomedia. <https://ludomedia.org/publicacoes/e-book-tecnicas-que-fazem-uso-da-palavra-do-olhar-e-da-empatia-pesquisa-qualitativa-em-acao/>

Minayo M. C. S. & Constantino P. (2021). Estudo sobre condições de vida e saúde dos idosos presos no Estado do Rio de Janeiro [sumário executivo]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Retirado de: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/livro_presos_idosos_2021_rj.pdf

Minayo M. C. S. & Constantino P. (2023). Idosos privados de liberdade: “a dor deles dói mais”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 28, (11), 3205-3214. Dóí: <https://doi.org/10.1590/1413-812320232811.15442023> Retirado de: <https://www.scielo.br/j/csc/a/BkJkPRGk58LckFL7vmXz6tn/#>

Minayo, M. C. S. & Constantino, P. (2024). *Frágeis e invisíveis: saúde e condições de vida de pessoas privadas de liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Mittelmark, M. B. (2021). Resiliência no Modelo Salutogênico de Saúde. In: Michael U. *Resiliência Multissistêmica: adaptação e transformação em contextos de mudança*. Nova Iorque: Oxford Academic, pp. 153-164. Retirado de: <https://doi.org/10.1093/oso/9780190095888.003.0009>

Monteiro, S. R. (2013). *Crimes cometidos por idosos: considerações criminológicas*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais, Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul) Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1739>

Morais, N. A.; Koller, S. H. & Raffaelli, M. (2016) Inserção ecológica na pesquisa sobre trajetórias de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social: identificando fatores de risco e proteção. In: Koller, S. H.; Moraes, N. A. & Paludo, S. S.; *Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 67-93). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Munday, D.; Leaman J.; O'Moore, É.; Plugge, E. (2019). The prevalence of non-communicable disease in older people in prison: a systematic review and meta-analysis. *Age Ageing*, 48, (2), 204-212. doi: 10.1093/ageing/afy186. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30590404/>

Muzy, J., Campos, M. R., Emmerick, I., Silva, R. S., & Schramm, J. M. A. (2021). Prevalência de diabetes mellitus e suas complicações e caracterização das lacunas na atenção à saúde a partir da triangulação de pesquisas. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(5), e00076120. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00076120>

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2011). O modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In: Koller, S. H. (Org.). 2ª Ed., *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (55-93). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Navarro, J. L., & Tudge, J. R. H. (2023). Technologizing Bronfenbrenner: Neo-ecological theory. *Current Psychology*, 42, 19338–19354. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35095241/>

Neiva-Silva, L.; Alves, P. B. & Koller, S. H. (2011). A Análise da dimensão “Tempo” no desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de rua. In: Koller, S. H. (Org.). 2ª Ed., *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (147-169). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Nikolopoulou, K. (2022). *What is convenience sampling? Definition & examples*. Scribbr. Retirado de: <https://www.scribbr.com/methodology/convenience-sampling/>

Nitrini, R., Caramelli, P., Bottino, C. M. C., Damasceno, B. P., Brucki, S. M. D., & Anghinah, R. (2005). Diagnóstico de doença de Alzheimer no Brasil: avaliação cognitiva e funcional. Recomendações do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 63(3), 720-727. Retirado de:

<https://www.scielo.br/j/anp/a/xwZHYJ7w75r67NGtYDFdGhL/abstract/?lang=pt>

*Novisky, M. A. (2018). Avoiding the Runaround: the Link Between Cultural Health Capital and Health Management Among Older Prisoners. *Criminology*, 56, (4), 643–678. Retirado de: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1745-9125.12188>

*Novisky, M. A.; Narvey, C. S. & Prost, S. G. (2022). Older Adults' perspectives on death and dying in prison. *Journal of Criminal Justice*, 83, 101930. Retirado de: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2022.101930>

*Nowotny, K. M.; Cepeda, A.; James-Hawkins, L. & Boardman, J. D. (2016). Growing Old Behind Bars: Health Profiles of the Older Male Inmate Population in the United States. *J Aging Health*, 28, 6, 935-56. Retirado de: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0898264315614007>

*O'Hara, K.; Forsyth, K.; Webb, R.; Senior, J.; Hayes, A. J.; Challis, D.; Fazel, S. & Shaw, J. (2016). Links between depressive symptoms and unmet health and social care needs among older prisoners. *Age and Ageing*, 45, (1), 158–163. DOI: 10.1093/ageing/afv171. Retirado de: <https://www.researchgate.net/publication/290429119>

Oliveira, L. V., Costa, G. M. C. & Medeiros, K. K. A. S. (2013). Envelhecimento: significado para idosos encarcerados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16 (1) 139-148. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232013000100014

Oliveira, B. N., Dilélio, A. S., & Saes, M. O. (2020). Prevalência de distúrbios osteomusculares e fatores associados na população idosa: revisão sistemática. *Acta Fisiátrica*, 27(4), 248-255. Retirado de: <https://doi.org/10.5935/0104-7795.20200026>

Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde – OMS/OPAS. (2023). *Relatório lançado pela OMS detalha o impacto devastador da hipertensão e as formas de combatê-la*. Retirado de: <https://www.paho.org/pt/noticias/19-9-2023-relatorio-lancado-pela-oms-detalha-impacto-devastador-da-hipertensao-e-formas>

Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde – OMS/OPAS. (2019). *Organização Mundial da Saúde lança primeiro relatório mundial sobre visão*. Retirado de: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-10-2019-organizacao-mundial-da-saude-lanca-primeiro-relatorio-mundial-sobre-visao>

Papaléo Netto, M. (2022). Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: Freitas, E. V. & Py, L. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. [Recurso eletrônico] p. 02-12.

Papalia, D. E., & Martorell, G. (2022). *Desenvolvimento humano*. 14ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora.

Pageau, F.; Seaward, H.; Habermeyer, E. *et al.* (2022). Solidão e isolamento social entre idosos em uma instituição de segurança suíça: um estudo qualitativo. *BMC Geriatrics*, 22, 90. Retirado de: <https://doi.org/10.1186/s12877-022-02764-7>

Petersen, C. S.; Bauer, M. E. & Koller, S. H. (2011). Psiconeuroimunologia e Bioecologia: lentes superpostas para compreender os processos de saúde e doença ao longo do desenvolvimento humano. In: Koller, S. H. (Org.). 2ª Ed., *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (401-434). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pinto, T., Machado, L., Bulgacov, T., Rodrigues-Júnior, A., Costa, M., Ximenes, R., & Sougey, E. (2018). Is the Montreal Cognitive Assessment (MoCA) screening superior to the Mini-Mental State Examination (MMSE) in the detection of mild cognitive impairment (MCI) and Alzheimer's Disease (AD) in the elderly? *International Psychogeriatrics*, 31(1), 1-14. Retirado de: <https://doi.org/10.1017/S1041610218001370>

Pita, L., Filgueiras Araújo, L. J., Fachine, J. C. O. G., Damasceno, L. C., & Figueiredo de Araújo, J. (2022). Fibromialgia associada aos transtornos mentais: Depressão e ansiedade. *Visão Acadêmica*, 23(1), 17-25. ISSN 1518-8361. Retirado de: [https://revistas.ufpr.br/academica/article/download/83699/45775#:~:text=\(2020\)%20atrav%C3%AAs%20de%20um%20estudo,de%20um%20paciente%20com%20FM](https://revistas.ufpr.br/academica/article/download/83699/45775#:~:text=(2020)%20atrav%C3%AAs%20de%20um%20estudo,de%20um%20paciente%20com%20FM).

Polonia, A. C., Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: Dessen, M. A. & Costa Junior, A. L. (Orgs.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 71-89). Porto Alegre: Artes Médicas.

Pompeu, V. M. (2015). *O condenado idoso no brasil: um estudo sobre o sistema penitenciário nacional*. (Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional, Fundação Edson Queiroz, Universidade de Fortaleza). Recuperado de: <https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=95372http://dspace.unifor.br/handle/tede/95372>

Reis, L.A., Torres, G. V., Araújo, C.C., Reis, L.A. & Novaes, L. K. N. (2009). Rastreamento cognitivo de idosos institucionalizados no município de Jequié-BA. *Psicologia em estudo*. v.14, n.2, p.295-301, 2009. Retirado de: <https://www.scielo.br/j/pe/a/CJtpsWPLvnsPy3qd39RBqmJ/>

*Ridley, L. (2021). No Place for Old Men? Meeting the Needs of an Ageing Male Prison Population in England and Wales. *Social Policy and Society*, 21, (4), 597–611. Doi:10.1017/S1474746421000178. Retirado de: <https://researchportal.northumbria.ac.uk/en/publications/no-place-for-old-men-meeting-the-needs-of-an-ageing-male-prison-p>

Rocha, A. P.; Pereira, I. & Santos, J. F. (Orgs.). (2022). Direitos Humanos, infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: resistências e desafios. Universidade Estadual de Londrina: UEL. ISBN: 978-65-00-45678-3.

Rudolph, J.; Zimmer-Gembeck, M. J.; Shanley, D. C. & Hawkins, R. (2018). Oportunidades de prevenção de abuso sexual infantil: parentalidade, programas e redução de risco. *Maus-tratos infantis*, 23 (1), 96-106. Retirado de: <https://doi.org/10.1177/1077559517729479>

Santana, J. P. & Koller, S. H. (2011). Introdução a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano no estudo com crianças e adolescents em situação de rua. In:

Koller, S. H. (Org.). 2ª Ed., *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (109-119). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Santos, S.L.; Turra, C.M. & Noronha, K. (2018). Envelhecimento populacional e gastos com saúde: uma análise das transferências intergeracionais e intrageracionais na saúde suplementar brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35 (2). Retirado de: <https://doi.org/10.20947/S102-3098a0062>

Santos, M. O. (2018). *Pessoas idosas no sistema prisional: um estudo exploratório a partir do censo penitenciário de 2014, Ceará – Brasil*. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília – UNB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM). Recuperado de: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32280/1/2018_MichelledeOliveiraSantos.pdf

Santos, L. S. L. (2022). A vivência do envelhecer da pessoa com deficiência. In: Sá, S. M. P. & Freitas, J. V. (Orgs.), *Envelhecimento e Deficiência* (25-38). Curitiba: CRV.

Santos, T. (2020). *Os Dados sobre o Sistema Prisional e suas Dissonâncias*. São Paulo: Fórum Nacional de Segurança Pública.

Schultz, N. C. W., Duque, D. F., Silva, C. F., Assini L. C., Souza, D. C. & Carneiro, M. G. M. (2012). A compreensão sistêmica do bullying. *Psicologia em Estudo*, 17, (2), 247-254. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200008

Seabra, M. A. B. (Org.). (2020). *Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais*. Retirado de: <https://educacao.c.gov.br/pedago/capas//584716//2/Editora%%20%20-%20C%B%20e%20Tr%20%20Abr.pdf>

Shengjun, W. (2024). Orientação espacial. In *The ECPH Encyclopedia of Psychology*. Springer, Singapura. Retirado de: https://doi.org/10.1007/978-981-99-6000-2_637-1

Silva, Adriana (2021). As atividades prisionais vistas por reclusos(as) idosos(as). *Revista Inclusiones*, (8), 136-152. Retirado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/69225>

Silva, C. F. S. S. (2021). *Família: reflexões sobre o relacionamento entre idosos/as e jovens*. Curitiba: CRV.

Silva, A. R.; Filpo, K. P. L.; Cavalcanti, M. T. & Balistieri, P. (Orgs.). (2021). *Temas interdisciplinares de educação*. Pembroke Collins. ISBN 978-65-89891-02-4.

Silva, E. J. C. & Pinheiro, F. F. G. (2020). Relação da baixa escolaridade com a criminalidade: Crimes ocorridos na Comarca de Belém do São Francisco-PE no ano de 2019. *Revista Jurídica Facesf*, 2 (1), 29-41. Retirado de: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/revistajuridicafacesf/article/view/43/31>

Simons, R. (2023). Explorando o comprometimento visuoespacial em síndromes de demência. *Journal of Dementia*, 7, 171. Retirado de: <https://doi.org/10.4172/dementia.1000171>

Skarupski, K. A.; Gross, A.; Schrack, J. A.; Deal, J. A. & Eber, G.B. (2018). The Health of America's Aging Prison Population. *Epidemiol Rev.*, 40(1):157-165. Retirado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29584869/>

Smid, J., Studart-Neto, A., César-Freitas, K. G., Dourado, M. C. N., Kochhann, R., Barbosa, B. J. A. P. & Vale, F. A. C. (2022). Declínio cognitivo subjetivo, comprometimento cognitivo leve e demência - diagnóstico sindrômico: recomendações do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia. *Dementia & Neuropsychologia*, 16, 1-17. Retirado de: <https://doi.org/10.1590/1980-5764-DN-2022-S101PT>

*Sullivan, V.; Forsyth, K.; Hassan, L.; O'Hara, K.; Sênior, J. & Shaw, J. (2016). You can't have them in here': Experiences of accessing medication among older men on entry to prison. *Ageing and Society*, 36, (6), 1254–1271. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15000331>

Teixeira, S. M.O; Souza, L.E.C. & Maia, L.M. (2018). Ageísmo institucionalizado: uma revisão teórica. *Revista Kairós-Gerontologia*, 21. <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/41448>

Toledano-Toledano, F., Rodríguez-Rey, R., Moral de la Rubia, J., & Luna, D. (2019). Um questionário de variáveis sociodemográficas (Q-SV) para pesquisa sobre cuidadores familiares de crianças com doenças crônicas. *BMC Psychology*, 7(1), 85. Retirado de: <https://doi.org/10.1186/s40359-019-0350-8>

Tudge, J. R. H. (2008). A vida cotidiana de crianças pequenas: Cultura, classe e criação de filhos em sociedades diversas. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511499890>

Tudge, J. R. H.; Mokrova, I.; Hatfield, B. E.; & Karnik, R. (2009). Os usos e os abusos da teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner. *Revista de Teoria e Revisão da Família*, 1(4), 198-210. <https://doi.org/10.1111/j.1756.2589.2009.00026.x>

Tudge, J. R. H.; Merçon-Vargas, E. A. & Payir, A. (2022). Teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner: Seu desenvolvimento, conceitos básicos e questões críticas. In K. Adamsons, A. L. Few-Demo, C. Proulx, & K. Roy (Eds.), *Sourcebook of family theories and methodologies*. Springer. Retirado de: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-92002-9_16

Unrug, M. C. (1974). *Analyse de contenu et acte de parole*. Paris: Éd. Universitaires.

Vilela, D. S. D. & Silva, C. F. S. (2019). O idoso como agente do crime. In: E. P. Rabinovich, L. V. C. Moreira, E. S. Brito & M. M. Ferreira (Orgs.). *Envelhecimento e intergeracionalidade: olhares interdisciplinares*, (pp. 277-292). CRV.

Vilela, D. S. D.; Dias, C. M. S. B. & Sampaio, M. A. (2021). Idosos encarcerados no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 14, (1), 305-332. Dóí: 10.4013/ctc.2021.141.14 Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822021000100015

Vilela, D. S. D. (2021). *A mulher idosa e a criminalidade: uma compreensão na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Retirado de: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1345>

Vilela, D. S. D.; Dias, C. M. S. B. & Silva, C. F. S. (2022). Mulheres idosas encarceradas em uma penitenciária do Estado de Pernambuco. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de Humanidades*, 47(256), 401–418. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n256.p401-418>

Vilela, D. S. D.; Dias, C. M. S. B. & Silva, C. F. S. (2022). Apoio social de jovens a pessoas idosas: uma leitura bioecológica. *Revista Kairós-Gerontologia*, 25(1), 115-135. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2022v25i1p115-135>

Vilela, D. S. D.; Dias, C. M. S. B. & Silva, C. F. S. (2024). *Familiares de pessoas idosas encarceradas no Brasil: sentimentos e vivências*. (Trabalho apresentado no III Seminário da Rede Internacional de Pesquisa sobre vulnerabilidade, saúde, segurança e qualidade de vida: Brasil, Portugal e Espanha). Évora, Portugal: 05 a 07 de junho.

Wacheleski, N. R., & Gershenson, B. (2018). As experiências sociais da velhice no cárcere. *Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, 72 (29), 48 -67. https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14735/2/As_experiencias_sociais_da_velhice_no_carcere.pdf

Whiting, J. (2019). Como a negação e a culpabilização da vítima mantêm a agressão sexual escondida. *Psychology Today* . Retirado de: <https://www.psychologytoday.com/us/blog/love-lies-and-conflict/201901/how-denial-and-victim-blaming-keep-sexual-assault-hidden>

Xia, M., Li, X. & Tudge, J. (2020). Operacionalizando o modelo de processo-pessoa-contexto-tempo de Urie Bronfenbrenner. *Desenvolvimento Humano*, 64 (1-2), 10-20. Retirado de: <https://doi.org/10.1159/000507958>

Zimmerman, G. I. (2007). *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed. Retirado de: https://www.academia.edu/16699998/ZIMERMAN_Guite_Velhice_Aspectos_Biopsicossociais

ANEXOS

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO BIOSOCIODEMOGRÁFICO PARA A PESSOA IDOSA**

1. Idade:
2. Etnia/raça/cor:
3. Grau de escolaridade:
4. Estado civil:
5. Religião:
6. Profissão:
7. Trabalhava? É aposentado(a)?
8. Renda familiar (em salários mínimos):
9. Onde residia:
10. Tem filhos (as), netos (as), bisnetos (as), sobrinhos (as)? Quantos? Quais idades? Quais residiam com o senhor? Com que frequência os vê?
11. Algum depende do (a) senhor (a)? Ou o senhor depende dele?
12. Cuidava ou ajudava a cuidar de algum deles?
13. Tem algum problema de saúde? Qual?
14. Se sim, faz uso de alguma medicação?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PESSOA IDOSA

1. Como era a rotina antes de o senhor vir para este lugar e como é atualmente?
2. Faz alguma atividade em seu dia a dia, por exemplo, trabalha, estuda, pratica exercícios, participa de reuniões religiosas, entre outros?
3. Como o senhor se sente neste local?
4. Há quanto tempo está aqui? Fale sobre isso.
5. O que aconteceu que teve como consequência estar aqui?
6. Algo facilita ou dificulta a sua vida neste lugar?
7. Como é a relação com seus pares aqui (detentos, agentes penitenciários)? Algo facilita ou dificulta essa relação?
8. O senhor recebe visitas? Com qual frequência?
9. Como o senhor descreve - hoje - sua relação com seus familiares? Quais mudanças ocorreram após o momento do encarceramento?
10. Tem alguma pessoa que é mais significativa para o senhor, com quem tem uma relação de mais proximidade?
11. O senhor acha que aprende com essa pessoa ou que ela aprende com o senhor?
12. Fale-me um pouco sobre as suas necessidades.
13. Se você pudesse fazer uma viagem no tempo – o que seria diferente em sua vida?
14. O senhor faz planos para o futuro? Poderia compartilhá-los?

APÊNDICE C

MINI EXAME DO ESTADO MENTAL - MEEM

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ idade: _____ Escolaridade: Analfabeto () 0 à 3 anos
() 4 à 8 anos () mais de 8 anos ()

Avaliação em: ____/____/____

Orientação Temporal Espacial

1. Qual é o (a) Dia da semana? ____
2. Dia do mês? _____
3. Mês? _____
4. Ano? _____
5. Hora aproximada? ____

Onde estamos?

6. Local? _____
7. Instituição (casa, rua)? ____
8. Bairro? _____
9. Cidade? _____
10. Estado? _____

Registro

Repita essas três palavras: Vaso, carro, tijolo _____ 3

Atenção e cálculo

Sete seriado ($100-7=93-7=86-7=79-7=72-7=65$). _____ 5

Soletrar palavra MUNDO de trás para frente. _____

Lembrança (memória de evocação)

Quais foram as três palavras que o senhor falou agora a pouco? _____ 3

Linguagem

Aponte para um lápis e um relógio _____ 2

Repetir “nem aqui, nem ali, nem lá”. _____ 1

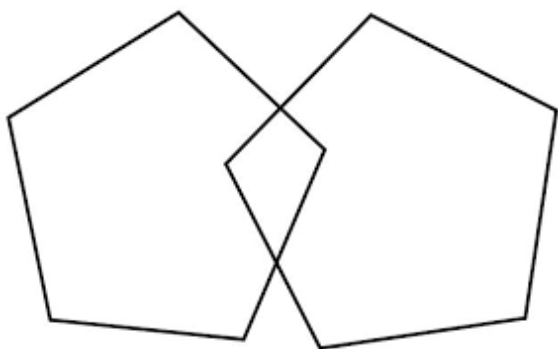
Linguagem/Comando

“Pegue o papel com a mão direita. Dobre o papel ao meio. Coloque o papel na mesa”. _____
3

Ler e executar o que se pede na frase: **FECHE OS OLHOS**

Escreva uma frase:

Copie o desenho abaixo:



APÊNDICE D

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Envelhecimento e cárcere: percepções do idoso encarcerado e seus familiares

Pesquisador: Cristina Maria de Souza Brito Dias

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68362423.5.0000.5206

Instituição Proponente: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.083.109

Apresentação do Projeto:

O projeto trata do tema “Envelhecimento e cárcere” que nasceu dos debates da doutoranda Daniely Vilela, junto aos colegas de um curso de Especialização em Intervenção Multiprofissional Jurídica (FACHO, 2017). Durante o curso se constatou a “inexistência” da figura do idoso como agente de delitos, e, quando citado, estava quase sempre em lugar de vítima da violência. O aprofundamento na temática deu-se entre os anos (2019-2021), durante o mestrado realizado na UNICAP no qual a orientanda realizou um estudo sobre mulheres idosas encarceradas (Vilela, 2021). No doutorado, pretende dar continuidade ao estudo do tema, agora contando com homens idosos encarcerados e seus familiares como

pode ser lido na apresentação " A amostra será delimitada por conveniência. Estima-se a participação de dez homens idosos prisioneiros - que estejam cumprindo pena em alguma instituição ou órgão penal do Estado de Pernambuco

- e dez familiares, correspondendo a cada um dos apenados. No que refere aos critérios de inclusão, foram adotados: pessoas do sexo masculino, com idade igual ou superior a 60 anos, já condenados e em condições cognitivas de participar da pesquisa. Quanto aos familiares, deverão ser maiores de 18 anos, independente de sexo e grau de parentesco. As pesquisadoras esperam dar visibilidade social à temática do desenvolvimento do idoso na prisão e seu familiar; incentivar ações e políticas públicas que favoreçam a prevenção e melhorias nas condições de vida e saúde do idoso e de seus familiares, não apenas fora das penitenciárias, mas dentro dessas instituições.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral é analisar, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o impacto nas relações proximais estabelecidas entre o idoso encarcerado e sua família.

Especificamente pretendem:

- 1) identificar os sentimentos experimentados pelo idoso encarcerado e seus familiares com relação ao encarceramento;
- 2) descrever as necessidades sentidas pelo idoso encarcerado e seu familiar;
- 3) conhecer o que facilita ou dificulta o desenvolvimento do idoso no contexto prisional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

" A pesquisadora se propõe a devolver as principais informações obtidas aos órgãos que permitiram a realização da pesquisa e as instâncias de apoio a pessoa idosa, com vistas a

contribuir com políticas preventivas ao envolvimento deste(a) com o crime e ações de melhoria da qualidade de vida, para o idoso e seu familiar, dentro e fora das penitenciárias. Na ocasião, se as instituições responsáveis permitirem o acesso da pesquisadora as unidades prisionais, os principais resultados da pesquisa serão informados aos idosos presencialmente. Um grupo de acolhimento será formado com os participantes para este fim, em dia e horário a ser definido pelo gestor da penitenciária.

No que tange aos familiares, um número de telefone será solicitado pela pesquisadora ao participante, com a finalidade de agendar um encontro e informar os principais resultados da pesquisa". A depender da disponibilidade de cada participante, três opções para devolução serão disponibilizadas: a) um grupo de acolhimento na Universidade

Católica de Pernambuco; b) individualmente, nas dependências externas das instituições prisionais; c) via remota on line ou ligação telefônica. Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa trata de um tema pouco discutido embora tenha grande alcance social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos estão presentes.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem recomendações

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP UNICAP acompanha o parecer do avaliador (a) aprovando o protocolo de pesquisa. Lembramos o envio dos relatórios PARCIAL e FINAL da pesquisa por meio de “Notificação”. Favor consultar o Manual de usuário do pesquisador disponível na plataforma Brasil: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/publico/indexPublico.jsf> que orienta sobre a emissão dos referidos relatórios, entre outros assuntos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2086241.pdf	17/05/2023 16:36:29		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	17/05/2023 16:34:20	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Carta_resposta.pdf	17/05/2023 16:32:34	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	TCLE_familiar.pdf	17/05/2023 16:29:00	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Cronograma.pdf	17/05/2023 16:26:40	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Lattes_orientadora_Cristina_Maria_Souza_Brito_Dias.pdf	29/03/2023 20:27:19	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Declaracao_cientifica.pdf	29/03/2023 20:25:29	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_pessoa_idosa.pdf	29/03/2023 20:14:55	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista_familiar.pdf	29/03/2023 20:14:27	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Questionario_biosociodemografico_pessoa_idosa.pdf	29/03/2023 20:13:49	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Questionario_biosociodemografico_para_familiar.pdf	29/03/2023 20:13:20	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Carta_anuencia.pdf	29/03/2023 20:12:04	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito

Orçamento	Previsao_orcamentaria.pdf	29/03/2023 20:09:14	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Outros	Lattes_orientanda_Daniely.pdf	29/03/2023 20:06:02	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/03/2023 20:01:39	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	08/02/2023 15:59:28	Cristina Maria de Souza Brito Dias	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 26 de Maio de 2023

Assinado por:

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
(Coordenador(a))

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4041

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep@unicap.br

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Envelhecimento e cárcere: percepções do idoso e seu familiar”.

O (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a Universidade Católica de Pernambuco ou com a Justiça

Essa pesquisa tem o objetivo geral de analisar, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o impacto nas relações proximais estabelecidas entre o idoso encarcerado e sua família. Específicos: 1) identificar os sentimentos experimentados pelo idoso encarcerado e seus familiares com relação ao encarceramento; 2) descrever as necessidades sentidas pelo idoso encarcerado e seu familiar; 3) conhecer o que facilita ou dificulta o desenvolvimento do idoso no contexto prisional.

Sua participação consistirá em responder a um exame que avalia as funções cognitivas (MEEM), um questionário e uma entrevista; instrumentos relacionados com as questões supracitadas.

Existe a possibilidade que, diante de determinadas questões, você se sinta desconfortável ou inibido, o que será respeitado e contornado assegurando o sigilo e o apoio psicológico que for necessário.

Os benefícios relacionados com a sua participação nessa pesquisa dizem respeito ao fato de, a partir dos resultados, serem levantadas proposições e propostas de intervenção que possam facilitar a melhoria nas condições de vida e saúde da população idosa e de seu familiar dentro e fora das penitenciárias.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Com a finalidade de melhor compreender e analisar os resultados, solicitamos autorização para gravar e transcrever sua fala. Todos os informes que possam identificá-lo serão alterados, de forma a não possibilitar sua identificação. Os dados ficarão guardados, em local seguro, com a pesquisadora.

Salientamos ainda que o senhor (a) poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL (ORIENTADOR): Cristina Maria de Souza Brito Dias. Endereço: Rua Almeida Cunha – Bloco G4 – Térreo. Boa Vista, Recife/PE – CEP: 50.050-480. **Telefones:** (81) 2119-4015, 2119-4369, 2119-4388 – endereço eletrônico: cristina.msbd@gmail.com

Cristina Maria de Souza Brito Dias

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na Rua do Príncipe, 526 – Boa Vista – bloco G4 – 6º andar, sala 609 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. telefone: (81)2119-4041 ou 2119-4376 – endereço eletrônico: cep@unicap.br - Horário de funcionamento: 8h às 12h e das 13h às 17h - segunda a sexta-feira.

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

Recife, _____ de _____ de 20__

Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP
SRTV 702, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte
CEP: 70719-000 - Brasília-DF